



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1260

Segunda-feira - 17 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Bela Vista do Toldo	3
Biguaçu	3
Bom Retiro	15
Braço do Trombudo	17
Caçador	61
Camboriú	68
Campo Alegre	76
Campos Novos	92
Canoinhas	92
Capinzal	93
Catanduvas	146
Concórdia	148
Cordilheira Alta	157
Corupá	159
Curitibanos	159
Ermo	160
Forquilha	160
Fraiburgo	166
Garopaba	169
Garuva	169
Gaspar	170
Guaramirim	172
Herval d'Oeste	173
Imbituba	174
Ipumirim	190
Irineópolis	206
Itaiópolis	206
Itapiranga	207
Itapoá	208
Joaçaba	211
Lages	217
Leoberto Leal	228
Lindóia do Sul	252
Luzerna	252
Massaranduba	268
Meleiro	278
Morro da Fumaça	278
Navegantes	279
Nova Trento	280
Orleans	281
Palhoça	282
Papanduva	320
Passo de Torres	320
Paulo Lopes	320
Peritiba	321
Pinheiro Preto	321
Porto Belo	322
Porto União	322

Rio do Sul	326
Salto Veloso	328
Santa Rosa do Sul	328
Santa Terezinha do Progresso	329
São Bento do Sul	329
São Domingos	338
São João do Sul	338
São José	339
São Lourenço do Oeste	343
São Pedro de Alcântara	344
Schroeder	345
Serra Alta	373
Timbé do Sul	392
Timbó	392
Três Barras	404
Vidal Ramos	406
Videira	406
Vitor Meireles	408
Xavantina	409

Consórcios

AGIR	409
ARIS	410
CINCO	410
CIS/AMFRI	410
CIS/AMUNESC	411
CIS/AMURES	411

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 059/2013

DECRETO N° 059/2013

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo n° 004/2012 e da outras providências.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a existência de interesse público na renovação do Processo Seletivo n° 004/2012, uma vez que ainda existem situações que necessitam da contratação temporária para ocupação de vagas temporariamente disponíveis;

Considerando, a necessidade do preenchimento destas vagas é condição essencial para o bom funcionamento de diversos serviços prestados pela Administração Pública Municipal;

Considerando, a existência de previsão em Lei Municipal e no próprio edital n° 004/2012 acerca da possibilidade de prorrogação da validade deste Processo Seletivo;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica prorrogado por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Processo seletivo n° 004/2012, contados a partir da data de homologação daquele certame.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de Junho de 2013.

JOSE ROBERTO DE AMORIM

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 299/2013

PORTARIA N° 299/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público n° 004/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, THAYZE GUESSER MANNES, para o cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 17 de junho de 2013 a 13 de dezembro de 2013, em substituição a titular MARCIA KOCH MANNES, na E.M. Vila Doze.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de junho de 2013.

Portaria N° 300/2013

PORTARIA N° 300/2013

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo ALFREDO PITZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 17 de junho de 2013, relativo ao período aquisitivo de 10/07/2008 a 09/07/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de junho de 2013.

Portaria N° 301/2013

PORTARIA N° 301/2013

Constitui e nomeia a comissão de avaliação do processo seletivo 003/2013, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir e nomear os servidores REMO REMOR BORGHEZAN, ANA CARLA PRIM e ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANTES para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de avaliação do Processo Seletivo 003/2013 - afim de, selecionar candidatos para o preenchimento das seguintes vagas:

a) Médico Psiquiatra - 20H;

b) Animador da Terceira Idade -20H;

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 14 de junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 17 de junho de 2013.

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: n°. 041/2013; Origem: Pregão Presencial n°. 017/2013 - Processo Licitatório n°. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Sabiazinho Extração Mineral Ltda ME; Objeto: aditar os quantitativos do presente contrato, que consiste na prestação de serviços de locação de horas de serviços de máquina com equipamentos para reconstrução/recuperação das estradas vicinais do perímetro rural e manutenção dos serviços urbanos do Município de Antonio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 22.187,50 (vinte e dois

mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 110.937,50 (cento e dez mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos);

Antônio Carlos, 28 de Maio de 2013
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Aviso de Licitação

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo menor por item, O objeto a aquisição de equipamentos agrícolas, visando o pleno atendimento ao proposto no plano de trabalho do Contrato de Repasse nº 0389.484-60/2012 - PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Dia 02/07/2013 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 13 de junho de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 079/2013

DECRETO Nº 079 /2013 DE: 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3370/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no montante de R\$ 2.380.000,00 (Dois milhões trezentos e oitenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

21. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.1009	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	350.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	350.000,00
4.4.90/0.1.02.000000	Aplicações Diretas	350.000,00

	Ações de Atenção Básica	230.000,00
2101.10.301.0004.2034		
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	230.000,00
3.3.90/0.2.28.000042	Aplicações Diretas	230.000,00

26. Encargos Gerais do Município

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2601.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	1.800.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	300.000,00
3.2.90/0.1.00.000000	Aplicações Diretas	300.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	1.500.000,00
4.6.90/0.1.00.000000	Aplicações Diretas	1.500.000,00

ANULAÇÃO

2101. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2101.10.302.0004.2090	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	2.150.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.150.000,00
3.3.90/0.1.02.000000	Aplicações Diretas	2.150.000,00
2101.10.301.0004.1014	Aquisição de Veículos	230.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	230.000,00
4.4.90/0.2.28.000042	Aplicações Diretas	230.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 081/2013

DECRETO Nº 081 /2013 DE: 13 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.2.28.000185 a dotação abaixo relacionada:

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2094	Implantação e Manutenção de Pólos de Academia de Saúde	28.000,00
4.4.90.00/0.2.28.000185	Investimentos	28.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



Biguaçu, 13 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria N° 1846/2013
PORTARIA nº 1846/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, JAMILIA VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 04/06/2013 a 30/11/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1848 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1848 de 10 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCOS LEVI DE SOUZA JUNIOR, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCOS LEVI DE SOUZA JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/06/2013 a 02/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/06/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1849 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1849 de 10 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANE NEIS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TATIANE NEIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/06/2013 a 02/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 03/06/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1851 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1851 de 10 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDNESIA DE MATOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EDNESIA DE MATOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/06/2013 a 02/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 03/06/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1852 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1852 de 10 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIDNEI SAUL DE AMORIM, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SIDNEI SAUL DE AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/07/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1853 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1853 de 10 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IONI PEDRO AVANCINI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse IONI PEDRO AVANCINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 01/06/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1854 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1854 de 10 de junho de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Marivalde Inês Kons Junkes, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Cláudia Vanderleia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelos servidores: Cláudia Mara Cândido da Silva, João Paulo Ramos, Maycon Ricardo Pereto, Renato Vieira e João Pereira Filho conforme Memorando nº 317/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de junho de 2012.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1855/2013

PORTARIA nº 1855/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, REGIANE MACHADO, ocupante do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 05/06/2013 a 02/10/2013.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1856/2013

PORTARIA nº 1856/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), SALVADOR ARTUR DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 5592/2013 período de 05/06/2013 a 01/12/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração
V

Portaria N° 1857/2013

PORTARIA nº 1857/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), IVONETE FERREIRA CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 5545/2013 período de 03/06/2013 a 01/08/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1858/2013

PORTARIA N° 1858/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), IZABEL CRISTINA COSTA ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo n° 5496/2013 período de 29/05/2013 a 27/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1859/2013

PORTARIA N° 1859/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5206/2013 em anexo no período de 21/05/2013 a 19/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1860/2013

PORTARIA N° 1860/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ELETRICISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5347/2013 em anexo no período de 27/05/2013 a 24/08/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1861/2013

PORTARIA N° 1861/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLITO JOSÉ DE AQUINO,

ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5082/2013 em anexo no período de 10/05/2013 a 31/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1862/2013

PORTARIA N° 1862/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5288/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 30/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1863/2013

PORTARIA N° 1863/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNARDO HERINGER RODRIGUES SILVA, ocupante do Cargo efetivo de ADVOGADO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5142/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 20/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1864/2013

PORTARIA N° 1864/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FRANCISCO DE FRANÇA NETO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5042/2013 em anexo no período de 15/05/2013 a 21/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1865/2013

PORTARIA N° 1865/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de JARDINEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5549/2013 em anexo no período de 03/06/2013 a 10/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1866/2013

PORTARIA N° 1866/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de JARDINEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5358/2013 em anexo no período de 26/05/2013 a 02/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1867/2013

PORTARIA N° 1867/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE GUILHERME TEIXEIRA DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5339/2013 em anexo no período de 27/05/2013 a 25/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1868/2013

PORTARIA N° 1868/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5447/2013 em anexo no período de 04/06/2013 a 30/11/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1869/2013

PORTARIA N° 1869/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROBERTO CARLOS RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de PINTOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5059/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 18/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1870/2013

PORTARIA N° 1870/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA JUCIMARA DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5118/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 26/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1871/2013

PORTARIA N° 1871/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA ASOLINI VIEIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5259/2013 em anexo no período de 23/05/2013 a 29/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1872/2013

PORTARIA N° 1872/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BRUNA BATISTA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5177/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 03/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1873/2013

PORTARIA N° 1873/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA TATIANE NASCIMENTO DE ALMEIDA ABREU, ocupante do Cargo efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5182/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 20/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1874/2013

PORTARIA N° 1874/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLA GOULART, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5160/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 20/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1875/2013

PORTARIA N° 1875/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CATARINA OLINDINA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5275/2013 em anexo no período de 01/06/2013 a 15/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1876/2013

PORTARIA N° 1876/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLI ANTONIA LAPA WEINGARTNER, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5345/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 24/05/2013 e no dia 27/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1877/2013

PORTARIA N° 1877/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANAINA MULLER MENDES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5598/2013 em anexo no período de 05/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1878/2013

PORTARIA N° 1878/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LENI MARIA SALVADOR SORGEN, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5110/2013 em anexo no período de 21/05/2013 a 30/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1879/2013
PORTARIA N° 1879/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALINE ADOLFO AMORIM DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5221/2013 em anexo no período de 22/05/2013 a 19/08/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1880/2013
PORTARIA N° 1880/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE ROBERTA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5518/2013 em anexo no período de 28/05/2013 a 26/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1881/2013
PORTARIA N° 1881/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5505/2013 em anexo no período de 06/06/2013 a 04/08/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1882/2013
PORTARIA N° 1882/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), RONALDO NIENOV, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5458/2013 em anexo no período de 28/05/2013 a 26/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1883/2013
PORTARIA N° 1883/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA REGINA COMICHOLLI MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5104/2013 em anexo no período de 21/05/2013 a 19/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1884/2013
PORTARIA N° 1884/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMANDA MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5047/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 26/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1885/2013
PORTARIA N° 1885/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELA LIRA REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5166/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 24/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1886/2013

PORTARIA N° 1886/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MABEL CRISTINA TERNES CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5050/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 19/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1887/2013

PORTARIA N° 1887/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5039/2013 em anexo no período de 16/05/2013 a 25/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1888/2013

PORTARIA N° 1888/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAIR APARECIDA FRANCO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5198/2013 em anexo no período de 23/05/2013 a 01/07/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1889/2013

PORTARIA N° 1889/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA DE SOUZA,

ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5232/2013 em anexo no período de 21/05/2013 a 30/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1890/2013

PORTARIA N° 1890/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), WELLINTON DEBRAND DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5157/2013 em anexo no período de 19/05/2013 a 24/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1891/2013

PORTARIA N° 1891/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEBORA GONÇALVES TULLA, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5213/2013 em anexo no período de 23/05/2013 a 01/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1892/2013

PORTARIA N° 1892/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CAROLINE SOARES GRAPP, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5036/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 29/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1893/2013

PORTARIA N° 1893/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISABEL CRISTINA CURCIO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5449/2013 em anexo no período de 03/06/2013 a 07/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1894/2013

PORTARIA N° 1894/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE MACHADO, ocupante do Cargo comissionado de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5126/2013 em anexo no período de 21/05/2013 a 04/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1895/2013

PORTARIA N° 1895/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSINELE HEINZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5283/2013 em anexo no período de 24/05/2013 a 22/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1896/2013

PORTARIA N° 1896/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZIA PALMIRA AMARAL LIMA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5163/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 25/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1897/2013

PORTARIA N° 1897/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILEIDE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5062/2013 em anexo no período de 17/05/2013 a 15/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1898/2013

PORTARIA N° 1898/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLEY MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5300/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 24/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1899/2013

PORTARIA N° 1899/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARLENE PEREIRA BELLE, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5105/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 18/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1900/2013
PORTARIA N° 1900/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA MARIA DA SILVA FLOR, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5257/2013 em anexo no período de 17/05/2013 a 23/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1901/2013
PORTARIA N° 1901/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDNA REGINA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 05/06/2013 a 03/08/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1902/2013
PORTARIA N° 1902/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5370/2013 em anexo, no período de 23/05/2013 a 21/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1903/2013
PORTARIA N° 1903/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM SANEAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5309/2013 em anexo, no período de 27/05/2013 a 07/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1904/2013
PORTARIA N° 1904/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELA MARIA VALENTIM MARCELINO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5223/2013 em anexo, no período de 22/05/2013 a 31/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1905/2013
PORTARIA N° 1905/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GABRIEL DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5330/2013 em anexo, no período de 17/05/2013 a 31/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1905/2013
PORTARIA N° 1905/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GABRIEL DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5330/2013 em anexo, no período de

17/05/2013 a 31/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1906/2013
PORTARIA N° 1906/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5409/2013 em anexo, no período de 29/05/2013 a 07/06/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1907/2013
PORTARIA N° 1907/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANY COELHO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5603/2013 em anexo, no período de 20/05/2013 a 24/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1908/2013
PORTARIA N° 1908/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EVANIA MARIA FAGUNDES DELAVY, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DE ASSISTENCIA A SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5131/2013 em anexo, no período de 15/05/2013 a 29/05/2013.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1909 de 12 de Junho de 2013
PORTARIA n° 1909 de 12 de junho de 2013

O Prefeito Municipal de Biguaçu no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar N° 123/2006 no seu Art. 85-A, e a Lei Municipal da Micro e Pequena Empresa N° 2806 .

ROSOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr(a). Elinara Perdigão Affonso como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Biguaçu.

Art. 2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município a APRECE e SEBRAE/CE, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar N°123-06, resultado da parceria entre a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE, a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 3º Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Número 10.071/2013 - PP 06/2013 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.071/2013
PROCESSO: PP 06/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

Valor: R\$ 5.086,50 (CINCO MIL E OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.094/2013 - DI 46/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.094/2013
PROCESSO: DL 46/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADESIVOS E BÓTONS ALTO COLANTE PARA CAMPANHA DE VACINAÇÃO DO MUNICÍPIO E A CONFECÇÃO DE CARIMBOS PARA OS DEMAIS SETORES DA SECRETARIA.

Contratado: ROBSON RAUL DA SILVA ME

Valor: R\$ 4.027,10 (QUATRO MIL E VINTE E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.095/2013 - Processo: PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.095/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 30.605,20 (TRINTA MIL SEISCENTOS E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.098/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.098/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: PEREIRA COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA ME

Valor: R\$ 28.329,70 (VINTE E OITO MIL TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.099/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.099/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: TAF DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 544,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.100/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.100/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Valor: R\$ 2.209,55 (DOIS MIL DUZENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.101/2013 - PP 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.101/2013
PROCESSO: PP 38/2013 - FMS

OBJETO: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE

Contratado: HAMILTON MACHADO ME

Valor: R\$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.104/2013 - Processo: PP 40/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.104/2013
PROCESSO: PP 40/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ E FÓRMULA ALIMENTAR INFANTIL PARA ATENDER A PROCESSOS JUDICIAIS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU. AQUISIÇÃO DE FORMULA INFANTIL 1 PARA ATENDER AS CRIANÇAS DO PROGRAMA DE DST/HIV/AIDS.

Contratado: TAF DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 12.720,56 (DOZE MIL SETECENTOS E VINTE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.105/2013 - PP 24/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.105/2013
PROCESSO: PP 24/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Valor: R\$ 23.410,00 (VINTE E TRÊS MIL QUATROCENTOS E DEZ REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.106/2013 - PP 24/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.106/2013
PROCESSO: PP 24/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.

Valor: R\$ 36.060,00 (TRINTA E SEIS MIL E SESSENTA REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

604.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Eliane Leandro Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 604/13 de 13.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 26 e 27 de maio de 2013, a funcionária Eliane Leandro da Silva, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

605.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Eliane Leandro Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 605/13 de 13.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de maio de 2013, a funcionária Eliane Leandro da Silva, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

606.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Eliane Leandro Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 606/13 de 13.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:



Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2013, a funcionária Eliane Leandro da Silva, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

607.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Berenice S. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 607/13 de 14.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 12 de junho de 2013, a funcionária Berenice Schlemper da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

608.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 608/13 de 14.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 13 de junho de 2013, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Edital Pregão Presencial N° 10/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2013

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 10/2013, para Aquisição de Material de Expediente e suprimentos de informática para atender o FMS. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 27/06/13 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00, ou no email licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Minuta Edital Pregão Presencial N° 11/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2013

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 11/2013, para Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de limpeza para atender o FMS. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 01/07/13 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00, ou no email licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Minuta Contratos Saúde 17 06 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 87/2013 Pregão Presencial 09/2013 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratado: Ferrari Laboratório De Análises Clínicas Ltda.

Objeto: Prestação de serviços especializados na realização de exames médicos, de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 218.590,00(duzentos e dezoito mil quinhentos e noventa reais).

Extrato Contrato 88/2013 Pregão Presencial 09/2013 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratado: Laboratório Clínico Bioplanalise Ltda.

Objeto: Prestação de serviços especializados na realização de exames médicos, de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 167.620,00(cento e sessenta e sete mil seiscentos e vinte reais).

Bom Retiro, 17 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 130/2013

PORTARIA Nº 130/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para repouso à gestante, a servidora Joice Muniz da Costa Marangoni, ocupante do cargo de Professora, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29.04.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.04.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 131/2013

PORTARIA Nº 131/2013

Concede Função Gratificada - FG

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-05, a servidora Alair Franz Hein, para responder pela tesouraria, a partir de 01.05.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.05.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 132/2013

PORTARIA Nº 132/2013

Coloca servidor a disposição de outro órgão - cessão de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 73, inciso II, da Lei complementar nº 09/99 de 17.11.99, e

Considerando a solicitação do Juiz Eleitoral da 57ª Zona eleitoral, requisitando servidor para exercer atividade no Cartório Eleitoral da 57ª Zona Eleitoral,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer a cessão do servidor Cristiano Hadlich, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, nomeado pela portaria nº 130/2005, para prestar serviços junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Cartório Eleitoral da 57ª Zona Eleitoral da Comarca de Trombudo Central.

§ 1º O servidor referido no caput deste artigo irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo e relacionadas as atribuições de auxiliar eleitoral.

§ 2º Caberá ao Município o ônus da remuneração devida ao servidor.

Art. 2º A cessão se dará pelo prazo de 2 anos.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o Município venha a precisar do servidor cedido ou se o interesse público o exigir.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2013.

Braço do Trombudo, 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 133/2013

PORTARIA 133/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear EVANDIR DE LARA RODRIGUES, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURIDICO, a partir de 06 de maio de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008, com efeitos retroativos a 06.05.2013.

Braço do Trombudo, 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 134/2013

PORTARIA 134/2013

NOMEIA SERVIDOR, ACT

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 008/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Yamamoto Massaji, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, por ter sido aprovado em Processo Seletivo 02/2013, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14.05.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 14.05.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 135/2013
PORTARIA Nº 135/2013
REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 08/99 de 17/11/1999, art.11.etc

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar função gratificada-FG 06, concedida ao servidor Cristiano Hadlich, na portaria nº 054/2006 de 18.04.2006, a partir de 01.06.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.06.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 136/2013
PORTARIA 136/2013
Concede Função Gratificada - FG

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, a servidora Marina Solange Georg Erbs, para responder pelos programas TFD (Tratamento fora do domicílio), PPI (Programação Pactuada e Integrada), CIS/AMAVI, GUIAS DO DETER, e os agendamentos das consultas médicas, bem como os agendamentos de viagens dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria 087/2013 de 08.03.2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008, com efeitos retroativos a 01.06.2013.

Braço do Trombudo, 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 137/2013
PORTARIA Nº 137/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas

atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Taciana dos Santos, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 028/2013, a partir de 03.06.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008 com efeitos retroativos a 03.06.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 31/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO 33/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 31/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min horas do dia 28.06.2013, estará selecionando a melhor proposta que objetiva Registro de Preços para eventual aquisição de ar condicionado, material eletroeletrônico, móveis em geral, aparelhos domésticos para a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 32/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO 34/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min horas do dia 01.07.2013, estará selecionando a melhor proposta que objetiva o Registro de Preços para Aquisição de material de expediente, material de higiene e limpeza, material de comunicação e material de copa e cozinha para a Secretaria Municipal da Cultura, turismo e Lazer, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Ata de Registro de Preço 3/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FINASTERIDA 5 MG (1467)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0,1600	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Aurobindo	0	0,1700	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	AUROBINDO	0	0,2000	3
2	Captopril 50mg (1866)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0,0300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,0300	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0300	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0300	6
3	PROPANOLOL 40 MG (1145)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,0200	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0200	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0200	6
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0200	7
4	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 20MG (1727)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zydus	0	0,0900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Zydus	0	0,0900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100	3
5	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 500mg (1876)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,9900	1
6	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI (1885)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,8000	3
7	Diclofenaco sódico 75mg solução injetável - ampola 3ml (1870)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	0,6000	1
8	Levotiroxina sódica 100mg (1838)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1500	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Merck	0	0,2000	5
9	Cloridrato de amilorida + Hidroclorotiazida 5mg+25mg (1869)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Germel	0	0,1400	1
10	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2
11	Nistatina suspensão oral 100.000UI/ml frasco com 50ml+conta gotas (1858)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,4700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,5000	2
12	METFORMINA 500 MG (654)	CP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	AUROBINDO	0	0,0500	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aurobindo Pha	0	0,0500	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500	4
13	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG (877)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1600	3
14	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG (1289)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1700	3
15	Alopurinol 300mg (1840)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,1100	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz;	0	0,1300	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	5
16	PREDNISONA 20 MG (834)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0900	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1200	3
17	Clopidrogel 75mg (1587)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,4200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANDOZ	0	0,5100	3
18	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml (1852)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,7600	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,8500	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	NATULAB	0	0,9100	4
19	Amoxicilina+clavulanato de potássio suspensão oral 50mg+12,5/ml (1855)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	4,8000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	6,9500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	7,3400	3
20	FLUCONAZOL 150 MG (1140)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,1800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MEDQUIMICA	0	0,2000	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2000	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,2000	5
21	Nistatina creme vaginal 100.000 UI/4g 60gr c/ aplicador (1597)	BISN	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,3600	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	1,4600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Losartana potássica 50mg (1868)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz:	0	0,0500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz:	0	0,0600	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0600	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	7
23	Ciprofibrato 100 mg (2619)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	UCI FARMA	0	0,4900	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	NEO QUIMICA	0	0,5100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uci Farma	0	0,6400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	UCI-FARMA	0	0,6400	4
24	Levotiroxina 75 mg (2623)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MERCK	0	0,1900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MERCK	0	0,1900	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Merck	0	0,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,2200	4
25	Alendronato de sódio 70mg comprimido, cartela com 4 comprimidos. (3039)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	E M S	0	0,3100	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Delta	0	0,3300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	DELTA	0	0,3400	3
26	Deltametrina schampoo 20mg fr c/100ml (1845)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Santa Terezini	0	1,2800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	1,6200	2
27	Dexclorfeniramina 0.4mg/ml 120ml (1585)	FR	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1000	3
28	Benzoato de benzila 200mg/ml 100ml (1856)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	5,6100	1
29	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G BISNAGA C/ 50 GRAMAS C/ APLICADOR (1720)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,5400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,5900	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1,6600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	TEUTO	0	1,6900	4
30	CLORPROPAMIDA 250 MG (1721)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Quimica	0	0,4100	1
31	CARVEDILOL 6,25 MG (1371)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400	3
32	CARVEDILOL 12,5 MG (1372)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1600	3
33	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 10MG (1728)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,0700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0900	3
34	Cloridrato de prometazina 50mg/2ml solução injetável - ampola 2 ml (1871)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	0,8500	1
35	Cetoprofeno 100mg/2ml solução injetável - ampola 2ml (1872)	AMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	UNIAO QUIMI	0	1,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,5300	2
36	Cloridrato de dobutamina 250mg/20ml solução injetável - ampola 20ml (1879)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Novafarma	0	2,1900	1
37	Furosemida 10mg/ml solução injetável - ampola de 2ml (1882)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4200	1
38	Sulfato de atropina 0,25mg/1ml solução injetável - ampola de 1ml (1883)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2400	1
39	METOCLOPROPAMIDA 4MG/ML 10ML (1701)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,4000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,4100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,4500	3
40	CEFALEXINA 250 MG SUSP. 60ML (1716)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	1,6900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	1,7000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	1,8800	3
41	NEOMICINA + BACITRACINA 10 GR (1718)	BISN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,7700	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,8100	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,9100	3
42	NORFLOXACINO 400MG (880)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Mutilab	0	0,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,1400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1500	4
43	CARVEDILOL 25 MG (1373)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1200	1
44	PROPATILNITRATO 10MG (1729)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRISTOL	0	0,3200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FQM	0	0,3400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fqm	0	0,3700	3
45	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ P/SOL. INJ 1.200.000 (1208)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,5200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,5900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,8100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8400	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,8400	5
46	PARACETAMOL 200 MG C/10 ML (1070)	UND	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,4700	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,4800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOBRAL	0	0,5000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5200	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,5300	5
47	ALBENDAZOL 400MG (1554)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,2600	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,2600	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,2700	3
48	Metronidazol (benzoilmetronidazol) suspensão oral 200mg/5ml frasco com 80 ml (1857)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM/	0	1,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,3600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	1,4200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,5900	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,5900	5
49	Cloridrato de metoclopramida 10mg/2ml solução injetável - am (1874)	AMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ISOFARMA	0	0,2200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 100mg (1877)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,1100	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	4,3100	2
51	Ginkgo biloba 80mg (1837)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,1600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,1800	3
52	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 100ML (1707)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOBRAL	0	1,0300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	1,0400	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	1,0500	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,1400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,1400	6
53	ATENOLOL 50 MG (865)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0300	4
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0300	5
54	Rosuvastatina cálcica 10 mg (2622)	CPM	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,6000	1
55	ÁCIDO FÓLICO 5MG (1704)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0200	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0200	4
56	CIMETIDINA 200 MG (152)	CP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0400	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0500	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz;	0	0,0500	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	5
57	IODETO DE POTASSIO 100 ML (1142)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	1,5400	1
58	Alopurinol 100mg (1839)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz;	0	0,0400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	4
59	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) (1706)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Medquímica	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	NATULAB	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,0500	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BELFAR	0	0,0500	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	0,0500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0600	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	MEDQUIMICA	0	0,0600	7
60	Ibuprofeno 600mg (1853)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0700	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0800	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0800	7
61	PARACETAMOL 750 MG (587)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0600	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Mariol	0	0,0600	2
62	GLIBENCLAMIDA 5 MG (1722)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MEDQUIMICA	0	0,0200	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0200	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Geolab	0	0,0200	4
63	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG (1204)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0500	1
64	SULFATO FERROSO 40 MG (1708)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz;	0	0,0400	6
65	DIMETICONA 40MG (1460)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz;	0	0,0500	2
66	NIMESULIDA 100 MG (1292)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0400	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0400	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0400	7
67	IVERMECTINA 6MG (876)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2800	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,2900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,3200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,3400	4
68	NIFEDIPINA 20 MG (1724)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Geolab	0	0,0700	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0800	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800	4
69	Atenolol 25mg (1599)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0200	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0300	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0300	6
70	CINARIZINA 75 MG (217)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARC	0	0,1100	1
71	Dipirona gts 10ml (1850)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	FARMACE	0	0,4300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,4400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0,5000	3
72	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG (1711)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Vitamed	0	0,0200	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAMED	0	0,0200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAMED	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAMED	0	0,0200	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0200	5
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Vitamed	0	0,0200	6
73	PIROXICAN 20 MG (1468)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,0800	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0800	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0800	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	GEOLAB	0	0,0800	6
74	Mebendazol 20mg/ml 30ml (1595)	FR	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,6300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	VERAPAMIL 80 MG (1147)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	SOBRAL	0	0,6400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,6800	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,7000	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz;	0	0,0600	4
76	METOCLOPROPAMIDA 10 MG (225)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz;	0	0,0600	6
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,0400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	PARACETAMOL 500 MG (1144)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0500	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TKS	0	0,0500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0500	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0,0500	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Mariol	0	0,0500	6
78	DEXODIF+FIBRINO+CLORANFENICOL TB C/ 30 GR (869)	TB	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CRISTÁLIA	0	28,8800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	28,8900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	30,8800	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CRISTALIA	0	31,0200	4
79	TIMOLOL, MALEATO 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA (1719)	FR	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,9600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,9700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	1,3200	3
80	AMIODARONA 100 MG (1375)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Dipirona sódica 500mg/ml solução injetável - ampola 2ml (1873)	AMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,5800	1
82	Butilbrometo de escopolamina/dipirona sódica 20/2500mg/5ml solução injetável - ampola 5ml (1875)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,6400	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	FARMACE	0	0,6800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	0,7600	3
83	Cloreto de potássio 19,1% solução injetável - ampola de 10ml (1878)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2200	1
84	PREDNISONA 5 MG (254)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0700	3
85	Sulfato ferroso sol. oral 25mg/ml 30ml (1590)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,5100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,5600	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HIPOLABOR	0	0,5800	3
86	METRONIDAZOL 250 MG (162)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	4
87	Glimepirida 4mg (1861)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MABRA	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1300	2
88	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG (1141)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PHARLAB	0	0,0200	1
89	DOXAZOSINA 2 MG (1376)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,0900	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1100	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1100	4
90	AZITROMICINA 600MG SUSP (1715)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Pharlab	0	1,6800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PHARLAB	0	2,3000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	2,3900	3
91	SECNIDAZOL 100MG (883)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,5000	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,5200	3
92	Aciclovir 200mg (1859)	COMP	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1000	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1000	3
93	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG (511)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0200	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0200	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0200	4
94	DIPIRONA 500MG (1709)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Balm Labor	0	0,0600	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM LABOR	0	0,0600	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BALM-LABOR	0	0,0600	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SOBRAL	0	0,0600	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG (1075)	UND	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0600	7
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	8
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0700	9
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0600	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0600	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0600	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0600	5
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0600	6
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0600	7
96	Amoxicilina+clavulanato de potássio comprimido 500mg+125mg (1854)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,0700	8
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Glaxosmithklin	0	0,4600	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	0,6800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GSK	0	0,7200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Óxido de zinco+retinol+colecalfiferol (150 mg+5000UI+900 UI) G pomada, bisnaga de 45g. (2624)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,5400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	1,6100	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,6900	3
98	FUROSEMIDA 40 mg (109)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0300	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0300	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	HIPOLABOR	0	0,0300	4
99	Salbutamol 2mg/ml xarope 80 ml (1844)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8700	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,9000	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	1,0000	3
100	AMINOFILINA 100MG (1703)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Hipolabor	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,0400	2
101	AMPICILINA 500mg (COMP) (96)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz;	0	0,0900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz;	0	0,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1100	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1100	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1100	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1100	6
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,1100	7
102	Sulfametoxazol+trimetopina 4%mg+0,8% 50ml (1593)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,6800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,8200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8600	3
103	CAPTAPRIL 25 MG (830)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BALM-LABOR	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MARIOL	0	0,0200	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	BALM LABOR	0	0,0200	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0200	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,0300	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Benzilpenicilina procaina + benzilpenicilina potássica pó para suspensão injetável 300.000UI+100.000UI (1886)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ARISTON	0	0,8500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8700	2
105	Etinilestradiol+levonorgestrel comprimido 0,03mg+0,15mg cartela com 21 comprimidos. (1841)	CART	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,6300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,7000	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIFARMA	0	0,7100	3
106	DEXAMETASONA 0,1% CREME TB C/ 10 GR (870)	TB	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,4400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,5100	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MULTILAB	0	0,5300	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,5600	4
107	DICLOFENACO DE RESINATO GTS FR 10ML (1712)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	1,5900	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	1,6000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	1,7500	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	VITAPAN	0	1,7600	4
108	CEFALEXINA 500 MG (153)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 28/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1200	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,1200	4
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Teuto	0	0,1300	5
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,1300	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,1300	7
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,1800	8
109	Cetoconazol 200mg (1594)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0900	1
110	ANLODIPINA 5 MG (1378)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0200	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,0200	2
111	ENALAPRIL, MALEATO 10MG (1723)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0400	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	METILDOPA 500 MG (326)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	TKS	0	0,1500	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,1600	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1600	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1700	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	LABORIS	0	0,1700	5
113	ESPIRONOLACTONA 25 MG (1462)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Aspen	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,1000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	E.M.S	0	0,1100	3
114	SINVASTATINA 40 MG (1377)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1100	3
115	Enalapril, maleato 20mg (1598)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CIMED	0	0,0500	4
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Belfar	0	0,0500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Royton	0	0,0600	6
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0600	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0600	8
116	DIGOXINA 0,25 MG (164)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	1
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0300	2
117	AMOXICILINA 250 MG SUSP 60ML (1713)	FR	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,9400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,0900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Quimica	0	1,1200	3
118	CIPROFLOXACINO 500 MG (527)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BRASTERAPI	0	0,1200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRASTERÁPI	0	0,1300	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzzi	0	0,1300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BRASTERAPI	0	0,1400	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1400	6
119	METFORMINA 850 MG (328)	CP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0500	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0500	3
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,0500	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,0500	5
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	TEUTO	0	0,0500	6
120	Acido acetilsalicílico tamponado 100mg (2620)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1400	3
121	Sais para reidratação, envelope 27.9g (1586)	ENV	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	NATULAB	0	0,3800	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,3800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400	4
122	OMEPRAZOL 20MG (881)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	MULTILAB	0	0,0400	4
123	Dimeticona emulsão oral 75ml/ml frasco com 15 ml (1848)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,6900	1
124	MEBENDAZOL 100 MG (1152)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0300	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SOBRAL	0	0,0300	3
125	Aciclovir 50mg/g creme - bisnaga 10 gramas (1860)	BISN	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,6300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,6400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	1,7600	3
126	Anlodipina 10mg (1865)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	3
127	Epinefrina 1g/1000ml solução injetável - ampola de 1ml (1881)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,0400	1
128	SINVASTATINA 20MG (882)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0500	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sandoz	0	0,0500	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sanval	0	0,0700	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,0700	4
129	Complexo B (polivitamínico) frasco c/ 30ml (1846)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	1,2700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	1,3900	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	BELFAR	0	1,4700	3
130	IBUPROFENO 300 MG (1296)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0500	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Teuto	0	0,0500	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0500	3
131	Nimesulida 50mg/ml 15ml (1591)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,5900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,6700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	VITAPAN	0	0,6800	3
132	AMOXICILINA 500 MG (1136)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0600	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TEUTO	0	0,0700	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,0800	3
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0800	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0800	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	6
133	METILDOPA 250MG (878)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TKS	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TKS	0	0,1000	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	LABORIS	0	0,1000	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TKS	0	0,1000	6
134	AMIODARONA 200 MG (1374)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	SANDOZ	0	0,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,1800	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,2000	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,2200	4
135	Carbonato de cálcio+colecalfiferol 500mg CaCO3+400UI (1849)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	0,5300	2
136	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML (1135)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	0,7600	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,0400	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,0400	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	1,0500	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	1,1200	5
137	CLORIDRATO DE AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 5MG + 50MG (1725)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	VITAPAN	0	0,1100	3
138	Acetato de medroxigesterona 150mg/ml inj. c/1 seringa pré-enchida de 1ml (1843)	AMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	9,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 36/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	UNIÃO QUIMI	0	9,8500	2
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	E M S	0	13,1200	3
139	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG (1134)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0100	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	IMEC	0	0,0100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	IMEC	0	0,0100	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	IMEC	0	0,0100	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Imec	0	0,0100	5
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0100	6
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Imec	0	0,0100	7
140	Ácido acetilsalicílico 500 mg (1847)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	IMEC	0	0,0300	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Sobral	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0400	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BALM	0	0,0400	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Sobral	0	0,0400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG (871)	COMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cimed	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0300	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0300	4
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Cimed	0	0,0300	5
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Multilab	0	0,0300	6
142	Bloqueador solar FPS 50 frasco com no mínimo de 120 a 200 ml (1889)	UND	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SOFTSUN	0	10,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmoderma	0	15,0900	2
143	DIPIRONA SÓDICA 250MG+BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG (3040)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM/	0	0,1100	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1200	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,1300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1300	4
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,1400	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,1400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,1400	7
144	AMPICILINA 250MG SUSP 60ML (1714)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BRAIN FARM	0	1,5900	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	1,7800	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	1,8300	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	1,8500	4
145	AZITROMICINA 500 MG (1381)	COMP	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,3900	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,4000	2
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,4100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,4300	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,4400	5
146	Losartana potássica 100mg (1867)	COMP	DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduz	0	0,1800	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	EMS	0	0,1800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	0,2200	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	Prati-Donaduz	0	0,2200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 39/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	ATENOLOL 100 MG (1361)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	1
			DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (6649)	Prati Donaduzi	0	0,0300	2
			Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda (6689)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	PRATI	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzi	0	0,0400	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	0	0,0400	7
148	Acido acetilsalicílico tamponado 200mg (2621)	COMP	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	SIGMA PHAR	0	0,1300	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	E.M.S	0	0,1300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,2400	3
149	Loção oleosa a base de girassol, vitamina A e ácido linoleico, ácido caprílico, ácido cáprico, lecitina de soja e ácidos graxos essenciais/tcm, que revitaliza a pele auxiliando na prevenção de escaras, frasco de 200ml. (2830)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nutriex	0	4,2100	1
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	KELDRIN	0	4,3200	2
150	Losartana potássica 25 mg (3042)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 40/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,0900	2
151	Pomada oftálmica estéril. Composição: Acetato de retinol 10.000UI, aminoácidos 2,5%, metionina 0,5%, cloranfenicol 0,5%. Bisnaga de 3,5g. (2832)	BISN	DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	ALLERGAN	0	9,7200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Allergan	0	10,6500	2
152	Cânfora 4gr, essência de terebentina 10ml, mentol 1gr, salicilato de metila 4ml, veículos q.s.p, tubo de aerosol contendo 120ml. (Essência de mostarda, essência de alfazema, álcool etílico 96 GL e propelente isobutano). (2833)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neoquimica	0	13,0500	1
153	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica e num excipiente aquoso, transparente e viscoso, tubo com 85 g. (3041)	TB	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lm Farma	0	43,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 41/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA (6688)	CONVATEC	0	54,4600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 42/42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes nas Unidades Sanitárias de Saúde, Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2013****PROCESSO N° 6/2013**

- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6331) - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6648) - Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda
- (6649) - DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
- (6677) - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
- (6688) - DIMENSAO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS HOSP. LTDA
- (6689) - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda
- (6690) - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.

Braço do Trombudo, 13 de Junho de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Lei N° 3.000

L E I N° 3.000, de 13 de junho de 2013.

Autoriza realizar serviços de pavimentação asfáltica, a título de geração de empregos e tributos, à empresa Sincol S.A. Indústria e Comércio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, a título de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica no parque fabril da empresa Sincol S.A. Indústria e Comércio, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.053.660/0001-68, localizada na Rua Alemanha, nº 197, neste Município de Caçador.

Art. 2º Os serviços de que trata o art. 1º, serão realizados na área interna do parque fabril da beneficiária em cinco etapas, sendo a primeira na área de embarque e desembarque de funcionários com 1.700,00m2 (um mil e setecentos metros quadrados), a segunda na área de pátio depósito de cavacos com 2.600,00m2 (dois mil e seiscentos metros quadrados), a terceira na área barracão depósito de madeira com 1.500,00m2 (um mil e quinhentos metros quadrados), a quarta na área rua de acesso pátio depósito de cavacos com 2.300,00m2 (dois mil e trezentos metros quadrados) e a quinta na área de estacionamento de caminhões com 1.250,00m2 (um mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), totalizando 9.350,00m² (nove mil, trezentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 3º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços solicitados, bem como, com os demais custos com a operacionalização, totalizando um custo de R\$ 261.888,04 (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos), conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de 10 dias contados do recolhimento.

§ 3º As despesas com a mão de obra correrão por conta desta municipalidade, totalizando R\$ 78.566,41 (setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Lei N° 3.001

L E I N° 3.001, de 13 de junho de 2013.

Autoriza realizar serviços de pavimentação asfáltica, a título de geração de empregos e tributos, à empresa Adami S/A - Madeiras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, a título de geração de empregos e tributos, serviços de pavimentação asfáltica em rua interna da empresa Adami S/A - Madeiras, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.054.478/0001-21, localizada na Rua Nereu Ramos, 196, neste Município de Caçador.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput deste artigo, serão realizados em uma área de 1.500,00m2 (um mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços solicitados, bem como, com os demais custos com a operacionalização, totalizando R\$ 36.503,36 (trinta e seis mil, quinhentos e três reais e trinta e seis centavos), conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de 10 dias contados do recolhimento.

§ 3º As despesas com a mão de obra correrão por conta desta municipalidade, totalizando R\$ 10.951,01 (dez mil, novecentos e cinquenta e um reais e um centavo).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Decreto N° 5.582

DECRETO nº 5.582, de 11 de junho de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Análise.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais ÉDINA CARLA BRESSAN, DIALA MARCHI G. BRIDI e JUSTINA INÊS Z. CASTILHO, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial para Análise da documentação a que se refere o Edital de Credenciamento nº 01/2013 - FAMPEC, que tem por objeto credenciar estabelecimentos habilitados para Plano Privado de Assistência à Saúde, definido no inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, para a prestação de serviços continuada, a preços pós-estabelecidos pelo sistema custo operacional,

com cobertura de custos de assistência ambulatorial e hospitalar com obstetrícia na segmentação referência. A cobertura será dada para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vigente à época do evento atendendo as coberturas descritas no Edital.

Parágrafo único. A data para entrega da documentação será até às 19h00 do dia 01 (primeiro) de Julho de 2013 no Protocolo Central do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 22.630

PORTARIA N° 22.630, de 30 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 22.511, de 22 de março de 2013, que nomeou servidores para exercerem cargos comissionados, do "Grupo Ocupacional Comissão" do Poder Executivo Municipal, no que se refere ao cargo da servidora ELIANE STOFFELSHAUSS que passa a ser Supervisora do Programa de Atenção ao Idoso, a contar de 22 de março.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS
Secretária de Assistência Social.

Portaria N° 22.648

PORTARIA N° 22.648, de 13 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde de diversos Servidores Públicos Municipais, e, apresentar o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 13/05/2013

Servidora: Marlei Kehler
Médicos Peritos: Ana Adeline Bridi, Raul Fernandes Bridi e Maria Lucia Bertolini

Servidora: Shirley Artico

Médicos Peritos: Ana Adeline Bridi, Raul Fernandes Bridi e Maria Lucia Bertolini

Servidora: Maria Geni Huçulak

Médicos Peritos: Ana Adeline Bridi, Raul Fernandes Bridi e Maria Lucia Bertolini

Dia 14/05/2013

Servidor: Gilberto Ribeiro

Médicos Peritos: Ana Adeline Bridi, Raul Fernandes Bridi e Maria Lucia Bertolini

Servidora: Marilene Lima Fagundes

Médicos Peritos: Ana Adeline Bridi, Raul Fernandes Bridi e Maria Lucia Bertolini

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria N° 22.685

PORTARIA N° 22.685, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas dos Servidores Públicos Municipais de Diversas Secretarias, abaixo relacionados, referente ao período de 15 de abril a 15 de maio de 2013, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	FALTAS
1048	CLAUDETE GARCIA GODINHO	4,00
12374	DEISY ROBERTA POLLI	1,00
10448	EDITE DA SILVA BIGAS	1,50
12419	EDNEIA CARLA CORREA	1,00
3429	JOSEFA FERREIRA DE AGOSTINHO	2,00
12255	MARIA ELIANE GOMES FARIAS	2,00
12411	MARILIA APARECIDA BALBINOTTI	3,50
424	RAQUEL TEREZINHA MORONA	5,00
6946	SILMARA ADAMCZSKI	2,00
12471	TYALE CARDOSO MATTOS	2,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.686

PORTARIA N° 22.686, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar n° 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente ao mês de maio de 2013, abaixo relacionados, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	Nº FALTAS
357	ANA MARIA CONSTANTINI	15,00
4412	CARMEM LUCIA ALANO DE SOUZA MAIA	5,00
12382	CRISTIANE APARECIDA TRINDADE DA SILVA	4,00
10766	EDINA FERREIRA LOPES	4,00
12334	HELBER PABLO BASEGGIO	5,00
12272	JOSE CRISTIANO PERETTI	15,00
12499	JULIANA VOGUES RIBEIRO	8,00
12301	JURANDI PERETI MANFROI	5,00
1081	LINDAMIR SOUZA SILVEIRA	30,00
11055	LUCIANA APARECIDA CRISTALDO	20,00
9393	MARIA HELENA MOREIRA MAGALHAES	10,00
883	MIRNA MINGOTTI	10,00
2179	NATALIA MUSSAK	30,00
1101	REJANE MARA SORGATTO	4,00
1133	RUBENS REIS DA SILVA	15,00
719	TERESINHA AUERBACH	4,00
3265	VALDICLEIA APARECIDA FERREIRA	4,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.691

PORTARIA n° 22.691, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 90, da Lei Complementar n° 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores públicos Municipais a seguir relacionados, férias regulamentares no mês de maio de 2013, acrescido do adicional de férias, especificando: código, nome, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Período aquisição		Período gozo	
836	ADELMIR PONTES FERNANDES	13/10/2008	12/10/2009	2/5/2013	31/5/2013
11784	ALINE MENDES LUCIANO	11/4/2012	10/4/2013	13/5/2013	11/6/2013
10948	CLAUDINEI ROSA DE OLIVEIRA	9/5/2011	8/5/2012	8/5/2013	6/6/2013
563	EUCLIDES ALVES DE MELLO	1/1/2009	31/12/2009	2/5/2013	31/5/2013
8334	EVELINE SEMKE MORAES	12/3/2012	11/3/2013	15/5/2013	13/6/2013
11782	FABIO JOSE CORDEIRO	12/4/2012	11/4/2013	2/5/2013	31/5/2013



478	JOACIR ANTUNES DE OLIVEIRA	1/12/2011	30/11/2012	24/5/2013	22/6/2013
1121	JOAO GONCALVES	2/3/2009	1/3/2010	2/5/2013	31/5/2013
1279	JOAO JOSE DO PRADO	24/3/2011	23/3/2012	15/5/2013	13/6/2013
1444	JOSE SCHEFFEMACHER RIBEIRO	1/12/2011	30/11/2012	1/5/2013	30/5/2013
1451	JOSE VANDIR MROZ	1/1/2011	31/12/2011	2/5/2013	31/5/2013
11351	JULIANA GARBOZZA	9/1/2012	8/1/2013	22/5/2013	31/5/2013
1146	JULIO CESAR MOSCHETTA DA SILVA	1/1/2012	31/12/2012	13/5/2013	11/6/2013
1157	JULIO CEZAR DE ASSIS	1/1/2008	31/12/2008	9/5/2013	7/6/2013
11807	LENISE HEINZMANN	2/5/2012	1/5/2013	6/5/2013	25/5/2013
11060	LUCAS FILIPINI CHAVES	1/6/2011	31/5/2012	6/5/2013	4/6/2013
11055	LUCIANA APARECIDA CRISTALDO	2/6/2012	1/6/2013	7/5/2013	21/5/2013
11751	LUCIMARA RIBEIRO	2/4/2012	1/4/2013	3/5/2013	1/6/2013
77	LUIZ CARLOS ZONTA	1/3/2010	28/2/2011	17/5/2013	31/5/2013
3852	MARCIA DE ARAUJO MATTIA	15/5/2011	14/5/2012	2/5/2013	11/5/2013
3852	MARCIA DE ARAUJO MATTIA	15/5/2012	14/5/2013	12/5/2013	31/5/2013
3	MAURICIO ZINI	21/1/2011	20/1/2012	1/5/2013	20/5/2013
310	MOACIR PASCOAL DE LIMA	1/1/2011	31/12/2011	2/5/2013	31/5/2013
11595	NILSO ROBERTO GOES	10/2/2012	9/2/2013	1/5/2013	30/5/2013
396	NILTON ANTONIO VIEIRA	1/12/2011	30/11/2012	1/5/2013	15/5/2013
414	PEDRO MACHADO	1/1/2012	31/12/2012	10/5/2013	8/6/2013
584	REGINA MARGARETE OLIVENICK	1/1/2011	31/12/2011	6/5/2013	25/5/2013
11783	RUDINEI GREGORIO	12/4/2012	11/4/2013	15/5/2013	13/6/2013
2628	RUI MATTANA	1/1/2012	31/12/2012	2/5/2013	31/5/2013
10895	SANDRA MARA AMADORI NUNES	13/4/2012	12/4/2013	12/5/2013	31/5/2013
154	SILVIO JOSE FERRAREZE GODINHO	1/1/2012	31/12/2012	2/5/2013	31/5/2013
10027	TATIANE APARECIDA POLO	1/1/2012	31/12/2012	18/5/2013	16/6/2013
547	VANDERLEY DE LIMA	1/8/2008	31/7/2009	2/5/2013	31/5/2013
786	VILMAR MOREIRA DOS SANTOS	16/4/2010	15/4/2011	2/5/2013	31/5/2013
411	WILSON SCHWANTES	1/4/2011	31/3/2012	2/5/2013	31/5/2013

13	CAROLINA FRUET DE LIMA	3/10/2011	2/10/2012	8/5/2013	17/5/2013
15	EMERSON SCHMIDT	2/8/2010	1/8/2011	22/5/2013	31/5/2013
61	SOLANGE VIEIRA DA SILVA	1/9/2009	31/8/2010	2/5/2013	31/5/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

ALLEX ATOLINI SILVA
DIRETOR GERAL DA DITTEC.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DENISE CHIARELLO HARTMANN
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

DILSON EDGAR THOMÉ
PRESIDENTE DO IPPUC.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

LUZIA MICHELINA DE SOUZA
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

TIAGO BORGA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA.

Portaria N° 22.694

PORTARIA nº 22.694, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria de Saúde, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados aos finais de semana, durante o mês maio de 2013 junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas	Porcentagem
12682	ANDERSON BRAUN	30,00	100%
12440	ANDRE MEIRA	58,30	100%
12661	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	69,00	100%
12441	SANDRO BICHOFI	69,00	100%
12442	WALLACE XAVIER PONTES	86,00	100%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.700

PORTARIA nº 22.700, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Educação, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestado durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
1210	IVANIR BASEGGIO	29,00
1993	PARCIVAL ANTONIO PINZIGHER	40,00
1720	SANDRO JOSE NERES DA ROCHA	40,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.703

PORTARIA nº 22.703, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Saúde, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestado durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
888	JOSE OSNI BATISTA	60,00
1964	ADELAR GERALDO PIRAN	60,00
1857	ADENIR ZOTTO	60,00
2512	ALTINO INACIO CARNEIRO	60,00
1453	ALVARO SANTOS DE CASTRO	60,00
12454	JAIR DE AZEREDO	60,00
970	JOSE GOMES DE MATTOS	60,00
1849	VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	60,00
749	VALDECIR JOSE PEREIRA DA SILVA	60,00
1866	VILMAR LEZAN	60,00
1535	VILMAR MIGUEL DOBNER	60,00
1836	ALDECIR BARP	60,00
1928	ALEX ANDERSON MORAES DOS SANTOS	35,00
4953	CAMILO PAGANINI	56,00
2027	EDEZIO RECALCATTI	27,00
645	KLAITON STREY	60,00
1827	ODAIR SANTANA	60,00
2650	ODINEY LEITE	60,00
10451	ANTONIO VANDERLEI MOREIRA	40,00
11810	ANA PAULA SIMIONI	30,00
11056	CARLA RIBEIRO	6,00
364	DELMA LETICIA DRI FICAGNA	40,00
3745	ERENILDA AMERICANO	24,00
11809	CLAIRTON MARIO CORREA	12,00
12589	IARA APARECIDA SPEGGIORIN	12,00
8413	CLAUDETE MARIA BENTO CORRENTE	6,00
8075	JANE SCHNEIDER	40,00
12615	ODETE MARIA DEITOS	17,00
10102	ROSA MERI COLUZZI	40,00
12192	SANDER MURILO FERREIRA CECATTO	45,00
11217	EDINEIA APARECIDA DA SILVA BATISTA	30,00
11934	FERNANDA LIZLAINE PEREIRA	7,00
8331	MONICA MICHELE WITIUK	40,00
11888	THABITA KELLYNE ROTA	12,00
1179	VILMA DE SOUZA MELLO JARSCHER	40,00
11032	LUIZ ANTONIO WANCIW	40,00
10790	WILIAN CARDOSO RIBEIRO	20,00
10457	KATIA CILENE BRONNER	12,00
10831	KATIA POSSAMAI	18,00
3273	MARIA ESTELA CAVICHIOLI	32,00
7708	DEISE CRISTINA FERREIRA BOURCSCHIT	40,00
11815	DEYSE APARECIDA HEINE	40,00
12452	ELIANE MARIA FURTADO ALVES CARLIN NOVROSKI	40,00
12593	GRAZIELA LEA GALLINA	40,00
7744	ELIZANDRA DIEDRICH	38,00
874	ELISABETE DE LIZ LEITE	10,00
10485	HELIO LUIZ WIRSCHUM	40,00

11890	JORGE JAIR DE MOURA BORGES	40,00
10787	JULIANA APARECIDA CORDEIRO	20,00
967	LEILA ALVES SPEGGIORIN	39,00
12444	MARLENE APARECIDA DOS ANJOS	36,00
7676	MARLENE APARECIDA RIBEIRO	40,00
11730	MAURO DE MELO	20,00
110	RUTTE KLAVA SILVA	40,00
12590	LORAINÉ BORGHETTI ROTA	18,00
10796	LURDES DOS SANTOS	8,00
7824	MAICON SGARBOSSA	40,00
7784	MARA RUBIA CORDEIRO	40,00
9393	MARIA HELENA MOREIRA MAGALHAES	18,00
10764	SANDRA APARECIDA CORREA	36,00
3437	SAYONARA GALINA	40,00
10785	VAGNER GONÇALVES	40,00
10455	WILLIAN CASTILHO PINTO	36,00
12450	JAIR BIRAMAR DE OLIVEIRA	85,00
1092	JOAO GOMES SOARES	60,00
12662	JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	38,30
12451	LENISE HEINZMANN	24,60
12586	MATHEUS MORO	73,30
12661	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	94,00
12442	WALLACE XAVIER PONTES	99,00
12441	SANDRO BICHOFE	99,00
12440	ANDRE MEIRA	112,00
12682	ANDERSON BRAUN	79,30
11332	NORTHON ANDRE FELIPE KNOBLAUCH	95,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretária de Saúde.

Portaria N° 22.704

PORTARIA nº 22.704, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
888	JOSE OSNI BATISTA	32,00
1964	ADELAR GERALDO PIRAN	21,00
1857	ADENIR ZOTTO	17,00
1836	ALDECIR BARP	60,00
2512	ALTINO INACIO CARNEIRO	24,00
1453	ALVARO SANTOS DE CASTRO	24,00
4953	CAMILO PAGANINI	5,00
2027	EDEZIO RECALCATTI	8,00
970	JOSE GOMES DE MATTOS	33,00

645	KLAITON STREY	23,00
1827	ODAIR SANTANA	39,00
2650	ODINEY LEITE	30,00
1849	VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	5,00
749	VALDECIR JOSE PEREIRA DA SILVA	30,00
1535	VILMAR MIGUEL DOBNER	40,00
11810	ANA PAULA SIMIONI	7,00
7708	DEISE CRISTINA FERREIRA BOURSCHEIT	7,00
364	DELMA LETICIA DRI FICAGNA	14,00
11815	DEYSE APARECIDA HEINE	7,00
12452	ELIANE MARIA FURTADO ALVES CARLIN NOVROSKI	4,00
7744	ELIZANDRA DIEDRICH	9,00
11890	JORGE JAIR DE MOURA BORGES	21,00
10457	KATIA CILENE BRONNER	7,00
967	LEILA ALVES SPEGGIORIN	8,00
11032	LUIZ ANTONIO WANCIW	84,00
7824	MAICON SGARBOSSA	84,00
7784	MARA RUBIA CORDEIRO	3,00
12444	MARLENE APARECIDA DOS ANJOS	77,00
8331	MONICA MICHELE WITIUK	7,00
10102	ROSA MERI COLUZZI	3,00
10764	SANDRA APARECIDA CORREA	84,00
10785	VAGNER GONÇALVES	98,00
1179	VILMA DE SOUZA MELLO JARSCHER	19,00
10455	WILLIAN CASTILHO PINTO	91,00
1866	VILMAR LEZAN	5,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretária de Saúde.

Portaria N° 22.706

PORTARIA N° 22.706, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, durante o mês de maio de 2013, conforme laudo de perícias médicas realizadas, especificando código, nome, período e número de faltas, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	PERÍODO	SOMA DAS FALTAS
12019	Andressa Quintino da Silva	30/04/2013	3 dias
11207	Any Luiz Rodrigues da Silva	02/05/2013	1 dia
12039	Carla Raquel Lazarotti	23/04/2013	½ dia
12027	Denise B. Scolari Bata-Ihon	26/04/2013	1 dia
9384	Dinamar Ap. Gomes	25/04/2013	1 dia



10766	Edina Ferreira Lopes	15/04/2013	
7991	Eduardo de Bittencourt	17/04/2013	4 dias
7785	Elizete Farias	22/04/2013	5 dias
12029	Eva Alcione P. Vieira	05/05/2013	15 dias
11230	Fernanda Moraz	28/03/2013	1 dia
4252	Flavia Morona	22/04/2013	1 dia
		15/04/2013	8 dias
		16/04/2013	
10509	Graciele Favero	18/04/2013	1 dia e ½
11173	Ilze Mara Scheffer	01/04/2013	1 dia
		25/04/2013	
1795	Iraci Furtado	30/04/2013	1 dia e meio
3510	Ivone Vacari	17/04/2013	½ dia
12450	Jairo Biramar de Oliveira	08/05/2013	3 dias
10491	José Serrão Cezar	11/04/2013	2 dias
		30/04/2013	
10806	Joseléia Ribeiro	13/05/2013	1 dia e ½
1039	Juçara Schneider Muller João	30/04/2013	2 dias
11946	Jucinei Pires do Prado Carvalho	15/04/2013	1 dia
12040	Karin Dombroski	12/04/2013	½ dia
10457	Katia Cilene Bronner	22/04/2013	½ dia
1086	Larissa Fleck Savaris	17/04/2013	3 dias
9355	Leandro Souza de Matos	27/03/2013	1 dia
11807	Lenise Heinzmann	11/04/2013	½ dia
12451	Lenise Heinzmann	11/04/2013	½ dia
	Lindair Meireles Pereira	11/04/2013	
11939	de Oliveira	17/04/2013	1 dia e ½
11055	Luciana Ap. Cristaldo	05/04/2013	20 dias
3751	Luiz Henrique Padilha	12/04/2013	½ dia
2609	Marcia Elaine Bonfanti	17/04/2013	½ dia
		18/04/2013	
11961	Maria Derli Braz	15/04/2013	3 dias
11977	Maria Helena Berto	12/04/2013	1 dia
9393	Maria Helena Moreira	11/04/2013	10 dias
378	Maricelda Rita Tonieto	19/04/2013	1 dia
10816	Marjuri Paula Sgarbossa	22/04/2013	½ dia
11877	Marli Bonfim Quadros	11/04/2013	½ dia
		26/03/2013	
		01/04/2013	
632	Miguelangel Cury	04/04/2013	3 dias
10461	Mirian Ficagna	15/04/2013	1 dia
11956	Neusa Tedesco Bressan	20/02/2013	1 dia e ½
396	Nilton Antonio Vieira	14/05/2013	120 dias
12615	Odete Maria Deitos	10/04/2013	½ dia
403	Olivia sacon de Mello	03/04/2013	90 dias

11856	Oneide Granemann Dias Wandscheer	24/04/2013	2 dias
1366	Osvaldo Vedana Junior	16/01/2013	1dia
10514	Osvaldo Vedana Junior	16/01/2013	1dia
7674	Patricia Kirschner da Cruz	26/03/2013	14 dias
10225	Patricia Sara Antunes	15/04/2013	½ dia
		08/04/2013	
11975	Rosemari Kuhl Meirelles da Silva	15/04/2013	2 dias
10897	Sabrina Z. Farias	26/04/2013	1 dia
7827	Sandra Ap. Sicka Rodrigues	18/04/2013	½ dia
		08/04/2013	
11955	Sandra Regina Jarschel	10/04/2013	4 dias
		03/05/2013	
1004	Sebastião Miguel Cachoeira	08/05/2013	2 dias
3272	Silmara Baseggio Radaelli	11/03/2013	15 dias
11943	Thais Costenaro	16/04/2013	1 dia
		27/03/2013	
7673	Valéria da Silva	09/04/2013	1 dia e ½
2521	Vanderlei Alves	09/05/2013	30 dias
1376	Veroni Salete Dallaqua	17/04/2013	1 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.718

PORTARIA n° 22.718, de 07 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar n° 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	C.H	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
3352	Marlei Kehler	Aux de Enfermagem	35	006	90 dias	13/05/2013

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.719

PORTARIA N° 22.719, de 11 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
2574	Alzira Gomes	Servente	005	01/04/2006 a 01/04/2011 – 3 meses	03/06/2013 a 01/09/2013
275	Ilza Aparecida Rosseto Ribas	Professora	016	10/02/1997 a 10/02/2002 – 1 mês	17/06/2013 a 16/07/2013
1145	José Luiz Car- valho	Guarda Patrimonial Municipal	032	02/11/2007 a 02/11/2011 – 3 meses	03/07/2013 a 30/09/2013
3317	Maria Delurdes Sicka Fernandes	Professora	037	01/08/2007 a 01/08/2012 – 3 meses	03/06/2013 a 03/09/2013
326	Marilene Girardi Escher	Professora	016	06/03/2005 a 06/03/2010 – 3 meses	01/07/2013 a 28/09/2013
1447	Neusa Castilho Leal	Servente	005	07/04/2008 a 07/04/2013 – 2 meses	03/06/2013 a 01/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.555/2013

LEI N.º 2.555/2013

Institui o Dia Municipal do Líder Comunitário e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica instituído no Município de Camboriú, o "Dia Municipal do Líder Comunitário", a ser comemorado anualmente, no dia 05 de maio.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se Líder Comunitário o cidadão ou cidadã, que participe de atividades em prol do bem comum, através de Entidades Filantrópicas, os dirigentes das Associações de Moradores.

Art. 3º Neste dia, o Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão homenagear os líderes comunitários, objetivando o consagração, valorização e reconhecimento dos serviços prestados por esta classe à sociedade.

Parágrafo único. Sempre que coincidir com sábados, domingos e feriados, o evento poderá ser realizado no primeiro dia útil subsequente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 15/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2013-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA TUBOS E GALERIAS PARA SEREM APLICADOS NAS REDES PLUVIAIS E CÔRREGOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 01 (Primeiro) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 16/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2013-FUNDESB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CONCRETO USINADO) PARA EXECUÇÃO DO PISO DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ATERRO SANITÁRIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camboriú, 13 de Junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 6/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2013- FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NO LOCAL DO EVENTO E COM CARRO DE SOM PELAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 02 (Dois) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
NOTIFICAÇÃO
A (o)
Sr. (a) CRISTIANO VOITINA

Através do presente, fica V.Sa. notificado de que deverá comparecer no prazo de 48 (quarenta e oito horas), das 12:00/18:00, a contar do recebimento desta, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Camboriú, para tratar de assunto relativo à sua situação funcional, sob pena de caracterização de abandono de emprego.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú, 13/06/2013
MÁRCIO DA ROSA
Secretário Municipal

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro-Camboriú - SC CEP: 88340-000
TEL: 047 3365 9500
OUVIDORIA 0800-6469500
OUVIDORIA@CIDADEDECAMBORIU.SC.GOV.BR

Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
NOTIFICAÇÃO
A (o)
Sr. (a) RAFAELLA BASTIANI SILVA

Através do presente, fica V.Sa. notificado de que deverá comparecer no prazo de 48 (quarenta e oito horas), das 12:00/18:00, a contar do recebimento desta, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Camboriú, para tratar de assunto

relativo à sua situação funcional, sob pena de caracterização de abandono de emprego.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú, 13/06/2013

MÁRCIO DA ROSA
Secretário Municipal

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro-Camboriú - SC CEP: 88340-000
TEL: 047 3365 9500
OUVIDORIA 0800-6469500
OUVIDORIA@CIDADEDECAMBORIU.SC.GOV.BR



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 651, 652, 662, 669/2010
Editais de Autuação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 651/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
CEB2686	55371811C	5169/1	15/05/2010	165
EEO9843	55372908C	5550/0	30/04/2010	181 * XVIII
MDK7852	55371416C	5819/2	28/04/2010	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 652/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
LXG5243	55371820C	6130/0	30/07/2010	214 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 662/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFA0784	55370915C	6912/0	19/02/2010	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 669/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADF6913	55371496C	6599/2	27/10/2010	230 * V
ADF6913	55371497C	5045/0	27/10/2010	162 * V
AEX2912	55948958C	6920/0	28/10/2010	233
AGQ7901	55371441C	5460/0	19/07/2010	181 * IX
AGQ7901	55371442C	6556/4	19/07/2010	230 * I
AHW1738	55374187C	6653/1	24/10/2010	230 * XI
AOE1471	55373300C	5010/0	17/10/2010	162 * I
AOE1471	55374313C	5061/0	17/10/2010	163 c/c 162 * I
AOE1471	55374314C	6610/2	17/10/2010	230 * VII
AOE1471	55374315C	5835/0	17/10/2010	195
AOE1471	55374316C	6637/1	17/10/2010	230 * IX
AOP7464	55948802C	6920/0	18/10/2010	233
BIG3600	55948366C	7366/2	05/10/2010	252 * VI
BSS8939	55948431C	6920/0	29/09/2010	233
CXI1853	55373049C	5185/1	17/09/2010	167
CYC0533	55948510C	5185/1	25/10/2010	167
DLR8545	55948670C	5452/1	26/10/2010	181 * VIII
HRC6273	55948430C	6920/0	29/09/2010	233
HXY7489	55373675C	6610/2	23/07/2010	230 * VII
HXY7489	55373676C	5185/1	23/07/2010	167
IEF6008	55372640C	5274/2	10/07/2010	175
LWR9820	55948659C	5738/0	19/10/2010	186 * II
LWV1979	55370621C	5738/0	28/01/2010	186 * II
LWV1979	55370622C	5185/1	28/01/2010	167
LXK4460	55371446C	5169/1	23/07/2010	165
LXM6154	55371943C	6920/0	18/10/2010	233

LYL3115	55372810C	6920/0	26/07/2010	233
LZG0555	55948432C	6920/0	29/09/2010	233
LZV5351	55948367C	7366/2	15/10/2010	252 * VI
MAK5771	55371018C	6050/1	28/01/2010	208
MAT9433	55372294C	6912/0	30/10/2010	232
MAT9433	55372295C	6599/2	30/10/2010	230 * V
MAT9433	55372296C	6637/1	30/10/2010	230 * IX
MBJ9603	55373670C	6599/2	21/07/2010	230 * V
MBY0220	55373007C	5185/1	12/07/2010	167
MBY7270	55370550C	6920/0	26/07/2010	233
MBZ2147	55948582C	6599/2	08/10/2010	230 * V
MBZ2147	55948583C	5045/0	08/10/2010	162 * V
MCC9298	55371845C	5720/0	12/10/2010	186 * I
MCH7343	55372782C	5185/1	28/06/2010	167
MCM8726	55374319C	6599/2	25/10/2010	230 * V
MCR3659	55373499C	6653/2	18/09/2010	230 * XI
MCX1077	55371498C	5738/0	30/10/2010	186 * II
MDA5814	55948667C	5010/0	25/10/2010	162 * I
MDA5814	55948668C	6599/2	25/10/2010	230 * V
MDA5814	55948669C	6912/0	25/10/2010	232
MDC6731	55371491C	6084/4	18/10/2010	211
MDS3565	55948453C	5010/0	25/10/2010	162 * I
MDS3565	55948454C	6599/2	25/10/2010	230 * V
MDS3565	55948455C	5061/0	25/10/2010	163 c/c 162 * I
MDX7845	55948512C	6599/2	25/10/2010	230 * V
MEC4808	55948511C	6912/0	25/10/2010	232
MEG3558	55369538C	6050/1	21/10/2010	208
MEI7342	55371487C	5738/0	14/10/2010	186 * II
MEO5997	55948508C	7340/0	22/10/2010	252 * IV
MEW6166	55373225C	5452/3	11/10/2010	181 * VIII
MEX8442	55948570C	6599/2	06/10/2010	230 * V
MEX8442	55948571C	5010/0	06/10/2010	162 * I
MEX8442	55948572C	5061/0	06/10/2010	163 c/c 162 * I
MFH3294	55371017C	7366/2	28/01/2010	252 * VI
MFI8443	55374182C	6599/2	17/10/2010	230 * V
MFL4953	55373770C	5010/0	29/10/2010	162 * I
MFL4953	55373771C	5061/0	29/10/2010	163 c/c 162 * I

MFL4953	55948676C	6912/0	01/11/2010	232
MFL4953	55948677C	6769/1	01/11/2010	230 * XXII
MFW9626	55373768C	6050/1	27/10/2010	208
MGX0660	55371975C	6599/2	02/07/2010	230 * V
MGX0660	55371976C	6912/0	02/07/2010	232
MHC1892	55948522C	7366/2	28/10/2010	252 * VI
MHN4279	55373517C	5550/0	03/10/2010	181 * XVIII
MHP7726	55948702C	5010/0	21/10/2010	162 * I
MHR6420	55373665C	6599/2	20/07/2010	230 * V
MHV2097	55948519C	5010/0	28/10/2010	162 * I
MHV2097	55948520C	6270/0	28/10/2010	220 * II
MHV2097	55948521C	5118/0	28/10/2010	164 c/c 162 * I
MHV8913	55373224C	5738/0	07/10/2010	186 * II
MJD9230	55373227C	5878/0	23/10/2010	199
MKF6140	55373910C	5037/1	09/10/2010	162 * III
MVC2743	55948959C	6920/0	28/10/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.972 de 12 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.972 DE 12 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL II E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 06 da Área Industrial II do Município de Campo Alegre/SC, situada à Rodovia Estadual SC-110, medindo 24.214,40m² (vinte e quatro mil, duzentos e quatorze metros e quarenta decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da vigência desta Lei, à empresa ARTEPREMETAL PRÉ MOLDADOS E MATA-LÚRGICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.038.266/0001-99, devendo a concessão observar os preceitos das Leis Municipais nº 2.230 de 27 de maio de 1997 e 2.558 de 19 de outubro de 2001.

Art.2º) Após o término do prazo constante no caput do Artigo 1º, desta Lei, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, através de Lei ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente Lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na sede do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.815 de 13 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.815 DE 13 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71 Inciso VII da Lei Municipal Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JUANA HINKE DOBROCHINSKI, Registro no Sistema sob nº 955262, para exercer o cargo em Comissão - Assessora de Comunicação Social, criado pela Lei Complementar Municipal nº 006/02, Código 02, do Anexo II, com dedicação em tempo integral, lotada no Gabinete do Prefeito a partir desta data.

Art.2º) O Assessor de Comunicação Social, perceberá a remuneração fixada em Lei, em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 13/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo a Ata de Registro 23/2013 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013									
Fornecedor: 991 - DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGREN									
1	01-17-0967	Acido gel condicionador dental, com 3 seringas	ACID GEL VILLE	PCT	40,000	0,0000	5,5000	220,00	Venceu
57	01-17-0916	EDTA liquido, frasco com 20 ml	SOUZA	FRS	15,000	0,0000	7,0000	105,00	Venceu
86	01-08-0355	LIQUIDO CARIOSTÁTICO. COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE AMÔNIA, NITRA	SOUZA	FRS	50,000	0,0000	11,0000	550,00	Venceu
87	01-08-0322	LÍQUIDO HEMOSTÁTICO -5 ML	HEMOLIQ TECHNEW	FRS	60,000	0,0000	14,0000	840,00	Venceu
97	01-17-0922	Paramonocloroferol canforado, frasco com 20 ml	BIODINAMICA	FRS	50,000	0,0000	7,0000	350,00	Venceu
98	01-17-1177	PASTA DE MAISTO, FRASCO COM 10G	SOUZA	FRS	30,000	0,0000	15,0000	450,00	Venceu
99	01-17-0923	Pasta profilática contendo pedras pomes microgranulado tubo	HERJOS	UN	18,000	0,0000	5,0000	90,00	Venceu
139	01-18-0865	LIQUIDO REVELADOR DE PLACA BACTERIANA FRASCO 500ML	VIGODENT REPLASUL	FRS	60,000	0,0000	8,0000	480,00	Venceu
140	01-08-0597	Fluoreto de sodio em capsula, 1 gr, pote com 500	SOUZA	PT	20,000	0,0000	100,0000	2.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					343,000			5.085,00	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços 19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/4

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 770 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA									
3	01-08-0423	AGULHA GENGIVAL CURTA COM 100 UND	JETS	CX	50,000	0,0000	11,3646	568,23	Venceu
4	01-19-0380	AGULHA GENGIVAL LONGA, CAIXA COM 100 UND.	INJEX	CX	40,000	0,0000	12,0442	481,77	Venceu
5	01-08-0329	ANESTÉSICO INJETÁVEL, CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM EPINE	MEPIVALEN AD	CX	90,000	0,0000	29,4041	2.646,37	Venceu
6	01-08-0598	Anestésico injetável, cloridrato de mepivacaína 3%, sem vaso	MEPIVALEN SV	CX	40,000	0,0000	28,6566	1.146,26	Venceu
7	01-17-0960	Anestésico injetável, cloridrato de prilocaína e felipress	PRILONEST	CX	30,000	0,0000	19,9350	598,05	Venceu
8	01-08-0331	ANESTÉSICO TÓPICO, 20% BENZOCAÍNA, SABORES VARIADOS, FRS 12	BENZOTOP	FRS	60,000	0,0000	3,4886	209,32	Venceu
10	01-08-0373	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA HASTE LONGA N. 02	QUIMIDROL	UN	30,000	0,0000	5,9473	178,42	Venceu
11	01-08-0374	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA HASTE LONGA N. 04	QUIMIDROL	UN	30,000	0,0000	5,9494	178,48	Venceu
12	01-08-0375	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 01	MEDIN	UN	30,000	0,0000	3,6709	110,13	Venceu
13	01-08-0376	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 02	MEDIN	UN	30,000	0,0000	3,6709	110,13	Venceu
14	01-08-0377	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 04	MEDIN	UN	100,000	0,0000	3,6709	367,09	Venceu
15	01-08-0378	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 06	MEDIN	UN	100,000	0,0000	3,6709	367,09	Venceu
16	01-08-0608	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 08	MEDIN	UN	100,000	0,0000	3,6709	367,09	Venceu
17	01-08-0379	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO N.245	MEDIN	UN	30,000	0,0000	3,6709	110,13	Venceu
18	01-08-0380	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO N.329	MEDIN	UN	30,000	0,0000	3,6709	110,13	Venceu
19	01-08-0381	BROCA CARBIDE P/ ALTA ROTAÇÃO N.330	MEDIN	UN	60,000	0,0000	3,6709	220,25	Venceu
20	01-08-0609	BROCA DE AÇO MULTISSET KIT COM 6 PEÇAS	INJECTA	KIT	50,000	0,0000	22,7848	1.139,24	Venceu
21	01-08-0382	BROCA DE AÇO P/ BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 01	QUIMIDROL	UN	30,000	0,0000	1,7722	53,17	Venceu
22	01-08-0383	BROCA DE AÇO P/ BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 02	QUIMIDROL	UN	30,000	0,0000	1,7722	53,17	Venceu
23	01-08-0384	BROCA DE AÇO P/ BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 04	QUIMIDROL	UN	130,000	0,0000	1,7722	230,39	Venceu
24	01-08-0385	BROCA DE AÇO P/ BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 06	QUIMIDROL	UN	130,000	0,0000	1,7722	230,39	Venceu
25	01-08-0386	BROCA DE AÇO P/ BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA N. 08	QUIMIDROL	UN	130,000	0,0000	1,7722	230,39	Venceu
26	01-08-0527	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA, N° 1/2	QUIMIDROL	UN	30,000	0,0000	1,7722	53,17	Venceu
27	01-17-1061	BROCA ZECRYA 28MM	MEDIN	UN	30,000	0,0000	15,8228	474,68	Venceu
28	01-17-0948	Broca diamantada cônica topo em chama alta rotação, n°3195F	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 2/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 770 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA									
29	01-17-0949	Broca diamantada cônica topo em chama alta rotação, nº3195FF	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
30	01-17-1168	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO COM INVERT Nº 1032	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
31	01-17-1169	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO COM INVERT Nº 1034	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
32	01-08-0528	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO, Nº 1011	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
33	01-08-0389	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.1012	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
34	01-08-0390	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.1014	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
35	01-08-0391	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.1016	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
36	01-17-1170	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
37	01-17-1171	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1091	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
38	01-17-1172	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1092	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
39	01-08-0392	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO N.3083	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
40	01-08-0393	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.3118F	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
41	01-08-0394	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.3118FF	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
42	01-08-0395	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.3195	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
43	01-08-0396	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.3195F	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
44	01-08-0397	BROCAS DIAMANTADAS P/ ALTA ROTAÇÃO N.3195 FF	SS WHITE	UN	30,000	0,0000	1,0127	30,38	Venceu
45	01-08-0569	Cápsulas pré-dosadas de amalgama, permite, 2 porções Composi	PERMITE	CX	15,000	0,0000	107,9235	1.618,85	Venceu
46	01-08-0568	Cápsulas pré-dosadas de amalgama, permite, 1 porções, Compos	SDI	CX	15,000	0,0000	58,7432	881,15	Venceu
50	01-17-0933	Cloridrato de lidocaína a 20mg/ml com bitartarato de norep	LIDOSTESIN	CX	30,000	0,0000	18,4176	552,53	Venceu
51	01-17-0966	Cloridrato de mepivacaina + adrenalina a 2%, caixa com 50 tu	MEPIVALEN AD	CX	40,000	0,0000	28,6868	1.147,47	Venceu
52	01-08-0571	Cones de papel absorvente, 1A. E 2A. Serie. Caixa com 120 un	INJECTA	CX	5,000	0,0000	9,1280	45,64	Venceu
53	01-08-0647	Cunha anatômica de madeira coloridos, em tamanhos sortidos,	PHARMAINOX	EMB	60,000	0,0000	4,9160	294,96	Venceu
55	01-08-0428	DEDAL DE AMALGAMA	JON	UN	15,000	0,0000	1,6199	24,30	Venceu
65	01-08-0572	Espelho odontológico N5- duflex - Medidas - Comprimento : 0.	DUFLEX	UN	150,000	0,0000	6,7419	1.011,29	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 3/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 770 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA									
66	01-08-0610	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLAGENO HIDROLIZADO LIOFILIZADO, 14	HEMOSPON	CX	150,000	0,0000	12,6411	1.896,17	Venceu
68	01-19-0081	FICHA ODONTOLÓGICA- PCT COM 100 UNIDADES	ODONTOLOGIC	PCT	180,000	0,0000	7,3038	1.314,68	Venceu
71	01-17-0930	Fio de seda trançado, com agulha de aço inox 3.0	TECHNEW	UN	15,000	0,0000	16,8548	252,82	Venceu
72	01-17-1175	FIO DENTAL COM 100 METROS	MEDFIO	UN	60,000	0,0000	1,1237	67,42	Venceu
73	01-08-0630	FIXADOR DENTAL 475ML	KODAK	FRS	40,000	0,0000	5,0564	202,26	Venceu
80	01-08-0627	HIDRO-C, COMPOSTO DE CÁLCIO RADIOPACO E AUTO-ENDURECÍVE. APR	HYDRO C	UN	25,000	0,0000	15,5406	388,52	Venceu
81	01-17-0920	Ionômero de vidro R para restauração kit com 01 pó na cor A2	MAXXION R	KIT	70,000	0,0000	12,4290	870,03	Venceu
82	01-17-0921	Ionômero de vidro R para restauração kit com 01 pó na cor A3	MAXXION R	KIT	50,000	0,0000	12,4290	621,45	Venceu
83	01-08-0405	LÂMINA PARA BISTURI, N.12 - C/ 100	INJECTA	EMB	8,000	0,0000	13,9052	111,24	Venceu
84	01-08-0406	LÂMINA PARA BISTURI N. 15, COM 100 UNID	SOLIDOR	EMB	8,000	0,0000	13,9052	111,24	Venceu
85	01-08-0353	LIMA K Nº 15	SOLIDOR	UN	10,000	0,0000	14,3266	143,27	Venceu
91	01-08-0576	Mandril para disco de lixa de acabamento de resina para cont	MICRODONT	UN	13,000	0,0000	1,9008	24,71	Venceu
106	01-08-0587	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável	TETRIC CERAN HB	UN	15,000	0,0000	37,0447	555,67	Venceu
107	01-17-1180	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA, FOTOPOLIMERIZÁVEL	TETRIC CERAN HB	UN	20,000	0,0000	37,0455	740,91	Venceu
108	01-08-0582	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável, baseada	TETRIC CERAN HB	UN	20,000	0,0000	37,0455	740,91	Venceu
109	01-08-0583	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável, baseada e	TETRIC CERAN HB	UN	20,000	0,0000	37,0455	740,91	Venceu
110	01-08-0584	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável, baseada	TETRIC CERAN HB	UN	25,000	0,0000	37,0455	926,14	Venceu
111	01-08-0585	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável, baseada	TETRIC CERAN HB	UN	16,000	0,0000	37,0455	592,73	Venceu
112	01-08-0586	Resina composta microhíbrida, fotopolimerizável, base	TETRIC CERAN HB	UN	16,000	0,0000	37,0455	592,73	Venceu
113	01-08-0588	Resina composta microhíbrida, fotopolimeriz	TETRIC CERAN HB	UN	15,000	0,0000	37,0455	555,68	Venceu
114	01-08-0589	Resina composta microhíbrida, fotopolim	TETRIC CERAN HB	UN	15,000	0,0000	37,0455	555,68	Venceu
115	01-08-0590	Resina composta microhíbrida, fotopol	TETRIC CERAN HB	UN	15,000	0,0000	37,0455	555,68	Venceu
116	01-08-0591	Resina composta microhíbrida,	TETRIC CERAN HB	UN	15,000	0,0000	37,0455	555,68	Venceu
117	01-08-0592	Resina Fluida -Flow A2	NATURAL FLOW	UN	35,000	0,0000	9,8788	345,76	Venceu
118	01-08-0593	Resina Fluida -Flow A3	NATURAL FLOW	UN	35,000	0,0000	9,8788	345,76	Venceu
119	01-08-0594	Resina Fluida -Flow B2	NATURAL FLOW	UN	35,000	0,0000	9,8788	345,76	Venceu
136	01-17-1059	CREME DENTAL COM FLÚOR COM 90G	ICE FRESH	UN	300,000	0,0000	0,8167	245,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 4/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013									
Fornecedor: 770 - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA									
138	01-08-0426	ESCOVA DENTAL INFANTIL, MACIA, DIVERSAS CORES	FLOPPY MEDFIO	UN	6.000,000	0,0000	0,2725	1.635,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					9.476,000			32.360,00	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços 21/2013 Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013
 Fornecedor: 901 - PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSF

47	01-08-0570	Carbono em filme para articulação, embalagem com 280 folhas	ANGELUS	EMB	10,000	0,0000	103,6000	1.036,00	Venceu
48	01-17-0935	Cariostático fluoreto de diamina de prata vidro com 10 ml	IODONTOSUL	VD	30,000	0,0000	15,2600	457,80	Venceu
49	01-08-0636	Cartela de rx odontológico com 1 janela	DALLAS	UN	450,000	0,0000	0,0700	31,50	Venceu
54	01-19-0450	Curativo alveolar compropolis 10gr	IODONTOSUL	FRS	40,000	0,0000	13,0200	520,80	Venceu
56	01-08-0430	DISCOS PARA ACABAMENTO, TIPO SOF. LEX. COM MANDRIL, COM 50 U	FGM	EMB	50,000	0,0000	50,1200	2.506,00	Venceu
69	01-08-0633	Filme dental periapical adulto c/ 150 unidades	DFL	CX	3,000	0,0000	80,2200	240,66	Venceu
70	01-08-0634	Filme dental periapical infantil c/ 150 unidades	KODAK	CX	1,000	0,0000	115,2000	115,20	Venceu
93	01-08-0577	Material Restaurador intermediário, marfim, pó pote com 38 g	DENTSPLY	KIT	15,000	0,0000	39,9000	598,50	Venceu
94	01-08-0579	Matriz metálica 5 mm, com 500 mm	INJECTA	UN	70,000	0,0000	0,7900	55,30	Venceu
95	01-08-0578	Matriz metálica 7 mm, com 500 mm	INJECTA	UN	70,000	0,0000	0,7900	55,30	Venceu
96	01-08-0580	Óculos para proteção -Lentes com design especial para adapta	3M	UN	15,000	0,0000	17,0520	255,78	Venceu
100	01-08-0626	PINCEL DESCARTÁVEL MICROBRUSCH FINO COM 100 UNIDADES	VIGODENT	CX	100,000	0,0000	7,2450	724,50	Venceu
101	01-08-0362	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULAÇÃO MEDINDO 10CM X 15 CM	JPR	UN	10,000	0,0000	3,9200	39,20	Venceu
102	01-17-1179	PONTAS MONTADAS DE SILICONE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE	VIGODENT	CX	40,000	0,0000	33,0680	1.322,72	Venceu
103	01-17-1178	PONTAS MONTADAS DE SILICONE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO	VIGODENT	CX	40,000	0,0000	33,0680	1.322,72	Venceu
104	01-08-0033	PORTA AMÁLGAMA DE PLÁSTICO	MAQUIRA	UN	10,000	0,0000	6,9860	69,86	Venceu
105	01-08-0284	POTE DAPEN	IODONTOSUL	UN	10,000	0,0000	2,1000	21,00	Venceu
126	01-08-0650	Sugador cirúrgico descartável em resina ABS, esterilizado co	INDUSBELLO	CX	15,000	0,0000	21,0700	316,05	Venceu
127	01-08-0185	SUGADORES DESCARTÁVEIS COM 40 UNIDADES	SS PLUS	EMB	70,000	0,0000	2,6320	184,24	Venceu
128	01-08-0368	TIRAS DE LIXA C/ GRANULAÇÃO MÉDIA/FINA PARA ACABAMENTO E POL	INJECTA	EMB	50,000	0,0000	5,8380	291,90	Venceu
129	01-08-0369	TIRAS DE LIXA DE AÇO, PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES METÁLI	INJECTA	UN	60,000	0,0000	5,1380	308,28	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013

Fornecedor: 901 - PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSF

130	01-08-0370	TIRAS DE POLIÉSTER 10 MM X 120MM X 0.05 MM - C/ 100 UNIDADES	QUIMIDROL	EMB	60,000	0,0000	0,8230	49,38	Venceu
Total do Fornecedor ----->					1.219,000			10.522,69	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços 22/2013-Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013									
Fornecedor: 990 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
58	01-17-0868	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERELIZAÇÃO, 10 CM, PAPEL GRAU	harbo	BOBI	50,000	0,0000	33,3200	1.666,00	Venceu
59	01-17-0869	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERELIZAÇÃO, 15 CM, PAPEL GRAU CIRU	harbo	BOBI	100,000	0,0000	42,0000	4.200,00	Venceu
60	01-17-1127	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 20 CM, PAPEL GRAU CIRUR	harbo	BOBI	30,000	0,0000	56,0000	1.680,00	Venceu
120	01-08-0631	REVELADOR DENTAL 475 ML	dentaltec	FRS	35,000	0,0000	5,0400	176,40	Venceu
121	01-17-0924	Selante de fissuras da face de dentes e fissuras fotopolimer	dentsply	SERI	60,000	0,0000	23,8000	1.428,00	Venceu
122	01-17-0925	Sistema adesivo dental fotopolimerizavel com 6 ml Composição	3m	FRS	12,000	0,0000	176,4000	2.116,80	Venceu
123	01-08-0595	Solução hemostática, frasco com 5 ml	dentsply	FRS	20,000	0,0000	14,9900	299,80	Venceu
124	01-08-0596	Solução revelador de placa bacteriana, para bochecho, a bas	iodontosul	FRS	70,000	0,0000	9,5000	665,00	Venceu
125	01-08-0628	SPRAY REFRIGERANTE À 50°C, ODOR MENTOLADO, PARA TESTE DE VIT	maquira	UN	10,000	0,0000	18,0600	180,60	Venceu
133	01-08-0421	TRICRESOL FORMALINA - FRASCO C/ 10 ML	iodonmtec	FRS	15,000	0,0000	4,6200	69,30	Venceu
134	01-17-0963	Unispray spray lubrificante Kavo	kavo	FRS	10,000	0,0000	30,8000	308,00	Venceu
135	01-08-0651	Verniz fluoretado, composição: Líquido - Fluoreto de Sódio.	inodon	KIT	50,000	0,0000	11,2000	560,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					462,000			13.349,90	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços 24/2013 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2013 Licitação: 16/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 216 - MAXIMA PAPELARIA LTDA									
Lote - 1									
1	1171268	Água sanitária, com cloro ativo, princípio ativo (mínimo): e	SUPERPLUS	FRS	800,000	0,0000	1,4046	1.123,65	Venceu
2	1170863	DESINFETANTE LIQUIDO PARA BANHEIROS COM 02 LITROS	UNIVERSAL	FRS	300,000	0,0000	2,9064	871,92	Venceu
3	1170067	DESODORIZADOR DE AR SPRAY, COM NO MÍNIMO 300 ML	PURO AR	FRS	30,000	0,0000	7,9329	237,99	Venceu
4	1171272	Pedra desodorizadora para vaso sanitário. Composição mínima:	SANY	UN	180,000	0,0000	1,7580	316,44	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					1.310,000			2.550,00	
Lote - 4									
11	1171149	BALDE EM MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 10 LITROS, COR BRANCO	PLASC	UN	10,000	0,0000	4,3420	43,42	Venceu
12	1170504	BALDE EM MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 LITROS, COR BRANCO	PLASC	UN	5,000	0,0000	8,6783	43,39	Venceu
13	1171151	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE TAMANHO APROX. 37 CM	CANADÁ	UN	15,000	0,0000	6,9427	104,14	Venceu
14	1171152	ESCOVA PARA LAVRAR, MULTIUSO (IDEAL PARA ROUPAS), EM PP COM	CANADÁ	UN	15,000	0,0000	3,4540	51,81	Venceu
15	1171153	ESCOVA PARA HIGIENE DE UNHAS E MÃOS, TAMANHO APROX. 8(C) X	CANADÁ	UN	15,000	0,0000	2,6035	39,05	Venceu
16	1170069	ESPONJA DE LÃ DE AÇO COM 8 UNIDADES	INOVE	PCT	90,000	0,0000	1,8051	162,46	Venceu
17	1170070	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE DE 110X75X20MM	3M	UN	400,000	0,0000	0,8678	347,12	Venceu
18	1171047	LUVAS DE BORRACHA, NATURAL, DE LATEX, COM REVESTIMENTO	VOLK	PAR	150,000	0,0000	2,5861	387,92	Venceu
19	1171283	PANO PARA LIMPEZA ATOALHADO, COM 03 UNIDADES, DE NO MÍNIMO 3	MARTINS	UN	80,000	0,0000	3,4713	277,70	Venceu
20	1171159	TOALHA DE ROSTO 100% TAMANHO MÍNIMO DE 45 X 70 CM COR BRANCA	BRUSQUENSE	UN	40,000	0,0000	6,0748	242,99	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					820,000			1.700,00	
Lote - 6									
25	1170912	RODO PARA LIMPEZA, TAMANHO APROX. 40 CM, COM CABO	CANADÁ	UN	15,000	0,0000	9,1867	137,80	Venceu
26	1171326	PÁ PARA LIXO, TAMANHO APROX. 25X25, EM PLÁSTICO, COM CABO LO	CANADÁ	UN	12,000	0,0000	15,6180	187,42	Venceu
27	1170144	VASSOURA DE CIPÓ COM CABO	CANADÁ	UN	5,000	0,0000	13,7806	68,90	Venceu
28	1170233	VASSOURA DE NYLON COM CABO	CANADÁ	UN	15,000	0,0000	7,8090	117,14	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 16/2013 Licitação: 16/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013
Fornecedor: 216 - MAXIMA PAPELARIA LTDA

Lote - 6

29	1170091	VASSOURA DE PALHA DE ARROZ COM CABO	CANADÁ	UN	20,000	0,0000	9,1870	183,74	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			695,00	
					Total do Fornecedor ----->			4.945,00	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços 25/2013 Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2013 Licitação: 16/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 549 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME									
Lote - 2									
5	1171269	Detergente líquido para louça, com alta eficiência na remoção	GIRANDO SOL	FRS	400,000	0,0000	1,1470	458,81	Venceu
6	1171158	SAPONÁCEO LÍQUIDO COM DETERGENTE, FRASCO COM NO MÍNIMO 300G	SANIBRILHO	FRS	100,000	0,0000	2,4719	247,19	Venceu
7	1171273	Limpa vidros. Removedor de sujeira de vidros, espelhos, acrí	WORKER	FRS	110,000	0,0000	3,5389	389,28	Venceu
8	1171270	Lustra móveis, perfumado, frasco com 200ml. Composição mínim	WORKER	FRS	50,000	0,0000	3,0943	154,72	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					660,000			1.250,00	
Lote - 3									
9	1171155	SABÃO EM BARRA, PACOTE COM 5 UNIDADES	GIRANDO SOL	PCT	15,000	0,0000	4,3478	65,22	Venceu
10	1171332	Sabão em pó, com amaciante e alvejante, ingredientes: tensoa	GIRANDO SOL	EMB	100,000	0,0000	4,3478	434,78	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					115,000			500,00	
Lote - 5									
21	1170084	Saco de algodão cru (não alvejado), tamanho mínimo de 50x60	MARTINS	UN	80,000	0,0000	3,1583	252,66	Venceu
22	1170878	SACO PARA LIXO SUPER RESISTENTE, DE POLIETILENO, 100 litros	EMBRAS	EMB	350,000	0,0000	2,7693	969,26	Venceu
23	1170879	SACO PARA LIXO DE SUPER RESISTENTE, DE POLIETILENO, 30 litro	EMBRAS	PCT	450,000	0,0000	2,5312	1.139,04	Venceu
24	1170880	SACO PARA LIXO DE SUPER RESISTENTE, DE POLIETILENO 50 LITROS	EMBRAS	PCT	450,000	0,0000	2,5312	1.139,04	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					1.330,000			3.500,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2013 Licitação: 16/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013 Fornecedor: 549 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME									
Lote - 7									
30	1171271	Papel higiênico, macio, branco, folha dupla, neutro, absorve	TENDERLY	UN	5000,000	0,0000	0,9000	4.500,00	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					<u>5.000,000</u>			<u>4.500,00</u>	
Total do Fornecedor ----->					<u>7.105,000</u>			<u>9.750,00</u>	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo a Ata de Registro de Preços N° 18/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013									
Fornecedor: 192 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA									
88	01-08-0599	Luvas de procedimentos descartáveis, levemente talcadas, lát	NUGARD	CX	300,000	0,0000	11,7000	3.510,00	Venceu
89	01-08-0611	Luvas de procedimentos descartáveis,	NUGARD	CX	350,000	0,0000	11,7000	4.095,00	Venceu
90	01-08-0600	Luvas de procedimentos descartáveis, levemente talcadas, lá	NUGARD	CX	250,000	0,0000	11,7000	2.925,00	Venceu
92	01-08-0401	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA, C/ ELÁSTICO CX	OLIMED	CX	50,000	0,0000	3,9000	195,00	Venceu
132	01-08-0192	TOUCA DESCARTAVEL, COM ELÁSTICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	OLIMED	EMB	10,000	0,0000	6,8000	68,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					960,000			10.793,00	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Anexo da Ata de Registro de Preços 20/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2013 Licitação: 9/2013 - PR Data da Homologação: 13/05/2013									
Fornecedor: 827 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME									
2	01-08-0418	ÁGUA OXIGENADA 10 VOL. C/ 100 ML	RIOQUIMICA	FRS	60,000	0,0000	2,9100	174,60	Venceu
9	01-17-1259	BABADOR IMPERMEAVEL COM 100 UNIDADES, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM	SSPLUS	EMB	100,000	0,0000	8,5100	851,00	Venceu
74	01-17-1176	FLÚOR TÓPICO CRISTAL, GEL PARA APLICAÇÃO TÓPICA 1,23%	IODONTOSUL	FRS	60,000	0,0000	2,4800	148,80	Venceu
75	01-08-0648	FORMOCRESOL, FRASCO COM 10ML	IODONTOSUL	FRS	30,000	0,0000	4,2100	126,30	Venceu
76	01-17-0073	GUARDANAPO DE PAPEL, DE APROX. 30X30 CM COM 50 UNIDADES	FACE A FACE	EMB	70,000	0,0000	0,7500	52,50	Venceu
77	01-08-0649	Hastes flexíveis (tipo cotonete), caixa com 75 unidades	BABYPISS	CX	100,000	0,0000	0,8800	88,00	Venceu
78	01-08-0575	Hidróxido de cálcio PA em pó, frasco com 30 gr	IODONTOSUL	FRS	13,000	0,0000	2,8000	36,40	Venceu
79	01-17-1019	Hipoclorito de Sódio 1 % frascos com 1 litro	RICCIE	FRS	110,000	0,0000	1,4700	161,70	Venceu
131	01-17-1000	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem c/1.000	FACE A FACE	PCT	500,000	0,0000	6,5300	3.265,00	Venceu
137	01-08-0227	COPO DESCARTÁVEL 50 ML PACOTE COM 100 UNIDADES	COPOBRAS	PCT	400,000	0,0000	1,5500	620,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					1.443,000			5.524,30	

Campo Alegre, 13 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços N° 18/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Olimed Material Hospitalar Ltda, CNPJ 03.033.589/0001-12, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 19/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ 02.477.571/0001-47, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 20/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na

tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ 04.989.294/0001-87, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 21/2013- Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSP, CNPJ 93.327.161/0001-75, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSP
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 22/2013 Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR, CNPJ 11.145.401/0001-56, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

LA DALLA PORTA JUNIOR
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 23/2013 Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Aquisição de material odontológico para atendimento nas Unidades de Saúde, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE, CNPJ 91.083.212/0001-35, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 9/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE
Representante legal da empresa**Ata de Registro de Preços N° 24/2013 Saúde**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e produção de higienização e manutenção para uso nas unidades de saúde deste Município, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MÁXIMA PAPELARIA LTDA, CNPJ 85.260.164/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 16/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

MÁXIMA PAPELARIA LTDA
Representante legal da empresa**Ata de Registro de Preços N° 25/2013 Saúde**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de maio de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e produção de higienização e manutenção para uso nas unidades de saúde deste

Município, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, CNPJ 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 16/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME

Representante legal da empresa

Campos Novos

PREFEITURA

Dispensa de Licitação N° 14/2013.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 112/2013 Dispensa 14/2013

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários, pagamento da folha de salário dos servidores do Poder Executivo ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica, fundos e fundações, Créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração. Arrecadação e/ou cobrança bancária do IPTU. Processamento da receita municipal e da movimentação financeira. Recursos provenientes de transferências legais e constitucionais. Movimentações financeiras de pagamento. Movimentações financeiras das Autarquias, Fundos, Fundações e do Poder Executivo Municipal. Concessão de crédito aos servidores, depósitos judiciais.

Valor R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais).

De acordo com a lei 8.666/93, artigo 24 inciso VII.

Campos Novos, 13 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º 45/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 81/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 45/2013

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/07/2013, às 16h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE QUILÔMETROS RODADOS DE ÔNIBUS LEITO, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS MUNICIPAIS. Entrega dos envelopes até às 16h00min do dia 02/07/2013. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br

no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Republicação do Pregao Presencial N° PMC 39/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 66/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 39/2013
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de junho de 2013, às 14h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES DA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento das propostas até as 14h00min do dia 28 de junho de 2013. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preços N° 16/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 80/2013
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/07/2013, às 14h15min, abertura de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO DE REDE EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 03/07/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.072 de 13.06.2013 - Denomina a Unidade de Saúde Central de "Dr. Rui Antonio Assunção Maliska"

LEI Nº 3.072, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
Denomina "Dr. Rui Antonio Assunção Maliska" a Unidade de Saúde Central, neste Município.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada "Dr. Rui Antonio Assunção Maliska" a Unidade de Saúde Central, localizada anexa à Agência do INSS, na Rua Ernesto Hachmann, Centro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de junho 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Lei Nº 3.071, de 10 de Junho de 2013.- Ppa 2014-2017

LEI Nº 3.071, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído, nos termos da presente Lei, o Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Capinzal para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, que contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, expresso nos Anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

Parágrafo único. Constituem anexos a esta Lei:

I - demonstrativo dos programas e ações de governo para o período;

II - demonstrativo da previsão da receita para o período; e

III - memória e metodologia de cálculo da receita, nos termos do que dispõe o art. 12 da LC nº 101, de 2000.

Art. 2º As planilhas que compõem o Plano Plurianual representadas pelo Anexo I de que trata o art. 1º desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, indicador, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, o conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Indicador, índice estabelecido para avaliação do desempenho das ações governamentais;

VI - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VII - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa; e

VIII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º Os valores constantes nos Anexos a esta Lei possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir como referência para o planejamento anual, podendo a lei de diretrizes e o orçamento anual atualizar os valores previstos nesta Lei de forma automática, sem a necessidade de alteração formal do Plano Plurianual.

Art. 4º A exclusão ou alteração de programas constantes desta

Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico.

§ 1º O projeto de lei conterá, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

- a) órgão responsável;
- b) unidade responsável;

c) denominação;

d) diagnóstico sobre a atual situação de problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

e) objetivo do programa;

f) justificativa;

g) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

h) indicadores de desempenho; e

i) as ações inerentes ao programa, com a identificação dos produtos e metas; e

II - alteração ou exclusão de programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

§ 2º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual (LOA) ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar alteração de indicadores vinculados aos objetivos dos programas de governo, bem como as metas físicas e produtos das ações, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, devendo comunicar ao Poder Legislativo as alterações.

Parágrafo único. As alterações em programas, indicadores, produtos e metas físicas do Legislativo, serão feitas por este Poder e comunicadas ao Executivo.

Art. 6º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 7º A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) definirá a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, nos termos da alínea "e" do inciso I do art. 4º da LC nº 101, de 2000.

Art. 8º Nenhum investimento poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de junho de 2013

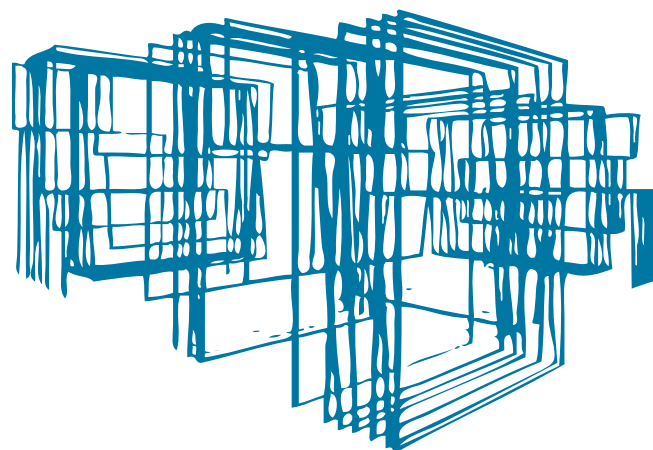
ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

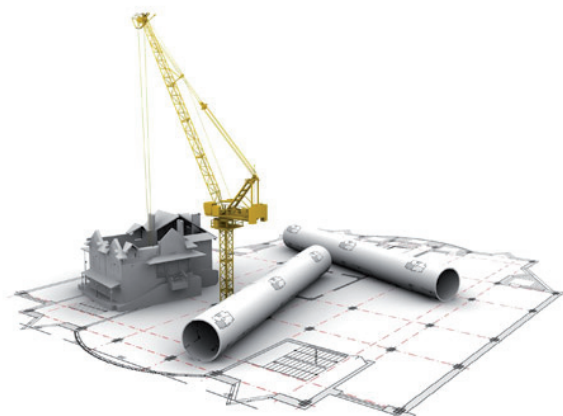
MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Anexos da Lei 3.071 - PPA - Plano Plurianual Para o Quadriênio 2014/2017

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017				ANEXO I-I		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
UNIDADE: 0101 – PODER LEGISLATIVO						
FUNÇÃO: 01 – LEGISLATIVA						
SUBFUNÇÃO: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA						
PROGRAMA						
0001 – PROCESSO LEGISLATIVO						
DIAGNÓSTICO						
O Poder Legislativo é composto de nove Vereadores; funciona em sede própria, com autonomia financeira e dispõe em seu quadro de pessoal de quatro servidores efetivos, uma Diretoria Financeira que é exercida por um técnico em contabilidade designado em função gratificada, dois servidores comissionados, sendo um assessor jurídico e um assessor legislativo, de acordo com a nova estrutura administrativa da Câmara e disponibiliza bolsas de estágio oportunizando a estudantes do Município ingressarem no mercado de trabalho.						
DIRETRIZES						
Realizar as Sessões Ordinárias conforme Regimento Interno, Sessões Extraordinárias quando convocadas e reuniões das comissões permanentes; recebimento, discussão e votação de leis; apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções, decretos legislativos e indicações; fiscalização dos atos da administração; julgamento das Contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo.						
OBJETIVOS						
Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das funções do legislativo						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 100%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1001 Aquisição de Equipamentos		Equipamentos	UN	15,0000	400.000,00	1000000
1002- Aquisição de veículo		Veiculos	UN	1.000	120.000,00	1000000
1003- Ampliação da sede do Legislativo		Edificação	M2	1.200,0000	2.800.000,00	1000000
2001- Manutenção das Atividades da Câmara		Seções	UN	168,0000	5.800.000,00	1000000
2003 Contribuição à Associação de Vereadores.		Tranferências	UN	48,0000	35.000,00	1000000
2004 Manutenção da sede do Legislativo.		. Edificação	M2	1.035,0000	280.000,00	1000000
2174 Apoio ao Programa Vereador		Seções	UN	42,0000	95.000,00	1000000
TOTAL					9.530.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017				ANEXO I-II	
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 02 – GOVERNO MUNICIPAL					
UNIDADE: 201 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0005 – COORDENAÇÃO SUPERIOR					
DIAGNÓSTICO					
A Administração e a Coordenação Superior serão exercidas pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e suas assessorias jurídica e de planejamento e equipe de técnicos.					
DIRETRIZES					
Elaborar a legislação de suporte à gestão pública; acompanhar o processo legislativo; produzir os atos da administração; coordenar as audiências públicas; coordenar a execução das políticas públicas; promover a defesa dos interesses do Município; planejar as ações da Administração; acompanhar a atuação do Sistema de Controle Interno; acompanhar e avaliar os programas de governo; coordenar a elaboração e a implantação do planejamento estratégico; coordenar o programa Orçamento Participativo.					
OBJETIVOS					
Estruturar a Administração de modo a desburocratizar e descentralizar os circuitos de decisão melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação facilitando o acesso direto, democrático e transparente da população às informações para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos.					
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das funções do executivo					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 100%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTES
1004- Aquisição de veículo	Veículos	UN	1,0000	144.000,00	1000000
2005- Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.400.000,00	1000000
TOTAL				3.544.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-III		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
UNIDADE: 301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA:					
0015 – ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA					
DIAGNÓSTICO					
A Administração Geral será executada pelo órgão central dos sistemas Administrativo, Financeiro e Orçamentário e pela estrutura dos setores de contabilidade, tesouraria, recursos humanos, patrimônio, fiscalização e arrecadação, cadastro e tributação, materiais e serviços e demais áreas pertinentes.					
DIRETRIZES					
Desempenhar as atribuições inerentes ao órgão central dos sistemas Administrativo, Financeiro e Orçamentário, de Gestão de Recursos Humanos, de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Patrimonial.					
OBJETIVOS					
Promover o registro e o controle contábil da execução orçamentária e financeira; gerenciar os recursos humanos e os atos de pessoal; controlar os bens pertencentes ao patrimônio público; manter e conservar o patrimônio público municipal; controlar os estoques e almoxarifado; editar os procedimentos licitatórios, compras e execução dos contratos administrativos; arrecadar os tributos de competência do Município; fiscalizar a aplicação do Plano Diretor, do Código de Obras e de Posturas Municipais.					
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das funções da Administração					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1005 Aquisição de veículo	Veiculos	UN	1,0000	50.000,00	1000000
2006 Manutenção dos serviços gerais da administração	Unidade Gestora	UN	1,0000	16.470.000,00	1000000
2127- Modernização da Administração Tributária e Gestão	Unidade Gestora	UN	1,0000	840.000,00	1000000
2146 Estudos e elaboração do Plano Diretor	Unidade Gestora	UN	1,0000	500.000,00	1000000
TOTAL				17.860.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-IV			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
UNIDADE: 0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PROGRAMA:						
0020 – CONTROLE INTERNO						
DIAGNÓSTICO						
O Poder Executivo mantém em operação o Sistema de Controle Interno abrangendo os órgãos da administração direta e indireta em atendimento aos ditames legais.						
DIRETRIZES						
O Sistema de Controle Interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa avaliar as ações governamentais e a gestão fiscal dos administradores municipais por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial visando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, legitimidade, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.						
OBJETIVOS						
Exercer o controle da execução orçamentária e financeira na aplicação dos recursos públicos; emitir relatórios de gestão e pareceres gerenciais; orientar os agentes políticos quanto à legalidade, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos dentre outras ações pertinentes.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das funções do Sistema de Controle Interno						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.011 – Manutenção do Sistema de Controle Interno.		Unidade gestora	Unidade	01	340.000,00	1000000
TOTAL					340.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-V PROGRAMA, DIAGNÓSTICO,			
DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGAO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
UNIDADE: 0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PRGRAMA:						
0025 – EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						
DIAGNÓSTICO						
O crescimento populacional provocou o aumento da demanda pelos serviços públicos na esfera municipal. Para oferecer uma resposta rápida e eficiente ao cidadão, o poder público precisa cada vez mais se reestruturar, capacitar os recursos humanos e oferecer espaços físicos condizentes com suas necessidades.						
DIRETRIZES						
O Poder Público Municipal promoverá a ampliação dos espaços físicos e das instalações das repartições públicas adequando-se às necessidades atuais e demandas futuras.						
OBJETIVOS						
Construir um novo Centro Administrativo Municipal para melhorar a qualidade dos serviços de atendimento à população.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas estabelecidas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1058 - Aquisição de terreno, construção de imóvel para Secretaria de Infraestrutura		Edificação	M2	10.000,0000	900.000,00	1000000
1142- Ampliação e reforma do Centro Administrativo Municipal		Edificação	M2	1.200,0000	600.000,00	1000000
TOTAL					1.500.000,00	

No Programa 0025 – Edificações Públicas foi subtraído o valor total de R\$ 500.000,00, da seguinte forma:

Ação: 1058= subtrai R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges;

Ação: 1142= subtrai R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges;

Ação: 1142= subtrai R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ref. Emenda nº 002 – Autoria: Vereador Senair Bressan;

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-VI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
UNIDADE: 0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0030 – ADMINISTRAÇÃO INFORMATIZADA					
DIAGNÓSTICO					
As unidades administrativas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta encontram-se em níveis satisfatórios de informatização. Entretanto, necessitam de constantes manutenções e atualizações para garantir a eficácia dos níveis de informação dos serviços públicos.					
DIRETRIZES					
Otimizar os sistemas de informática para agilizar e aumentar a qualidade dos serviços oferecidos à população e a transparência dos atos administrativos enquanto requisitos fundamentais para uma gestão pública eficiente.					
OBJETIVOS					
Disponibilizar recursos financeiros para aquisição e manutenção de equipamentos e sistemas de informática, instalação de redes e treinamento de pessoal para otimizar o nível de informatização dos serviços públicos.					
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas estabelecidas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 95%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.008 – Manutenção e ampliação dos sistemas de informática.	Sistemas	Unidade	30	500.000,00	1000000
2126 Criação do Portal da Transparência.	Sistema	Unidade	1,0000	100.000,00	1000000
TOTAL				600.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-VIII			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
UNIDADE: 0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PROGRAMA						
0035 – FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO						
DIAGNÓSTICO						
O Município é membro filiado à Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e Confederação Nacional de Municípios (CNM), entidades municipalistas que prestam assessoria administrativa e política na defesa dos interesses municipalistas.						
DIRETRIZES						
Pagamento mensal das contribuições devidas, conforme disposições estatutárias.						
OBJETIVOS						
Dispor de assessoria administrativa e política e fortalecer o movimento na defesa dos interesses municipalistas.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas estabelecidas						
Indicador (índice) previsto no planejamento: 90%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.009 – Contribuição a entidades municipalistas.		Entidades	Unidade	03	700.000,00	1000000
TOTAL					700.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-IX		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
UNIDADE: 0301 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
FUNÇÃO: 24 – COMUNICAÇÕES					
SUBFUNÇÃO: 722 – TELECOMUNICAÇÕES					
PROGRAMA					
0040 – COMUNICAÇÃO SOCIAL					
DIAGNÓSTICO					
O Município conta com 05 equipamentos de retransmissão dos sinais de emissoras de televisão ligadas a redes nacionais.					
DIRETRIZES					
Manter em operação os serviços de retransmissão dos sinais de televisão.					
OBJETIVOS					
Permitir que a população tenha acesso à comunicação social e às informações do Estado de Santa Catarina, dos noticiários nacionais, internacionais e das programações de entretenimento exibidas pelas emissoras de televisão.					
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas estabelecidas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 100%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1097 -Implantação, manutenção e modernização da telefonia rural	(famílias)	UN	80,0000	100.000,00 400.000,00	1000000 1245400
1098 -Implantação e manutenção do Sistema de Fibra Óptica	Fibra Óptica	KM	16,0000	100.000,00 400.000,00	1000000 1245400
2.010 – Manutenção das repetidoras de sinais de TV.	Repetidora sinais (TV)	Unidade	20,0000	100.000,00	1000000
TOTAL				1.100.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-X			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGÃO: 16 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO						
UNIDADE: 1601 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PROGRAMA:						
0010 – PLANEJAMENTO E CONTROLE						
DIAGNÓSTICO						
O Planejamento será executado pelo órgão central dos Sistemas de Planejamento, Controle, Gestão e Projetos no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional.						
DIRETRIZES						
Desempenhar as atribuições inerentes ao órgão central dos sistemas de Planejamento, Controle, Gestão, Organização e Métodos e Assessoria de Planejamento e elaboração de projetos para captação de recursos.						
OBJETIVOS						
Supervisionar a gestão dos sistemas de planejamento e controle; coordenar o processo de elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais; acompanhar e controlar a execução dos programas, planos, diretrizes, objetivos, ações e metas de governo; coordenar a elaboração e acompanhamento da tramitação de projetos visando à captação de recursos para o desenvolvimento de ações institucionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta; produzir informações gerenciais para orientar o Chefe do Poder Executivo na tomada de decisões; atuar no sistema de Organização e Métodos visando aprimorar a qualidade do atendimento público; avaliar o desempenho organizacional e a satisfação da população na prestação dos serviços públicos.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das funções do Planejamento						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTES
2.011 – Manutenção da Secretaria de Planejamento.		Unidade gestora	Unidade	01	800.000,00	1000000
TOTAL					800.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017				ANEXO I-XI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
UNIDADE: 0401 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PROGRAMA						
0045 – AÇÃO RURAL (PAR)						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui aproximadamente 650 produtores rurais que atuam na produção de milho, soja, feijão, trigo, pastagens, frango de corte, suínos, ovos férteis e comerciais, bovinos de corte e leiteiro, ovinos, caprinos, apicultura, produção de verduras e legumes para consumo doméstico, piscicultura e fruticultura em pequena escala, pequenas agroindústrias familiares e outras atividades afins.						
DIRETRIZES						
Ampliar a produção agrícola do município, melhorar as condições de infraestrutura das propriedades rurais; ampliar as agroindústrias familiares para agregar valor aos produtos; fomentar a produção agroecológica; apoiar a agricultura familiar através de programas de prestação de serviços com valores subsidiados; apoiar feiras e eventos agropecuários; viabilizar a formação e a capacitação de agricultores e pecuaristas; apoiar o cooperativismo e o associativismo; promover o desenvolvimento rural sustentável, a qualidade de vida, a proteção e a recuperação do meio ambiente.						
OBJETIVOS						
Prestar serviços dentro das propriedades através das patrulhas agrícola e rodoviária; conservar e adquirir novos equipamentos possibilitando novas tecnologias na mecanização das lavouras para aumentar a área de produção, a produtividade e a renda; oferecer assistência técnica aos agricultores; incentivar a diversificação rural; promover programas e ações em parcerias com entidades e instituições agrícolas públicas ou privadas; incentivar e apoiar a produção e o consumo de peixes e hortaliças; implantar associações e cooperativas de produção e comercialização do leite e produtos da agroindústria familiar; melhorar geneticamente os rebanhos bovinos; garantir a inspeção sanitária animal; combater o mosquito borrachudo; realizar feiras e eventos agropecuários; desenvolver ações que contribuam para a preservação do solo, da água e das florestas.						
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento dos produtores que buscam serviços junto ao município						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 90%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.012 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.		Unidade gestora	Unidade	01	2.880.000,00	1000000
FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA					0,00	
SUBFUNÇÃO: 0401.20.304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA					0,00	
2.129 – Aquisição de larvícida biológico.		Larvícida	Litro	2.000	192.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 0401.20.601 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL					0,00	
2.017 – Assistência ao produtor rural e manutenção dos serviços de Agricultura		Produtor assistido	Unidade	650	560.000,00	1000000
1.006 – Aquisição de equipamentos agrícolas.		Equipamento	Unidade	06	400.000,00	1000000
1.007 – Aquisição de tratores agrícolas.		Trator	Unidade	01	150.000,00	1000000
					240.000,00	1245400
2.013 – Manutenção de patrulhas mecanizadas.		Equipamento	Unidade	30	3.676.000,00	1000000
1.008 – Aquisição de veículos.		Veículo	Unidade	02	84.000,00	1000000
1.009– Implantação e adequação da Casa Colonial Agropecuária.		Edificação	m²	200	450.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 0401.20.602 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL					0,00	
2.015 – Melhoramento genético do rebanho bovino.		Rebanho	Inseminação	1.000	100.000,00	1000000
2.014 – Apoio ao desenvolvimento da piscicultura.		Alevinos	Unidade	25.000	100.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 0401.20.604 – DEFESA SANITÁRIA ANIMAL					0,00	

2.016 – Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).	Inspeção	Unidade	15.000	240.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 0401.20.606 – EXTENSÃO RURAL				0,00	
2.018 – Manutenção do convênio com a EPAGRI.	Produtor assistido	Unidade	650	96.000,00	1000000
2.019 – Realização de cursos profissionalizantes.	Produtor assistido	Unidade	300	60.000,00	1000000
2.020 – Apoio à realização de encontros, seminários e eventos agropecuários.	Evento	Unidade	12	96.000,00	1000000
TOTAL				10.344.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XII			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 15 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE						
UNIDADE: 1501 – FUNDO DO MEIO AMBIENTE						
FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL						
SUBFUNÇÃO: 541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL						
PROGRAMA						
0050 – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE						
DIAGNÓSTICO						
Algumas práticas de produção agrícola e de manejo dos recursos naturais como solo, água e florestas experimentados no planeta ao longo dos anos com impactos que comprometeram o meio ambiente na área rural, inclusive, no nosso município, exigindo, hoje, atitudes e procedimentos adequados dos produtores e das administrações públicas nas esferas municipal, estadual e federal que visem a proteção da natureza e a recuperação das áreas mais atingidas, sob pena de um futuro sem as condições de sobrevivência de qualquer tipo de vida. No âmbito municipal, pretende-se desenvolver políticas públicas que objetivem a reversão gradativa do quadro atual. Da mesma forma, as áreas urbanas com o ligeiro crescimento populacional associado a construções irregulares e a falta de cuidado com a destinação do lixo, além de gases poluidores emitidos excessivamente por fábricas e automóveis, exigem cada vez mais no município ações que visem a educação ambiental e a conscientização popular para garantir a qualidade de vida.						
DIRETRIZES						
Desenvolver ações para minimizar o impacto ambiental causado pela ação do homem e da própria natureza; proteção dos mananciais hídricos e fontes superficiais, apoiando e incentivando o plantio de árvores para proteção das fontes d'água, bem como cercá-las, recompor matas ciliares às margens de rios e córregos e construção de reservatórios; recuperar áreas ambientalmente degradadas, apoiar a produção agroecológica e a destinação final correta do lixo.						
OBJETIVOS						
Diminuir o impacto ambiental causado pelas ações inadequadas, melhorar a qualidade da água e o equilíbrio da fauna e da flora da região; estimular e ampliar os projetos de cunho socioambiental para promover a educação e conscientização ambiental.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas previstas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 50%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 70%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1013 Aquisição de um veículo.		Veículos	UN	1,0000	40.000,00	1000000
1014 Construção de Cisternas na área urbana e rural.		Cisternas	UN	200,0000	30.000,00	1000000
					120.000,00	1245400
2.021 – Manutenção, ampliação e reestruturação do Horto Florestal.		Mudas	Unidade	200.000	160.000,00	1000000
2.022 – Manutenção, ampliação e reestruturação do Centro de Educação Socioambiental.		Centro Ambiental	Unidade	01	248.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 543 – RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS					0,00	
2.023 – Recuperação de áreas degradadas.		Terreno	m²	100.000	72.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 544 – RECURSOS HÍDRICOS					0,00	
2.024 – Proteção de fontes naturais.		Fontes	Unidade	300	60.000,00	1000000
2130- Apoio a realização de encontros, seminários e Eventos Socioambientais		Eventos	UN	12,0000	40.000,00	1000000
TOTAL					770.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XIII			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 17 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
UNIDADE: 1701 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO						
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL						
PROGRAMA						
0055 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
DIAGNÓSTICO						
Encontram-se instaladas no Município 115 indústrias, 569 casas comerciais, 318 prestadores de serviços e 151 profissionais liberais totalizando 1.053 inscrições no cadastro econômico municipal.						
DIRETRIZES						
Desenvolver ações que visem fomentar o crescimento econômico e a geração de renda; estimular o empreendedorismo, o turismo de eventos e lazer em parceria com a iniciativa privada e entidades de classe que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico do Município.						
OBJETIVOS						
Fortalecer as atividades econômicas objetivando a consolidação do Município como centro regional de negócios; qualificar e requalificar a mão-de-obra disponível; apoiar a instalação de novas empresas e a ampliação das atividades existentes; promover o turismo de eventos e o lazer de modo a aumentar a receita do Município e a de qualidade de vida da população.						
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das metas previstas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 90%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1016 – Aquisição de um veículo		Veículo	UN	01	40.000,00	1000000
2.025 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.		Unidade gestora	Unidade	01	720.000,00	1000000
FUNÇÃO: 22 – INDÚSTRIA					0,00	
SUBFUNÇÃO: 661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL					0,00	
1017 - Execução de infraestrutura do Condomínio Empresarial		Infraestrutura	M2	50.000,000	300.000,00	1000000
FUNÇÃO: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS					0,00	
SUBFUNÇÃO: 691 – PROMOÇÃO COMERCIAL					0,00	
2.026 – Apoio à capacitação profissional.		Cursos	Unidade	10	100.000,00	1000000
2.027 – Manutenção do Parque de Exposições Domingos Pellizzaro.		Parque	Unidade	01	220.000,00	1000000
1.018 – Ampliação e reestruturação do Parque de Exposições Domingos Pellizzaro.		Edificação	m²	2.000	240.000,00	1000000
					720.000,00	1245400
1.019 –Construção de Portais na entrada do Parque de Exposições Domingos Pellizzaro		Portal	UM	2,0000	180.000,00	1000000
1.020 – Pavimentação dos acessos e das vias internas do Parque de Exposições Domingos Pellizzaro.		Pavimentação	m²	2.000	180.000,00	1000000
1021 – Construção de uma arena de multi uso		Edificação	M2	3.000,0000	300.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 695 – TURISMO					0,00	
2.028 – Promoção de feiras e eventos.		Eventos	Unidade	15	320.000,00	1000000
					400.000,00	1245400
2131 Apoio e incentivo ao Turismo Rural.		Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00	1000000
TOTAL					3.990.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XIV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – EDUCAÇÃO INFANTIL					
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL					
PROGRAMA					
0060 – EDUCAÇÃO INFANTIL					
DIAGNÓSTICO					
A educação infantil compreende o atendimento de crianças de zero a seis anos. Capinzal possui aproximadamente 1.798 crianças nesta faixa etária, segundo censo do IBGE/2008. A rede municipal de ensino atende aproximadamente 810 crianças na educação infantil distribuídas em 8 instituições: três escolas municipais na sede do município, três Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) - um na sede e dois no interior - e duas creches localizadas no Bairro São Cristóvão, destas, uma com funcionamento 24 horas. O trabalho é realizado por professores habilitados, auxiliares de professor, agentes de serviços gerais, auxiliares de secretaria e coordenadores pedagógicos/diretores; 183 alunos utilizam o transporte escolar público. O ensino está pautado nos princípios de igualdade, liberdade, pluralismo de idéias, respeito, gratuidade, qualidade e gestão democrática visando a valorização da criança e seu desenvolvimento.					
DIRETRIZES					
Ampliar a oferta de vagas construindo novos centros de educação infantil; promover a conservação, manutenção, adequação e ampliação das instalações físicas existentes; promover melhoria nos equipamentos, materiais de consumo e implementos pedagógicos visando suprir a demanda municipal e garantir a qualidade do ensino, além de proporcionar a formação continuada dos docentes.					
OBJETIVOS					
Ampliar e oferecer atendimento de qualidade às crianças de zero a seis anos garantindo seu desenvolvimento afetivo, cognitivo, motor e social proporcionando o acesso à merenda escolar, ao transporte e à assistência à saúde.					
Nome do indicador estabelecido: número de crianças atendidas de 0 a 06 anos					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 810					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 1.000					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.029 – Manutenção das creches e pré-escolas.	Aluno atendido	Unidade	2.000	2.000.000,00 2.300.000,00 2.000.000,00	1010000 1180000 1190000
1.024 – Construção e adequação de Centro Municipal de Educação Infantil.	Edificação	m²	2.000	360.000,00 360.000,00	1000000 1245400
2.030 – Manutenção de Centro Municipal de Educação Infantil.	CMEI	Unidade	01	200.000,00 240.000,00	1010000 1580000
1.025 – Construção, ampliação e adequação de creches.	Edificação	m²	200	300.000,00 1.200.000,00	1000000 1245400
1026- Construção, ampliação e manutenção de bibliotecas	Edificação	M2	1.200,0000	100.000,00	1000000
2132 Aquisição de materiais pedagógicos	Escolas	UN	7.000	130.000,00	1000000
2133- Aquisição de uniforme escolar para Ed. Infantil	Alunos	UN	2.000,0000	100.000,00	1000000
2134 - Aquisição de material esportivo e recreativo para Ed. Infantil	Escolas	UN	7.000	100.000,00	1000000
2135 Capacitação de profissionais da Educação Infantil.	Profissionais	UN	76,0000	100.000,00	1000000
TOTAL				9.490.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ENSINO FUNDAMENTAL					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0065 – ENSINO FUNDAMENTAL					
DIAGNÓSTICO					
O atendimento de 1.386 educandos do ensino fundamental pela rede municipal de ensino é realizado em quatro unidades escolares, sendo três na sede do município e uma no interior, envolvendo o trabalho de professores habilitados, agentes de serviços gerais, auxiliares de professor, de secretaria e de biblioteca, coordenadores pedagógicos e diretores. Do total de alunos atendidos, 215 utilizam-se do transporte escolar. O trabalho está pautado nos princípios da gratuidade, da igualdade, pluralidade cultural e de idéias, respeito, liberdade e gestão democrática visando o desenvolvimento da cidadania e aquisição do saber.					
DIRETRIZES					
Proporcionar ensino de qualidade, ampliar a oferta, buscar a municipalização, construir ginásio de esportes para prática da educação física, promover a manutenção, conservação, reformas, e ampliações visando melhorias físicas e pedagógicas nas escolas; implantar e melhorar laboratórios de informática; desenvolver programas e projetos educacionais; incentivar e regulamentar programa de formação continuada e a melhoria da prática de leitura; ampliar e melhorar o atendimento às dificuldades de aprendizagem e aconselhamento familiar nas escolas.					
OBJETIVOS					
Proporcionar ao educando ensino de qualidade garantindo o acesso, permanência e o direito de exercer sua cidadania buscando implantar de forma progressiva o estudo em tempo integral; valorizar o profissional da educação e promover a formação continuada; incentivar as parcerias entre escolas e comunidade e implantar os conselhos escolares.					
Nome do indicador estabelecido: número de alunos atendidos no ensino fundamental					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 1.386					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 1.700					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.031 – Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.	Unidade gestora	Unidade	01	5.140.000,00	1010000
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO				0,00	
SUBFUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL				0,00	
2.032 – Manutenção do Ensino Fundamental.	Alunos atendidos	Unidade	2.214	9.115.000,00 6.000.000,00	1010000 1190000
2.033 – Manutenção dos profissionais da educação básica – FUNDEB.	Professores e gestores escolares	Unidade	01	2.660.000,00 10.000.000,00 4.000.000,00	1010000 1180000 1190000
2034 Manutenção, e ampliação das bibliotecas escolares	obras literárias	UN	4.000,000 0	90.000,00 90.000,00	1000000 1190000
1.049 – Manutenção conservação e ampliação das instalações física das escolas.	Edificação	UN	07	800.000,00 1.000.000,00	1000000 1580000
2035 Aquisição de material didático-pedagógico	Alunos atendidos	Unidade	3.500	36.000,00 36.000,00	1000000 1190000
1.028 – Aquisição de computadores.	Computadores	Unidade	25	48.000,00 48.000,00	1000000 1190000

1.029 – Construção e ampliação de ginásio de esportes junto a escolas.	Edificação	m²	1.400	1.000.000,00 1.720.000,00	1000000 1190000
1.030 – Implantação, manutenção e ampliação de laboratórios de informática nas escolas.	Equipamentos	Unidade	50	50.000,00 200.000,00	1000000 1190000
1.031 – Aquisição de veículos.	Veículo	Unidade	06	300.000,00	1000000
2037 Aquisição e distribuição de material escolar	Alunos	Unidade	1.500	240.000,00 240.000,00	1000000 1584900
2.038 – Manutenção do transporte escolar.	Alunos atendidos	Unidade	2.000	1.200.000,00 800.000,00 860.000,00	1190000 1580000 1615200
1.032 – Aquisição de veículos para o transporte escolar.	Veículo	Unidade	03	120.000,00 600.000,00	1000000 1190000
1101 - Implantação e manutenção de laboratórios de ciências	Laboratório	UN	7,0000	300.000,00	1190000
2.039 – Aquisição e distribuição de uniformes para alunos da rede municipal.	Aluno atendido	Unidade	3500	400.000,00 60.000,00	1000000 1190000
2.040 – Atendimento às dificuldades de aprendizagem e aconselhamento familiar.	Atendimento	Unidade	200	72.000,00	1000000
2160- Reforma e manutenção dos ginásios de esportes junto as escolas.	Escolas	Unidade	07	800.000,00 800.000,00	1000000 1190000
TOTAL				48.825.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XVI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ENSINO SECUNDÁRIO					
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 362 – ENSINO MÉDIO					
PROGRAMA					
0070 – ENSINO MÉDIO					
DIAGNÓSTICO					
O ensino médio é oferecido em três escolas da rede estadual de ensino e duas particulares. É oferecido o curso de “Magistério” enquanto curso profissionalizante em uma escola estadual e as demais oferecem somente educação geral. A Secretaria da Educação é parceira no oferecimento de auxílio com transporte para cursos profissionalizantes de nível médio no município e fora dele.					
DIRETRIZ					
Oferecer assistência a educação de ensino médio nas redes existentes; buscar a implantação na rede municipal de uma escola de ensino médio profissionalizante, além de auxiliar com transporte aos municípios que precisam deslocarem-se até outros municípios para frequentarem estes cursos. O Município tem convênio com o SENAI para disponibilizar vagas ao ensino técnico-profissionalizante. Implantação de novos cursos profissionalizantes					
OBJETIVOS					
Dar continuidade às ações na área do ensino médio e implantar o ensino médio profissionalizante na rede municipal de ensino para suprir a demanda municipal.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de alunos atendidos com as ações previstas					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.042 – Assistência ao educando de ensino médio profissionalizante.	Aluno atendido	Unidade	305	72.000,00	1000000
2.138 – Implantação de novos cursos profissionalizantes	Alunos	Unidade	300	100.000,00	1000000
TOTAL				172.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XVII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ENSINO SUPERIOR					
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 364 – ENSINO SUPERIOR					
PROGRAMA					
0075 – ENSINO SUPERIOR					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui uma Extensão Administrativa da UNOESC – Campus de Joaçaba, com instalações próprias onde funcionam cursos noturnos e em regime especial, aos finais de semana, proporcionando à população de toda a região o prosseguimento dos estudos. Acadêmicos do Município também frequentam cursos de graduação em outras instituições de ensino superior estabelecidas na região, os quais, a Secretaria da Educação é parceira auxiliando financeiramente no transporte escolar.					
DIRETRIZES					
Oferecer assistência aos estudantes do ensino superior no que se refere ao transporte escolar que freqüentam cursos de graduação não oferecidos no município.					
OBJETIVOS					
Auxiliar os estudantes do ensino superior no que tange a transporte escolar.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de alunos atendidos com a ação prevista					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.043 – Auxílio no transporte escolar para o ensino superior.	Aluno atendido	Unidade	300	200.000,00	1000000
TOTAL				200.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XVIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ENSINO SUPLETIVO					
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 266 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
PROGRAMA					
0080 – ANALFABETISMO ZERO					
DIAGNÓSTICO					
A Educação de Jovens e Adultos acontece em parceria da esfera estadual e municipal, conforme termo de compromisso firmado entre as partes. A Administração Municipal é responsável, entre outras, pela contratação de profissionais para atuar na alfabetização, séries iniciais, agentes de serviços gerais e profissionais para serviços administrativos conforme a necessidade, além de efetivar o pagamento do aluguel onde a escola funciona. Também oferece o transporte escolar.					
DIRETRIZ					
Buscar a municipalização da Educação de Jovens e Adultos - ensino fundamental - conforme disposto no Sistema de Ensino Municipal.					
OBJETIVO					
Oferecer ensino de qualidade a quem não teve acesso e oportunidade em idade própria e implantar o Programa Analfabetismo Zero para erradicar o analfabetismo no âmbito municipal.					
Nome do indicador estabelecido: número de alunos atendidos					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 1.428					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 1.700					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.044 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos.	Unidade gestora	Unidade	1.700	180.000,00	1000000
TOTAL				180.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XIX ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO		
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ENSINO ESPECIAL					
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL					
PROGRAMA					
0085 – EDUCAÇÃO ESPECIAL					
DIAGNÓSTICO					
O ensino especial é realizado em parceria com a Escola Especial Wanda Meyer/ APAE, como serviço de atendimento especializado na área da deficiência mental, auditiva e visual da rede estadual e a educação Inclusiva na rede regular de ensino.					
DIRETRIZ					
Proporcionar subsídios e ampliar o atendimento à educação especial.					
OBJETIVOS					
Garantir aos portadores de deficiências condições de acesso e atendimento de suas necessidades especiais por meio de parcerias e incentivo à educação inclusiva.					
Nome do indicador estabelecido: número de alunos atendidos em escolas de ensino especial					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 90					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.045 – Manutenção do atendimento aos portadores de necessidades especiais.	Alunos atendidos	Unidade	100	30.000,00	1000000
2.046 – Transferência de recursos financeiros para escolas de ensino especial.	Escola	Unidade	01	360.000,00	1000000
TOTAL				390.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XX		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
UNIDADE: 0501 – ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS					
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE					
SUBFUNÇÃO: 306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					
PROGRAMA					
0090 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
DIAGNÓSTICO					
A alimentação escolar é municipalizada, atendendo a rede municipal e estadual, com cardápios elaborados por nutricionista levando-se em conta o valor nutricional dos alimentos. Administra-se recursos de verbas federais e estaduais além de complementação com recursos próprios, os quais são fiscalizados pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar.					
DIRETRIZ					
Manter os padrões de qualidade oferecidos pelo Programa de Alimentação Escolar com cardápios condizentes com as necessidades nutricionais dos estudantes.					
OBJETIVOS					
Fornecer merenda escolar de qualidade em todos os dias letivos.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de alunos atendidos com merenda escolar no período					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.047 – Manutenção da merenda escolar.	Alunos atendidos	Unidade	7.500	500.000,00 2.000.000,00	1000000 1605100
TOTAL				2.500.000,00	

PLANO PLURIANUAL 2014/2017			MUNICÍPIO DE CAPINZAL			
			ANEXO I-XXI ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO			
ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						
UNIDADE: 0502 – CULTURA						
FUNÇÃO: 13 – CULTURA						
SUBFUNÇÃO: 391 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO						
PROGRAMA						
0095 – RAÍZES CULTURAIS						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui como programas permanentes uma Escola Municipal de Música, Banda Musical, Grupo de Dança e de Canto Italiano, Museu Histórico Municipal, bibliotecas, centro de eventos, onde são realizados vários eventos artísticos e culturais.						
DIRETRIZ						
Promover a difusão artística e cultural para inserir a cultura no município através de apoio e realização de projetos culturais.						
OBJETIVOS						
Resgatar e valorizar as raízes culturais das diferentes etnias que compõem a população capinzalense; apoiar os grupos culturais locais; realizar intercâmbios de modo a promover a difusão artística e cultural; oportunizar a comunidade o acesso aos meios culturais; promover atividades culturais aos municípios valorizando suas etnias.						
Nome do indicador estabelecido: percentual das metas atendidas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 50%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 90%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.048 – Manutenção do Museu Histórico Municipal.		Museu	Unidade	01	24.000,00	1000000
1035- Aquisição de um veículo.		Veiculos	UN		40.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 392 – DIFUSÃO CULTURAL					0,00	
2.049 – Manutenção das atividades da cultura.		Unidade gestora	Unidade	01	4.120.000,00	1000000
1.033– Construção de Centro de Eventos.		Edificação	m²	7.200	500.000,00 2.000.000,00	1000000 1245400
1034- Aquisição de equipamentos sala cinema		Sala Cinema	Unidade	01	200.000,00 300.000,00	1000000 1245400
2050 Manutenção da Biblioteca Municipal		Biblioteca	UN	01	78.000,00	1000000
2051 Manutenção da Escola Municipal de Música		Escolas	UN	04	100.000,00	1000000
2052 Auxílio financeiro a entidades culturais		Entidades	UN	08	366.000,00	1000000
2.053 – Manutenção do Centro Educacional.		Centro de eventos	Unidade	01	420.000,00	1000000
2.140- Implantação e manutenção de cursos		Unidade Gestora	Unidade	01	480.000,00	1000000
2.141- Lançamento de editais culturais		Unidade Gestora	UN	10	30.000,00	1000000
2.142- Implantação de pontos de cultura e Conselho Municipal da Cultura		Unidade Gestora	UN	08	300.000,00	1000000
2143 Eventos anuais da Cultura		Unidade Gestora	UN	48	360.000,00	1000000
2144 Aquisição de equipamentos e mobiliário.		Unidade Gestora	UN	20	50.000,00	1000000
TOTAL					9.368.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXII			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						
UNIDADE: 0503 – ESPORTES						
FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER						
SUBFUNÇÃO: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO						
PROGRAMA						
0100 – ESPORTE EM AÇÃO						
DIAGNÓSTICO						
A infraestrutura esportiva do Município é composta por 07 campos municipais de futebol, 01 quadra poliesportiva e 06 ginásios de esportes, onde se desenvolvem aulas em várias modalidades esportivas através de professores habilitados, cujos recursos financeiros são movimentados através da Fundação Municipal de Esportes. O Município possui uma área de lazer com espaços apropriados para a prática esportiva e recreativa, tais como basquete, futsal, handebol, voleibol, futebol de areia, vôlei de área, tênis de campo, pista de atletismo, pista de skate e pista para caminhadas.						
DIRETRIZ						
Conservar e revitalizar as praças esportivas para incentivar a prática de esporte e lazer à população.						
OBJETIVOS						
Desenvolver o esporte amador, de iniciação, de rendimento e de representação; garantir às crianças, adolescentes e jovens orientações adequadas à prática esportiva; realizar e participar de eventos e competições a nível local, regional, estadual e nacional.						
Nome do indicador estabelecido: percentual de dependências esportivas edificadas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 60%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 80%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1036 – Construção de quadras esportivas.		Quadra de esporte	Unidade	01	100.000,00 244.000,00	1000000 1245400
1.037 – Construção e adequação de campos de futebol.		Campos de futebol	Unidade	07	240.000,00	1000000
1038- Construção de ginásio de esportes.		Ginásio	Unidade	01	460.000,00	1000000
2.055 – Reforma do Ginásio de Esportes Prefeito Dileto Bertaioli.		Ginásio	Unidade	01	250.000,00 250.000,00	1000000 1245400
2.056– Manutenção dos ginásios esportivos.		Ginásios	Unidade	06	300.000,00	1000000
TOTAL					1.844.000,00	

No Programa 0100 – Esporte em Ação foi subtraído o valor total de R\$ 100.000,00, da seguinte forma:

Ação: 1038= subtrai R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges;

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 12 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (FME)					
UNIDADE: 1201 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES					
FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER					
SUBFUNÇÃO: 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO					
PROGRAMA					
0100 – ESPORTE EM AÇÃO					
DIAGNÓSTICO					
A infraestrutura esportiva do Município é composta por 07 campos municipais de futebol, 01 quadra poliesportiva e 06 ginásios de esportes, onde se desenvolvem aulas em várias modalidades esportivas através de professores habilitados, cujos recursos financeiros são movimentados através da Fundação Municipal de Esportes. O Município possui uma área de lazer com espaços apropriados para a prática esportiva e recreativa, tais como basquete, futsal, handebol, voleibol, futebol de areia, vôlei de área, tênis de campo, pista de atletismo, pista de skate e pista para caminhadas.					
DIRETRIZ					
Conservar e revitalizar as praças esportivas para incentivar a prática de esporte e lazer à população.					
OBJETIVOS					
Desenvolver o esporte amador, de iniciação, de rendimento e de representação; garantir às crianças, adolescentes e jovens orientações adequadas à prática esportiva; realizar e participar de eventos e competições a nível local, regional, estadual e nacional.					
Nome do indicador estabelecido: % de atendimento aos desportistas e de desenvolvimentos de atividades desportivas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTES
1039 - Aquisição de um Micro Ônibus.	Micro Ônibus	UN	1,0000	170.000,00	1000000
1040 - Aquisição de um veículo.	Veículos	UN	1,0000	50.000,00	1000000
2.057 – Manutenção do desporto municipal.	Unidade gestora	Unidade	1.0000	1.940.000,00	1000000
2176 - Auxílio a Entidades Esportivas de Futebol Amador	Entidades Beneficiadas	1Quantidades	10 Entidades	100.000,00	100000
TOTAL				2.260.000,00	

No Programa 0100 – Esporte em Ação foi adicionado o valor total de R\$ 600.000,00, da seguinte forma:

Ação: 2057= adiciona R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges;

Ação: 2176= acrescenta R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges; (ação nova);

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXIV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA					
SUBFUNÇÃO: 182 – DEFESA CIVIL					
PROGRAMA					
0105 – CONTENÇÃO DE CHEIAS					
DIAGNÓSTICO					
A área central da cidade é cortada pelo Rio Capinzal, que recebe além das fontes naturais, as águas pluviais de uma vasta área territorial do município. Em ocasião de cheias, seu leito transborda com muita rapidez e atinge as edificações residenciais e comerciais próximas a sua costa, causando, na maioria das vezes, prejuízos e desalojamento da população.					
DIRETRIZ					
Evitar prejuízos decorrentes de cheias do Rio Capinzal, aliando à execução de planos urbanísticos de lazer.					
OBJETIVOS					
Revitalização do Rio Capinzal para amenizar o impacto durante a ocorrência de cheias usando esta estrutura para a execução de planos urbanísticos como ciclovia, calçadão e outros espaços de lazer.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de centros edificadas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 60%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 80%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2147 – Revitalização do Rio Capinzal e atualização de projeto técnico.	Revitalização	m	100	312.000,00	1000000
TOTAL				312.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO					
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA					
PROGRAMA					
0110 – DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui excelente infraestrutura em espaços comunitários voltados à promoção social e ao lazer.					
DIRETRIZ					
Proporcionar espaço físico adequado para as comunidades realizar encontros, reuniões e eventos sociais.					
OBJETIVOS					
Conservar e ampliar os centros comunitários e construir novas unidades.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de centros edificadas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1.041 – Construção e ampliação de centros comunitários.	Edificação	m²	500	680.000,00	1000000
2.058 – Manutenção de centros comunitários	Centros	Unidade	10	220.000,00	1000000
TOTAL				900.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXVI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO					
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA					
PROGRAMA					
0115 – PARQUES DE LAZER					
DIAGNÓSTICO					
O Município dispõe de uma área de lazer com espaço apropriado para prática esportiva, atividades físicas e recreativas, além de constituir-se em local de realização de eventos e festividades municipais; dispõe também de praças centrais de grande circulação de pessoas e áreas de recreação infantil no centro e bairros.					
DIRETRIZES					
Proporcionar espaços para práticas de lazer, recreação e convívio social da população.					
OBJETIVOS					
Manter e ampliar a estrutura da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Praça Pedro Lélis da Rocha, calçadão e outros espaços de lazer e parques infantis; dotar os bairros com áreas e parques de lazer e recreação.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de praças e parques executados					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 60%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 80%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1042 -Ampliação e reestruturação das áreas de Lazer.	Area de lazer	UN	04	500.000,00	1000000
1043 - Aquisição de terrenos.	Terrenos	M2	1.000,0000	172.000,00	1000000
2.059 – Manutenção de praças urbanas.	Praças	Unidade	02	220.000,00	1000000
2.060 – Revitalização e manutenção da Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito.	Área de Lazer	Unidade	01	100.000,00 450.000,00	1000000 1245400
TOTAL				1.442.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXVII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0120 – DESENVOLVIMENTO URBANO					
DIAGNÓSTICO					
O desenvolvimento do Município provocou o crescimento populacional e a expansão dos loteamentos situados nos limites da área urbana com uma infraestrutura mínima no que tange a saneamento básico, pavimentação de vias públicas, passeios, praças e outros equipamentos urbanos.					
DIRETRIZES					
Desenvolver projetos de reurbanização através da modernização e embelezamento de equipamentos públicos mediante a reorganização do espaço urbano estabelecendo condições de uso e limites de acordo com a infraestrutura e equipamentos disponíveis.					
OBJETIVOS					
Proporcionar infraestrutura adequada objetivando oferecer à população melhores condições de vida através da construção de pavimentação asfáltica e em paralelepípedos, drenagem pluvial, execução de sinalização de trânsito, revitalização de praças e locais públicos.					
Nome do indicador estabelecido: percentual do cumprimento das vias pavimentadas					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 60%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 80%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.061 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura.	Unidade gestora	Unidade	01	960.000,00	1000000
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO				0,00	
SUBFUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA				0,00	
1.044 – Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Obras de Infraestrutura	Unidade	01	10.681.181,42	1245400
SUBFUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS				0,00	
2.062 – Manutenção dos serviços urbanos.	Unidade gestora	Unidade	01	13.200.000,00	1000000
1045- Pavimentação asfáltica de vias públicas	Pavimentação	KM	8,0000	1.000.000,00 6.000.000,00	1000000 1245400
1046- Pavimentação em paralelepípedos	Pavimentação	M2	40.000,00	1.500.000,00 500.000,00	1000000 1245400
1047 - Construção e revitalização de passeios públicos padronizados.	Construção	M2	6.500,0000	500.000,00	1000000
1048 Construção de pontes em vias urbanas.	Pontes	UN	2,0000	56.000,00 200.000,00	1000000 1245400
1050 - Construção de escadarias com corrimão em ruas com declive acentuado	Escadas	M2	500,0000	500,0000	1000000
2.063 – Indenização de terrenos para abertura de vias públicas.	Terreno	m²	1.000	50.000,00	1000000
TOTAL				34.947.181,42	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXVIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO					
SUBFUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS					
PROGRAMA					
0125 – TRÂNSITO SEGURO					
DIAGNÓSTICO					
As vias públicas municipais possuem um intenso tráfego de veículos necessitando conservação permanente da sinalização; o sistema de transporte coletivo também exige conservação constante e ampliação dos abrigos de passageiros.					
DIRETRIZES					
Dar maior segurança aos motoristas e pedestres usuários do sistema viário.					
OBJETIVOS					
Conservar e ampliar a sinalização das vias públicas e a infraestrutura dos abrigos de passageiros.					
Nome do indicador estabelecido: número de abrigos construídos					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 40					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 60					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1051 - Construção de abrigos para passageiros.	Abrigos	UN	20,0000	200.000,00	1000000
2064 Sinalização de vias públicas	Sinalização Ruas	M	40.000,0000	360.000,00	1000000
TOTAL				560.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXIX		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – URBANISMO					
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO					
SUBFUNÇÃO: 452 – SERVIÇOS URBANOS					
PROGRAMA					
0130 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
DIAGNÓSTICO					
O Município mantém os serviços de iluminação pública, serviços de limpeza pública e coleta de entulhos através de seus servidores diretos e de forma terceirizada a coleta e destino final do lixo e limpeza das vias urbanas. Possui dois cemitérios municipais necessitando de conservação e ampliação e uma capela mortuária.					
DIRETRIZES					
Manter os serviços de limpeza pública, coleta e destinação final do lixo, otimizar o sistema de iluminação pública e ampliação do cemitério central.					
OBJETIVOS					
Manter os serviços de coleta e destino final do lixo dentro dos preceitos legais e sanitários, iluminação de ruas e espaços urbanos, manutenção e ampliação de cemitérios municipais.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de coleta executado					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1052 - Aquisição de terreno e construção do Cemitério Municipal	Terrenos	M2	24.000,0000	360.000,00	1000000
2065 - Manutenção dos serviços de coleta e destino final do Lixo	Coleta de Lixo	UN	48,0000	5.200.000,00	1000000
2066 -Aquisição de lixeiras para separação de lixo orgânico do lixo seco	Lixeiras	UN	225,0000	160.000,00	1000000
2067 - Manutenção dos cemitérios e capela mortuária municipal	Cemitérios/ capela	UN	3,0000	120.000,00	1000000
2068 - Manutenção e ampliação do sistema de iluminação Pública	Iluminação Pública	unidade	1,0000	4.000.000,00	1000000
TOTAL				9.840.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXX			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
UNIDADE: 0601 – URBANISMO						
FUNÇÃO: 15 – URBANISMO						
SUBFUNÇÃO: 453 – TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS						
PROGRAMA						
0135 – TRANSPORTES URBANOS E TERMINAIS RODOVIÁRIOS						
DIAGNOSTICO						
O Município dispõe de um terminal rodoviário de passageiros para atender aos usuários do transporte intermunicipal e um terminal urbano que atende aos usuários do transporte coletivo urbano, instalados na área central. O sistema de transporte coletivo urbano é executado de forma direta pelo Município com 04 veículos, atendendo, em média, 50.000 usuários/mês.						
DIRETRIZES						
Manter e melhorar o sistema de transporte coletivo para melhor atender a população usuária.						
OBJETIVOS						
Manter o sistema de transporte coletivo urbano com ampliação e renovação da frota aumento de linhas e prolongamento de itinerários, estender o atendimento à população rural e construir um novo terminal de passageiros para melhor atender a população usuária.						
Nome do indicador estabelecido: percentual de usuários atendidos						
Indicador (índice) previsto no planejamento: 75%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 95%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1049 - Implantação de Anel Viário de Capinzal, ligando a SC 135 às comunidades de Alto Residência e São Roque ao Bairro São Cristóvão.		Infraestrutura	UN	1,0000	500.000,00	1000000
2.069 – Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros.		Usuário	Unidade	2.400.000	2.400.000,00	1000000
1053 – Aquisição de veículos.		Ônibus	Unidade	04	960.000,00	1000000
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTE					0,00	
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO					0,00	
1054 – Ampliação e reforma do terminal rodoviário de passageiros		Edificação	Unidade	01	440.000,00	1000000
TOTAL					4.300.000,00	

No Programa 0135 – Transportes Urbanos e Terminais Urbanos foi subtraído o valor total de R\$ 360.000,00, da seguinte forma:

Ação: 1054= subtrai R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ref. Emenda nº 001 – Autoria: Vereadores Alcidir Afonso Coronetti e Kelvis Borges;

Ação: 1054= subtrai R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) ref. Emenda 002 – Autoria: Vereador Senair Bressan;

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017				ANEXO I-XXXI	
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (FMH)					
UNIDADE: 1401 – FUNDO DE HABITAÇÃO					
FUNÇÃO: 16 – HABITAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 482 – HABITAÇÃO URBANA					
PROGRAMA					
0140 – HABITAÇÃO POPULAR					
DIAGNÓSTICO					
O desenvolvimento econômico e o crescimento populacional geraram déficit habitacional atingindo especialmente as pessoas que apresentam renda familiar de 01 a 03 salários mínimos. O Município elaborou o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social que retrata a realidade atual e contém as diretrizes para enfrentamento da situação evidenciada.					
DIRETRIZ					
Reduzir o déficit habitacional através de programas populares inseridos no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.					
OBJETIVOS					
Ampliar os programas habitacionais através da aquisição de terrenos, construção de moradias populares e distribuição de cestas de materiais de construção em forma de auxílio a famílias carentes de baixa renda.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a população que busca auxílio moradia junto ao município					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 30%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 60%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1.055 – Aquisição de terrenos para construção de casas populares.	Lotes	Unidade	40	1.880.000,00	1000000
1056 Construção de casas populares.	Habitações	UN	200,0000	1.500.000,00 4.000.000,00	1000000 1245400
2.070 – Reforma de unidades habitacionais.	Habitações	Unidade	100	900.000,00	1000000
TOTAL				8.280.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
UNIDADE: 0601 – TRANSPORTES					
FUNÇÃO: 26 – TRANSPORTE					
SUBFUNÇÃO: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO					
PROGRAMA					
0145 – ESTRADAS VICINAIS					
DIAGNÓSTICO					
O sistema viário municipal encontra-se em estado regular de conservação, com estrutura básica de macadame e britagem, bueiros e pontes, porém, apresenta necessidade constante de melhorias tendo em vista o grande fluxo de veículos pesados que trafega no transporte e escoamento da produção. O parque rodoviário municipal conta com 01 escavadeira hidráulica, 03 retroescavadeiras, 02 motoniveladoras, 02 pás-carregadeiras, 01 rolo compactador e 10 caminhões, cuja frota tem alto custo de manutenção.					
DIRETRIZES					
Proporcionar acesso seguro no transporte da produção agrícola às indústrias e aos centros comerciais.					
OBJETIVOS					
Dar continuidade ao programa de britagem, ensaibramento e melhoramento das estradas vicinais e à conservação de pontes e bueiros com a aquisição de novos equipamentos rodoviários.					
Nome do Indicador estabelecido: percentual das vias e pontes conservadas e executadas no perímetro rural do município					
Indicador (índice) previsto no momento do planejamento: 95%					
Indicador (Índice) pretendido no final do Plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1015 Pavimentação de Estradas Vicinais	Pavimentação	M2	800,0000	500.000,00	1000000
1057 Construção de pontes.	Pontes	UN	3,0000	300.000,00	1000000
1059 Aquisição de veículos	Veiculos	UN	4,0000	120.000,00	1000000
1060 Aquisição de caminhões.	Caminhão	UN	3,0000	450.000,00	1000000
1061 Aquisição de retroescavadeira.	Retroescavadeira	UN	1,0000	250.000,00	1000000
1062 Aquisição de rolo compactador.	Rolo compactador	UN	1,0000	250.000,00	1000000
1063 Aquisição de escavadeira hidráulica.	Equipamento agricola	UN	1,0000	120.000,00	1000000
				480.000,00	1245400
1064 Aquisição de motoniveladora	Equipamentos	1,0000	UN	600.000,00	1000000
1065 Aquisição de trator de esteira	Trator	UN	1,0000	120.000,00	1000000
				480.000,00	1245400
1066 Aquisição de um conjunto de britador móvel.	Britador	UN	1,0000	350.000,00	1000000
2071 Manutenção das estradas vicinais	Estradas	M	5.000,0000	3.600.000,00	1000000
2072 Manutenção da Fábrica de Artefatos de Cimento	Fabrica	UN	1,0000	600.000,00	1000000
2073 Locação de equipamentos rodoviários	Equipamentos	UN	4,0000	300.000,00	1000000
2162 Locação de imóvel para Secretaria de Infra Estrutura	Imóvel	MES	48,0000	360.000,00	1000000
TOTAL				9.480.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
UNIDADE: 0701 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0150 – VIDA E SAÚDE					
DIAGNOSTICO					
O Município possui 06 unidades sanitárias responsáveis pelo atendimento de atenção básica da saúde pública, cujos recursos são movimentados através do Fundo Municipal de Saúde (FMS).					
DIRETRIZES					
Atender a população com observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) buscando a universalidade de acesso aos serviços de saúde, à integralidade de assistência, à igualdade de assistência e à equidade.					
OBJETIVOS					
Manter e melhorar as ações de saúde pública; manter as instalações das unidades sanitárias; manter os veículos para transporte de pacientes com renovação constante da frota e outras ações pertinentes.					
Nome do indicador estabelecido: % de atendimentos da população que busca as unidades sanitárias municipais					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 80%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1143 Construção de Unidade de Saúde Central	Edificação	M2	600,0000	600.000,00	1245400
2.121 – Manutenção da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.	Unidade Gestora	Um	01	2.600.000,00	R. Próprios
2177 – Auxílio a Entidades Hospitalares	Hospitais Beneficiados	Quantidade	02 Hospitais	360.000,00	
TOTAL				3.560.000,00	

No Programa 0150 – Vida e Saúde foi acrescentado o valor total de R\$ 360.000,00, da seguinte forma:

Ação: 2177= acrescenta R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) ref. Emenda nº 002 – Autoria: Vereador Senair Bressan; (ação nova);

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXIV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
UNIDADE: 0801 – SAÚDE PÚBLICA					
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE					
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA					
PROGRAMA					
0150 – VIDA E SAÚDE					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui 06 unidades sanitárias responsáveis pelo atendimento de atenção básica da saúde pública, cujos recursos são movimentados através do Fundo Municipal de Saúde (FMS).					
DIRETRIZES					
Atender a população com observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) buscando a universalidade de acesso aos serviços de saúde, à integralidade de assistência, à igualdade de assistência e à equidade.					
OBJETIVOS					
Manter e melhorar as ações de saúde pública; manter as instalações das unidades sanitárias; manter os veículos para transporte de pacientes com renovação constante da frota e outras ações pertinentes.					
Nome do indicador estabelecido: % de atendimentos da população que busca as unidades sanitárias municipais.					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2075 Manutenção da Saúde Pública	Unidade Gestora	UN	1,0000	20.594.200,00 0	1020000
1068 Aquisição de ambulância	Veículo	UN	1,0000	250.000,00	1020000
1069 Aquisição de veículos.	Veículo	UN	5,000	260.000,00 100.000,00	1020000 1245500
2.076 – Assistência à saúde mental.	Atendimento	Unidade	1.440	30.000,00	1020000
2.077 – Manutenção e ampliação atendimento preventivo de saúde bucal.	Atendimento	Unidade	24.000	90.000,00	1641100
2.078 – Prevenção as DST e combate a AIDS.	Atendimento	Unidade	50.000	180.000,00	1641100
2.079 – Apoio ao grupo de alcoólicos anônimos.	Grupo	Unidade	01	30.000,00	1020000
2.080 – Manutenção do convênio com a Rede Feminina de Combate ao Câncer.	Convênio	Unidade	01	42.000,00	1020000
SUBFUNÇÃO: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL				0,00	
2.081 – Manutenção do laboratório da Unidade Central de Saúde.	Laboratório	Unidade	01	420.000,00	1020000
SUBFUNÇÃO: 303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO				0,00	
2.082 – Manutenção da assistência farmacêutica.	Medicamentos	Unidade	90.000	1.500.000,00 1.300.000,00	1020000 1670000
SUBFUNÇÃO: 304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA				0,00	
2.083 – Manutenção da vigilância sanitária.	Atendimento	Unidade	20.000	96.000,00	1661500
SUBFUNÇÃO: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				0,00	
2.084 – Manutenção da vigilância epidemiológica.	Atendimento	Unidade	20.000	300.000,00	1661600
TOTAL				25.992.200,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
UNIDADE: 0801 – SAÚDE PÚBLICA					
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE					
SUBFUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA					
PROGRAMA					
0155 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)					
DIAGNÓSTICO					
O programa Estratégia Saúde da Família (ESF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS), de caráter preventivo, conta com 03 equipes implantadas, atendendo a Cidade Alta e o loteamento São Luiz (além de loteamentos adjacentes). O ESF/PACS atende 3.500 famílias através de visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde e equipe multidisciplinar, atingindo aproximadamente 13.000 pessoas.					
DIRETRIZ					
Atingir 100% da população urbana com ações de saúde preventiva.					
OBJETIVOS					
Disponibilizar serviços de saúde básica às famílias da área de abrangência do ESF.					
Nome do indicador estabelecido: % de atendimentos da população que busca os serviços de saúde do município					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.085 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família (ESF).	Equipes ESF	Unidade	03	840.000,00 1.680.000,00	1020000 1641000
2.086 – Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).	Equipes PACS	Unidade	03	360.000,00 600.000,00	1020000 1641200
TOTAL				3.480.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXVI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
UNIDADE: 0801 – SAÚDE PÚBLICA					
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE					
SUBFUNÇÃO: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					
PROGRAMA					
0160 – INFÂNCIA SAUDÁVEL					
DIAGNÓSTICO					
O Município conta com cerca de 1.600 crianças na faixa etária de 00 a 05 anos; o programa Infância Saudável atende uma média de 30 crianças/mês.					
DIRETRIZES					
Este programa atende crianças menores de 05 anos que apresentam baixo peso, mediante acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, objetivando uma infância saudável.					
OBJETIVOS					
Combater carências nutricionais mediante a distribuição de leite e óleo de soja.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a crianças com carências nutricionais					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 80%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 95%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.087 – Alimentação a crianças baixo peso.	Crianças	Unidade	1.600	60.000,00	1000000
TOTAL				60.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXVII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 07 – SECRETARIA DA SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
UNIDADE: 0701 – SANEAMENTO BÁSICO					
FUNÇÃO: 17 – SANEAMENTO					
SUBFUNÇÃO: 17.511 – SANEAMENTO BÁSICO RURAL					
PROGRAMA					
0165 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui uma autarquia responsável pela captação, adução, reservação, tratamento e distribuição de água potável nos municípios de Capinzal e Ouro. O Município não possui sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto.					
DIRETRIZ					
Garantir o abastecimento de água com qualidade e implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário.					
OBJETIVOS					
Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água e implantar sistema de coleta e tratamento coletivo de esgoto sanitário.					
Nome do indicador estabelecido: total de poços a perfurar e a instalar.					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 06					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 06					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.088 – Perfuração e instalação de poços artesianos.	Poços	Unidade	03	48.000,00	1000000
2.089 – Instalação de redes de distribuição de água.	Redes	m	1.500	48.000,00	1000000
1.140 Aquisição e ou construção de reservatórios de água.	Reservatório	M3	10,0000	60.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 17.512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO				0,00	
2.090 – Manutenção do saneamento básico residencial.	Residências atendidas	Unidade	100	48.000,00	1000000
1.141- Adequação do Laboratório Regional do CISAM – Meio oeste	Edificação	M2	1.364,0000	1.800.000,00	1245400
1022 – Implantação de sistema de tratamento de esgoto sanitário.	Sistema	M	2.000	500.000,00 1.817.500,00	1000000 1245400
TOTAL				4.321.500,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2010/2013			ANEXO I-XXXVIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 13 – SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SIMAE)					
UNIDADE: 1301 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO					
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0165 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui uma autarquia responsável pela captação, adução, reservação, tratamento e distribuição de água potável nos municípios de Capinzal e Ouro. O Município não possui sistema de captação e tratamento coletivo de esgoto.					
DIRETRIZ					
Garantir o abastecimento de água com qualidade e implantar sistema de captação e tratamento coletivo de esgoto sanitário.					
OBJETIVOS					
Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água e implantar sistema de captação e tratamento coletivo de esgoto sanitário.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento à população do município com água potável					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 98%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2091 Manutenção dos serviços Administrativos	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.598.754,60	1000000
1.083 Ampliação e reforma da sede administrativa. (Simae)	Edificação	M2	700,0000	900.000,00	1000000
1084 Aquisição de bens móveis (Simae)	Equipamentos	UN	50,0000	70.000,00	1000000
FUNÇÃO: 17 – SANEAMENTO				0,00	
SUBFUNÇÃO: 17.512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO				0,00	
2.092 – Manutenção e operação do sistema de abastecimento de água.	Unidade gestora	Unidade	01	12.247.223,21	1000000
2.093 – Transferências a consórcios públicos - CISAM Meio Oeste.	CISAM MO	Unidade	01	80.344,23	1000000
1.085Ampliação e automação da Estação de tratamento de água	Edificação	M2	500,0000	140.000,00	1000000
1.086 - Construção e ampliação de Bens Imóveis de Natureza Industrial (SIMAE)	Edificação	UN	2,0000	45.000,00	1000000
1087 Construção de Reservatórios de água. (Simae)	Reservatório	M3	500,0000	500.000,00	1000000
1088 Implantação redes e adutoras de água. (Simae)	Redes	M	3.000,0000	1.200.000,00	1000000
1089 Implantação de redes de esgoto (Simae)	Redes	M3	1.000,0000	470.436,87	1000000

1090 - Construção de almoxarifado para armazenamento de materiais e produtos (SIMAE)	Edificação	M2	250,0000	60.000,00	1000000
1091 - Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores.	Equipamentos	UN	3.212,0000	260.000,00	1000000
1092 Aquisição e substituição de painéis de comando.	Equipamentos	UN	2,0000	50.000,00	1000000
1093 - Aquisição e substituição de conjunto moto-bomba	Equipamentos	UN	3,0000	100.000,00	1000000
1094 Aquisição de veículos. (Simae)	Veiculos	UN	7,0000	240.000,00	1000000
1095 Aquisição de equipamentos(Simae)	Equipamentos	UN	20,0000	100.000,00	1000000
1099 Aquisição de terreno (Simae)	Terrenos	M2	800,0000	150.000,00	1000000
FUNÇÃO: 28 – OPERAÇÕES ESPECIAIS				0,00	
SUBFUNÇÃO: 28.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL				0,00	
2094 Contribuição ao PASEP.	Contribuição	UN	1,0000	224.361,17	1000000
TOTAL				22.436.120,08	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XXXIX		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)					
UNIDADE: 1001 – FUNDO SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO					
PROGRAMA					
0170 – VALORIZAÇÃO DA TERCEIRA IDADE					
DIAGNÓSTICO					
No município de Capinzal são 1.380 pessoas acima de 60 anos (IBGE 2008), destas aproximadamente 680 são atendidas nos 14 grupos de idosos distribuídos no município.					
DIRETRIZES					
Implementar as atividades definidas no Plano Municipal de Assistência Social.					
OBJETIVOS					
Proporcionar aos idosos atendimento adequado, local para a convivência, integração social, oferecendo atividades desportivas, recreativas e de cidadania.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento aos idosos que necessitam do serviço social.					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.095 – Atendimento social a idosos.	Idosos atendidos	Unidade	1.560	120.000,00 160.000,00	1000000 1520000
2.096 – Manutenção do Centro de Convivência da Terceira Idade / Centro Dia.	Centro	Unidade	01	60.000,00 140.000,00	1000000 1520000
2149 Capacitação profissionais	Profissionais	UN	10,0000	50.000,00	1000000
TOTAL				530.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017		ANEXO I-XL			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
UNIDADE: 0701 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 08. 243 – ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
PROGRAMA					
0175 – REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
DIAGNÓSTICO					
No município de Capinzal há 6.094 crianças e adolescentes com idade compreendida zero a 18 anos. No atendimento à criança/adolescente contamos com a rede na Atenção Básica do Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente (CECON), AABB Comunidade da Fundação Banco do Brasil, o Programa Socio Ambiental, o Programa Bolsa Família. Na atenção de Média e Alta Complexidade contamos com o atendimento em abrigo (Casa Lar), no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil(PETI), nas Medidas Sócio Educativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida (PSC e LA). O Conselho Tutelar atende às questões inerentes a proteção integral da criança e do adolescente tendo em vista as suas atribuições.					
DIRETRIZES					
Atender crianças e adolescentes nos programas sociais desenvolvidos no Município.					
OBJETIVOS					
Proporcionar condições de formação, acesso ao saber, saúde, bem estar, desenvolvimento e preparação para o trabalho e a vida, oferecendo às crianças e adolescentes melhores perspectivas de futuro. Proporcionar atendimento integral às crianças e aos adolescentes abrigados oferecendo-lhes possibilidades de reintegração familiar ou adoção.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento as crianças que necessitam do serviço social					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1070 – Ampliação e adequação do Centro de Convivência da Criança e do Adolescente (CECON)/ Projovem Adolescente	Edificação	M2	400	400.000,00	1000000
1071 – Ampliação e adequação do Centro de Convivência Comunitário da Vila União - CCC	Edificação	M2	200	200.000,00	1000000
1072 – Aquisição de um veículo	Veículo	UN	01	35.000,00	1000000
1073 – Construção de Ginásio de esportes junto ao CCC	Edificação	M2	600	600.000,00	1000000
1074 – Adequação e manutenção do Ginásio de Esportes junto ao CECON	Ginásio	UN	01	100.000,00	1000000
2097 – Manutenção do Conselho Tutelar	Unidade Gestora	UN	01	90.000,00	1000000
2150 – Manutenção das atividades do CECON/CCC	Crianças e adolescentes atendidos	UN	400	384.000,00	1000000
2151 – Capacitação de Profissionais	Profissionais	UN	30	90.000,00	1000000
TOTAL				1.899.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)					
UNIDADE: 1001 – FUNDO SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 08.243 – ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
PROGRAMA					
0175 – REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
DIAGNÓSTICO					
No município de Capinzal há 6.094 crianças e adolescentes com idade compreendida zero a 18 anos. No atendimento à criança/adolescente contamos com a rede na Atenção Básica do Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente (CECON), AABB Comunidade da Fundação Banco do Brasil, o Programa Sócio-Ambiental, o Programa Bolsa Família. Na atenção de Média e Alta Complexidade contamos com o atendimento em abrigo (Casa Lar), no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), nas Medidas Sócio Educativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida (PSC e LA).					
DIRETRIZES					
Atender crianças e adolescentes nos programas sociais desenvolvidos no Município.					
OBJETIVOS					
Proporcionar condições de formação, acesso ao saber, saúde, bem estar, desenvolvimento e preparação para o trabalho e a vida, oferecendo às crianças e adolescentes melhores perspectivas de futuro. Proporcionar atendimento integral às crianças e aos adolescentes abrigados oferecendo-lhes possibilidades de reintegração familiar ou adoção.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento as crianças que necessitam do serviço social					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.098 – Assistência à criança e ao adolescente.	Crianças atendidas	Unidade	400	480.000,00	1000000
2.099 – Manutenção do Centro de Apoio e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (CECON) e Sócio-Ambiental.	Centro	Unidade	01	240.000,00	1000000
2.100 – Manutenção do Abrigo Casa Lar.	Abrigo	Unidade	01	78.000,00 50.000,00 72.000,00	1000000 1240000 1520000
2.101 – Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).	Crianças atendidas	Unidade	250	264.000,00	1520000
2.102 – Transferência de recursos financeiros a APAE (programas PPD, PEMD e PEAD).	Crianças atendidas	Unidade	90	108.000,00	1520000
TOTAL				1.292.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FMAS)					
UNIDADE: 1001 – FUNDO SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
PROGRAMA					
0195 – ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)					
DIAGNÓSTICO					
O município possui um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) onde desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social.					
DIRETRIZ					
Realizar entrevistas, visitas domiciliares, palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; trabalho com grupos e oficinas de capacitação e inserção produtiva; campanhas sócio-educativas; reuniões e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; produção de material para a capacitação e inserção produtiva.					
OBJETIVOS					
Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e prevenção de situações de risco para as famílias.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a pessoas carentes que necessitam dos serviços sociais.					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1075 Aquisição de um veículo.	Veículos	UN	1,0000	35.000,00	1000000
1076 - Ampliação , adequação e manutenção do espaço físico do CRAS	Edificação	M2	200,0000	400.000,00	1000000
2103 -Manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Centro	UN	1,0000	150.000,00 200.000,00	1000000 1520000
2104 -Controle Social em atividades de informação para famílias beneficiadas do Programa Bolsa família com Recursos do IGD	Famílias atendidas	UN	500,0000	72.000,00	1520000
2105 - Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Centro	UN	1,0000	50.000,00 250.000,00	1000000 1520000
2106 - Manutenção do IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	Famílias atendidas	UN	500	8.520,00	1520000
2107 - Manutenção do Projovem Adolescente Programa Nacional de inclusão de Jovens e Adolescentes	Adolescentes atendidos	UN	50,0000	200.000,00	1520000
2108 – Manutenção do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego	Pronatec	UN	1,0000	12.000,00	1520000
TOTAL				1.377.520,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 09 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FIA)					
UNIDADE: 0901 – FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 08. 243 – ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
PROGRAMA					
0175 – REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
DIAGNÓSTICO					
Em Capinzal há 6.094 crianças e adolescentes com idade compreendida zero a 18 anos. No atendimento à criança/adolescente contamos com a rede na Atenção Básica do Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (CECON), Programa AABB Comunidade da Fundação Banco do Brasil, Programa Socio Ambiental e o Programa Bolsa Família. Na atenção de média e alta complexidade contamos com o atendimento do programa Abrigo Casa Lar, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Nas medidas sócio educativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). O Conselho Tutelar atende às questões inerentes a proteção integral da criança e do adolescente tendo em vista as suas atribuições legais.					
DIRETRIZES					
Proporcionar (através de incentivos financeiros) a execução de políticas públicas nos programas e projetos que atendam crianças e adolescentes do município de Capinzal.					
OBJETIVOS					
Proporcionar condições de formação, acesso ao saber, saúde, bem estar, desenvolvimento e preparação para o trabalho e a vida, oferecendo às crianças e adolescentes melhores perspectivas de futuro. Proporcionar atendimento integral às crianças e aos adolescentes abrigados oferecendo-lhes possibilidades de reintegração familiar ou adoção.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento as crianças que necessitam do serviço social					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.109 – Assistência à criança e ao adolescente.	Crianças	Un	300	240.000,00	1000000
2.110 – Incentivo à guarda e à adoção.	Campanhas	Un	40	48.000,00	1000000
2.111 – Formação e capacitação de pessoal.	Profissionais	Un	40	120.000,00	1000000
2.112 – Divulgação dos direitos da criança e do adolescente.	Campanhas	Un	40	72.000,00	1000000
TOTAL				480.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLIV			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ÓRGÃO: 07– SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
UNIDADE: 0701 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL						
SUBFUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA						
PROGRAMA						
0180 – PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS						
DIAGNÓSTICO						
O Município de Capinzal apresenta situações de uso de drogas envolvendo todas as faixas etárias e classes sociais						
DIRETRIZES						
Buscar apoio e envolvimento efetivo de órgãos e entidades governamentais e não governamentais na prevenção e combate ao uso de drogas, bem como a recuperação de dependentes e, em especial, no desenvolvimento de programas educacionais.						
OBJETIVOS						
Desenvolver ações preventivas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e campanhas de combate ao uso de drogas.						
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a indivíduos com dependências químicas						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 30%						
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 70%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.113 – Prevenção de dependências cruzadas.		Pessoas atendidas	Unidade	1.500	36.000,00	1000000
2.114 – Recuperação de dependências cruzadas.		Pessoas a atingir	Unidade	50	60.000,00	1000000
TOTAL					96.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLV		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 07 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
UNIDADE: 0701 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
SUBFUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
PROGRAMA					
0185 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
DIAGNÓSTICO					
Este programa atende pessoas com dificuldades financeiras e organizações sociais.					
DIRETRIZ					
Executar o Plano Municipal de Assistência Social elaborado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).					
OBJETIVOS					
Fornecer cesta básica de alimentos, aquisição de lentes e armação para óculos, enxoval para bebês e fraldas, fraldas geriátricas, ajuda de custo com transporte para alunos com necessidades especiais que freqüentam a Sala de Recursos Especiais, auxílio funeral e outras despesas pertinentes e incentivar a organização de clubes de mães, associações de mulheres e associações de bairros, entre outros.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a pessoas carentes que necessitam dos serviços sociais.					
Indicador (índice) previsto no planejamento: 70%					
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 90%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
1077 – Construção espaço físico destinado a Gestão	Edificação	M2	200	200.000,00	1000000
1078 – Aquisição de equipamentos para melhoria da gestão	Equipamentos	UN	100	150.000,00	1000000
1079 – Aquisição de veículo	Veículos	UN	1,0000	35.000,00	1000000
2152 – Concessão de benefícios eventuais à famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social	Pessoas atendidas	UN	4000	400.000,00	1000000
2153 – Manutenção das atividades desenvolvidas com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Pessoas atendidas	UN	300	200.000,00	1520000
2.154 – Capacitação de profissionais da área	Profissionais	Unidade	10	50.000,00	1000000
2.161 – Assistência a organizações sociais.	Grupos	Unidade	160	40.000,00	1000000
TOTAL				1.325.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLVI		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
UNIDADE: 0302 – ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO					
FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA					
SUBFUNÇÃO: 181 – POLICIAMENTO					
PROGRAMA					
0190 – SEGURANÇA DO CIDADÃO					
DIAGNÓSTICO					
O Município mantém convênios com as Polícias Civil e Militar para prover os serviços de Rádio Patrulha que objetiva estabelecer condições conjuntas de segurança pública, de fiscalização, aplicação de penalidades e arrecadação de multas de trânsito e o adequado controle da utilização das vias públicas. O Município dispõe da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e Corpo de Bombeiros que prestam serviços às comunidades da Comarca de Capinzal.					
DIRETRIZES					
Manter os convênios e as ações conjuntas com as Polícias Civil e Militar na área de segurança pública, serviços de rádio patrulha, controle do uso das vias públicas, manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e do Corpo de Bombeiros.					
OBJETIVOS					
Dar efetiva segurança à população do Município.					
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a população com serviços de segurança pública					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 75%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 95%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2117 – Manutenção do convênio com a Polícia Civil.	Unidade gestora	UN	01	400.000,00	1000000
2118 – Manutenção do convênio de trânsito com a SESPDP.	Unidade gestora	UN	01	400.000,00	1000000
2119 – Manutenção do convênio com a Polícia Militar para os serviços de rádio patrulha.	Unidade gestora	UN	01	800.000,00	1000000
2175 – Criação e manutenção da Guarda Municipal	Guarda Municipal	UN	01	500.000,00	1000000
SUBFUNÇÃO: 182 – DEFESA CIVIL				0,00	
2120 – Manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC).	Unidade gestora	UN	01	120.000,00	1000000
TOTAL				2.220.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL						
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLVII			
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ORGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUMREBOM)						
UNIDADE: 1101 – FUMREBOM						
FUNÇÃO: 06 – SEGURANÇA PÚBLICA						
SUBFUNÇÃO: 182 – DEFESA CIVIL						
PROGRAMA						
0190 – SEGURANÇA DO CIDADÃO						
DIAGNÓSTICO						
O Município dispõe de uma unidade do Corpo de Bombeiros que é mantida com recursos do Estado e do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, cujas receitas advêm da contra-prestação de serviços de vistorias e da contribuição mensal da população, que atende as comunidades da Comarca de Capinzal.						
DIRETRIZES						
Manter em funcionamento a unidade do Corpo de Bombeiros.						
OBJETIVOS						
Dar efetiva segurança à população do Município.						
Nome do indicador estabelecido: percentual de atendimento a população que buscam os serviços dos bombeiros						
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%						
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%						
AÇÕES		PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
SUBFUNÇÃO: 08.0801.06.182 – DEFESA CIVIL						
1082 – Aquisição de viaturas e equipamentos	Viaturas	UN	02	300.000,00 84.000,00	1000000 1890000	
1100 – Ampliação das instalações da sede dos Bombeiros	Edificação	M2	150	150.000,00	1000000	
2121 – Manutenção do Corpo de Bombeiros.	Unidade gestora	UN	01	1.080.000,00	1000000	
2122 – Manutenção das instalações da sede do Corpo de Bombeiros.	Edificações	M2	610	96.000,00	1000000	
TOTAL				1.710.000,00		

MUNICIPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLVIII		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
UNIDADE: 0302 – ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO					
FUNÇÃO: 28 – ENCARGOS ESPECIAIS					
SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
PROGRAMA					
0000 – ENCARGOS GERAIS, DÍVIDA PÚBLICA, PREVIDÊNCIA A INATIVOS E PENSIONISTAS					
DIAGNÓSTICO					
O Município tem financiamentos contraídos junto a organismos financeiros de ordem interna para financiar programas na área de habitação e desenvolvimento urbano, operações a longo prazo, que vêm sendo honradas. O Município conta com 26 inativos e 12 pensionistas que recebem seus proventos através do Tesouro Municipal.					
DIRETRIZES					
Pagamento de encargos e amortização do principal dos produtos de financiamentos contraídos em exercícios anteriores e operações futuras. Manter o pagamento dos proventos de inatividade e as pensões existentes; previsão para novas aposentadorias e a compensação com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Previsão para o pagamento de precatórios trabalhistas.					
OBJETIVOS					
Honrar os compromissos com pagamento da dívida interna. Garantir os direitos constitucionais dos servidores e dos inativos e pensionistas que pertenceram ao quadro de servidores do Município. Previsão para pagamento de precatórios trabalhistas.					
Nome do indicador estabelecido: pagamento da dívida pública e número de inativos e pensionistas a receberem proventos					
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 100%					
Indicador (Índice) pretendido no final do plano: 100%					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2123 – Pagamento de inativos e pensionistas.	Inativos	Unidade	38	2.400.000,00	1000000
2124 – Compensação financeira com sistema federal de previdência.	Unidade gestora	Unidade	01	60.000,00	1000000
2165 – Contribuição ao PASEP	Contribuição	Pasep	48	1.152.000,00	1000000
2166 – Amortização da dívida fundada interna.	Dívida	Parcelas	48	2.532.000,00	1000000
2167 – Pagamento de encargos da dívida fundada interna.	Dívida	Parcelas	48	400.000,00	1000000
2168 – Pagamento de precatórios	Precatórios	UN	01	192.000,00	1000000
TOTAL				6.736.000,00	

MUNICÍPIO DE CAPINZAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017			ANEXO I-XLIX		
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
ORGAO: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
UNIDADE: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
FUNÇÃO: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
SUBFUNÇÃO: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
PROGRAMA					
9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
DIAGNÓSTICO					
Previsão de recursos para cobertura de riscos fiscais, de despesas imprevistas oriundas de danos causados por intempéries, processos de desapropriação de imóveis, obtenção de resultado primário.					
DIRETRIZES					
Previsão de recursos para cobertura de riscos fiscais, de despesas imprevistas oriundas de danos causados por intempéries, processos de desapropriação de imóveis, obtenção de resultado primário.					
OBJETIVOS					
Recursos destinados à cobertura de despesas com riscos fiscais.					
Nome do indicador estabelecido:					
Indicador (Índice) previsto no planejamento:					
Indicador (índice) pretendido no final do plano:					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2169 – Reserva de Contingência.	Reserva Conting	RC	RC	120.000,00	1000000
TOTAL				120.000,00	

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria N° 5767 de 06 de Abril de 2013

PORTARIA P/5767/13, de 06.04.2013

"Cede o Servidor público Municipal Ismael Cícero Chinato"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 01 da Lei nº 2.143/07 de 29 de agosto de 2007,

Resolve

CEDER, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, e conforme Convênio firmado com o Município de Catanduvas e o Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina - CBMSC nº 17.163/2009-8 de 02 de dezembro de 2009. O Servidor Ismael Cícero Chinato, ocupante do Cargo Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviária, Nível CE-56A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Este ato tem efeito a partir de 1º de abril de 2013, quando a nominado funcionário passa a exercer suas funções nesta Entidade.

Catanduvas, 06 de abril de 2013

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5278/11

Portaria N° 5772 de 14 de Maio de 2013

PORTARIA P/5772/13, de 14.05.13

"Concede Função Gratificada a VERONICA ALVES DE CARVALHO FERREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 1º, da Lei Complementar nº 53/09, de 15 de julho de 2009,

Resolve:

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada à funcionário(a) VERONICA ALVES DE CARVALHO FERREIRA, com Estabilidade no Cargo de Técnico em Enfermagem, Nível-CE-26A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Coordenação de Assuntos Administrativos do Hospital Municipal, Nível FG-07, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de maio de 2013, quando a Servidora passou exercer essas funções.

Catanduvas, 14 de maio de 2013

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5530/12.

Portaria N° 5773 de 31 de Maio de 2013

PORTARIA P/5773/13, de 31.05.2013

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, MARIA AMABILE APARECIDA ALVES MORAIS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições

que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) MARIA AMABILE APARECIDA ALVES MORAIS, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5436/12.

Catanduvas, 31 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5589/12

Portaria N° 5774 de 31 de Maio de 2013

PORTARIA P/5774/13, de 31.05.2013

"Exonera de Cargo em Comissão, CLAUDINEI ANTONIO SELLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

Resolve

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, CLAUDINEI ANTONIO SELLA, das funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, Nível CC-01, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o nominado funcionário deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 31 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5573/12

Portaria N° 5775 de 31 de Maio de 2013

PORTARIA P/5775/13, de 31.05.13

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

Resolve

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5578/12, elevando-o até 30 de novembro de 2013.

Catanduvas, 31 de maio de 2013

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5578/12

Portaria N° 5776 de 1° de Junho de 2013

PORTARIA P/ 5776/13, de 1º. 06.2013.

"Nomeia para Cargo em Comissão,
CLAUDINEI ANTONIO SELLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, CLAUDINEI ANTONIO SELLA, para as funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 1º de junho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5573/12

Portaria N° 5777 de 1° de Junho de 2013

PORTARIA P/ 5777/13, de 1º.06.2013,

"Admite temporariamente,
Maria Amabile Aparecida Alves de Moraes"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Maria Amabile Aparecida Alves de Moraes, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 1º de junho de 2013 a de 31 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 1º de junho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5773/13

Aviso de Licitação: Processo Licitatório N° 0058/2013 - Pregão N° 0036/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0058/2013

PREGÃO N° 0036/2013

Objeto: Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas a fim de contratar empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros destinados à frota municipal, durante o segundo semestre de 2013, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; de Infraestrutura; de Administração e Finanças (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social.

Abertura das Propostas: às 09h15min do dia 27 de junho de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de junho de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 14 de junho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Convênio PMC N° 0002/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PMC N° 002/2013

Objeto: TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A AIDEC - ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CATANDUVAS - SC, VISANDO A CESSÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, REPASSE FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO

PRIMEIRO CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
SEGUNDA CONVENIENTE: AIDEC - ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CATANDUVAS/SC

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a CLÁUSULA TERCEIRA do Convênio firmado, que dispõe sobre o repasse financeiro para a SEGUNDA CONVENIENTE;

CONSIDERANDO o disposto na CLÁUSULA DÉCIMA, também do Termo de Convênio;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizados e corretos os dados cadastrais de ambas as partes, a fim de evitar erros e confusões nos repasses, assim como nas informações destinadas ao público e aos órgãos de fiscalização tributária;

CONSIDERANDO a necessidade de retificar erro de dado inserido na qualificação da SEGUNDA CONVENIENTE quando da estruturação do Convênio;

RESOLVEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Retificar o nº da inscrição no CNPJ descrito na qualificação da SEGUNDA CONVENIENTE, qual seja, 84.590.256/0001-96, alterando para o nº correto de inscrição, 06.112.554/0001-67.

CLAUSULA SEGUNDA - Ao Município fica incumbida a responsabilidade de comunicar os responsáveis pela realização dos repasses financeiros, bem como do responsável pela inserção de informações no Portal Municipal da Transparência para que procedam às devidas regularizações.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, I, "a", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e art. 1º da Lei 2.396/2013.

E, por estarem as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.



Catanduvas - SC, 13 de junho de 2013.
Termo de Convênio: 02 de maio de 2013
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal
Arlindo Katschor - Presidente da AIDEC

Edital de Convocação N° 004/2013

**EDITAL N° 004/2013 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONVOCA ENTIDADES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREPARATÓRIA E OFICIAL**

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas, SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e a Emenda a Lei Orgânica Municipal n° 11 de 29 de dezembro de 2009, visando assegurar a participação popular na definição dos investimentos e despesa continuada, torna pública a data da Audiência Pública para elaboração do PPA, para o Quadriênio 2014/2017, LDO e LOA para 2014, e, convoca as entidades para efetuar cadastramento dos Delegados para Audiência Pública Oficial em consonância com a Legislação vigente e pelas disposições deste Edital.

1 DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1.1 A Audiência Pública, como instrumento de transparência da Gestão Fiscal do Município de Catanduvas SC, será realizada para tratar da elaboração do PPA - Plano Plurianual de Investimentos para Quadriênio de 2014/2017, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e LOA - Lei Orçamentária Anual para 2014.

1.2 A Audiência Pública será dividida em Preparatória e Oficial.

1.3 A Audiência será coordenada pelo Secretário Municipal de Finanças, por um representante indicado pelo Poder Executivo e representante do Poder Legislativo e nomeado pela Prefeita Municipal.

2 DO CALENDÁRIO, PAUTA E PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

2.1 A Audiência Pública acontecerá no DIA 21 DE JUNHO DE 2013, às 9 horas, nas Dependências da Câmara Municipal de Vereadores, contendo os seguintes assuntos de Pauta:

2.1.1 PPA - Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017;

2.1.2 LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2013;

2.1.3 LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

2.2 Participantes: Todos os integrantes dos seguintes Conselhos e Associações:

a - Conselho Municipal do Fundeb

b - Conselho de Alimentação Escolar;

c - APPS das Escolas da Rede Municipal, Estadual e Particular;

d - Representantes de Professores do ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio;

e - Representantes dos Funcionários Públicos;

f - Conselho Municipal de Assistência Social;

g - Conselho Municipal de Saúde;

h - Sociedade Patronato Anjo da Guarda;

i - Conselho dos Direitos da Criança Adolescentes e Tutelar;

j - APAE.

k - Representantes das Associações de Agricultores;

l - Sindicato dos Transportadores de Cargas de Catanduvas;

m- Representante do CDL;

n - Representantes das Associações dos Bairros;

o - Representantes do Banco Brasil de Catanduvas;

p - Representante do Corpo de Bombeiros;

q - Representante da Secretaria de Agricultura;

r - Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA; e,

s - Conselho Municipal de Saneamento.

2.3 Se os trabalhos não forem totalmente concluídos no dia, será marcada uma próxima audiência para finalização dos trabalhos.

3 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Serão objetos de discussão na Audiência Pública para elaboração do PPA, LDO e LOA, os valores para Investimentos e ou expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

3.2 Cada entidade deverá indicar o nome do DELEGADO e do SUPLENTE DE DELEGADO e informar a Secretaria Municipal de Administração até 01 dia antes da data fixada para realização da Audiência Pública Preparatória e Oficial.

3.3 Somente os Delegados ou Suplentes devidamente credenciados terão o direito de votar na escolha das prioridades apresentadas para o PPA, LDO e LOA.

3.4 Todos os demais cidadãos Catanduvenses e outras entidades civis que manifestarem interesse poderão participar da Audiência Pública Oficial, opinando, porém sem direito ao VOTO para elaboração do PPA, LDO e LOA.

3.5 A Audiência Pública será registrada em ata, com livro de presença e relatório das propostas aprovadas.

Catanduvas SC, 13 de junho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal.

Concórdia

PREFEITURA

Decreto N° 510/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 510/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE SIMIONE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora ROSANE SIMIONE, ocupante do cargo de Escrivário, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de setembro de 1996 a 1º de novembro de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 511/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 511/2013, DE 24 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, ao servidor ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de janeiro de 2008 a 15 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 512/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 512/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora LIDIANE DAL PRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei n° 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora integra a Comissão Permanente de Registro Cadastral.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de junho de 2013, à servidora LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 513/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 513/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor FLAVIANO ESTEBAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, 42 e 43, II, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FLAVIANO ESTEBAN, do cargo de provimento efetivo de Orientador de Informática e do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Tecnologias, a partir de 3 de junho de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo de Orientador de Informática, referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 514/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 514/2013, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto n° 449/2013, de 26 de abril de 2013, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei n° 3.809, de 9 de março de 2007 e no Decreto n° 5.215, de 12 de julho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n° 449/2013, de 26 de abril de 2013, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso VII passa a vigorar com a seguinte redação:

"VII - representantes dos estudantes da educação básica pública municipal:

a) titular: CLARITA NEUKAMP G. ANTUNES DOS SANTOS;

b) suplente: BRUNO MARCOS ARAUJO;" (NR)

II - fica acrescido inciso X com a seguinte redação:

"X - representantes dos estudantes da educação básica pública municipal, indicados pela entidade de estudantes secundaristas:

a) titular: GUILHERME PASQUALON;

b) suplente: GABRIEL PASQUALON." (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 515/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 515/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93688-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 516/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 516/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 19780-01, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 517/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 517/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LEONICE TEREZINHA DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de junho a agosto de 2013, à servidora LEONICE TEREZINHA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 98990-00, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007;

II - 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 518/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 518/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ADRIANA DOS SANTOS GABRIEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora ADRIANA DOS SANTOS GABRIEL, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na

forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005, matrícula 91944-00;
II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008, matrícula 91944-01.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 519/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 519/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARLI APARECIDA PEDROSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora MARLI APARECIDA PEDROSO, ocupante dos cargos de Professor, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010, matrícula 92053-00, código 10.10;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013, matrícula 92053-04, código 10.12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 520/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 520/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a substituição de cartões do Controle de Estacionamento Rotativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica definido que os antigos cartões do Controle de Estacionamento Rotativo, denominado Área Azul, comercializados pela anterior empresa concessionária, Jair Angelo Bortoli - ME, inscrita no CNPJ sob n° 09.164.957/0001-48, poderão ser substituídos (trocados) pelos novos cartões, a serem comercializados pela atual concessionária do serviço público de gestão das áreas especiais destinadas ao estacionamento por tempo limitado, regulamentado e pago de veículos, nas vias e logradouros públicos municipais.

Art. 2º A substituição (troca) dos cartões ocorrerá tão somente entre os dias 3 e 10 de junho de 2013, junto à nova empresa concessionária do serviço de exploração do estacionamento rotativo, Xavante Sistemas Ltda. - ME (Expark), inscrita no CNPJ sob n° 12.811.348/0001-48, no seguinte endereço: esquina da Rua 29 de Julho com a Travessa Marcon, 185, 3º andar, sala 03, Centro, telefone: (49) 3444 6503, no horário compreendido entre as 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Art. 3º Findo o prazo mencionado no art. 2º deste Decreto, não serão mais aceitas as substituições (trocas) dos antigos cartões de estacionamento rotativo.

Art. 4º O Município de Concórdia providenciará a necessária publicação e divulgação do presente Decreto.

Art. 5º Os recursos necessários à execução deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 521/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 521/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANA LUCIA DA SILVA FREIXIELA HERNANDEZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora ANA LUCIA DA SILVA FREIXIELA HERNANDEZ, ocupante do cargo de Coordenadora, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de abril de 2008 a 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 522/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 522/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SIMONE CRISTINA ROMANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora SIMONE CRISTINA ROMANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91332-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 523/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 523/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARLEI SALETE RADIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora MARLEI SALETE RADIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 92622-0, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de maio de 1997 a 17 de maio de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 524/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 524/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDITE MARIA CESCO VON DENTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora EDITE MARIA CESCO VON DENTZ, ocupante do cargo de Secretário Escolar, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de março de 2008 a 17 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 525/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 525/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora REGINA MARIA NUNES GOLFE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora REGINA MARIA NUNES GOLFE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de

janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 526/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 526/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JUSSARA GRILO TREVISOL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de junho e julho de 2013, à servidora JUSSARA GRILO TREVISOL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de março de 2008 a 3 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 527/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 527/2013, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE FATIMA SEBEM; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de junho de 2013, à servidora ROSANE FATIMA SEBEM, ocupante do cargo de Especialista em

Educação, código 11.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2000 a 14 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Ficam alteradas as expressões:

I - "15 de fevereiro de 1995 a 14 de fevereiro de 2000", para: "15 de fevereiro de 2000 a 14 de fevereiro de 2005", constantes no Decreto nº 135/2008, de 11 de janeiro de 2008, e;

II - "15 de fevereiro de 2000 a 14 de fevereiro de 2005", para: "15 de fevereiro de 2005 a 14 de fevereiro de 2010", constantes no Decreto nº 418/2010, de 27 de abril de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de maio de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 528/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 528/2013, DE 3 DE JUNHO DE 2013.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013, que constitui e designa Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013, que constitui e designa Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

a) TEREZINHA CONTE SOLIGO;" (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida, a partir de 1º de junho de 2013, à servidora TEREZINHA CONTE SOLIGO, ocupante do cargo de Coordenadora, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida Comissão.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 1º de junho de 2013, o inciso II do art. 3º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 3 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 529/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 529/2013, DE 3 DE JUNHO DE 2013.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora NEUSA PRESOTTO COLOMBO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, nas Leis nºs. 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e 4.384, de 15 de dezembro de 2011, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora é Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de junho de 2013, à servidora NEUSA PRESOTTO COLOMBO, ocupante do cargo de Assistente Social, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 7/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N° 7/2013- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra comum em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos) para execução de recapeamento asfáltico com CBUQ da Rua Rio Grande do Sul, Bairro dos Estados neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/07/2013. Abertura: dia 02/07/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 14 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Convocação N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 5/2013, DE 5 DE JUNHO DE 2013.

Convoca Audiências Públicas; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiências Públicas Municipais, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e alteração – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de definir ações e metas com vistas à elaboração:

I – do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, para o quadriênio 2014/2017;

II – da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014;

III – da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2014.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º deste Edital, serão consideradas as Audiências que realizar-se-ão nos dias e locais mencionados no Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Art. 3º Para as Audiências Públicas, ficam convocados os delegados e os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP, conforme previsto no art. 7º, IX, do Regimento Interno do referido Conselho e convidados todos os cidadãos concorden-ses maiores de 16 (dezesesseis) anos.

Art. 4º Fica revogado o Edital de Convocação nº 4/2013, de 21 de maio de 2013.va

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DATA	HORÁRIO	REGIÃO	SEDE	LOCAL	PARTICIPANTES
17.6.2013	19 horas	01	Bairro Itaíba	Centro de Idosos	Bairros Itaíba, da Gruta dos Industriários, Santa Rita, Nazaré, Imperial, Sunti, Cristal e Flamengo, Loteamentos Novo Horizonte, Catarina Fontana, São Paulo e Vila Redin

DATA	HORÁRIO	REGIÃO	SEDE	LOCAL	PARTICIPANTES
18.6.2013	19 horas	02	Bairro São Cristóvão	Centro Comunitário	Bairros São Cristóvão e Parque de Exposições, Vila Jacob Biezu, Linhas Santa Terezinha e São José, Loteamento Petkov, Jardim Europa, Portinari, Bussolaro, Esperança e Frei Lency
19.6.2013	19 horas	03	Bairro Jardim	Centro Comunitário	Bairros Jardim, Arvoredo, Vista Alegre, Primavera e Nossa Senhora da Salette, Loteamentos Villa D' Itália, Bom Pastor, Belos Montes e Bela Vista, Vilas União e Militar
20.6.2013	19 horas	04	Bairro Petrópolis	Centro Comunitário	Bairros Petrópolis, Natureza, Poente do Sol, dos Estados, Frágidos e Santa Cruz e Loteamento Sintrial
24.6.2013	19 horas	05	Loteamento Santo Ângelo	Centro Comunitário	Bairros das Nações, Guilherme Reich e Nova Brasília, Loteamentos Santo Ângelo, Renascença, Nova Palma, Vittorio Veneto, Peruzzo, Vitória e Colibri

DATA	HORÁRIO	REGIÃO	SEDE	LOCAL	PARTICIPANTES
25.6.2013	19 horas	06	Bairro Liberdade	Centro Comunitário	Centro, Bairros Liberdade, São Miguel, Floresta, Imigrantes e Cinquentenário e Loteamento Zampronio
26.6.2013	19 horas	07	Cachimbo	Centro Comunitário	Cachimbo, Barra Seca, Santa Cecília, Três Barras, Lageado das Pombas e dos Pintos, Linhas Lageado Guilherme, Linhas Cedro, Pinhal Poletto, Santa Lúcia, Gasperini, dos Gaios, São Brás, Laranjeira, Erval, de Carli, Teteito, Vargem Bonita, Saracura, Guajuvira, Primeiro de Setembro, Saltinho, Maria Goretti, Três de Outubro, São Paulo, Canavese, dos Grândos e São Geraldo, Capela Santa Teresinha e Distrito de Planalto

DATA	HORÁRIO	REGIÃO	SEDE	LOCAL	PARTICIPANTES
27.6.2013	19 horas	08	Barra Bonita	Centro Comunitário	Linhas Pinhal, Aparecida, dos Coqueiros, Gomercindo, Kaiser, Presidente Castelo, Tiradentes, Caravágio, Alvorada e Lageado, Alto Periquito, Alto Suruvi, Canhada Funda, Lageado Medeiros, Barras Bonita, do Castilho e do Tigre
3.7.2013	19 horas	09	Distrito de Engenho Velho	Centro Comunitário	Distritos de Engenho Velho, de Santo Antônio e Presidente Kennedy, Linhas Oito de Maio, Marchezan, Terra Vermelha, Poço Rico, Volta Alegre, Nova Meneguetti, Unida, Boscato, 24 de Fevereiro, Santa Catarina, Laudelino e Schiavini, Barras Fria e do Jacutinga, Pinheiro Preto e Presidente Juscelino, Lageados Quintino e Crescêncio

DATA	HORÁRIO	REGIÃO	SEDE	LOCAL	PARTICIPANTES
4.7.2013	19 horas	10	Distrito de Tamanduá	Centro Comunitário	Distrito de Tamanduá, Rancho Grande, Lageado Paulino, Barras do Lageado Paulino, do Pinhal e do Rancho Grande, Linhas Sertão, Ipiranga, Lauro Müller, Céu Azul, Km 111, Alto Boa Esperança, Boa Esperança, Ouro, Suruvi, Vitória, Frei Rogério, Rui Barbosa, São Luiz, Três Ilhas, Baixo São Luiz, Guarani, Porto Brum, Sede Brum e Rigon

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 2.562

DECRETO LEGISLATIVO N° 2.562, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Designa o servidor Ivonei Gasparin Giordani para responder pelos recursos do regime de adiantamento e movimentar a conta bancária para adiantamentos da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Considerando as férias regulamentares concedidas no mês de julho de 2013, ao servidor Marco Antônio Tagliari, responsável pelos recursos do regime de adiantamento da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 2.492, de 29 de junho de 2012,

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor Ivonei Gasparin Giordani ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, para responder pelos recursos do regime de adiantamento e movimentar a conta bancária para adiantamentos da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, no período de 24 de junho a 7 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Concórdia, 12 de junho de 2013.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

ARLAN GULIANI
1º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 442/2013

DECRETO Nº442/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar N° 93/2013,
DECRETA:

Art. 1º Atribui função de confiança, na ordem de 20% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. RAFAEL BOTEGGA, ocupante do cargo de Clínico Geral, lotado na Secretaria da Saúde e Assistência Social, para além das suas funções específicas, assessorar nas atividades da Secretaria como Responsável Técnico de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 443/2013

DECRETO Nº 443/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar N°. 93/2013,
DECRETA

Art. 1º Atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pelo Gerenciamento das atividades do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 444/2013

DECRETO Nº444/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal a Art. 22º da Lei Complementar N° 93/2013,
DECRETA

Art. 1º Atribui função de confiança, na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao servidor Municipal, Sr. OSNI COLPANI, ocupante do cargo de operador de máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo gerenciamento da garagem de máquinas do Município, assumindo a partir desta data todos os encargos inerentes.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 445/2013

DECRETO Nº445/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar N°. 93/2013.
DECRETA

Art. 1º Atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pelo gerenciamento e controle de abertura e fechamento do Parque de Máquinas Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 12 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 446/2013

DECRETO Nº446/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013
"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data a Sra. ERNA DOMBROVSKI, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 447/2013

DECRETO Nº447/2013, DE 13 DE ABRIL DE 2013

"INSTITUI EXCEPCIONALMENTE TURNO ÚNICO À SERVIDORES MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído, horário especial, aos Servidores Municipal, Sr^{as}. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, TAÍSA BORSOI E TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, das 12 às 18 horas, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria, necessitando otimizar os atendimentos, a partir de 17/06/2013 até a conclusão da reforma na Unidade de Saúde de Fernando Machado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 448/2013

DECRETO Nº448/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal

de Cultura e Esporte, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 449/2013

DECRETO Nº449/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. TATIANE AMADO, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 450/2013

DECRETO Nº 450/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013

"EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, o Sr. WILSON JOSÉ MARAFON, ocupante do cargo de Assistente Técnico de secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Aviso de Licitação- Pregão 22/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 67/2013.

Pregão Presencial n. 22/2013.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 27/06/2013.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 27/06/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 14 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Pregão 23/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 68/2013.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 23/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de divulgação de publicidade institucional.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 27/06/2013.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 27/06/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 14 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Corupá**PREFEITURA****Portaria N° 2.579/2013**

PORTARIA N° 2.579/2013

NOMEIA A SERVIDORA LUANA TALITA ROCHA PARA DESEMPENHAR, PERANTE A JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, AS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a servidora pública LUANA TALITA ROCHA (matrícula 15.241-01) para ocupar a vaga de Presidente da Junta de Recursos Fiscais do Município de Corupá, desempenhando as funções do Secretário de Administração e Fazenda, neste fim específico, delegando-se as atribuições inerentes ao cargo para o fiel desempenho dos julgamentos dos recursos em Segunda Instância Administrativa Tributária.

Art. 2º - Nomear como membro suplente da servidora citada no art. 1º o funcionário público JOSIMAR CALDEIRA (matrícula n. 10.825-03), na qualidade de representante do Município de Corupá.

Art.3º - Na falta justificada do membro da Junta de Recursos Fiscais do Município, participará da sessão o seu respectivo suplente.

Art. 4º - Tal Junta de Recursos Fiscais tem atribuições de receber os recursos voluntários interpostos pelos contribuintes que versem sobre atos de decisões da Primeira Instância Administrativa Tributária, processar o seu devido encaminhamento e julgá-los, observando os ditames dos devido processo legal administrativo e demais princípios constitucionais, inerentes à atividade administrativa.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
12 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço N° 31/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 31/2013

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais

aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de Bobinas de Papel Kraft para uso nos Centros de Educação Infantil, Núcleos Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 04/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 04/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de Junho de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 022, de 13 de Junho de 2013

DECRETO N.º 022, de 13 de junho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

13.392.0029.2.013 - Manutenção e divulgação da Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(41) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de junho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Decreto N° 053, de 14 de Maio de 2013.

DECRETO N° 053, DE 14 DE MAIO DE 2013.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Forquilha, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência ou pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 2º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 3º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo único. Os contratos decorrentes do SRP terão sua

vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Na hipótese do primeiro colocado da licitação não ofertar quantitativo suficiente para atender à quantidade total estimada pela Administração, poderão ser registrados, por seus respectivos preços, tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

I - os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade do registro de preço;

VI - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços;

VIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

Parágrafo único O edital poderá admitir, como critério de classificação das propostas, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

Art. 9º Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º A ata de registro de preços consignará as seguintes informações:

- I - qualificação do particular signatário da ata, que assume a obrigação perante a Administração;
- II - indicação do objeto que está sendo licitado;
- III - condições para a execução do objeto;
- IV - preço por unidade oferecido na licitação;
- V - prazo de validade da ata, correspondente ao já fixado no edital;
- VI - procedimento para formalização dos futuros contratos decorrentes da ata.

§ 2º A minuta da ata de registro de preços deve ser, antes de assinada, aprovada pela assessoria jurídica.

§ 3º O extrato da ata de registro de preços será publicado na imprensa oficial do Município a cada três meses.

Art. 10. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º A Administração poderá convocar o fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, respeitada a classificação original.

IV - fracassada a negociação, a Administração realizará nova licitação pública para aquisição do respectivo objeto, podendo ainda optar pela realização de novo registro de preços.

§ 3º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II - reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada;

III - a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que manifestem-se sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais

vantajosa.

§ 4º As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

Art. 12. O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma do artigo anterior, que está impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão. Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese desse artigo, se a solicitação for efetuada antes da requisição de compra pela Administração, ficará o fornecedor exonerado da aplicação de penalidade.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 14. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 14 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº 058, de 15 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 058, DE 15 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE PREMIAÇÃO ÀS EQUIPES VENCEDORAS DO X JOGOS INTERBAIRROS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.842, de 20 de março de 2013, Lei nº 502, de 15 de março de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida premiação em dinheiro e medalhas às equipes participantes dos X Jogos Interbairros de Forquilha colocados em primeiro, segundo e terceiro lugares na Classificação Geral, como incentivo à prática do esporte amador, conforme segue abaixo:

a) Campeã Geral, R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), a ser concedida à equipe da Associação de Moradores do Bairro Vila Lourdes.

b) Vice Campeã Geral, R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser concedida à equipe da Associação de Moradores do Bairro Santa Izabel.

c) 3º Lugar Geral, R\$ 600,00 (seiscentos reais), a ser concedida à equipe da Associação de Moradores do Bairro Vila Franca.

Art. 2º Fica concedida premiação em dinheiro e medalhas às equipes participantes dos X Jogos Interbairros de Forquilha colocados em primeiro, segundo e terceiro lugares em cada modalidade esportiva, como incentivo à prática do esporte amador, conforme segue abaixo:

a) À Associação de Moradores do Bairro Vila Lourdes:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	TORNEIO DE PENALTY FEM:	1º	120,00
02	FUTSAL SUB 15 MASCULINO	1º	400,00
03	FUTSAL SUB 13 FEMININO	1º	120,00
04	FUTSAL LIVRE FEMININO	1º	400,00
05	VOLEIBOL FEMININO	2º	70,00
06	FUTSAL SUB 15 FEMININO	2º	70,00
07	FELCA MIXTA	3º	50,00
08	FUTSAL QUARENTÃO	1º	400,00
09	CORRIDA 100 M. FEMININO	2º	70,00
10	CORRIDA 100 M. MASCULINO	2º	70,00
11	REVEZAMENTO 4X400 MIXTO	2º	70,00
12	FUTEBOL SUÍÇO SUB 16	1º	400,00
13	FUTEBOL DE AREIA LIVRE	2º	200,00
14	PESCA MASCULINO	1º	120,00
15	PESCA FEMININO	1º	120,00
TOTAL			2.680,00

b) À Associação de Moradores do Bairro Santa Isabel:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CANASTRA FEMININA	2º	200,00
02	CANASTRA MASCULINA	3º	100,00
03	VOLEIBOL - PRAIA FEMININA	2º	70,00
04	TOPIADOR	1º	120,00
05	HANDEBOL FEMININO	1º	120,00
06	XADREZ	1º	120,00
07	ARREMESSO DE TORA FEMININO	2º	70,00
08	TORNEIO DE PENALTY FEM:	2º	70,00
09	FUTSAL SUB 13 FEMININO	2º	70,00
10	FUTSAL LIVRE FEMININO	3º	100,00
11	BOCHA DE CANCHA	3º	100,00
12	FUTEBOL SUÍÇO SÊNIOR	2º	200,00
13	FELCA MIXTA	2º	70,00

14	BOCHA DE PIUMBO	1º	400,00
15	CORRIDA 100 M. FEMININO	1º	120,00
16	CORRIDA 100 M. MASCULINO	3º	50,00
17	REVEZAMENTO 4X400 MIXTO	1º	120,00
18	PESCA MASCULINO	3º	50,00
TOTAL:			2.150,00

c) À Associação de Moradores do Bairro Vila Franca:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	VOLEIBOL - PRAIA MASCULINA	1º	120,00
02	HANDEBOL FEMININO	3º	50,00
03	FUTSAL SUB 13 MASCULINO	1º	120,00
04	TORNEIO DE PENALTY MASC:	1º	120,00
05	FUTSAL SUB 13 FEMININO	3º	50,00
06	FUTSAL LIVRE FEMININO	2º	200,00
07	VOLEIBOL MASCULINO	2º	70,00
08	FELCA MIXTA	1º	120,00
09	BOCHA DE PIUMBO	3º	100,00
10	CORRIDA 100 M. FEMININO	3º	50,00
11	CORRIDA 100 M. MASCULINO	1º	120,00
12	REVEZAMENTO 4X400 MIXTO	3º	50,00
13	PESCA FEMININO	2º	70,00
TOTAL:			1.240,00

d) À Associação de Moradores do Bairro Santa Ana:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	SINUCA	1º	120,00
02	VOLEIBOL - PRAIA MASCULINA	3º	50,00
03	TOPIADOR	3º	50,00
04	XADREZ	3º	50,00
05	ARREM: DE TORA FEMININO	3º	50,00
06	ARREM: DE TORA MASCULINO	3º	50,00
07	TORNEIO DE PENALTY FEM:	3º	50,00
08	VOLEIBOL FEMININO	3º	50,00
09	FUTSAL LIVRE MASCULINO	3º	100,00
10	BOCHA DE CANCHA	2º	200,00
SUBTOTAL:			770,00

Desconto por WO	-10%	- 77,00
TOTAL:		693,00

e) À Associação de Moradores do Bairro Saturno:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	TOPIADOR	2º	70,00
02	FUTSAL SUB 13 MASCULINO	3º	50,00
03	TORNEIO DE PENALTY MASC:	2º	70,00
04	FUTSAL SUB 15 MASCULINO	3º	100,00
05	FUTSAL SUB 15 FEMININO	1º	120,00
06	FUTSAL LIVRE MASCULINO	2º	200,00
07	FUTEBOL SUIÇO SÊNIOR	1º	400,00
08	FUTSAL QUARENTÃO	2º	200,00
09	FUTEBOL SUIÇO SUB 16	2º	200,00
10	PESCA MASCULINO	2º	70,00
SUBTOTAL:			1.480,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			1.332,00

f) À Associação de Moradores do Bairro Santa Cruz:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CANASTRA MASCULINA	1º	400,00
02	ARREM: DE TORA MASCULINO	2º	70,00
03	FUTEBOL DE AREIA LIVRE	3º	100,00
SUBTOTAL:			570,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			513,00

g) À Associação de Moradores do Bairro Nova York:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	SINUCA	3º	50,00
02	CANASTRA FEMININA	3º	100,00
03	FUTSAL SUB 13 MASCULINO	2º	70,00
04	FUTSAL LIVRE MASCULINO	1º	400,00
05	FUTEBOL SUIÇO SUB 16	3º	100,00
06	FUTEBOL DE AREIA	1º	400,00
07	PESCA FEMININO	3º	50,00
SUBTOTAL:			1.170,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			1.053,00

h) Ao Ideal Esporte Clube / Centro;

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	VOLEIBOL - PRAIA MASCULINA	2º	70,00
02	VOLEIBOL - PRAIA FEMININA	1º	120,00
03	ARREM: DE TORA MASCULINO	1º	120,00
04	VOLEIBOL FEMININO	1º	120,00
05	VOLEIBOL MASCULINO	1º	120,00
SUBTOTAL:			550,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			495,00

i) À Associação de Moradores do Bairro Clarissas / Santa Clara:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	ARREM: DE TORA FEMININO	1º	120,00
02	FUTSAL SUB 15 MASCULINO	2º	200,00
SUBTOTAL:			320,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			288,00 REAIS

j) À Associação de Moradores do Bairro Cidade Alta:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	FUTEBOL SUIÇO SÊNIOR	3º	100,00
TOTAL:			100,00

k) À Associação de Moradores do Bairro Sanga do Café / Área Rural:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	SINUCA	2º	70,00
02	CANASTRA MASCULINA	2º	200,00
03	TORNEIO DE PENALTY MASC:	3º	50,00
	BOCHA DE PIUMBO	2º	200,00
TOTAL:			520,00

l) À Associação de Moradores do Bairro Ouro Negro:

Nº	MODALIDADE	COLOCAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	CANASTRA FEMININA	1º	400,00
02	VOLEIBOL - PRAIA FEMININA	3º	50,00
03	HANDEBOL FEMININO	2º	70,00
04	XADREZ	2º	70,00
	VOLEIBOL MASCULINO	3º	50,00
	FUTSAL SUB 15 FEMININO	3º	50,00

	BOCHA DE CAN- CHA	1º	400,00
	FUTSAL QUAREN- TÃO	3º	100,00
SUBTOTAL:			1.190,00
Desconto por WO			-10%
TOTAL:			1.071,00

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto N°. 059, de 15 de Maio de 2013.

DECRETO N°. 059, DE 15 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n°. 424, de 09 de setembro de 1997 e os artigos 1º e 2º do Decreto Municipal n°. 035, de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL-COMDEC, as seguintes pessoas:

I - Presidente: ANDRÉ ZANONI;

II - Secretário: LEANDRO ARNS BACK;

III - Conselho Técnico:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde: RANGEL LOCH;

b) Representante da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano: DIEGO PASSARELA;

c) Representante da Secretaria de Agricultura: ADENOR POLA;

d) Representante da Secretaria de Ação Social: LILIAN ARNS TOPANOTTI;

e) Representante da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha: EDUARDO ALEXANDRE DE OLVIERA;

f) Representante do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: SARGENTO BM PAULO ROBERTO DO CANTO;

g) Representante da Polícia Militar de Santa Catarina: TENENTE FABIANO MARQUES.

IV - Conselho Comunitário:

a) Representante das Associações de Moradores: VALDECIR TISCOSKI;

b) Representante da Cooperativa Pioneira de Eletrificação: ROGÉRIO BRAZ FELLER;

c) Representante da Câmara Municipal de Vereadores: PEDRO SCARPARI MACHADO;

d) Representante da Associação dos Clubes de Mães de Forquilha: MARILDA CASAGRANDE ALEXANDRE;

e) Representante da Prefeitura Municipal de Forquilha: ADEMAR JOÃO BACK;

f) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Forquilha: ESTER DESNKI MONDARDO;

g) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Forquilha: HENRIQUE MICHELS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n°. 50, de 01 de fevereiro de 2001, Decreto n°. 31, de 16 de abril de 2003, Decreto n°. 037, de 26 de maio de 2008, Decreto n°. 031, de 11 de março de 2009 e Decreto n° 051, de 19 de abril de 2012.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 98/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de revestimento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) para utilização em operação tapa buracos e execução de lombadas em vias públicas do município, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de junho de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail licitações@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato de Contrato FMA N°. 13/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA N°. 13/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MICHELS LEANDRO SERVIÇOS DE RETRO LTDA -ME

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços, com equipamentos para o transporte de máquinas no Município de Forquilha/SC, por meio do Fundo de Agricultura e Meio Ambiente, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (09), (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 10/FMA/2013.

DATA DA ASSINATURA - 29 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N°. 52/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 52/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AUTO POSTO NOVA ENERGIA LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende o fornecimento de combustíveis diesel S10 para consumo na frota do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 21.510,00 (vinte e um mil quinhentos e dez reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2062.3390 (58), (59).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 14/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 23 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N°. 54/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 54/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - UNITÁ VEÍCULOS LTDA.

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição 01 (um) veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 81531.16200/1120-20 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0101.2050.4490 (21).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 15/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 28 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 18/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO N°. 18/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IVECO LATIN AMERICA LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

VALOR - R\$ 147.420,00 (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA - 30/12/2013

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico N° 50/2012.

DATA DA ASSINATURA - 30 de janeiro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N°. 112/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 112/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. ME.

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais esportivos e educativos, através de empresa do ramo pertinente, para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME e Secretaria de Educação do Município, durante o exercício corrente, para o município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.026,50 (três mil e vinte e seis reais e cinquenta

centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0803.2022.3390 (123), 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 70/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 22 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 32/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 32/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 77/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VF TRANSPORTES E CONTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços na execução do Pórtico de acesso à Praça do Centenário no Parque Ecológico São Francisco de Assis, na Avenida Eurico Back, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte deste instrumento contratual.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 939,30 (novecentos e trinta e nove reais e trinta centavos) do Contrato PMF nº 77/2013 para maior, relativo a necessidade de obra e adaptações conforme planilha anexa aprovada pelo setor de engenharia da CONTRATANTE, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de maio de 2013..

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria N° 1631/2013

PORTARIA N.º 1.631, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 09 de abril de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0811/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IRACI PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.555.719-35, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial 0015/2013-Rp 0010- Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0015/2013 - SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2013 - SANEFRAI
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2013 - SANEFRAI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de confecção de bobinas térmicas personalizadas para impressão instantânea das faturas dos serviços de água/esgoto emitidas pela SANEFRAI Validade da Ata de Registro de Preços: julho a dezembro de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 04.07.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de junho de 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Edital de Intimação - Clube Fraiburguense

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 2080/2013
Recorrente: CLUBE FRAIBURGUENSE
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLUBE FRAIBURGUENSE de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2080/2013, será julgado no dia 23/07/2013 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

Edital de Intimação - Rádio Fraiburgo

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 4771/2012
Recorrente: RÁDIO FRAIBURGO
Procurador: José Luis Marin - OAB/SC 23.991
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RÁDIO FRAIBURGO de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 4771/2012, será julgado no dia 23/07/2013 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

Decreto Nº 0203/2013

DECRETO Nº 0203, 14 DE JUNHO DE 2013.
DIVULGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008, DE 29 DE MAIO DE 2013, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0008, de 29 maio de 2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 14 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sane Frai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0008 DE 29 DE MAIO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Crítérios de Desempate

1° 2° 3° 4° 5°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	TACIANE MITTANCK	42	38
2	1	RUDINEI GERLACH	41	39

Especial.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	4	1	NÃO	25/1/1987
0	2	2	NÃO	22/9/1979

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 075/2013.

DECRETO N.º 075, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA quadriênio 2014/2017, no dia 19 de julho de 2013, às 09:30 horas, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Prefeito João Nicomedes Lentz, n.º 1.353, Pinguirito, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 2º. A Audiência será coordenada pelo Senhor Ronye Paes, Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente com comissão formada por 02 (dois) representantes a serem designados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba, NOTIFICADAS a indicar seus delegados representantes de 01/07 à 15/07/2013, por escrito, com entrega na Protocolo da Prefeitura Municipal, conforme Comunicado anexo ao presente Decreto.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/06/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ
Secretária de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 09:30 horas, do dia 17 de julho de 2013, no Auditório da Escola Municipal Pinguirito, à Rua Vice-Pref. João N. Lentz, 1353 - Pinguirito, com o objetivo de discutir o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA quadriênio 2014/2017.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 01/07 à 15/07/2013, por escrito, com entrega na Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:00 às 17:00 horas.

Garopaba, 13 de junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Ata de Registro de Preço N°42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 42/2013
PMG

Ata n°. 42/2013; Processo n°. 111/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: ECO LAJOTAS ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA ME. Valor: R\$37.900,00; Data da Assinatura: 17/06/2013.

Garuva

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS N° 005/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO FMS N° 017/2013
MODALIDADE: Processo PMG n° 005/2013 - Dispensa de Licitação
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADA: Cointer Material Médico Hospitalar Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem para uso das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento, em caráter emergencial.
PRAZO: 30 (trinta) dias
VIGÊNCIA: 12/06/2013 a 13/07/2013
VALOR: R\$ 12.862,00 (doze mil oitocentos e sessenta e dois reais)
AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93
DATA DA ASSINATURA: 11/06/2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N° 005/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO FMS N° 019/2013
MODALIDADE: Processo PMG n° 005/2013 - Dispensa de Licitação
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADA: Promefarma Representações Comerciais Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem para uso das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento, em caráter emergencial.
PRAZO: 30 (trinta) dias
VIGÊNCIA: 12/06/2013 a 13/07/2013
VALOR: R\$ 6.006,21 (seis mil e seis reais e vinte e um centavos)
AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93
DATA DA ASSINATURA: 11/06/2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS N° 005/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS N° 018/2013

MODALIDADE: Processo PMG n° 005/2013 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem para uso das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento, em caráter emergencial.

PRAZO: 30 (trinta) dias

VIGÊNCIA: 12/06/2013 a 13/07/2013

VALOR: R\$ 517,40 (quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos)

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG N° 012/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 023/2013

MODALIDADE: Processo PMG n° 012/2013 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Santa Catarina Consultores Associados Ltda

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica para orientação na elaboração e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas.

PRAZO: 12 (doze) meses

VIGÊNCIA: 03/06/2013 a 02/06/2014

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG N° 19/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 026/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG n° 19/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Modelos Pneus LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

VIGÊNCIA: 10/06/2013 a 09/06/2014

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 31.100,00 (trinta e um mil e cem reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG N° 19/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 025/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG n° 19/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: JK Pneus Ltda

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

VIGÊNCIA: 10/06/2013 a 09/06/2014

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 21.586,00 (vinte e um mil e quinhentos e oitenta e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Lei N° 3.514, de 11 de Junho de 2013.**

LEI N° 3.514, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular o valor de R\$ 259.680,00 (duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada, constante do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0029 Gestão Na Área De Desenvolvimento Social

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200196 Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Despesa: 57

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0.00.00 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 259.680,00

Art. 2º Fica o Município autorizado a criar o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, no valor de R\$ 259.680,00 (duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta reais):

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência À Criança e ao Adolescente

Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200196 Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Despesa:

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 259.680,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 11 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto N° 5.506, de 10 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.506, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DO BELCHIOR, O SERVIDOR ETELVINO TEOBALDO SCHMIDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 10 de junho de 2013, o servidor ETELVINO TEOBALDO SCHMIDT, do cargo em comissão de Diretor da Superintendência do Belchior, o qual foi nomeado pelo Decreto n° 5.149/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.507, de 10 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.507, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SAÚDE MENTAL, A SERVIDORA APARECIDA MARIA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 21 de junho de 2013, a servidora APARECIDA MARIA DE SOUZA, CPF n° 372.713.690-15, do cargo em comissão de Coordenadora de Saúde Mental, a qual foi nomeado pelo Decreto n° 5.387/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.117, de 11 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.117, DE 11 DE JUNHO DE 2013.
ALTERA LOTAÇÃO DO SERVIDOR JAIR ROBERTO DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor JAIR ROBERTO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado com 40 h semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 35/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 35/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) Iracila Maria Lenfers, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 22/01/2007 a 11/02/2012, devendo folgar 02 meses a partir de 17/06/2013 a 15/08/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 36/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 36/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) Mario César Schramm, ocupante do cargo efetivo de Escrivário, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/03/2008 a 17/05/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 18/06/2013 a 16/08/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Extrato do Aditivo de Rescisão do Contrato N° SAF-18/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° SAF-18/2009

Início da vigência: 12/06/2013. Venc.to.: 31/12/2013. Dispensa nº.: 33/2009. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE

GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de espaço físico destinado à instalação da Secretaria Municipal de Educação. Contratado: IMOBILIÁRIA TROPICAL LTDA (83.487.520/0001-06). Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Gaspar/SC, 12 de Junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Ata de Reunião

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 18/2013
LICITAÇÃO Nº 004/2013 - CONVITE Nº 004/2013

No dia 13/06/2013, às 14h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início à sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 18/2013, destinada ao julgamento da habilitação da empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, bem como da classificação final das propostas quanto aos itens 2, 3 e 4 do Projeto Básico e do Modelo de Proposta de Preços, Anexos I e IX do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013. Nenhum representante das empresas que participaram da licitação fizeram-se presentes na Sessão Pública. Em seguida, a Comissão de Licitação verificou que no dia 10/06/2013 a empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, cuja habilitação havia ficado suspensa na Sessão Pública do dia 06/06/2013, protocolou seu comprovante de inscrição junto ao cadastro de contribuintes municipal (item 10.1.2.3 do Edital), regularizando sua situação fiscal nos autos do procedimento licitatório, nos termos do item 13.5.1 do Edital e art. 43, § 1º, da Lei Complementar federal nº 123/2006. Assim sendo, a Comissão de Licitação julgou como habilitada para o certame a empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66. A Comissão apurou, ainda, que na Sessão Pública do dia 06/06/2013, às 14h15min, a empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, na qualidade de microempresa, exerceu o direito de oferecer nova proposta nos termos do item 12.5 do Edital e arts. 44 e 45, inciso I, da Lei Complementar federal nº 123/2006, e o fez em relação aos itens 2 e 3 do Projeto Básico e do Modelo de Proposta de Preços, Anexos I e IX do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013. Constatou a Comissão de Licitação que a empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, também havia oferecido o menor preço quanto ao item 4 do Projeto Básico e do Modelo de Proposta de Preços, Anexos I e IX do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013. Isso posto, a Comissão de Licitação procedeu à classificação final do certame quanto aos itens 2, 3 e 4 do Projeto Básico e do Modelo de Proposta de Preços, Anexos I e IX do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, declarando-se vencedora a proponente Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66 quanto a estes itens conforme segue: ITEM 2 - MONITOR DE LED - 18,5"  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 348,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 349,00; ITEM 3 - NO-BREAK - 700VA  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 272,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 273,00; e ITEM 4 - ESTABILIZADOR 430VA  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 109,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 112,00. Finalmente, verificou a Comissão de Licitação que houve um equívoco na redação da ata do dia 06/06/2013, ao final da página 3: consta que

para o ITEM 1 - MICROCOMPUTADOR - 3.3GHZ - 4GB - HD 250GB foi Vencedora a empresa Duraline Tecnologia Ltda EPP, CNPJ nº 05.690.638/0001-15, com o valor unitário de R\$ 1.918,00, quando deveria constar o valor de R\$ 1.915,00, pois este foi o valor proposto pelo representante da empresa como consta do início da página 3 da referida ata. Diante de todo o processado, a Comissão de Licitação passou a resumir a classificação final das propostas conforme segue, corrigindo-se o equívoco constante da ata do dia 06/06/2013, já destacado: ITEM 1 - MICROCOMPUTADOR - 3.3GHZ - 4GB - HD 250GB  Vencedora: Duraline Tecnologia Ltda EPP, CNPJ nº 05.690.638/0001-15, com o valor unitário de R\$ 1.915,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 1.919,00; Desclassificada: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 2.290,00, valor este superior ao máximo fixado no Edital. ITEM 2 - MONITOR DE LED - 18,5"  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 348,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 349,00; ITEM 3 - NO-BREAK - 700VA  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 272,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 273,00; ITEM 4 - ESTABILIZADOR 430VA  Vencedora: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 109,00; 2ª Colocada: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 112,00; e ITEM 5 - SWITCH 24 PORTAS - 10/100/1000MBPS  Vencedora: Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, com o valor unitário de R\$ 729,00; Desclassificada: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, com o valor unitário de R\$ 749,00, valor este superior ao máximo fixado no Edital. Não havendo representantes das empresas participantes do certame presentes, serão estas intimadas por e-mail, bem como cópia desta ata será afixada no Mural e Site da Câmara Municipal de Gaspar. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Membros da Comissão de Licitação presentes à sessão pública.

EMERSON PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

CLÉSIO DA COSTA
Membro da Comissão de Licitação

JORGE LUIZ MATOS DE OLIVEIRA
Membro da Comissão de Licitação

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº16/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2013
Inexigibilidade de Licitação n.º 47/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROVEDORA DE DATACENTER, SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação n.º 47/2013.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC e Fundação do Meio Ambiente.

Fornecedor: IPM - Informática Pública Municipal Ltda.
CNPJ N° 01.258.027/0001-41
Valor: R\$8.0003,76 (oito mil três reais e setenta e seis centavos)
Vigência: 01/04/2013 até 01/10/2013.

Guaramirim-SC, 14 de junho de 2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°21/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE CONTRATO N° 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL n.º 56/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GRAMA SÃO CARLOS (AXANOPUS COMPRESSUS) EM PLACAS (TAPETES) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL n.º 56/2013.
Órgão Gestor: Fundação do Meio Ambiente/SC
Fornecedor: GRAMEIRA FELIPPI LTDA. - CNPJ N° 02.025.186/0001-69
Valor: R\$11.000,00 (onze mil reais)
Vigência: 14/06/2013 até 31/12/2013.

Guaramirim-SC, 14 de maio de 2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Intimação das Partes TP 63/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
INTIMAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços - 63/2013
Tipo: Menor Preço - por itens

Objeto: PROJETO EXECUTIVO DE PONTE, COM SONDAGEM ROTATIVA, SONDAGEM SPT E LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
Intimam-se as licitantes: KAEH Projetos e Construções LTDA CNPJ: 08.462.617/0001-30 e HBA Projetos e Assessoria LTDA CNPJ: 79.914.222/0001-70

Justificativa:
Ficam as licitantes intimadas para o julgamento das propostas apresentadas.
Dia 19 de junho de 2013, horário: 13:30.

GUARAMIRIM (SC), 14/06/2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N° 436/2013

PORTARIA N° 436/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 13 de junho de 2013, da servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 437/2013

PORTARIA N° 437/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 13 de junho de 2013, da servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Imbituba

PREFEITURA

Lei Complementar N° 4.214.2013

Lei Complementar nº 4.214, de 13 de junho de 2013.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba - FMPG, e cria gratificação de desempenho de atividade aos Advogados em exercício na Procuradoria Geral do Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Fundo da Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba, que será gerido pelas normas a seguir.

SEÇÃO I

Das verbas que constituem o Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba

Art. 2º Constituem verbas do Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba:

I - nas ações judiciais de qualquer natureza, de competência da Procuradoria Geral do Município, em que for parte o Município de Imbituba, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência;

II - dotação consignada no orçamento geral do Município;

III - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

IV - produto de convênios firmados com terceiros, cujo objeto seja transferência de valores destinados ao Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba.

Parágrafo único. As verbas mencionadas nos incisos II, III e IV deste artigo destinar-se-ão única e exclusivamente para compor o montante de que trata o inciso II, do art. 5º da presente LEI.

Art. 3º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta bancária especialmente constituída sob a denominação "Fundo Municipal da Procuradoria Geral - FMPG" em agência bancária oficialmente constituída.

SEÇÃO II

Da destinação dos valores do Fundo Municipal da Procuradoria Geral - FMPG

Art. 4º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Imbituba.

Parágrafo único. As despesas com os encargos sociais relativos a esta gratificação serão arcadas pelos saldos do fundo.

Art. 5º No último dia útil de cada mês, serão apurados os recursos existentes no Fundo Municipal da Procuradoria Geral, os quais serão rateados da seguinte forma:

I - setenta e cinco por cento do montante apurado será destinado aos Advogados Públicos na forma do art. 4º;

II - vinte e cinco por cento do montante será destinado para o reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município de Imbituba e aperfeiçoamento dos Servidores nela lotados.

§ 1º Considera-se reaparelhamento a aquisição de equipamentos de uso interno da Procuradoria Geral, tais como livros, computadores, móveis, utensílios, software de programas e congêneres.

§ 2º No aperfeiçoamento será possibilitado auxílio financeiro como taxas de inscrição, matrículas e mensalidades para participação em cursos, seminários, congressos, treinamentos e eventos de interesse da Administração.

§ 3º A conta bancária mencionada no artigo 3º desta Lei será movimentada, exclusivamente, através de depósitos, transferências e emissão de cheques.

§ 4º Os valores de que trata o inciso I deste artigo serão repassados aos titulares do direito por rateio, em partes iguais, observado o parágrafo único do artigo 4º, incluídos em folha de pagamento, tomando-se como base o mês seguinte ao mês em que foi apurado.

§ 5º A remuneração de cada Advogado Público acrescida desta vantagem não poderá ultrapassar os limites previstos no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 6º Os valores que não puderem ser rateados na forma do inciso I, em decorrência da observância do parágrafo 5º, permanecerão naquela conta para o mês subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação.

Art. 6º Considera-se Advogado Público, para os fins desta Lei, o Procurador-Geral, os Advogados e os Procuradores lotados e em exercício na Procuradoria Geral do Município de Imbituba.

Art. 7º Será possibilitado o acesso aos saldos e extratos da conta do Fundo Municipal da Procuradoria Geral - FMPG, e além daquelas autoridades devidamente constituídas pela Administração, ao Procurador Geral do Município de Imbituba.

Art. 8º De nenhuma forma será admitida a movimentação da conta do Fundo Municipal da Procuradoria Geral - FMPG para fins que não estejam contemplados na presente LEI.

Art. 9º Não terá direito à percepção da gratificação de que trata esta Lei, o titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral, pelo período em que estiver em licença;

III - no exercício de mandato eletivo que esteja afastado por incompatibilidade de horários na forma do artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;

IV - estiver afastado em cumprimento de penalidades administrativas ou da OAB;

V - O Advogado Público que mediante sua expressa anuência passar a exercer cargo ou função fora da Procuradoria Geral do Município de Imbituba.

§ 1º Perderá a vantagem de que trata esta Lei o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou aposentadoria em que se torne inativo.

SEÇÃO III

Das Disposições Gerais

Art. 10. Fica autorizado o Prefeito Municipal a regulamentar a presente Lei, criando os itens orçamentários necessários à perfectibilização desta Lei, e demais aspectos relativos ao fiel cumprimento da presente.

Art. 11. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 2.257/2002 e demais disposições em contrário.

Imbituba, 13 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei N° 4.215.2013

Lei nº 4.215, de 13 de junho de 2013.

Institui a nova política municipal de meio ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

POLITICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A Política Municipal de Meio Ambiente de Imbituba é orientada pelos seguintes princípios:

- I - a promoção do desenvolvimento integral do ser humano;
- II - a racionalização do uso dos recursos ambientais, naturais ou não;
- III - a proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- IV - o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- V - a função social e ambiental da propriedade;
- VI - a obrigação de recuperar áreas degradadas e indenizar pelos danos causados do meio ambiente;
- VII - garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.

Capítulo II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

- I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município de Imbituba, entre si, e com os órgãos federais e estaduais, quando necessário;
- II - articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação com entes Federais e Estaduais;
- III - identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;
- IV - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;
- V - controlar a produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas;
- VII - estimular a aplicação da melhor tecnologia disponível para a constante redução dos níveis de poluição;
- VIII - preservar e conservar as áreas protegidas no Município;
- IX - estimular o desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não;
- X - promover a educação ambiental na sociedade imbitubense e, especialmente, na rede de ensino municipal;
- XI - promover o zoneamento ambiental.

Capítulo III

DOS INSTRUMENTOS

Art. 3º São instrumentos da política municipal de meio ambiente:

- I - zoneamento ambiental;
- II - criação de espaços territoriais especialmente protegidos;
- III - estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;
- IV - avaliação de impacto ambiental;
- V - licenciamento ambiental;
- VI - monitoramento ambiental;
- VII - sistema municipal de informações e cadastros ambientais;
- VIII - educação ambiental;
- IX - mecanismos de benefícios e incentivos, para preservação e conservação dos recursos ambientais, naturais ou não;
- X - fiscalização ambiental.

Capítulo IV

DOS CONCEITOS GERAIS

Art. 4º Considera-se para fins e efeitos desta Lei:

- I - meio ambiente: a interação de elementos naturais e criados, sócio-econômicos e culturais, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- II - ecossistemas: conjunto integrado de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis, sendo uma totalidade integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito à sua composição, estrutura e função;
- III - degradação ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;
- IV - poluição: a alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas ou fatores naturais que direta ou indiretamente:
 - a) prejudicam a saúde, a segurança ou o bem-estar da população;
 - b) criem condições adversas ao desenvolvimento sócioeconômico;
 - c) afetem desfavoravelmente a biota;
 - d) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
 - e) afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.
- V - poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável, por atividade causadora de poluição ou degradação efetiva ou potencial;
- VI - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, a fauna e a flora;
- VII - proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza;
- VIII - preservação: proteção integral do atributo natural, admitindo apenas seu uso indireto;
- IX - conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo-se a biodiversidade;
- X - manejo: técnica de utilização racional e controlada de recursos ambientais mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza;
- XI - gestão ambiental: tarefa de administrar e controlar os usos sustentados dos recursos ambientais, naturais ou não, por instrumentação adequada - regulamentos, normatização e investimentos públicos ou privados, assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social e econômico em benefício do meio ambiente;
- XII - áreas de Preservação Permanente: porções do território municipal destinadas à preservação de suas características ambientais relevantes, assim definidas em lei.

Capítulo V

DO ÓRGÃO EXECUTIVO



Art. 5º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, é o órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas na lei de instituição da Estrutura Organizacional Básica do poder Executivo Municipal e nesta LEI.

Art. 6º São atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

I - participar do planejamento das políticas públicas do Município;

II - exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do Município;

III - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;

IV - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para o Município;

V - promover a educação ambiental;

VI - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais - ONG's, para a execução coordenada de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;

VII - aplicar os recursos do Fundo do Meio Ambiente, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo COMDEMA;

VIII - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

IX - propor a criação e gerenciar as unidades de conservação municipais, implementando os respectivos planos de manejo;

X - recomendar ao COMDEMA normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do Município;

XI - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XII - desenvolver juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB, o zoneamento ambiental;

XIII - fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de empreendimentos urbanísticos, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos potencial ou efetivamente poluidores;

XIV - promover as medidas administrativas e requerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores que degradam o meio ambiente;

XV - atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

XVI - fiscalizar as atividades produtivas e comerciais de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo Poder Público e pelo particular;

XVII - exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

XVIII - determinar a realização de estudos prévios de impacto ambiental;

XIX - dar apoio técnico e administrativo ao COMDEMA;

XX - dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;

XXI - elaborar projetos ambientais;

XXII - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.

Capítulo VI

DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 7º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo.

Art. 8º São atribuições do COMDEMA:

I - definir a política ambiental do Município e acompanhar sua

execução;

II - aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do município, observadas as legislações estadual e federal;

III - aprovar os métodos e padrões de monitoramento ambiental desenvolvidos pelo Poder Público e pelo particular;

IV - conhecer dos processos de licenciamento ambiental do Município;

V - analisar a proposta de projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo, antes de ser submetida à deliberação da Câmara Municipal;

VI - apreciar, quando solicitado, termo de referência para a elaboração de estudos ambientais para fins de licenciamento ambiental e decidir sobre a conveniência de audiência pública;

VII - estabelecer critérios básicos e fundamentados para a elaboração do zoneamento ambiental, podendo referendar ou não a proposta encaminhada pelo órgão ambiental municipal competente;

VIII - apresentar sugestões para a reformulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, no que concerne às questões ambientais;

IX - propor a criação de unidade de conservação municipal;

X - examinar matéria em tramitação no poder executivo ou legislativo, que envolva questão ambiental no município;

XI - propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;

XII - fixar as diretrizes de gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Restituição de Bens Lesados;

XIII - decidir em última instância administrativa sobre recursos relacionados a atos e penalidades aplicados pela fiscalização Ambiental da SEDES;

XIV - acompanhar e apreciar, quando solicitado, os licenciamentos ambientais.

Art. 9º As sessões plenárias do COMDEMA serão sempre públicas, permitida a manifestação oral de representantes de órgãos, entidades e empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pela maioria dos conselheiros.

Parágrafo único. O quorum das Reuniões Plenárias do COMDEMA será de 1/3 (um terço) de seus membros para abertura das sessões e de maioria simples para deliberações.

Art. 10. O COMDEMA será constituído por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes, indicados pelas entidades que representam, com direito a voz e voto.

§ 1º Terão assento no Conselho Municipal do Meio Ambiente, paritariamente, os segmentos a seguir nomeados, cada qual com 1 (um) Representante e respectivo Suplente:

I - Representando o Poder Público:

a) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

e) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

f) 1 (um) representante da Área de Proteção Ambiental - APA da Baleia Franca.

II - Representando a Sociedade Civil:

a) entidade representativa dos empresários;

b) entidade representativa dos trabalhadores;

c) organizações não-governamentais ambientalistas;

d) entidade representativa de comunidades;

e) instituição de ensino superior com atuação em Imbituba.

f) outras instituições ambientalistas com atuação no município.

§ 2º O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos,

facultada à recondução por igual período.

§ 3º Os membros do COMDEMA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades nele representadas e designadas por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução

§ 4º Os representantes das entidades descritas no Inciso II, sediadas no Município e legalmente constituídas, deverão ser escolhidos em plenárias, formalmente realizadas, por segmento.

§ 5º O Presidente do Conselho será eleito entre seus membros titulares, através do voto secreto.

§ 6º O Presidente do Conselho exercerá seu direito de voto, em casos de empate

§ 7º O mandato para membro do COMDEMA será gratuito e considerado serviço relevante para o Município.

Art. 11. O COMDEMA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 12. O COMDEMA manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres, estaduais e federais.

Art. 13. A estrutura necessária ao funcionamento do COMDEMA será de responsabilidade da Controladoria Geral do Município.

Art. 14. Os atos do COMDEMA são de domínio público e serão amplamente divulgados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Capítulo VII

DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E RECONSTITUIÇÃO DOS BENS LESADOS

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Reconstituição dos Bens Lesados, com o objetivo de financiar o desenvolvimento de programas e projetos que visem:

- I - a promover a conservação do meio ambiente;
- II - ao uso racional e sustentável de recursos naturais;
- III - à manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;
- IV - à promoção de Educação Ambiental em todos os seus níveis;
- V - à recuperação de danos causados ao meio ambiente no âmbito do Município de Imbituba.

Art. 16. Poderão receber recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Reconstituição dos Bens Lesados as entidades não governamentais, sem fins lucrativos, em funcionamento no município de Imbituba, decretadas de utilidade pública a que tenham por objetivo a defesa do meio ambiente.

Art. 17. Constituem recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Reconstituição dos Bens Lesados:

- I - dotação da União, do Estado e do Município;
- II - doações e contribuições;
- III - rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta, promovidos pelo Ministério Público;
- IV - o valor das multas arrecadadas pelo órgão ambiental municipal;
- V - outros legalmente constituídos.

Capítulo VIII

DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 18. Para compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do meio ambiente criam-se as Áreas Não Edificáveis e Não Aterráveis - ANEAs e as Zonas de Proteção Ambiental - ZPAs.

§ 1º São consideradas áreas não edificáveis e não aterráveis

(ANEAs) as faixas marginais mínimas ao longo de cursos d'água dormientes e correntes, conforme a legislação pertinente.

§ 2º As áreas não edificáveis e não aterráveis (ANEAs), também consideradas áreas de preservação permanente, poderão fazer parte do lote parcelado, não constando, no entanto, como parte da área mínima permitida, devendo ser transcrita e averbada no competente registro de imóveis.

§ 3º Zonas de Proteção Ambiental - ZPA: áreas protegidas por instrumentos legais diversos, dentre eles o PDDSI, devido à existência de remanescentes de mata atlântica, morros, dunas ou lagoas.

§ 4º Em caráter especial, com análise e parecer do órgão municipal ambiental, poderá ser permitido nas ZPA's, desde que não sejam APP's, e com anuência do Conselho do Plano Diretor e do COMDEMA, o uso e ocupação através de projetos especiais, conforme regulamentado pelo o PDDSI.

Capítulo IX

DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 19. Áreas de Preservação Permanente, sujeitas a regime jurídico especial, são as definidas neste capítulo, cabendo ao Município sua delimitação, quando não definidos em lei.

Art. 20. São áreas de preservação permanente:

I - as área definida na Lei Orgânica de Imbituba;

II - as encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

III - os remanescentes florestais da mata atlântica, quando primárias, ou em estágios avançados de regeneração;

IV - a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas a erosão e ao deslizamento;

V - as nascentes, em um raio mínimo de 50 metros;

VI - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura.

VII - as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias;

VIII - as áreas de relevante beleza cênica, quando assim declaradas pelo poder público;

IX - as demais áreas declaradas por LEI.

Capítulo X

DOS PADRÕES DE EMISSÃO E DE QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 21. Os padrões de qualidade ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

§ 1º Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2º Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos.

Art. 22. Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 23. Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, podendo o COMDEMA estabelecer padrões mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estadual e federal, fundamentados em parecer técnico encaminhado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Capítulo XI

DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 24. Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
- VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 25. A avaliação de impacto ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal que possibilita a análise e interpretação de impactos sobre a saúde, bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, compreendendo:

- I - a consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto referido no caput;
- II - a elaboração de Estudos Ambientais pertinentes e seus respectivos relatórios para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

Parágrafo único. A variável ambiental deverá incorporar o processo de planejamento das políticas, planos, programas e projetos como instrumento decisório do órgão ou entidade competente.

Art. 26. É de competência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável a exigência de estudos ambientais pertinentes para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente que degrade o meio ambiente no Município bem como sua deliberação final.

§ 1º Os Estudos Ambientais pertinentes poderão ser exigidos na ampliação da atividade mesmo quando a atividade já estiver licenciada.

§ 2º Caso haja necessidade de inclusão de pontos adicionais ao Termo de Referência, tais inclusões deverão estar fundamentadas em exigência legal ou, em sua inexistência, em parecer técnico consubstanciado, emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§ 3º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico sustentável deve manifestar-se conclusivamente no âmbito de sua competência sobre o licenciamento ambiental, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do recebimento, excluídos os períodos dedicados à prestação de informações complementares.

Art. 27. Os Estudos Ambientais Pertinentes, além de observar os demais dispositivos desta Lei, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- I - contemplar todas as alternativas tecnológicas apropriadas e alternativas de localização do empreendimento, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo;
- II - definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos;
- III - realizar o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, com completa descrição e análise dos recursos

ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da região, antes da implantação do empreendimento;

IV - identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais que serão gerados pelo empreendimento nas suas fases de planejamento, pesquisa, instalação, operação ou utilização de recursos ambientais;

V - considerar os planos e programas governamentais existentes e a implantação na área de influência do empreendimento e a sua compatibilidade;

VI - definir medidas mitigadoras para os impactos negativos bem como medidas potencializadoras dos impactos positivos decorrentes do empreendimento;

VII - elaborar programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando a frequência, os fatores e parâmetros a serem considerados, que devem ser mensuráveis e ter interpretações inequívocas.

Art. 28. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável deverá elaborar ou avaliar os termos de referência em observância com as características e porte do empreendimento e do meio ambiente a ser afetado, cujas instruções orientarão a elaboração dos Estudos Ambientais pertinentes, contendo prazos, normas e procedimentos a serem adotados.

Art. 29. O diagnóstico ambiental, assim como a análise dos impactos ambientais, deverão considerar o meio ambiente da seguinte forma:

I - meio físico: o solo, o subsolo, as águas, o ar e o clima, com destaque para os recursos minerais, a topografia, a paisagem, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas e as correntes atmosféricas;

II - meio biológico: a flora e a fauna, com destaque para as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção, em extinção e os ecossistemas naturais;

III - meio socioeconômico: o uso e ocupação do solo, o uso da água e a sócio-economia, com destaque para os sítios e monumentos arqueológicos, históricos, culturais e ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Parágrafo único. No diagnóstico ambiental, os fatores ambientais devem ser analisados de forma integrada mostrando a interação entre eles e a sua interdependência.

Art. 30. Os Estudos Ambientais pertinentes serão realizados por equipe multidisciplinar habilitada, quando couber, não dependente direta ou indiretamente do proponente, sendo aquela responsável legal e tecnicamente pelos resultados apresentados.

Parágrafo único. O COMDEMA poderá, em qualquer fase de elaboração ou apreciação dos estudos ambientais, mediante voto fundamentado aprovado pela maioria absoluta de seus membros, declarar a inidoneidade da equipe multidisciplinar ou de técnico componente, recusando, se for o caso, os levantamentos ou conclusões de sua autoria.

Art. 31. Os relatórios resultantes dos estudos ambientais pertinentes, deverão ser apresentados de forma objetiva e adequada a sua ampla divulgação, sem omissão de qualquer elemento importante para a compreensão da atividade e conterá, no mínimo:

I - os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - a descrição do projeto de viabilidade (ou básico) e suas alternativas tecnológicas e locais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação, a área de influência, as matérias-primas, a mão-de-obra, as fontes de energia, demanda de água, os processos e técnicas operacionais, os prováveis

efluentes, emissões, resíduos, e os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área de influência do projeto;

IV - a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos, indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;

VI - a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras, previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados e o grau de alteração esperado;

VII - o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - a recomendação quanto à alternativa mais favorável, conclusões e comentários de ordem geral.

Parágrafo único. Os relatórios resultantes dos Estudos Ambientais pertinentes deverão ser apresentados de forma objetiva e adequada à sua compreensão, e as informações nele contidas devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas e demais técnicas de comunicação visual, de modo que a comunidade possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Art. 32. A relação dos empreendimentos ou atividades que estarão sujeitas à elaboração de Estudos ambientais Pertinentes e respectivos Relatórios, será definida por ato do titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, ouvido o COMDEMA.

Capítulo XII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 33. A execução de planos, programas, obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividade e o uso e exploração de recursos ambientais de qualquer espécie, de iniciativa privada ou do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, de qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento municipal, com anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 34. As licenças de qualquer espécie de origem federal ou estadual não excluem a necessidade de licenciamento pelo órgão ambiental municipal, nos termos desta LEI.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Prévia - LAP;

II - Licença Ambiental de Instalação - LAI;

III - Licença Ambiental de Operação - LAO;

IV - Licença Ambiental de Ampliação - LAA.

Art. 36. A Licença Municipal de Localização - LAL, será requerida pelo proponente do empreendimento ou atividade, para verificação de adequação aos critérios do zoneamento ambiental.

Parágrafo único. Para ser concedida a Licença Ambiental de Localização, o COMDEMA poderá determinar a elaboração de Estudos Ambientais Pertinentes, nos termos da legislação federal e/ou estadual vigente.

Art. 37. A Licença Ambiental de Instalação - LAI, a Licença Ambiental de Operação - LAO e a Licença Ambiental de Ampliação - LAA, serão requeridas mediante apresentação do projeto competente e do Estudo Ambiental Pertinente, quando exigido.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável definirá elementos necessários à caracterização do projeto e aqueles constantes das licenças através de regulamento.

Art. 38. A LAI conterá o cronograma aprovado pelo órgão licenciador municipal (SEDES) para implantação dos equipamentos e sistemas de controle, monitoramento, mitigação ou reparação de danos ambientais.

Art. 39. A renovação da LAO deverá considerar as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para a adaptação, realocização ou encerramento da atividade.

Art. 40. O regulamento estabelecerá prazos para requerimento, publicação, prazo de validade das licenças emitidas e relação de atividades sujeitas ao licenciamento.

Capítulo XIII

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 41. A educação ambiental, em todos os níveis de ensino do sistema municipal de educação, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 42. O Poder Público, no sistema municipal de educação e na sociedade, deverá:

I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - fornecer suporte técnico/conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares nas unidades escolares do sistema municipal de educação, voltados para a questão ambiental;

IV - articular-se com entidades jurídicas e não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

V - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município.

Capítulo XIV

DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 43. É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, ou acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 44. Sujeitam-se ao disposto nesta Lei todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

Art. 45. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela

ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 46. A SEDES é o órgão competente do Poder Executivo Municipal para o exercício do poder de polícia nos termos e para os efeitos desta Lei, cabendo-lhe, dentre outras:

I - estabelecer exigências técnicas relativas a cada estabelecimento ou atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora;

II - fiscalizar o atendimento às disposições desta Lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, especialmente às resoluções do COMDEMA;

III - estabelecer penalidades pelas infrações às normas ambientais;

IV - dimensionar e quantificar o dano visando a responsabilizar o agente poluidor ou degradador.

Art. 47. Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de instalações ou atividades em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

Capítulo XV

DO AR

Art. 48. Para o efetivo controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

V - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VI - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 49. Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I - na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:

a) disposição das pilhas feita de modo a tornar mínimo o arraste eólico;

b) umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovadas que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico;

c) a arborização das áreas circunvizinhas compatível com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre as mesmas.

II - as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécies e manejos adequados;

IV - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e

transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados ou outras técnicas comprovadas;

V - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

Art. 50. Ficam vedadas:

I - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;

II - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;

III - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

IV - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em norma específica;

VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Parágrafo único. O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado até o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

Art. 51. As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado da Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico Sustentável, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalos não superiores a 1 (um) ano, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

Parágrafo único. Deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise estabelecidas pela ABNT ou pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, homologadas, neste caso, pelo COMDEMA.

Art. 52. São vedadas a instalação e ampliação de atividades que não atendam às normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei.

§ 1º Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto nesta Lei, nos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, não podendo exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta lei.

§ 2º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

§ 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interessados desde que devidamente justificado.

Art. 53. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, baseada em parecer técnico, procederá à elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos nesta Lei, sujeito a apreciação do COMDEMA, de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.

Capítulo XVI

DO SOLO

Art. 54. A proteção do solo no Município visa:

- I - garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais;
- II - garantir a utilização do solo cultivável, através de adequados planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;
- III - priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;
- IV - priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

Art. 55. O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

Art. 56. A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante o devido licenciamento Ambiental com a apresentação de estudos que comprove a sua degradabilidade e a capacidade do solo de autodepurar-se levando-se em conta os seguintes aspectos:

- I - capacidade de percolação;
- II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;
- III - limitação e controle da área afetada;
- IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

Capítulo XVII**DO CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS**

Art. 57. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 58. Para os efeitos desta Lei considera-se

- I - poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;
- II - som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 KHz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;
- III - ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos;
- IV - zona sensível a ruídos: são as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental.

Art. 59. Compete à SEDES:

- I - elaborar a carta acústica do Município;
- II - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
- III - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;
- IV - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;
- V - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;
- VI - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:
 - a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e

vibrações,

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

Art. 60. A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

Art. 61. Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos.

Parágrafo único. Os níveis máximos de som nos períodos diurno e noturno serão fixados pela SEDES.

Art. 62. Fica proibido o uso ou a operação, inclusive comercial, de instrumentos ou equipamentos, de modo que o som emitido provoque ruído.

Capítulo XVIII**DO CONTROLE DA POLUIÇÃO VISUAL**

Art. 63. A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visíveis dos logradouros públicos, poderá ser promovida por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pelo órgão competente.

Art. 64. O assentamento físico dos veículos de divulgação nos logradouros públicos só será permitido nas seguintes condições:

- I - quando contiver anúncio institucional;
- II - quando contiver anúncio orientador.

Art. 65. São considerados anúncios quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, empresas, produtos de quaisquer espécies, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

- I - anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;
- II - anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, idéias ou coisas;
- III - anúncio institucional: transmite informações do poder público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial;
- IV - anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como de tráfego ou de alerta;
- V - anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

Art. 66. É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou criado, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, nos termos desta Lei, seus regulamentos e normas decorrentes.

Capítulo XIX**DO CONTROLE DAS ATIVIDADES PERIGOSAS**

Art. 67. É dever do Poder Público controlar e fiscalizar a produção a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.

Art. 68. São vedados no Município, entre outros que proibir esta Lei:

I - o lançamento de esgoto in natura, em corpos d'água;
II - a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;
III - a fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e utilização de armas químicas e biológicas;
IV - a utilização de metais pesados em quaisquer processos de extração, produção e beneficiamento que possam resultar na contaminação do meio ambiente natural;
V - a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;
VI - a produção ou o uso, o depósito, a comercialização e o transporte de materiais e equipamentos ou artefatos que façam uso de substâncias radioativas, observadas as outorgas emitidas pelos órgãos competentes e devidamente licenciados;
VII - a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;
VIII - a disposição de resíduos perigosos sem os tratamentos adequados a sua especificidade.

Capítulo XX

DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

Art. 69. As operações de transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, serão reguladas pelas disposições desta Lei e mais normas pertinentes.

Art. 70. São consideradas cargas perigosas, para os efeitos desta Lei, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas à população, aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT, e outras que o COMDEMA considerar.

Art. 71. Os veículos, as embalagens e os procedimentos de transporte de cargas perigosas devem seguir as normas pertinentes da ABNT e a legislação em vigor, e encontrar-se em perfeito estado de conservação, manutenção e regularidade e sempre devidamente sinalizados.

Art. 72. É vedado o transporte de cargas perigosas dentro das Rodovias Municipais de Imbituba, salvo as vias de acesso ao porto.

Parágrafo único. Quando inevitável, o transporte de carga perigosa no Município, será precedido de autorização expressa do Corpo de Bombeiros, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e do órgão municipal responsável pelo trânsito, que estabelecerão os critérios especiais de identificação e as medidas de segurança que se fizerem necessárias em função da periculosidade.

Capítulo XXI

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 73. A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei e das normas dela decorrentes será realizada pelos Fiscais Ambientais e pelos demais servidores públicos para tal fim designados.

Art. 74. Consideram-se para os fins desta lei:

I - advertência: é a intimação do infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções.
II - apreensão: ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de qualquer objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre.
III - auto: instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do

poder de polícia.

IV - auto de notificação: registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento efetivo ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis.

V - auto de infração: registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível.

VI - demolição: destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental.

VII - embargo: é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento.

VIII - fiscalização: toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, neste regulamento e nas normas deles decorrentes.

IX - infração: é o ato ou omissão contrário à legislação ambiental, a esta Lei e às normas delas decorrentes.

X - infrator: é a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental.

XI - interdição: é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento.

XII - intimação: é a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciada no próprio auto ou em edital.

XIII - multa: é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida.

XIV - poder de polícia: é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município de Imbituba.

XV - reincidência: é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica e no segundo de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 5 (cinco) anos entre uma ocorrência e outra.

Art. 75. No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais credenciados o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos locais/empreendimentos/estabelecimentos públicos ou privados.

Art. 76. Mediante requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, o agente credenciado poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Art. 77. Aos agentes de fiscalização ambiental credenciados compete:

I - efetuar visitas, vistorias e avaliações;

II - verificar a ocorrência da infração;

III - lavrar o auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;

IV - elaborar relatório de vistoria;

V - exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva.

Art. 78. A fiscalização e a aplicação de penalidades de que trata esta lei dar-se-á por meio de:

I - auto de notificação;

II - auto de infração;

III - termo de apreensão;

IV - termo de embargo;

V - termo de interdição.

Parágrafo único. Os autos e os termos serão lavrados em 05

(cinco) vias destinadas:

- a) a primeira, ao autuado;
- b) a segunda, ao processo judiciário, quando cabível;
- c) a terceira, ao processo administrativo;
- d) a quarta ao autuante;
- e) a quinta, ao arquivo.

Art. 79. Constatada a irregularidade, será lavrado o auto/termo correspondente, dele constando:

- I - o nome da pessoa física ou jurídica infratora, com respectivo endereço;
- II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;
- III - o fundamento legal;
- IV - a penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade;
- V - nome, função e assinatura do autuante;
- VI - prazo para apresentação da defesa.

Art. 80. Na lavratura do auto/termo, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

Art. 81. A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do auto/termo, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

Art. 82. Do auto/termo será intimado o infrator:

- I - pelo autuante, mediante assinatura do infrator;
- II - por via postal, com prova de recebimento, quando não ocorrer a entrega direta ao infrator;
- III - por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo único. O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial de publicidade legal do município.

Art. 83. São critérios a serem considerados pelo autuante na classificação de infração:

- I - a maior ou menor gravidade;
- II - as circunstâncias atenuantes e as agravantes;
- III - os antecedentes do infrator.

Art. 84. Para a aplicação da pena de multa, expedida pela SEDES, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

- I - leves: as eventuais ou as que não venham a causar risco ou dano à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;
- II - graves: as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;
- III - gravíssimas: as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

Art. 85. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- I - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pela SEDES;
- II - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;
- III - colaboração com os agentes e técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental;
- IV - o infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.

Art. 86. São consideradas circunstâncias agravantes:

- I - cometer o infrator reincidência específica ou infração continuada;
- II - ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- III - coagir outrem para a execução material da infração;

- IV - ter a infração consequência grave ao meio ambiente;
- V - deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;
- VI - ter o infrator agido com dolo;
- VII - atingir a infração áreas sob proteção legal.

Art. 87. Havendo concurso de circunstância atenuante e agravante, a pena será aplicada levando-as em consideração, bem como o conteúdo da vontade do autor.

Art. 88. Os responsáveis pela infração ficam sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:

- I - advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;
- II - multa simples;
- III - apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;
- IV - embargo ou interdição temporária de atividade até correção da irregularidade;
- V - cassação de alvarás e licenças, e a consequente interdição definitiva do empreendimento/estabelecimento autuado, a serem efetuadas pelos órgãos competentes do Executivo Municipal;
- VI - perda ou restrição de incentivos econômicos e fiscais concedidos pelo Município;
- VII - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pela SEDES;
- VIII - demolição.

§ 1º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas cominadas.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 3º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 89. O valor das multas será aplicado em UFM's (Unidade Fiscal do Município) e de acordo com a gravidade da infração, sendo:

- I - leves: Multa de 60 (sessenta) a 2000 (dois mil) UFM's;
- II - graves: Multa de 2001 (dois mil e um) a 6000 (seis mil) UFM's;
- III - gravíssima: Multa de 6001 (seis mil e um) a 20.000 (vinte mil) UFM's.

§ 1º Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará, primeiro, a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.

§ 2º Poderão ser estipuladas multas com valores diários, enquanto persistirem os problemas.

Art. 90. O valor da multa será reduzido em 20% (vinte por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Art. 91. Os valores constantes dos autos de infração poderão ser parcelados da seguinte forma:

- I - de 100 (cem) a 3000 (três mil) UFM's, em até 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas;
- II - de 3001 (três mil e um) a 20.000 (vinte mil) UFM's, em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º A parcela mínima não poderá ser inferior a 100 (cem) UFM's.

§ 2º O atraso no pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, ou da última, acarretará o cancelamento automático do parcelamento.

Art. 92. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 93. As penalidades poderão incidir sobre:

- I - o autor material;
- II - o mandante;
- III - quem de qualquer modo concorra à prática ou dela se beneficie.

Art. 94. As penalidades previstas neste capítulo serão objeto de regulamentação por meio de ato do titular da SEDES, ouvido o COMDEMA.

Art. 95. Fica a SEDES autorizada a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta lei e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

Art. 96. O infrator poderá apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência do auto de infração ou de termo respectivo.

Art. 97. A defesa de autuação qualquer ou de ação fiscal, instaura o processo de contencioso administrativo em primeira instância.

Parágrafo único. A Defesa mencionará, obrigatoriamente:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do impugnante;
- III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;
- IV - os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 98. Oferecida a defesa, o processo será encaminhado ao fiscal autuante ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que sobre ela se manifestará, no prazo de 20 (vinte) dias, dando ciência ao autuado.

Art. 99. Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

Art. 100. O julgamento do processo administrativo, e os relativos ao exercício do poder de polícia, será de competência:

I - em primeira instância, da Junta de Impugnação Fiscal (JIF) nos processos que versarem sobre toda e qualquer ação fiscal decorrente do exercício do poder de polícia.

§ 1º O processo será julgado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir de sua entrega na JIF.

§ 2º A JIF, dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la ao prazo de 20 (vinte) dias contados da data de seu recebimento.

II - em segunda e última instância administrativa, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA;

§ 1º O COMDEMA, proferirá decisão no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do recebimento do processo, no plenário do Conselho.

§ 2º Fica facultado ao infrator e ao agente fiscal juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art. 101. A JIF, será composta e presidida pelo dirigente do órgão específico de meio ambiente e de 2 (dois) membros por ele designados.

Art. 102. Compete ao presidente da JIF:

- I - presidir e dirigir todos os serviços da JIF, zelando pela sua regularidade;
- II - determinar as diligências solicitadas;
- III - proferir voto ordinário e de qualidade sendo este fundamentado;
- IV - assinar as resoluções em conjunto com os membros da Junta;
- V - recorrer de ofício ao COMDEMA, quando for o caso.

Art. 103. São atribuições dos membros da JIF:

- I - examinar os processos que lhe forem distribuídos, apresentando, por escrito, no prazo estabelecido, relatório com pareceres conclusivos;
- II - solicitar esclarecimentos, diligências ou visitas, se necessário;
- III - proferir voto fundamentado;
- IV - proferir, se desejar, voto escrito e fundamentado;
- V - redigir os relatórios/voto, nos processos em que funcionar como relator desde que vencedor o seu voto;
- VI - redigir os relatórios/voto quando vencido o voto do relator.

Art. 104. A JIF, deverá elaborar o regimento interno, para disciplinamento e organização dos seus trabalhos, submetendo-se ao exame e sanção do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e ao COMDEMA.

Art. 105. A JIF realizará 1 (uma) sessão ordinária semanal, e tantas extraordinárias quanto necessário, dependendo do fluxo de processos.

Art. 106. Não sendo cumprida, nem impugnada a sanção fiscal, será declarada à revelia e permanecerá o processo na SEDES, pelo prazo de 20 (vinte) dias para cobrança amigável de crédito constituído.

Parágrafo único. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito constituído, o órgão preparador declarará o sujeito passivo devedor omissor e encaminhará o processo à Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, para inscrição do débito em dívida ativa e promoção de cobrança executiva pela Procuradoria Geral, quando não for caso de reparação de dano ambiental.

Art. 107. São definitivas as decisões:

I - de primeira instância:

a - quando esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;

b - quando a parte não for objeto de enfoque no recurso voluntário.

II - de segunda e última instância recursal administrativa.

Art. 108. Não serão conhecidos recursos sem o prévio recolhimento do valor pecuniário da multa imposta.

Art. 109. O COMDEMA regulamentará as disposições desta Lei por meio de resoluções as quais observarão no que couberem, as normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de atos normativos municipais.

Art. 110. Revoga-se:

I - a Lei 2.204 de 29 de novembro de 2001 e suas alterações; e

II - o Capítulo IV da Lei nº 846, de 02 de janeiro de 1986, composto pelos artigos 44 a 51.

Art. 111. Esta Lei entra vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 13 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Resolução N° 001.2013 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 001/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais estabelecidas por meio da Lei Municipal Nº 4.110/2013 e pela Resolução do CONANDA,

Considerando a ata ordinária de seis de fevereiro de dois mil e treze do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a exigência da empresa Votorantim de possuir uma comissão para uma capacitação do Projeto VIA, na cidade de São Paulo;

Considerando a desistência das conselheiras Ana Paula Barcelos e Stela Lane Napoleão,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão que fará a capacitação do Projeto VIA na cidade São Paulo.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes conselheiros do CMDCA:

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

VIVIANE BEZZERA

CLAUDIA LIBANIA M. COSTA

ZULMAR CORRÊA

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2013.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

Presidente do CCMDCA

Resolução N° 002.2013 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais estabelecidas por meio da Lei Municipal Nº 4.110/2013 e pela Resolução do CONANDA,

Considerando a ata ordinária de seis de fevereiro de dois mil e treze do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a necessidade de uma capacitação para os Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos;

Considerando que a AMUREL organizou uma capacitação com Luciano Betiate do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a capacitação para os quatros membros do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Autorizar a capacitação para dois membros dos CMDCA.

Art. 3º - As despesas para esta capacitação será arcada com recursos do FIA.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2013.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

Presidente do CCMDCA

Resolução N° 003.2013 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 003/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais estabelecidas por meio da Lei Municipal Nº 4.110/2013 e pela Resolução do CONANDA,

Considerando o pedido de saída de o membro titular do conselho tutelar, Sr. Jander Pereira Carvalho;

Considerando em notificação aos membros suplentes do Conselho

Tutelar para compor a vaga em aberto, não houve habilitação;

Considerando que a lei n. 8.069/93, prevê que o número mínimo de conselheiros seja de cinco e atualmente e o Conselho Tutelar se encontra com apenas quatro membros tutelares;

RESOLVE:

Art. 1º - Abrir habilitação para eleição de um membro titular e cinco suplentes do Conselho Tutelar do município de Imbituba, do ano de 2013 a realizar-se no dia 28 de julho do corrente ano, na Esola de Educação Básica Henrique Lage.

Art. 2º - Criar a Comissão Eleitoral composta por um presidente, um relator e três membros do CMDCA, para a organização da referida eleição.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2013.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

PRESIDENTE DO CMDCA

Resolução N° 004.2013

RESOLUÇÃO Nº 004/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais estabelecidas por meio da Lei Municipal Nº 4.110/2013 e pela Resolução do CONANDA,

Considerando a Resolução 002/2013 que delibera sobre a criação da Comissão Eleitoral do CMDCA, para a organização da eleição de um membro titular e cinco suplentes do Conselho Tutelar,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Eleitoral composta por um presidente, um relator e três membros do CMDCA, para a organização da referida eleição.

Art. 2º - A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes nomes:

I - João Batista Laurindo - Presidente;

II - Carlos José Barbosa Filho - Relator;

III - Maria Aparecida de Souza - Membro;

IV - Maristela da Rosa Guimarães - Membro;

V - Felipe Ribeiro Marinho - Membro.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2013.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

PRESIDENTE DO CMDCA

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial 17/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 22/2013 - Pregão Presencial 17/2013, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pela empresa Comercial Preço Bom Z & C Ltda.

Imbituba, 17 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: PMI SEINFRA 2012/107 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2012/107 A02
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto: ACRÉSCIMO DE 14,03946% (QUATORZE INTEIROS E TRÊS MIL, NOVECENTOS E SEIS CENTÉSIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 59/2012 Toamada de Preços nº02/2012

Imbituba, 13 de junho de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
Representante Legal
Contratada

Editais SEAGP Nº 048/2013

EDITAL SEAGP Nº 048/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 13 de Junho a 12 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua

aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 13 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 048/2013

SERVENTES MERENDEIRAS
NELCI SOUZA SILVEIRA

Editais Nº 001.2013 Eleição CMDCA

EDITAL 001/2013 DE ELEIÇÃO DO MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE IMBITUBA - SC

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de sua Comissão Eleitoral, FAZ SABER, a todos quanto o presente Edital vierem ou dele tiverem conhecimento, e a quem interessar possa que nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/99, Lei Federal 12.696/12 e da Lei Municipal de Imbituba 4.110/12, em Resolução N. 002/13 do CMDCA, no uso de suas atribuições legais: CONVOCAR AOS INTERESSADOS A SE HABILITAREM PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

DA FUNÇÃO E DOS VALORES

Art. 1. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definição no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2. O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 12:00h e das 13:30 às 18:00hs, para atendimento do público e execução de suas atividades.

§ 1º A jornada de trabalho do conselheiro tutelar será de dedicação integral ao serviço, composta de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas na sede do Conselho Tutelar, além dos sobreavisos durante o intervalo de almoço, nos sábados, domingos, feriados e período noturno.

§ 2º O plantonista deverá estar munido de meio de comunicação, obedecendo escala preestabelecida pela secretaria a qual está vinculado administrativamente.

§ 3º A divulgação da escala de serviço será fixada no quadro de publicações oficiais do Município de Imbituba e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado ao Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça, com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude, ao CMDCA, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 4º Os sobreavisos e horas excedentes à quadragésima semanal prestados pelos Conselheiros Tutelares integram a remuneração recebida e não podem ser objeto de compensação, por integrarem as atividades e competências do Conselho Tutelar.

Art. 3. O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vetado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 4. O Conselho Tutelar funcionará em sede própria, mantendo uma secretaria destinada ao seu funcionamento, podendo utilizar-se de instalações e de serviços cedidos pelo Município de Imbituba.

Art. . Em observância ao art. 134 da Lei 9.069/99, aos membros do Conselho Tutelar é assegurado o direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina.

§ 1º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

§ 2º Para o exercício da função, nos termos dos artigos anteriores, será fixado o salário bruto no valor de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).

DA HABILITAÇÃO

Art. . Os interessados a se habilitarem para a eleição dos membros do Conselho Tutelar deverão preencher os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes criminais (Delegacia e Fórum);
- II - idade superior a 21 anos;
- III - cópia do RG e CPF;
- IV - uma foto atual 3 X 4;
- V - residir no Município de Imbituba, por, no mínimo, 03 (três) anos (apresentar comprovante);
- VI - ensino superior completo (apresentar certificado ou declaração no ato da posse);
- VII - estar no gozo dos direitos políticos (Apresentar cópia do título de eleitor e comprovante de votação ou justificativa da última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral);
- VIII - ter conhecimento em informática básica;
- IX - ter experiência comprovada da área da infância e juventude (apresentar curriculum vitae e anexos).
- X - cópia do certificado de reservista (para candidato masculino);
- XI - atestado médico que comprove boa saúde física e mental do candidato;
- XII - preencher ficha de inscrição fornecida pelo CMDCA;

§ 1º. A exceção do inciso "VI" e "VIII" do presente artigo, os demais itens devem ser comprovados por meio de documentos no ato da inscrição.

Art. . O prazo para apresentação dos documentos arrolados para habilitação iniciará em 18 de junho de 2013 e findará em 02 de julho de 2013, na sede do CMDCA, sito à Rua Sant'anta, 937. Portal da Vila - Imbituba - SC, no período das 13:30 h às 17:00h., do qual o resultado será dado à devida publicidade na imprensa local escrita e falada, entre 03 a 07 de julho.

§ 1º O prazo para os recursos por eventuais inabilitações iniciará em 08 de julho e findará em 10 de julho de 2013.

§ 2º No recurso deverão constar a qualificação do recorrente, devendo ser encaminhados com os seus fundamentos para a Comissão de Eleição do Conselho Municipal da Criança e Adolescente - CMDCA a ser apresentado na sua sede, no endereço e horário citado no Art. 7º deste edital,

§ 3º Após a habilitação, será dada publicidade, por meio da imprensa local escrita e falada dos candidatos habilitados bem como dos seus respectivos números, na data de 12 de julho do corrente ano.

DA ELEIÇÃO

Art. . Os candidatos habilitados entrarão em fase campanha a partir do dia 13 de julho até o dia 26 de julho de 2013.

Parágrafo Único - cada candidato receberá um número que será corresponde ao de inscrição.

Art. . A eleição realizar-se-á no dia 28 de julho de 2013, das 08hs às 17hs no E.E.B Henrique Laje, situado na Rua Irineu Bornhausen, 268, centro, Imbituba(SC).

Art. 1. Para votar, o cidadão terá de apresentar documento oficial com foto, e será computado apenas um voto por pessoa que votará em apenas um candidato, sob pena de anulação do voto.

Art. 11. O voto será exercido por cidadãos da Zona Eleitoral 073, comarca de Imbituba (SC), no gozo de seus direitos políticos, será facultativo e não apresentará nenhum ônus por sua ausência.

Art. 12. A apuração será realizada no dia 28 de julho de 2013 a partir das 17h30min, no Anfiteatro do próprio local de votação.

Parágrafo Único. Será permitida a presença de 1(um) representante por candidato, podendo ser o próprio, no momento da apuração. bem como no transporte das urnas para o local onde será realizada a apuração.

Art. 13. O candidato mais votado será convocado para tomar posse como titular, bem como os 5(cinco) subsequentes como suplentes.

Parágrafo Único. Os suplentes não terão os direitos resguardados aos titulares, somente terão em caso de substituição, sendo garantidos somente como cadastro de reserva.

Art. 14. A nomeação e posse ocorrerão em 29 de julho de 2013.

Parágrafo único. Se o candidato eleito como titular não se apresentar para tomar posse, na hora e dia marcado, conforme este edital, será chamado o suplente mais votado entre os cinco, para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas tomar posse e, assim sucessivamente até o último suplente eleito.

Art. 15. Em observância do parágrafo primeiro do artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/99), o mandato terá duração de 2 (dois) anos , 5(cinco) meses e 11(onze) dias, iniciando em 30 de julho de 2013 e findando em 09 de janeiro de 2016, com base no artigo 2º e 3º, inciso I, da Resolução 152 do CONANDA de 09 de agosto de 2012, a partir de quando deverá ser observado o calendário unificado nacional para a eleição dos membros do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Será permitida uma reeleição para o pedido subsequente.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 16. A comissão Eleitoral será formada por:

- I - João Batista Laurindo - Presidente.
- II - Carlos José Barbosa Filho - Relator.
- III - Maria Aparecida de Souza - Membro.
- IV - Maristela da Rosa Guimarães - Membro.
- V - Felipe Ribeiro Marinho - Membro.

JOÃO BATISTA LAURINDO

Presidente da Comissão Eleitoral

DIA	MES	ATIVIDADE
18	06	Publicação do Edital
18	06	Início das inscrições dos candidatos
02	07	Fim das inscrições dos candidatos
03 a 07	07	Prazo para publicar a lista dos candidatos habilitados
08	07	Início do prazo para entrar com recursos das possíveis inabilitações
10	07	Final do prazo para entrar com recursos das possíveis inabilitações
12	07	Publicação dos candidatos habilitados com seu número
13	07	Início da campanha
26	07	Ultimo dia para a campanha
28	07	Eleição das 08:00h às 17:00h na E.E.B. Henrique Laje

28	07	Apuração dos votos após as 17:30h na E.E.B. Henrique Lage
29	07	Publicitação e posse dos eleitos (um titular e cinco suplentes)

DA HABILITAÇÃO

Art. 6º e 730. Os interessados a se habilitarem para a eleição dos membros do Conselho Tutelar deverão preencher os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes criminais (Delegacia e Fórum);
 - II - idade superior a 21 anos;
 - III - cópia do RG e CPF;
 - IV - uma foto atual 3 X 4;
 - V - residir no Município de Imbituba, por, no mínimo, 03 (três) anos (apresentar comprovante);
 - VI - ensino superior completo (apresentar certificado ou declaração no ato da posse);
 - VII - estar no gozo dos direitos políticos (Apresentar cópia do título de eleitor e comprovante de votação ou justificativa da última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral);
 - VIII - ter conhecimento em informática básica;
 - IX - ter experiência comprovada da área da infância e juventude (apresentar curriculum vitae e anexos).
 - X - cópia do certificado de reservista (para candidato masculino);
 - XI - atestado médico que comprove boa saúde física e mental do candidato;
 - XII - preencher ficha de inscrição fornecida pelo CMDCA;
- § 1º. A exceção do inciso "VI" e "VIII" do presente artigo, os demais itens devem ser comprovados por meio de documentos no ato da inscrição.

Obs.: Declaro estar em pleno acordo com o edital 001/2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Imbituba, ____/____/2013.

Candidato

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

INSCRIÇÃO DO CANDIDATO Nº _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Filiação:

Data de Nascimento: Local: UF

Documento de Identidade: Emissor:

Endereço:

Bairro: Cidade: UF

CPF:

Título de Eleitor: Zona: Seção:

Instrução: Curso:

Escola/Universidade:

Experiência:

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Ficha de inscrição fornecida pelo CMDCA devidamente preenchida;

Uma foto atual 3x4;

Cópia da Cédula de Identidade e CPF;

Cópia de documento que prove a residência no Município

Declaração da idoneidade moral (delegacia e fórum)

Cópia do Título de Eleitor e Comprovante de Votação ou Justificativa da Última Eleição ou Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;

Comprovação de experiência na área da criança e adolescente (Curriculum vitae e anexos)

Cópia de certificado de reservista (candidato do sexo masculino)

Cópia de certificado do ensino superior (pode ser neste ato ou antes da posse)

Atestado médico que comprove boa saúde física e mental do candidato

OBS: Declaro estar em pleno acordo com o Edital 001/2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Imbituba, 18 de junho de 2013

JOÃO BATISTA LAURINDO

Presidente da comissão Eleitoral do CMDCA

Candidato

ATA EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA

Aos dias onze do mês de junho de dois mil e treze reuniram-se na sede do CMDCA, os conselheiros: Carlos José Barbosa Filho, Carlos Henrique P. Custódio Ivan Vitória, Romeu Pires filho, Viviane Bezerra, João Batista Laurindo, Adriana Mendes da Silva, Maria Aparecida de Souza, Thiago B. Miguel, Ane Carine Corrêa Ribas e Maristela da Rosa Guimarães. Compareceu também a senhora Fernanda Ramos, representante da Votorantim para tratar sobre a eleição do Conselheiro Tutelar e o Projeto Via. A presidenta iniciou a reunião cumprimentando a todos e passou a pauta do dia. Em seguida Carlos José pediu a palavra e questionou em que data foi feita a última eleição. Viviane perguntou qual o prazo para a eleição. Carlos José falou que no mínimo 15 dias para aos candidatos se habilitarem e entrarem com recursos. Carlos José afirma ainda que necessita de prazo entre a inscrição e campanha. João Batista falou que já existe tudo pronto, da última eleição, só precisamos mudarmos a data, definirmos os prazos e alterar o quesito que fala da documentação de nível superior deixando a apresentação deste para a data da posse, tendo em vista a formatura que acontecerá em julho. Falou ainda João Batista que deve-se criar uma comissão eleitoral que fará todos os trâmites legais, entre eles a divulgação. Viviane solicitou que fosse criada, antes de tudo, as resoluções: da eleição, com as devidas considerações e da comissão Eleitoral. O conselheiro Carlos José tomou a iniciativa e definiu as resoluções que foram digitadas pela conselheira Viviane. A comissão eleitoral ficou definida com os seguintes conselheiros: João Batista Laurindo, Carlos José Barbosa Filho, Maristela da Rosa Guimarães, Maria Aparecida de Souza e OAB. Após definidas as resoluções foi feita o calendário da eleição para a vaga de Conselheiro Tutelar e suplente, ficando assim definida.

DIA	MES	ATIVIDADE
18	06	Publicação do Edital
18	06	Início das inscrições dos candidatos
02	07	Fim das inscrições dos candidatos
03 a 07	07	Prazo para publicar a lista dos candidatos habilitados
08	07	Início do prazo para entrar com recursos das possíveis inabilitações
10	07	Final do prazo para entrar com recursos das possíveis inabilitações
12	07	Publicação dos candidatos habilitados com seu número
13	07	Início da campanha
26	07	Último dia para a campanha
28	07	Eleição das 08:00h às 17:00h na E.E.B. Henrique Lage
28	07	Apuração dos votos após as 17:30h na E.E.B. Henrique Lage
29	07	Publicitação e posse dos eleitos (um titular e cinco suplentes)

A presidenta do CMDCA após ter colocado em discussão e

aprovação, sendo aprovado por todos os presentes passou ao próximo tema que foi o VIA. João Batista falou que primeiro a comissão que foi a São Paulo deveria se reunir e trazer para a discussão e deliberação do conselho o que foi decidido na capacitação realizada na cidade supracitada. Viviane questiona quem é essa comissão e se foi feita resolução e publicitada. A presidenta disse que não foi feita mas, registrada em ata.. O Conselheiro João voltou a falar que isso não implicaria de as pessoas que foram a São Paulo se reunir e que a resolução poderia ser feito a qualquer momento. Fernanda, funcionária da Votorantim falou que a documentação tem que está pronta até vinte e dois de julho para que a mesma possa levar a central na Cidade de São Paulo para ver a possibilidade de viabilizar o projeto que deverá ir anexo ao relatório. A presidenta Maristela afirma que desde o início o Sr. Diego Custódio Fernandes havia se habilitado para fazer esse trabalho, sendo que, alguns conselheiros afirmaram que teria que ser uma empresa e por isso, até hoje o processo não andou. Foi feito um processo licitatório, mas nenhuma empresa se habilitou voltando a estaca zero, afirma Maristela. A Presidenta do CMDCA falou da preocupação quanto à viabilização desse projeto, pois o tempo está bem reduzido e acredita que não dará tempo para realizar conforme Fernanda nos colocou, afirma Maristela. A presidenta falou ainda que a Secretária Social havia lhe comunicado que faria uma reunião com o Sr. Diego para ver a possibilidade da execução deste projeto. Ficou decidido que esperaríamos essa reunião para tomarmos outras providências. Nada mais a declarar eu, João Batista Laurindo, secretário ad hoc encerro esta que vai assinada por mim e demais presentes.

Imbituba, 11 de junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência N° 027/13

Ato da Presidência nº 027/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 19ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 17 de junho de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ N°	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
056	PL n° 4.381/2013	13/06/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo a celebrar Consórcio Intermunicipal com o Município de Imaruí, SC, para os fins que especifica e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ n° 030/2013	03/06/13	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira, Léa de Oliveira Lopes, Renato Carlos de Figueiredo e Roberto Luiz Rodrigues	Requer informações quanto à aquisição pela Prefeitura de Imbituba de saibro quartzoso para a manutenção das vias não pavimentadas no município e quanto à viabilidade de barreira própria do município.	Ordinário	Única	Única
	REQ n° 031/2013	03/06/13	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	Requer à Secretária Municipal de Saúde, Senhora Maria Martins, estudos e providências com relação à Gripe A em Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº

22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. n° 001/2005).
Gabinete da Presidência, 13 de Junho de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA
Vice-Presidente

ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT
Primeira-Secretária

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Segundo-Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N° 1991

Regulamenta o exercício da atividade de entrega remunerada de mercadorias em motocicletas e motonetas, conhecidas como "motofrete".

Considerando o disposto no artigo 139-A do CTB, que dispõe sobre o transporte remunerado de mercadorias - motofrete;

Considerando o disposto no artigo 139-A do CTB, que dispõe sobre a competência municipal para regulamentar a atividade de motofrete no âmbito de sua circunscrição;

Considerando a Resolução n° 356 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros e de cargas em motocicleta e motoneta;

Considerando a Resolução n° 410 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que regulamenta os cursos especializados obrigatórios destinados à profissionais em transporte de passageiros e em entrega de mercadorias que exerçam atividades remunerada na condução de motocicletas e motonetas;

Considerando a Resolução n° 15, do Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina (CETRA/SC), de 29 de agosto de 2012, que estabelece as diretrizes para regulamentação do exercício da atividade de motofrete e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal n° 12.009, de 29 de julho de 2009, e a Lei Federal n° 12.436, de 6 de julho de 2011;
DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o serviço remunerado de transporte de mercadorias com entrega e coleta mediante utilização de motocicletas, motonetas, denominado "motofrete" no Município de Ipumirim -SC.

Art. 2º O serviço de motofrete somente poderá ser realizado mediante a concessão de alvará municipal, expedido pela secretaria municipal competente, de validade mínima de 1 (um) ano de sua expedição, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O alvará é individual, inalienável, intransferível e terá validade na circunscrição do Município, considerando essa, a origem da demanda do serviço.

Art. 3º Para exercer atividade de motofrete, o veículo deverá ser registrado na categoria aluguel e possuir os equipamentos

obrigatórios e de segurança, nos termos do artigo 139-A do CTB e das Resoluções do CONTRAN.

Parágrafo único. Os veículos destinados ao serviço de motofrete deverão ter no máximo 07 (sete) anos de fabricação.

Art. 4º São requisitos para a concessão do alvará:

I - à pessoa jurídica:

a) Dispor de sede no Município;
b) Alvará de localização e funcionamento;
c) Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;
d) Cópia autenticada do contrato social ou estatuto social da pessoa jurídica;

e) Certidão de regularidade do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

f) Comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;

g) Certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;

h) Certidões de regularidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

i) Relação dos veículos que serão utilizados na prestação do serviço, com o devido

Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) para comprovação da propriedade e ano de fabricação, e contrato de comodato, aluguel ou arrendamento, se for o caso;

j) Cadastro de condutores que realizarão o serviço, junto à respectiva pessoa jurídica, conforme artigo 5º deste Decreto; e

k) Comprovante de contribuição sindical, conforme art. 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei Federal n° 5.452, de 1º de maio de 1943.

II - À pessoa física:

a) Cadastro de condutor, conforme artigo 5º deste Decreto;
b) Certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
c) Certidão de regularidade do INSS;
d) Cópia do CRLV do veículo que será utilizado na prestação do serviço, para comprovação da propriedade e ano de fabricação, e contrato de comodato, aluguel ou arrendamento, se for o caso; e

e) Comprovante de contribuição sindical, conforme art. 579 da CLT.

Art. 5º Todo condutor de veículo, para prestar o serviço de motofrete, deverá inscrever-se junto à secretaria municipal competente, devendo para tanto:

I - ser maior de 21 (vinte e um) anos;

II - estar habilitado, no mínimo, há 2 (dois) anos na categoria A;

III - apresentar comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV - ser aprovado em curso especializado, nos termos da normatização CONTRAN; e

V - apresentar apólice de seguro com o valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para acidente com morte ou invalidez permanente, ambos durante o exercício profissional de que trata este Decreto.

Art. 7º Tratando-se de serviço de entrega de mercadorias em que o fornecedor do produto seja o proprietário do veículo, este deverá ser registrado na categoria particular e estará dispensado da obtenção de alvará para fim específico do transporte, mas o veículo deverá possuir os equipamentos de segurança previstos no artigo 139-A do CTB.

Art. 8º O transporte de carga em "sidecar" ou semirreboques deverá obedecer aos limites estabelecidos pelos fabricantes ou importadores dos veículos homologados pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Parágrafo único. Fica vedado o uso simultâneo de "sidecar" e semirreboque.

Art. 9º Fica vedado às empresas e pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas estabelecer práticas que estimulem o aumento de velocidade, nos termos da Lei Federal nº 12.436, de 6 de julho de 2011, sob pena de cancelamento do alvará concedido.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N° 312/2013 de 13 de Junho de 2.013.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 118 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2.002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais,

CONCEDE

ADELAR VITALSKI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o n°. 1.781.705 e CPF sob o n°. 527.998.759-04, Servidor Público Municipal, no exercício do cargo de Servente, Classe B, do Anexo II, Grupo D, da Lei 002/2002, que dispõe sobre o plano de Carreira e remuneração dos servidores do Município e dá outras providências, licença prêmio de 30 (Trinta) dias relativo ao período aquisitivo de 2008 a 2013, e gozo de 13 de Junho de 2.013 a 12 de Julho de 2.013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 13/06/2013.

Ipumirim - SC, 13 de Junho de 2.009.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria N° 310/2013 de 13 de Junho de 2013.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DENISE REGINA LUTZ, Matrícula 2125-3, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade n°. 3.931.251 e do CPF 066.074.939-47, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no

NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 192/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de junho de 2013.

Ipumirim - SC, 13 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria N° 311/2013 de 13 de Junho de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A","B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim.

CONTRATA

MORGANA CASON WEIMER, sob a Matrícula 2173-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade n°. 3931232 e do CPF 071.529.949-27, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 13/06/2013 até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 13/06/2013.

Ipumirim - SC, 13 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Reunião de Julgamento de Propostas do PL 30, Pp14-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2013 Data do Processo: 23/05/2013
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 24/2013 (Sequência: 3)

Ao(s) 10 de Junho de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 30/2013, Licitação nº 14/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, o pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, EMBRIOSÊM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP e SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Aberta a sessão pública pelo pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. JACINTO ADAM, representante credenciado da empresa, NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, o Srº ALBERTO FRISCHMANN representante credenciado da empresa ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, o Srº CEZAR LUIZ MAYER representante credenciado da empresa EMBRIOSÊM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP e o Srº ANDRE KILLP DE FIGUEIREDO representante da empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA não se credencia como Microempresa as demais empresas são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Porém a empresa EMBRIOSÊM EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP foi desclassificada nos itens 04, 05, 06 e 08, por não atender as especificações, referente ao anexo III do Edital. Por conseguinte, o pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto os representantes das licitantes renunciaram ao direito de recorrer das fases da presente licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 7705 - SEMEX DO BRASIL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	doses de sêmen bovino da Raça Jersey com as seguintes características mínimas: Pta leite igual ou superior a 550 libras; repetibilidade igual ou superior a 66 %; células somáticas igual ou abaixo 3.00; gordura igual ou superior a 30 libras; proteína igual ou superior a 25 libras; positivo na porcentagem de desvio padrão para proteína e gordura igual ou superior 0.03 %; vida produtiva igual ou maior que 2.6; ligamento central igual ou superior a 0.8; positivo para composto de úbere igual ou superior 1.30; positivo para JPI igual ou superior a 100; positivo igual ou superior a 0.5 para altura do úbere posterior; positivo igual ou superior em 0.5 para largura do úbere posterior; apresentar provas na base americana ou equivalente Interbull a partir de Abril / 13	DS	3.000,00	SEMEX	0,0000	12,00	36.000,00

Total do Participante -----> 36.000,00

Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades	PCT	200,00	BOCI GAINÉ	0,0000	9,50	1.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 14/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 30/2013
 Data do Processo: 23/05/2013

Folha: 2/3

Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	doses de sêmen bovino da raça Holandesa com as características mínimas: PTA leite igual ou superior a 700 libras positivas; repetibilidade igual ou maior de 90 % ; gordura igual ou superior a 15 libras; proteína igual ou superior 15 libras células somáticas igual ou abaixo de 2,70; vida produtiva igual ou acima 2,5; estatura igual ou acima de 1,00; caracterização leiteira igual ou acima de 1,50; PTA tipo igual ou acima de 2,0; TPI igual ou superior a 1.800; composto de úbere igual ou acima de 2,0; composto de pernas e pés igual ou acima de 1,00; positivo para altura do úbere posterior igual ou acima de 2,50; positivo para largura de úbere posterior igual ou acima de 2,00; ligamento central igual ou acima de 2,70 ; ângulo de casco igual ou acima de 1,00; facilidade de parto do touro igual ou abaixo de 7 % As empresas deverão comprovar os dados através de provas oficiais na base americana ou equivalente Interbull a partir de Abril de 2013	DS	3.000,00	ZODIAC	0,0000	12,45	37.350,00
6	doses de sêmen da Raça Gir Leiteiro que tenha pai provado pela ABCZ com prova igual ou superior a 850 kg; avó materna com produção igual ou superior a 9.500 kg; que tenha na linha materna sangue de Benfeitor da Calciolandia	DS	600,00	JUTAI	0,0000	11,35	6.810,00
8	doses de sêmen da Raça Red Angus , com as seguintes características mínimas na prova da associação canadense de angus, que apresente baixo peso ao nascer igual ou menor que 0,00; desmama aos 205 dias igual ou maior que 41 lb ; peso aos 365 dias igual ou maior 80 lb ; com índice maternal total (HMT) igual ou maior que 38 lb; espessura de gordura (EGS) igual ou maior que +0.010 ; perímetro torácico igual ou acima de 240 cm.	DS	200,00	BIG WIND	0,0000	11,45	2.290,00

Total do Participante -----> 48.350,00

Participante: 8717 - NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial, caixa com 25 unidades	CX	300,00	NITRISEMEN	0,0000	5,35	1.605,00
3	NITROGÊNIO LÍQUIDO	L	1.000,00	NITROVET	0,0000	1,20	1.200,00

Total do Participante -----> 2.805,00

Participante: 8983 - EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Doses de semen para bovino de corte da raça NELORE, da linhagem Karvadi	DS	200,00	RIVELINO	0,0000	6,00	1.200,00

Total do Participante -----> 1.200,00

Total Geral -----> 88.355,00


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMCNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 14/2013 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 30/2013
Data do Processo: 23/05/2013

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 10 de Junho de 2013

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

Extrato de Contrato N° 45/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público N° 45/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 5/2013, Processo de Licitação n° 37/2013, homologado em 12 de junho de 2013.

Objeto: serviços de telecomunicações, para acesso à telefonia fixa, com licença emitida pela ANATEL de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC, com equipamentos homologados pela Anatel, DDR/Digitronco com 30 canais 50 ramais 7.000 minutos com Franquia de Longa Distância Nacional - LDN em minutos; para uso dos órgãos da Administração Municipal de Ipumirim.

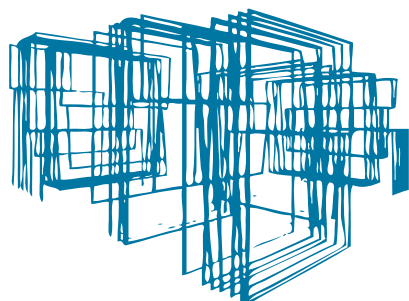
Valor: R\$ 20.787,72 (Vinte Mil Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Setenta e Dois Centavos)

Assinatura: 12/06/2013 Vigência: 12/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: OI S/A., situada na RUA DO LAVRADIO, N° 71, Bairro CENTRO, cidade de Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 76.535.764/0001-43.

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo de Homologação do PL 15, DI 3-2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2013 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2013 Data do Processo: 07/06/2013
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2013
- b) Licitação Nr.: 3/2013-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 07/06/2013
- e) Objeto da Licitação aquisição de medicamentos destinado ao atendimento à população.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

DIMASTER COMERCIO DE PROD.HOSPIT.LTDA (6232)

1	Atenolol 25mg - comp.	Comp	1.008,00	0,0000	0,02	20,16
2	NIMESULIDA 50 MG/ML GOTAS- 15ML	FR	100,00	0,0000	0,61	61,00
3	Omeprazol 20mg - comprimido	UN	20.160,00	0,0000	0,043	866,88
4	Acebrofilina xarope adulto 120 ml	V	250,00	0,0000	3,30	825,00
5	Azitromicina 40 mg/ml susp. 900 mg 22,5 ml	FR	50,00	0,0000	3,84	192,00
6	glimepirida 4mg-comp.	UN	1.050,00	0,0000	0,14	147,00
7	Sulfadiazina prata creme 30g 1%	Bis	50,00	0,0000	2,80	140,00
8	Amoxicilina 250mg/5mg frasco 150ml	FR	50,00	0,0000	2,95	147,50
9	Paracetamol 300 mg+carispradol 125mg+diclofenaco 50mg+c	Comp	20.100,00	0,0000	0,13	2.613,00
10	Cimetidina 200 mg comprimidos	UN	1.800,00	0,0000	0,054	97,20
11	Lorazepan 2mg (genérico)	Comp	4.000,00	0,0000	0,05	200,00

Total do Fornecedor: 5.309,74**Total Geral: 5.309,74**

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 3/2013 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 15/2013
Data do Processo: 07/06/2013

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Termo de Homologação do PL 16, DI 4-2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2013 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2013 Data do Processo: 07/06/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2013
- b) Licitação Nr.: 4/2013-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 07/06/2013
- e) Objeto da Licitação aquisição de medicamentos destinado ao atendimento á população.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

1	Metildopa 250 mg comprimidos	UN	1.000,00	0,0000	0,146	146,00
2	Anlodipino 10mg-comprimido	Comp	2.000,00	0,0000	0,051	102,00
3	Brometo N-butilescopolamina+ dipirona 10mg/2	Comp	2.000,00	0,0000	0,176	352,00
4	ANLODIPINO 05 MG	Comp	2.000,00	0,0000	0,028	56,00
5	Dimenidrinato 50mg/ml + pirodoxina 10mg/ml- genérico	Comp	1.000,00	0,0000	0,257	257,00
Total do Fornecedor:						913,00
Total Geral:						913,00

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Termo de Homologação do PL 30, PP 14-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2013 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2013 Data do Processo: 23/05/2013
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2013
b) Licitação Nr.: 14/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/06/2013
e) Objeto da Licitação registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (8399)

1 bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades - Marca: BOCI GAINE	PCT	200,00	0,0000	9,50	1.900,00
4 doses de sêmen bovino da raça Holandesa com as características mínimas: PTA leite igual ou superior a 700 libras positivas; repetibilidade igual ou maior de 90 % ; gordura igual ou superior a 15 libras; proteína igual ou superior 15 libras células somáticas igual ou abaixo de 2,70; vida produtiva igual ou acima 2,5; estatura igual ou acima de 1.00; caracterização leiteira igual ou acima de 1,50; PTA tipo igual ou acima de 2.0; TPI igual ou superior a 1.800; composto de úbere igual ou acima de 2.0; composto de pernas e pés igual ou acima de 1.00; positivo para altura do úbere posterior igual ou acima de 2.50; positivo para largura de úbere posterior igual ou acima de 2.00; ligamento central igual ou acima de 2.70 ; ângulo de casco igual ou acima de 1.00; facilidade de parto do touro igual ou abaixo de 7 % As empresas deverão comprovar os dados através de provas oficiais na base americana ou equivalente Interbull a partir de Abril de 2013 - Marca: ZODIAC	DS	3.000,00	0,0000	12,45	37.350,00

Ipumirim, 11 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 14/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 30/2013
 Data do Processo: 23/05/2013

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (8399)

6 doses de sêmen da Raça Gir Leiteiro que tenha pai provado pela ABCZ com prova igual ou superior a 850 kg; avó materna com produção igual ou superior a 9.500 kg; que tenha na linha materna sangue de Benfeitor da Calciolandia - Marca: JUTAI	DS	600,00	0,0000	11,35	6.810,00
8 doses de sêmen da Raça Red Angus , com as seguintes características mínimas na prova da associação canadense de angus, que apresente baixo peso ao nascer igual ou menor que 0,00; desmama aos 205 dias igual ou maior que 41 lb ; peso aos 365 dias igual ou maior 80 lb ; com índice maternal total (HMT) igual ou maior que 38 lb; espessura de gordura (EGS) igual ou maior que +0.010 ; perímetro torácico igual ou acima de 240 cm. - Marca: BIG WIND	DS	200,00	0,0000	11,45	2.290,00

Total do Fornecedor: 48.350,00
EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP (8983)

7 Doses de semen para bovino de corte da raça NELORE, da linhagem Karvadi - Marca: RIVELINO	DS	200,00	0,0000	6,00	1.200,00
---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 1.200,00
NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA (8717)

2 luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial, caixa com 25 unidades - Marca: NITRISEMEN	CX	300,00	0,0000	5,35	1.605,00
3 NITROGÊNIO LÍQUIDO - Marca: NITROVET	L	1.000,00	0,0000	1,20	1.200,00

Total do Fornecedor: 2.805,00

Ipumirim, 11 de Junho de 2013.

 Valdir Zanella
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 14/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 30/2013
Data do Processo: 23/05/2013

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SEMEX DO BRASIL LTDA (7705)**

5 doses de sêmen bovino da Raça Jersey com as seguintes características mínimas: Pta leite igual ou superior a 550 libras; repetibilidade igual ou superior a 66 %; células somáticas igual ou abaixo 3.00; gordura igual ou superior a 30 libras; proteína igual ou superior a 25 libras; positivo na porcentagem de desvio padrão para proteína e gordura igual ou superior 0.03 %; vida produtiva igual ou maior que 2.6; ligamento central igual ou superior a 0.8; positivo para composto de úbere igual ou superior 1.30; positivo para JPI igual ou superior a 100; positivo igual ou superior a 0.5 para altura do úbere posterior; positivo igual ou superior em 0.5 para largura do úbere posterior; apresentar provas na base americana ou equivalente Interbull a partir de Abril / 13 - Marca: SEMEX	DS	3.000,00	0,0000	12,00	36.000,00
---	----	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 36.000,00**Total Geral: 88.355,00**

Ipumirim, 11 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 34, II 2-2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2013 - IL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2013 Data do Processo: 07/06/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2013
- b) Licitação Nr.: 2/2013-IL
- c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
- d) Data Homologação: 07/06/2013
- e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FERTIMAX INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (9531)

1	Inseminação Artificial de Bovinos	SER	1,00	0,0000	10,00	10,00
Total do Fornecedor:						10,00
Total Geral:						10,00

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 35, II 3-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2013 - IL
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 35/2013 Data do Processo: 07/06/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2013
- b) Licitação Nr.: 3/2013-IL
- c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
- d) Data Homologação: 07/06/2013
- e) Objeto da Licitação Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

OZERCINDO DE ALMEIDA LINS ME (9541)

1	Inseminação Artificial de Bovinos	SER	1,00	0,0000	10,00	10,00
Total do Fornecedor:						10,00
Total Geral:						10,00

Ipumirim, 7 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 36, II 4-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2013 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2013 Data do Processo: 11/06/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2013
b) Licitação Nr.: 4/2013-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 11/06/2013
e) Objeto da Licitação: Serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitida pela Anatel, com equipamentos homologados pela Anatel, fornecimento de 01(um)Link Dedicado de IP Connect com velocidade de 4 Mbps com 8 IPs fixos com modem/roteador compatível com o link e homologado pela Anatel, com fornecimento da rede de acesso em cabo metálico ou em fibra óptica, contar com no mínimo 2(dois) backbones um de rede de transporte nacional e um internacional.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

O I S.A. (9057)

1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitida pela Anatel, com equipamentos homologados pela Anatel, fornecimento de 01 (um) Link Dedicado de IP Connect com velocidade de 4 Mbps com 8 IPs fixos com modem/roteador compatível com o link e homologado pela Anatel, com fornecimento da rede de acesso em cabo metálico ou em fibra óptica, contar com no mínimo 2 (dois) backbones um de rede de transporte nacional e um internacional.	SER	12,00	0,0000	1.847,68	22.172,16
---	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 22.172,16

Total Geral: 22.172,16

Ipumirim, 11 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 37, II 5-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2013 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2013 Data do Processo: 12/06/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 37/2013
b) Licitação Nr.: 5/2013-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 12/06/2013
e) Objeto da Licitação: serviços de telecomunicações, para acesso à telefonia fixa, com licença emitida pela ANATEL de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC, com equipamentos homologados pela Anatel, DDR/Digitronco com 30 canais 50 ramais 7.000 minutos com Franquia de Longa Distância Nacional - LDN em minutos; para uso dos órgãos da Administração Municipal de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

O.I.S.A. (9057)

1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações, para acesso à telefonia fixa, com licença emitida pela ANATEL de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC, com equipamentos homologados pela Anatel, DDR/Digitronco com 30 canais 50 ramais 7.000 minutos com Franquia de Longa Distância Nacional - LDN em minutos.	SER	12,00	0,0000	1.732,31	20.787,72
---	--	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 20.787,72

Total Geral: 20.787,72

Ipumirim, 12 de Junho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato N° 44/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público N° 44/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 4/2013, Processo de Licitação n° 36/2013, homologado em 11 de junho de 2013.

Objeto: serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitida pela Anatel, com equipamentos homologados pela Anatel, fornecimento de 01 (um) Link Dedicado de IP Connect com velocidade de 4 Mbps com 8 IPs fixos com modem/roteador compatível com o link e homologado pela Anatel, com fornecimento da rede de acesso em cabo metálico ou em fibra óptica, contar com no mínimo 2 (dois) backbones um de rede de transporte nacional e um internacional.

Valor: R\$ 22.172,16 (Vinte e Dois Mil Cento e Setenta e Dois Reais e Dezesseis Centavos)

Assinatura: 11/06/2013 Vigência: 11/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: OI S/A., situada na RUA DO LAVRADIO, N° 71, Bairro CENTRO, cidade de Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 76.535.764/0001-43.

Irineópolis

PREFEITURA

Resolução N° 002/2013

RESOLUÇÃO N° 002/2013.

"APROVA O PROTOCOLO DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS."

GISELI KEMPINSKI, Secretária Municipal de Saúde de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela inciso VII, do artigo 105 da Lei Complementar n° 07/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1° Fica aprovado o protocolo de Regulação elaborado pela Secretaria de Saúde do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, composto dos seguintes volumes impressos: Unidade Sanitária, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde do Idoso, Hipertensão e Diabetes Mellitus.

Art. 2° O descumprimento do mesmo enseja penalidade administrativa de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 10 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Processo Licitatório 35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 28 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando o Fretamento do 04 (quatro) Ônibus para transporte de passageiros, por quilometro rodado, conforme a necessidade. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 13 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Contrato N.º 14/2013 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO N.º. 14/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: ASK MONITORAMENTO Ltda

Objeto: Contrato de Locação de Equipamento com pacto adjeto de prestação de serviços de instalação, manutenção e monitoramento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa ASK Monitoramento Ltda.

Valor: R\$ 6.660,00 (seis mil, seiscentos e sessenta reais).

Vigência - 11.06.2013 a 10.06.2016

Base Legal - Lei n° 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação

Processo n° 19/2013, Pregão Presencial n° 16/2013. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de alimentação (marmitas/almoços) para os profissionais que atuam nas Unidades Sanitárias dos PSF's, SAMU, bem como, para pacientes do CAPS, através da SMS. Entrega dos envelopes: Até às 14:15 horas do dia 28 de junho de 2013; Abertura dos envelopes: às 14:30 horas do dia 28 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234. Fone 047 3652 1787.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto N° 107, de 14 de Junho de 2013.

DECRETO N° 107, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Delega atribuições ao Chefe de Gabinete do Prefeito.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta :

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Chefe de Gabinete do Prefeito Alberto Lengert, matrícula nº 14600-03 para, no período de 17 e 18 de junho de 2013 efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor pessoal, contábil, financeiro e administrativo desta Prefeitura Municipal no que couber e previstas pelos incisos XII, XXII, XXIII e XXV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga - SC.

§ 1º A delegação de atribuições é em decorrência da viagem do Prefeito Municipal a Florianópolis para participar de audiências com os técnicos da FUNASA buscando a liberação do projeto do Sistema de Tratamento de Esgotamento Sanitário.

§ 2º Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 14 de junho 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto N° 106, de 13 de Junho de 2013.

DECRETO N° 106, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

- Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 13 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA

REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2013 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde desta municipalidade.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 07:45 do dia 27/06/2013.

Início da Sessão: dia 27/06/2013, às 08:00, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714.

Itapiranga - SC, 11 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Adm. FMS

Extrato do Contrato N° 93/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 93/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e EDIANE WEIS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhuma

VIGÊNCIA: 12/06/2013 até 01/08/2013

Itapiranga - SC. 12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 94/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 94/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e RAFAELA THUMS EBERLING.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência: Nenhuma

VIGÊNCIA: 12/06/2013 até 04/07/2013

Itapiranga - SC.12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 95/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 95/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LUCIMAR TERESINHA SCALON.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Altera a Carga Horária de 20 horas para 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 04/02/2013 até 13/12/2013

Itapiranga - SC.12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 96/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 96/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LUCIANA FREITAG.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Altera o prazo de vigência do contrato n° 77/2013/RH, de 13/06/2013 para 11/09/2013, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 13/06/2013 até 11/09/2013

Itapiranga - SC.12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Registro de Preço N° 32/2013 Pregão Presencial N° 08/2013-Registro de Preços N° 08/2013-Processo N° 26/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 32/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OILSON ZAGONEL E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob n° 82.160.946/0001-80 e Inscrição Estadual: 252037782, com sede à Rua Ludovico, n° 519, Balneário Itapoá, CEP: 89.249-000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. OILSON ZAGONEL, portador do CNPF/MF n° 854.044.549-20 e do CI.RG n° 2/R-3.132.462-SSP/SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2013-REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2013-PROCESSO N° 26/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital

VALOR R\$: 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/06/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de junho de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço N° 33/2013 : Pregão Presencial N° 08/2013-Registro de Preços N° 08/2013-Processo N° 26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 33/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LMC TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 11.817.052/0001-71 e Inscrição Estadual: 256554129, com sede à Rua: Amambai, n° 119, Praia das Palmeiras, CEP: 89249000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. CRISTIANO GOLL, portador do CNPF/MF n° 032.931.529-37 e do CI.RG n° 4.113.410-SSP/SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2013-REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2013-PROCESSO N° 26/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital

VALOR R\$: 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/06/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Ata do Pregão Presencial N° 017/2013, Processo Licitatório N° 043/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 043/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 11/06/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO e ISABELA RAICIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, juntamente com o apoio da Dra. Sybelle Leichsering para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 017/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA COMPOR A ESTRUTURAÇÃO DO PLENARIO DA NOVA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPOA/SC, CONFORME PROJETO BASICO, ART, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

SUPRIMOVEIS LTDA. EPP
AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME
ESCOBRINQ LTDA EPP
M.MOBILE EIRELI
IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
MM SAO JOSE LTDA-ME
PAPELARIA COPIATIC LTDA
JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME

Representantes (Credenciados)

ANDERSON SANTOS FARIA
JARDEL LUIZ DA LUZ
ANDRE FELIX MAES CORDEIRO
JONAS TODT
JESSICA MUELLER
ANDERSON MENELLI

Desclassificada item 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3

Desclassificada item 5.6.1

Desclassificada item 5.6.1

Desclassificada item 5.6.1

Nesta fase verificou-se desclassificadas as empresas MM SAO JOSE LTDA-ME, PAPELARIA COPIATIC LTDA e JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME visto que não fizeram-se representadas na sessão pública e deixaram de apresentar o terceiro envelope em conformidade com o item 5.6.1 do edital. Na sequência foi observado que a empresa 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME protocolou envelopes com 22 (vinte e dois) minutos de atraso do horário estipulado no edital, entretanto já havendo três empresas desclassificadas, a Pregoeira decidiu por aceitar os envelopes da referida empresa almejando ampliar a disputa em prol da obtenção do menor preço para o município. Passando à análise dos

documentos de credenciamento foi constatado que a empresa PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME credenciou seu representante através de procuração assinada por individuo diverso daqueles constantes no contrato social, sem juntar procuração que demonstrasse o vínculo do presumido outorgante com a referida empresa, portanto não foi possível credenciar o representante presente. Como todas as declarações exigidas no edital estavam assinadas pelo representante presente, o qual entendeu-se não credenciado, a empresa PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME foi desclassificada para o certame. A documentação das demais empresas foi achada conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas verificou-se completa, ou seja, em conformidade com o edital, apenas a proposta da empresa AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA. As demais empresas apresentaram suas propostas com informações faltantes tais quais:

SUPRIMOVEIS LTDA. EPP Itens 3, 4, 6, 7, 7.3 e 7.4 do Anexo V do Edital.

3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

Itens 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 7.3 do Anexo V do Edital.

ESCOBRINQ LTDA EPP Itens 3, 4, 6, 7 (incompleto) do Anexo V do Edital.

M.MOBILE EIRELI Itens 3, 4, 6, 7 (incompleto) do Anexo V do Edital.

IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME Itens 3, 4 e 6 do Anexo V do Edital.

Novamente, objetivando ampliar a disputa em prol do princípio da economicidade foi realizada diligência com apoio dos advogados Dr. Leandro Machado e Dra. Sybelle Leichsering. Ao proceder análise das informações constantes no Anexo V do Edital foram destacadas aquelas relevantes, entendendo por fim, que era essencial o atendimento do item 7.3 o qual trata da indicação de assistência técnica e que a declaração de cumprimento de todos os itens e especificações constantes no edital e seus anexos, no item 7.4, é suficiente para suprir as demais informações. Assim restaram desclassificadas apenas as empresas SUPRIMOVEIS LTDA. EPP (faltante os itens 7.3 e 7.4) e 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME (faltante o item 7.3). Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance
1	ESCOBRINQ LTDA EPP	69.700,0000
2	IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	23.750,0000

Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa ESCOBRINQ LTDA EPP deixou de apresentar a documentação exigida na alínea "h.1" do edital e que a empresa IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME apresentou a declaração exigida no item 6.7.1 em desconformidade com o edital que exigia que a mesma fosse emitida pelo responsável técnico da empresa (engenheiro de segurança do trabalho ou arquiteto), portanto foram consideradas INABILITADAS para o certame. Assim sendo verificou-se que a empresa AJA COMERCIO DE MOVEIS

LTDA classificou-se na fase de lances como segunda colocada com o lance de R\$ 69.800,00 (sessenta e nove mil e oitocentos reais) para o lote 1 e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para o lote 2. A Pregoeira portanto, negociou com o representante da empresa AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA para que o mesmo aproximasse seu preço daqueles propostos pelas empresas inabilitadas anteriormente, visto que o objetivo é alcançar o menor preço para o município. O representante portanto chegou aos devidos valores:

Itens	Vencedor	Valor Negociado
1	AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA	69.700,0000
2	AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA	23.700,0000

Após negociado o menor preço foi aberto o envelope de habilitação da empresa AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, constatando-se que a mesma também apresentou a declaração exigida no item 6.7.1 em desconformidade com o edital que exigia que a mesma fosse emitida pelo responsável técnico da empresa (engenheiro de segurança do trabalho ou arquiteto), portanto também foi considerada INABILITADA para o certame. Diante de tal situação, tornou-se inviável consultar o representante da terceira empresa classificada M.MOBILE EIRELI, que tinha ofertado seu ultimo lance para o lote nº 01 em R\$ 72.500,00 (diferença de R\$ 2.800,00) do valor alcançado, e para o lote nº 02 o valor de R\$ 29.400,00 (diferença de R\$ 5.650,00), vez que a representante já havia se retirado da sessão, impossibilitando a negociação do menor preço, e havia declinado seu lance quando o valor ainda estava muito superior ao das empresas citadas acima com prejuízo ao Município de R\$ 8.450,00. Desta forma frente à ausência da representante a sessão foi suspensa pois já aproximava-se o horário das 13h50min, encerrando o horário de expediente da Prefeitura às 14h:00min, marcada nova sessão para o dia 14/06/2013 às 10h:00min, para que os licitantes que se assim quiserem manifestassem em ata seu direito de recurso. Na data de 14/06/2013 às 10h:00min foi reaberta a sessão e a Pregoeira advertiu o licitante presente que se acaso perturbação da ordem, impedimento, enquadrará os licitantes nos termos do "Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.", ou se até os mesmos agirem com ameaça desobediência e desacato serão enquadrados nos termos do art. 330 e 331 do Código Penal que assim rege: " Desobediência - Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa "Desacato - Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa". Aberta para manifestação de recurso ao único representante presente da empresa ESCOBRINQ LTDA EPP por seu representante legal JONAS TODT, alega que deveria se habilitado por seu alvará de locação e funcionamento está atrelado ao alvará sanitário o qual encontrava dentro do prazo de validade, porém como exigia edital, necessário: " h)Alvará de Funcionamento, da sede da empresa licitante; h.1) Caso não conste nenhuma validade no corpo do Alvará de Funcionamento, por não prever tal situação a Lei Municipal de origem da licitante, ou caso a legislação Municipal preveja situação diversa no que é pertinente à validade do respectivo documento, a empresa deverá demonstrar que o Alvará apresentado está válido em seu município de origem, por meio de declaração do Setor correspondente ou apresentação de legislação específica do município/sede da licitante. Após análise técnica dos apontamentos efetuados, a Pregoeira oficial do Município diante de tantos fatores assinalados no decorrer do processo opina e entende por bem anular ou revogar o certame nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 para efetiva readequação do instrumento convocatório, em respeito ao princípio da igualdade, da isonomia, e da competitividade, para se seja resguardado todos os direitos dos licitantes que se sentiram prejudicados com a mau entendimento do edital, o que o faz nos termos da clausula nº 15.10, 15.12, das disposições gerais do edital de licitação em

epigrafe, com observância também Art. 49. § 3o, porém nesta toada alega que após a fase recursal remeterá o processo para Departamento de jurídico desta Municipalidade para que em Parecer embase a decisão final do Sr. Prefeito Municipal e no seu entendimento tome as devidas providencias, sendo revogar, anular ou decida por manter o edital de licitação pública nos termos que resguarde o interesse público. O representante credenciado manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica aberto o prazo de direito de recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e encerrada esta Ata às 10:30min..

Itapoá, 14/06/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
ISABELA RAICK DUTRA POHL

Apoio
SYBELLE LEICHSERING

Assinantes
Representantes Assinatura
AJA COMERCIO DE MOVEIS LTDA

ESCOBRINQ LTDA EPP

M.MOBILE EIRELI

IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Edital de Pregão Presencial N° 23/2013 Registro de Preços N° 16/2013 Processo N° 59/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2013
REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2013
PROCESSO N° 59/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal N° 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar N° 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 28/06/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de toner e cartuchos originais para atender à demanda de impressões da Secretaria de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 13 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Extrato do Contrato N°42/2013 Pregão Presencial N° 18/2013 - Processo N° 46/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO N°42/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Empresa VOLKSWAGEM DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, com sede á Estrada Marginal da Via Anchieta, Km 25,5 - Ala 17, demarchi, na cidade de São Bernardo do Campo/SP CEP: 09823-901, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 59.104.422/0001-50 e Inscrição Estadual n° 635014699111, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. FELIPE DOS SANTOS, portador do CNPF/MF n° 033.304.719-21 e do CL.RG n° 5936438

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2013 - PROCESSO N° 46/2013.

Objeto: Aquisição de veículo tipo camionete, para compor a frota municipal em atendimento a Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações abaixo descritas

VALOR: R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais.).

DATA DA ASSINATURA: 10/05/2013.

PRazo DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2013. A disponibilidade dos objetos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde, devendo ser entregues em 45(quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Errata Extrato TP 2/2013/FMS - PL 28/2013/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
AVISO DE ERRATA DE EXTRATO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 28/2013/FMS
TOMADA DE PREÇOS N° 2/2013/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a ERRATA ao Extrato do Edital de Tomada de Preços N° 2/2013/FMS, publicado no DOM em 12/06/2013, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.":

1) No referido extrato FICA SUPRIMIDO o seguinte texto:
"O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo".

As demais disposições do extrato permanecem inalteradas.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Prefeito

MARCOS WEISS
Gestor do FMS

Extrato PL 29/2013/FMS - PP 24/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2013/FMS
PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2013/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem das Unidades de Saúde (ESF's) do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 03/07/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 03/07/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Aditivo Contrato 002/2013 PMJ TA 01

CONTRATO N° 002/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o n° 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 75.306.829/0001-16, estabelecida na RUA SANTOS DUMONT, 564, Bairro CENTRO, no Município de HERVAL D'OESTE-SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SERGIO ANTONIO DURIGON, portador da Carteira de Identidade n° 657.432 e CPF n° 250.325.429-20, residente e domiciliado na LINHA ENTRE RIOS, na cidade de ALTO BELA VISTA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato n° 002/2013/PMJ, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação n° 89/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial n° 47/2012/PMJ, homologado no dia 02/01/2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 16.241,00 (dezesesseis mil duzentos e quarenta e sete reais), correspondentes a 24,99% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
36	Açúcar cristal	500	kg	ALTO ALEGRE	2,39	1.195,00
37	Arroz Parboilizado Tipo 01	700	kg	ALFINETE	2,10	1.470,00
38	Farinha de Trigo Especial	900	kg	BEATRIZ	1,70	1.530,00
39	Feijão Preto Tipo 01	200	kg	VO TITA	3,40	680,00
40	Massa com ovos tipo Spaguetti	315	kg	OLIARI	3,60	1.134,00
42	Óleo de Soja	300	lto	COCAMAR	3,85	1.155,00
44	Extrato de tomate - lata de 870 gramas	200	lta	INCOTRIL	5,80	1.160,00
45	Fermento em pó - 250 gramas	150	lta	OCKTER-FERMAIS	4,65	697,50
46	Amido de Milho	100	kg	APTI	4,50	450,00
47	Sal Refinado	150	kg	BAGIO	1,30	195,00
49	Fermento seco para pão -500 gramas	100	pct	FERMAIS-BONOPAN	10,80	1.080,00
59	Café em pó	100	kg	ODEBRECHE	15,20	1.520,00
60	Chocolate em pó	250	kg	APTI	6,50	1.625,00
62	Farinha Integral	615	kg	BEATRIZ	2,30	1.414,50
65	Saco plástico - 10 kg	100	rlo	MEGA	5,50	550,00
66	Saco plástico - 1 kg	100	rlo	MEGA	3,85	385,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.083 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.098 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.051 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

MERCADO E CONFECCÕES SS DURIGON LTDA

SERGIO ANTONIO DURIGON

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 003/2013/PMJ TA 01

CONTRATO Nº 003/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.786.648/0001-47, estabelecida na AV. CAETANO NATAL BRANCO, 1499, Bairro FREI BRUNO, no Município de JOAÇABA-SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LEONARDO ELIAS FAVARO, portador da Carteira de Identidade nº 3.347.617 e CPF nº 041.278.079-89, residente e domiciliado na AV. SANTA TEREZINHA, 894, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 003/2013/PMJ, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 47/2012/PMJ, homologado no dia 02/01/2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 12.827,16 (doze mil oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), correspondentes a 24,10% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
22	Leite Tipo "C" Pasteurizado	4.234	lto	TIROL	1,74	7.367,16
24	Iogurte 900 ml	1.000	un	TIROL	3,24	3.240,00
25	Queijo tipo mussarela fatiado - embalagem de 150 gr	200	pct	TIROL	3,70	740,00
27	Doce de leite - 900 gr	200	un	TIROL	7,40	1.480,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.083 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.098 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.051 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

LEONARDO ELIAS FAVARO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 005/2013 TA 01

CONTRATO Nº 005/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa GUILHERME BRAGHIROLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.257/0001-27, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 440 SL 2, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA-SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. OLMAR LUIZ BRAGHIROLI, portador da Carteira de Identidade nº 459.992 e CPF nº 294.839.219-53, residente e domiciliado na RUA LUIZ SPECHT, 270, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 005/2013/PMJ, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 47/2012/PMJ, homologado no dia 02/01/2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 8.746,00 (oito mil setecentos e quarenta e seis reais), correspondentes a 23,783% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Banana Tipo Caturra	850	kg		1,00	850,00
2	Laranja Tipo Pera	300	kg		1,05	315,00
3	Batatinha Lavada	300	kg		2,15	645,00
4	Cenoura	300	kg		2,60	780,00
5	Repolho	300	kg		1,65	495,00
6	Beterraba	200	kg		2,10	420,00
9	Moranga Cabutia	200	kg		1,90	380,00
11	Mamão	200	kg		2,96	592,00
12	Chuchu	300	kg		1,60	480,00
13	Tomate Tipo A	400	kg		3,90	1.560,00
16	Brócolis	300	mço		1,85	555,00
19	Cebola	300	kg		2,70	810,00
20	Couve-flor	300	un		2,88	864,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.083 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.098 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.051 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

GUILHERME BRAGHIROLI ME
OLMAR BRAGHIROLI

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 04/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 004/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa SUPERMERCADO RANSAN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.961.723/0001-11, estabelecida(o) na RUA GETULIO VARGAS, 436, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA-SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada(o) pelo Sr. NILSON RANSAN, portador da Carteira de Identidade nº 2.632.250 e CPF nº 828.410.049-53, residente e domiciliado na RUA GETULIO VARGAS, 436, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 004/2013/PMJ, firmado em 02/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 47/2012/PMJ, homologado no dia 02/01/2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 14.344,16 (quatorze mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos), correspondentes a 24,984% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista a aquisição suplementar dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
30	Paleta bovina s/ osso cortada em cubos de 20 gramas (pacote de 1 kg congelado)	522	kg	Ransan	10,19	5.319,18
31	Coxa e sobre coxa de frango congelado	500	kg	Agro-danieli	6,17	3.085,00
34	Carne bovina - patinho (cortada em tiras para strognoff)	200	kg	Ransan	13,99	2.798,00
43	Margarina com sal - 77% lipídios	200	kg	Suprema	7,78	1.556,00
54	Chá de erva doce - caixa com 25 unidades	152	cx	Leao	4,14	629,28
55	Chá Mate - caixa com 25 unidades	200	cx	Leao	2,90	580,00

71	Café torrado e moído especial com selo de pureza da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) - 500 gr	20	pct	Melitta	9,75	195,00
72	Filtro de papel para café - tamanho 103 - 30 un	10	cx	Brigitta	2,44	24,40
73	Açúcar refinado especial - 05 kg	13	pct	Duçula	12,10	157,30

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.083 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.098 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

2.051 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.0.1.060.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

Gabinete do Prefeito

2.020 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

SUPERMERCADO RANSAN LTDA
NILSON RANSAN

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 824/2011 PMJ TA 02
CONTRATO Nº 824/2011/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portador da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliado na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistêmicas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 03 de junho de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor original do contrato fica reajustado em 10,9623% relativos à variação do IGP-DI no período de 01/06/2011 a 30/04/2013, passando o valor total para R\$ 65.911,56 (sessenta e cinco mil novecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais durante a vigência do mesmo, em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor global desta contratação passa a ser de R\$ 184.711,56 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.033 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
229 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de maio de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP
IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONTRATO Nº 824/2011/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portador da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliado na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistêmicas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 03 de junho de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor original do contrato fica reajustado em 10,9623% relativos

à variação do IGP-DI no período de 01/06/2011 a 30/04/2013, passando o valor total para R\$ 65.911,56 (sessenta e cinco mil novecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais durante a vigência do mesmo, em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor global desta contratação passa a ser de R\$ 184.711,56 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.033 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
229 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de maio de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP
IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO Nº 824/2011/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.316/0001-43, estabelecida na AV. CEL. MARCOS KONDER, 1207, Bairro CENTRO, no Município de ITAJAÍ/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IVETE GERALDO, portador da Carteira de Identidade nº 3/C 385.372-1 e CPF nº 714.296.119-87, residente e domiciliado na RUA BRUSQUE, 895, na cidade de ITAJAÍ/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 824/2011/PMJ celebrado em 03/06/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2011/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/PMJ, homologado no dia 03/06/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes,

onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 03 de junho de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor original do contrato fica reajustado em 10,9623% relativos à variação do IGP-DI no período de 01/06/2011 a 30/04/2013, passando o valor total para R\$ 65.911,56 (sessenta e cinco mil novecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais durante a vigência do mesmo, em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação e do reajuste, o valor global desta contratação passa a ser de R\$ 184.711,56 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o custeio das despesas decorrentes da execução do contrato fica incluída a seguinte Dotação Orçamentária:

2.033 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
229 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 29 de maio de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - EPP
IVETE GERALDO

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Errata Contrato 70/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 70/2013/PMJ, publicado no DOM em 07/06/2013.

1) Onde se lê:

"CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: MONEYTRON INFORMATICA LTDA

Leia-se:

"CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 13/06/2013

Lages**PREFEITURA****Dispensa de Licitação 191/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 191/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do VANDERLEI XAVIER, as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 29 de maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 192/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 192/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

- CORAL ENCANTO DA IRMANDADE, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 22 de maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 193/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 193/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de PABLO RICARDO PADILHA CABORDA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 02 de junho de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.

MAURICIO NEVES DE JESUS

Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 194/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 194/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com

o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de ESTANCIA DE TORDILHEIRO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 26 de maio de 2013, às 13.00 hs, e dia 30 de maio de 2013 às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 195/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 195/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de JOVANE CRUZ, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 30 de maio de 2013 às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 196/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 196/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de BANDA EMBALO FANDANGUEIRO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 21 de maio de 2013 às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 197/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 197/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de EXPLOSÃO SERRANA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 19 de maio de 2013 às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 198/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 198/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de ADILSON DE OLIVEIRA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 28 de maio de 2013 às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 199/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 199/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de EXPRUDIU PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - NALDO E BANDA, para as apresentações artísticas no dia 30 de maio de 2013 às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 200.000,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 17 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 200/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 200/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de LIMA NETO E BANDA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 27 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 201/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 201/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da TORRE DO SOL, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 25 de maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 202/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 202/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de ZE MORENO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 27 de maio de 2013, às 10.00 hs, e dia 31 de maio de 2013 às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 204/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 204/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA EMBALO LAGEANO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 23 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 205/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 205/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do XIRU CAMPEIRO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 23 de maio de 2013, às 10.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 206/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 206/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do REGINALDO FARBER E GRUPO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 25 de maio de 2013, às 16.00 hs, e dia 29 de maio de 2013 às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 207/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 207/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do casal ENZO E VALENTINA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 24 de maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 700,00 (Setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 208/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 208/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SWING CAMPEIRO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 21 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 209/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 209/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do EXPLOÇÃO SERRANA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 25 de maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 210/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 210/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do RENATO GOMES, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 22 de maio de 2013, às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 211/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 211/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do PABLO DIAS, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 31 de maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 212/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 212/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do CTG PLANALTO LAGEANO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 21 de maio de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 213/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 213/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SOU DO SUL, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 29 de maio de 2013, às 11.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 214/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 214/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do DILTON LIMA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 02 de junho de 2013, às 14.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 215/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 215/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do ENTREVERO SERRANO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 24 de maio de 2013, às 19.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 216/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 216/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 216/2013, em conformidade com a legislação vigente, para locação emergencial de Luminárias de Sistema de Segurança, para uso durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da empresa Dombroski Sistemas de Segurança, inscrita no CNPJ sob nº 11.643.187/0001-68, com sede à Av. Luiz de Camões, 780 - Lages, SC.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 23 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 23 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 217/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 217/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JOSE AILTON MACEDO CARVALHO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 27 de maio de 2013, às 17.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 218/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 218/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 218/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do HELIO JORGE SANTOS PEREIRA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 30 de maio de 2013, às 15.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 219/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 219/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 218/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GAUDERIOS DO FANDANGO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 01 de JUNHO de 2013, às 12.00 hs e outro à 13:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.300,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 220/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 220/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 220/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do ARISTIDES ROGERIO ALVES RODRIGUES E CONJUNTO, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 02 de JUNHO de 2013, às 14.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 221/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 221/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 220/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MARLUS PEREIRA E GUILHERME GARCIA, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 30 de MAIO de 2013, às 16.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 222/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 220/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO CHOUPANA - H20, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 28/05/2013, às 20.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 223/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 223/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 223/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SHOW DE RAP, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 27/05/2013, às 21:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 224/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 224/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 224/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MARIZA BUNN, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 24/05/2013, às 22:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 225/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 225/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 225/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do DANIEL LUCENA, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 01/06/2013, às 22:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 226/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 226/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 226/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JOÃO PAULO KOMOROWSKI, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 01/06/2013, às 23:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 227/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 227/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 227/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO PLANALTO CAPOEIRA, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 29/05/2013, às 20:30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 228/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 228/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 228/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MOVERE - CENTRO DE DANÇAS, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 26/05/2013, às 16:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 229/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 229/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 229/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MED ORQUESTA E GRUPO DE TEATRO ARREIOS DE VENTO, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 29/05/2013, às 22:00 hs, dia 01/06/2013 às 20:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 230/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 230/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 230/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do STAND UP DO DARCI, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 31/05/2013, às 21:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e Duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.

ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 231/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 231/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 231/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do TEATRO POPULAR DE BONECOS - PRAGA DE MÃE, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 02/06/2013, às 20:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e Duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 233/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 233/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 233/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da ALAM, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 27/05/2013, às 20:00 hs, dia 31/05/2013 às 15:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e Duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 234/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 234/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 234/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SHOW BETO E BADA CASTRO, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 31/05/2013 às 23:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e Duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 235/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 235/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 234/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do SHOW EWERTON DOS ANJOS, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 02/06/2013 às 02:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e Duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,

Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 203/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 203/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 191/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de OS PONCHIANOS, para as apresentações artísticas no RECANTO DO PINHÃO no dia 24 de maio de 2013, às 18.00 hs, e dia 27 de maio de 2013 às 18.00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 232/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 232/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 232/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JOÃO AMORIM, NEGRO DA GAITA E GRUPO, para as apresentações artísticas na ARENA CULTURAL/ENTREVERO DAS ARTES no dia 24/05/2013, às 23:00 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e Quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de maio de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 10 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 038/2013

DECRETO N° 038, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 978, de 12 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	57.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	57.000,00
Função	15	Urbanismo	57.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	57.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	57.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	57.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	57.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	57.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	57.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	57.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			57.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes classificações e valores:

I - Anulação

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	26.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	26.000,00
Função	15	Urbanismo	26.000,00
Sub-Função	452	Urbanismo	26.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	26.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização das Áreas Públicas	26.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	26.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	26.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	26.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	26.000,00		

II - Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Fonte	Código	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	31.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO	31.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de junho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 039/20123

DECRETO N° 039, DE 14 DE JUNHO DE 2013.
"SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A PREFEITA DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	66.812,70
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	66.812,70
Função	12	Educação	66.812,70
Sub-Função	365	Educação Infantil	66.812,70
Programa	0004	Educação é Tudo	66.812,70
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	66.812,70

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	31.080,90
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	31.080,90
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	31.080,90
Fonte de Recurso	0.1.0062.51	Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Equipamento Proinfância	31.080,90
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	35.731,80
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	35.731,80
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	35.731,80
Fonte de Recurso	0.1.0062.52	Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Mobiliário Proinfância	35.731,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	66.812,70		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Excesso de Arrecadação;

Fonte	Código	Valor
Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Equipamento Proinfância	0.1.0062.51	31.080,90
Outros Recursos do FNDE - Infraestrutura Escolar - Mobiliário Proinfância	0.1.0062.52	35.731,80
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	66.812,70	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de Junho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços N° 002/2013 - PMLL

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N° 085/2012
PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E O SUPERMERCADO PLEBANI LTDA ME - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: O SUPERMERCADO PLEBANI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Leonardo Franzen, nº 85, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.704.338/0001-39, neste ato representada pela Senhora CLEIDE MAFFEI PLEBANI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº

220/2013 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 085/2012 - Pregão Presencial nº 073/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 002/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO”.

I - “O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do leite e da água, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor dos produtos, conforme tabela abaixo:”

GRUPO I - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
16	Leite longa vida integral (embalagens de 1 litro).	Languiru	26,88 %	R\$ 2,69
25	Água mineral (20 litros)	Santa Rita	12,81 %	R\$ 6,35

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 002/2013, do Processo de Licitação nº 085/2012, modalidade Pregão Presencial nº 073/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 002/2013.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 13 de junho de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH
MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO

SUPERMERCADO PLEBANI LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 008/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LABORATORIAIS, DESTINADOS AO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2013.

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de equipamentos e materiais laboratoriais, destinados ao laboratório de análises clínicas, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

CENTERLABSC COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA EPP

CNPJ: 08.010.504/0001-02

RUA: FERMINO COSTA, N° 493, BAIRRO CAPOEIRAS, FLORIANÓPOLIS/SC

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICO EIRELI EPP

CNPJ: 05.077.346/0001-01

RUA: TUIUTI, N° 165, BAIRRO CENTRO, RIO DO SUL/SC

J.R. EHLKE & CIA LTDA

CNPJ: 76.730.076/0001-34

AVENIDA JOÃO GUALBERTO, N° 1661, BAIRRO JUEVEVE, CURITIBA/PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições de equipamentos e materiais laboratoriais, destinados ao laboratório de análises clínicas, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 006/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	KIT	08	ACIDO ÚRICO PP ENZIMÁTICO – COLORIMÉTRICO C/ PADRÃO 200 ML (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	47,25	378,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
02	FRASCO	01	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL 10% FRASCO COM 1.000ML	BIOTEC	21,00	21,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
03	UND.	20	ABSORVENTE ADESIVO HIPOALERGÊNICO, PARA USO APÓS COLETA DE SANGUE E/OU INJEÇÕES, COR BEGE, EMBALAGEM BOX C/ 200	CRL	14,00	280,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
04	KIT	05	ALT CINÉTICA –PP C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	40,00	200,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
05	KIT	05	AST CINÉTICA –PP C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	40,00	200,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
06	UND.	01	BANHO MARIA PARA TUBOS, CAPACIDADE PARA 100 TUBOS, 220V, TERMOSTATO DIGITAL PROGRAMÁVEL, TERMÔMETRO DIGITAL, COM ESTANTE PLÁSTICA, TAMPA DE ACRÍLICO TRANSPARENTE E COM TEMPERATURA PROGRAMÁVEL ATÉ 60° C.	DELLTA	800,00	800,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
07	KIT	05	BILIRRUBINA TOTAL – PP METODOLOGIA END POINT C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	42,00	210,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
08	KIT	05	BILIRRUBINA DIRETA - PP METODOLOGIA END POINT C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	42,00	210,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
09	UND.	01	CAIXA TERMICA CAPACIDADE 34L	POWNER	270,00	270,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
10	UND.	05	CALICE CÔNICO 250ML P/ SEDIMENTAÇÃO DE FEZES VIDRO	PLENA	24,00	120,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
11	UND.	04	CANETA CD MARKER-MULTIMARKER (CANETA RETROPROJETOR)	PILOT	6,50	26,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
12	UND.	01	CENTRÍFUGA MACRO, CAPACIDADE PARA 16 TUBOS DE 15ML, ROTAÇÃO ATÉ 4.000RPM, TACÔMETRO E TIMER TIPO MINUTEIRO, VOLTAGEM 220V	CENTRIBIO	1.980,00	1.980,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
13	FRASCO	02	CITRATO – ANTICOAGULANTE FRASCO C/ 20ML	ANALISA	3,68	7,36	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
14	KIT	50	COLESTEROL PP ENZIMÁTICO COLORIMETRICO LIQUIDO COM PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	48,30	2.415,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
15	KIT	05	CK (CREATINA FOSFOQUINASE) CINÉTICA C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	99,00	495,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
16	KIT	05	CKMB (CREATINA QUINASE MASSA) CINÉTICA C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	133,00	665,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
17	FRASCO	02	CONTROLE RH PARA REAGENTES RH-HR MONOCLONAIS	PROTHEMO	19,00	38,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
18	KIT	08	CREATININA CINÉTICA C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	BIOCLIN/MG	30,00	240,00	J.R. EHLKE & CIA LTDA
19	FRASCO	01	DILUENTE HEMOLIZANTE PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS 100ML	RENYLAB	30,00	30,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA

21	FRASCO	02	DETERGENTE DE USO PROFISSIONAL, COM ALTA AÇÃO DESENGRAXANTE E DESINCrustANTE C/ 5.000ML	RIOQUIMICA	70,00	140,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
22	FRASCO	03	EDTA – ANTICOAGULANTE HEMATOLOGIA 20 ML	ANALISA	3,68	11,04	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
23	UND.	02	ESCOVA DE LIMPEZA TUBO PEQUENO (5ML)	PRISLIKA	3,10	6,20	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
24	UND.	02	ESCOVA DE LIMPEZA TUBO MÉDIO (10ML)	PRISLIKA	3,10	6,20	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
25	FRASCO	03	FLUORETO DE SÓDIO – ANTICOAGULANTE GLICOSE 20 ML	ANALISA	3,68	11,04	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
27	KIT	40	GLICOSE PP ENZIMATICA-COLORIMETRICA LIQUIDA C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	37,80	1.512,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
28	KIT	02	GAMA GT CINÉTICA C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	51,45	102,90	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
29	FRASCO	05	HAYEN LIQUIDO 1:200 1000 ML	BIOTEC	43,00	215,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
30	KIT	30	HDL-COLESTEROL PP ENZIMATICO COLORIMÉTRIO C/ PADRÃO, PRECIPITANTE 50 ML (da mesma marca do kit colesterol) - KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	13,13	393,90	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
31	FRASCO	03	HEMOGLOBINA PADRÃO (SISTEMA P/ PADRONIZAÇÃO DA DOSAGEM DE Hb TOTAL PELO MÉTODO DO CIANETO HEMOGLOBINA) FRASCO 30ML	DOLES	30,00	90,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
32	FRASCO	20	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% 1.000ML	WIRATH	18,00	360,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
33	FRASCO	20	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% 1.000ML	WIRATH	10,00	200,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
34	UND.	01	HOMOGENIZADOR DE SANGUE 22 TUBOS 5ML	DELLTA	945,00	945,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
35	KIT	05	LDL-COLESTEROL PP ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	630,00	3.150,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
36	CAIXA	05	LAMINAS PARA MICROSCOPIA NÃO LAPIDADA, LISA, 26X76MM, ESPESSURA 1,0A 1,2 MM CAIXA C/ 50 UNIDADES	KASVI	3,00	15,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
37	CAIXA	10	LAMÍNULA P/ MICROSCOPIA 22x 22 MM C/ 100, ESPESSURA 0,13-0,16MM	KASVI	2,30	23,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
38	CAIXA	01	LAMINAS PARA CONFEÇÃO DE ESFREGAÇO SANGUÍNEO CAIXA C/ 50 UNIDADES	PERFECTA	31,00	31,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
39	UND.	02	MICRO PIPETA C/ DISP MONOCANAL DE VOLUME FIXO 10µL	KASVI	61,00	122,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
40	UND.	01	MICRO PIPETA C/ DISP. MONOCANAL DE VOLUME FIXO 20µL	KASVI	61,00	61,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
41	UND.	02	MICRO PIPETA C/ DISP. MONOCANAL DE VOLUME FIXO 50µL	KASVI	61,00	122,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
42	UND.	02	MICRO PIPETA C/ DISP. MONOCANAL DE VOLUME FIXO 100µL	KASVI	61,00	122,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
43	UND.	02	MICRO PIPETA C/ DISP. MONOCANAL DE VOLUME FIXO 250µL	KASVI	61,00	122,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
44	UND.	02	MICRO PIPETA C/ DISP. MONOCANAL DE VOLUME FIXO 1.000µL	KASVI	61,00	122,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
46	UND.	01	MICROSCÓPIO BINOCULAR, OCULAR DE 10X, OBJETIVAS DE 4X,10X,40X(RETRÁTIL) E 100X (RETRÁTIL E ÓLEO)	LABORIM-PORT	1.020,00	1.020,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
47	FRASCO	01	OLEO PARA MICROSCOPIA, MINERAL COM 100ML	NEW PROV	13,00	13,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA

48	CAIXA	06	PANOTICO CORANTE 3X500ML	NEW PROV	31,95	191,70	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
49	UND.	05	PARASITOFILTRO PARA TAÇAS DE 250 ML C/ 100	DESCARPACK	55,00	275,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
51	PACOTE	15	PONTEIRA PARA MICROPIPETA AMARELA 1/200 C/1.000	CRAL	10,00	150,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
52	PACOTE	10	PONTEIRA PARA MICROPIPETA AZUL 200/1000 UI C/ 1.000	LABORIM-PORT	19,00	190,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
53	PACOTE	10	ROLHA DE BORRACHA N° 02 BRANCA C/ 50	DL	15,00	150,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
54	FRASCO	10	SOLUÇÃO PADRONIZADA DE GLICOSE ULTRA PURA CONTENDO ADITIVOS, FLAVORIZANTE, ACIDULANTE, CORANTE E ESTABILIZANTE, FRASCO DE 200ML CONTENDO 50 GRAMAS DE GLICOSE PARA O TESTE ORAL DE TOLERANCIA A GLICOSE	NEW PROV	5,50	55,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
55	SACHÊ	50	SOLUÇÃO PADRONIZADA DE GLICOSE ULTRA PURA CONTENDO ADITIVOS, FLAVORIZANTE, ACIDULANTE, CORANTE E ESTABILIZANTE. FRASCO COM 300ML CONTENDO 75 GRAMAS DE GLICOSE PARA O TESTE ORAL DE TOLERANCIA A GLICOSE	NEW PROV	4,99	249,50	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
56	SACHÊ	15	SOLUÇÃO PADRONIZADA DE GLICOSE ULTRA PURA CONTENDO ADITIVOS, FLAVORIZANTE, ACIDULANTE, CORANTE E ESTABILIZANTE FRASCO COM 300 ML CONTENDO 100 GRAMAS DE GLICOSE PARA O TESTE ORAL DE TOLERANCIA A GLICOSE	NEW PROV	5,50	82,50	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
57	FRASCO	01	REATIVO DE MEYER UTILIZADO PARA PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	NEW PROV	15,00	15,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
58	FRASCO	02	SORO ANTI-A 10ML	PROTHEMO	18,50	37,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
59	FRASCO	02	SORO ANTI – B 10ML	PROTHEMO	18,50	37,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
60	FRASCO	02	SORO ANTI RH (D) 10ML	PROTHEMO	35,20	70,40	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
61	FRASCO	02	SORO COOMBS ANTI IGG 10 ML	ASEM/SP	31,00	62,00	J.R. EHLKE & CIA LTDA
62	FRASCO	02	SORO ANTI AB 10ML	PROTHEMO	22,20	44,40	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
63	KIT	40	SORO CONTROLE N 5ML P/ BIOQUIMICA	ANALISA	37,00	1.480,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
64	KIT	05	TESTE P/ DIAGNÓSTICO DE GRAVIDEZ (BETA HCG) FITA SORO/URINA C/ 40	WAMA	27,00	135,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
65	CAIXA	05	TIRA REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE 10 PARÂMETROS NA URINA	WAMA	23,00	115,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
66	KIT	40	TRIGLICERÍDEOS PP ENZIMÁTICO-COLORIMÉTRICO C/ PADRÃO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	106,00	4.240,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
67	FRASCO	02	TUBOS CAPILARES PARA MICROHEMATOCRITO VOLUME 80 MICROLITROS C/ 500 CAPILARES S/HEPARINA	PERFECTA	10,00	20,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
68	UND.	20	TUBOS DE FUNDO CÔNICO 16 X 120 MM, EM VIDRO, GRADUAÇÃO EXTERNA VISÍVEL DE 01 A 10 ML (INTERVALO DE 0,1 ML), S/ TAMPA	PELNA	4,10	82,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
69	UND.	50	TUBOS PARA CONGELAMENTO CAPACIDADE 2ML	LABORIM-PORT	102,00	5.100,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
70	UND.	100	TUBOS PARA CONGELAMENTO CAPACIDADE 5ML	CITOPLAST	114,00	11.400,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
71	UND.	08	TURCK LIQUIDO PARA DILUIÇÃO E CONTAGEM DE LEUCÓCITOS EMBALAGEM COM 500 ML	NEW PROV	14,00	112,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA

72	KIT	10	URÉIA PP ENZIMÁTICA-COLORIMETRICA LIQUIDA C/ PADRAO (KIT COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO TP ANALYSER BASIC – THERMO PLATE)	ANALISA	76,00	760,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
75	FRASCO	01	LUGOL FORTE (2%) FRASCO 500ML	NEW PROV	28,00	28,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
76	FRASCO	01	LUGOL FRACO (1%) CORANTE PARA MÉTODO DE GRAM C/500 ML	NEW PROV	11,50	11,50	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
77	CAIXA	30	TUBO DE PLASTICO SECO 16X100MM (10ML), PARA COLETA DE SANGUE À VACUO, CAIXA COM 100 UNIDADES	VACU PLAST	43,00	1.290,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
78	CAIXA	20	TUBO CITRATO DE SÓDIO 13X75MM (2,7ML), PARA COLETA DE SANGUE À VACUO, CAIXA COM 100 UNIDADES	GREINER-BRASIL	49,00	980,00	J.R. EHLKE & CIA LTDA
79	CAIXA	50	TUBO EDTA, 13X 75MM (4ML), PARA COLETA DE SANGUE À VACUO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	VACU PLAST	32,22	1.611,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
80	CAIXA	50	TUBO FLUORETO, 13X75MM (4ML), PARA COLETA À VÁCUO, CAIXA COM 100 UNIDADES	VACU PLAST	38,00	1.900,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
81	CAIXA	30	AGULHAS PARA COLETA MÚLTIPLA À VÁCUO, 25X7 MM (22G1), CAIXA COM 100 UNIDADES	LABORIM-PORT	24,00	720,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
82	CAIXA	10	ESCALPES PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO, 21G/7, CAIXA COM 50	VACU PLAST	16,70	167,00	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA
83	UND.	10	ADAPTADOR PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO, REUTILIZÁVEIS	LBI	0,35	3,50	CENTERLABSC COM. DE PROD. LAB. LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s)/equipamento(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos/equipamentos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/equipamentos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custo comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recurso de Receita de Impostos e Transferência de Impostos

05.01.10.301.0006.2.015 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recurso

de Receita de Impostos e Transferência de Impostos

05.01.10.301.0006.2.016 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0064.71 – Especificidades Regionais

05.01.10.301.0006.2.016 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.8 – PAB FIXO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH
Membro

MAYARA CARLA GUCHERT
Membro

CENTERLABSC COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA
EPP
Empresa Vencedora

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICO EIRELI EPP
Empresa Vencedora

J.R. EHLKE & CIA LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 009/2013 - FMS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2013 - PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA NA LOCALIDADE DE RIO DAS PEDRAS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2013.

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Equipamentos Médico-Hospitalares para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICO EIRELI EPP
CNPJ: 05.077.346/0001-01
RUA: TUIUTI, N° 165, BAIRRO CENTRO, RIO DO SUL/SC

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de Equipamentos Médico-Hospitalares para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 007/2013, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Und.	10	ESCADINHA 2 DEGRAUS EPOXY BRANCA - PISO BORRACHA	LM	65,00	650,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
02	Und.	04	CADEIRA DE METAL/EPOXY BRANCA – 04 PÉS	LM Móveis	110,00	440,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
04	Und.	01	ESTETOSCÓPIO, COM AUSCULTADOR EM ZINCO E HASTES EM ALUMÍNIO	GLICOMED	16,00	16,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
06	Und.	01	MESA GINECOLÓGICA LEITO ESTOFADO - ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO REDONDO; LEITO ESTOFADO; SUPORTE DAS PERNEIRAS CROMADO; GAVETA P/ ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS EM AÇO INOX; PORTA COXAS ESTOFADO; PÉS PROTEGIDOS POR PONTEIRAS PLÁSTICAS; ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; DIMENSÕES: 1,90M COMPRIMENTO X 0,50M LARGURA X 0,85M ALTURA.	LM Móveis	537,50	537,50	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
07	Und.	01	REGUA ANTROPOMÉTRICA MADEIRA 01 METRO	ISP	49,00	98,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
08	Und.	01	MESA AUXILIAR 40X40X80 ESMALTADA C/ RODÍZIOS - COM PONTEIRAS, PÉS TUBULARES DE 3/4" ESMALTADOS COM RODÍZIOS DE 1.5/8", TAMPO, PRATELEIRA ESMALTADA. DIMENSÕES: 0.40M COMP X 0.40M LARG. X 0,80M ALTURA.	LM Móveis	144,00	144,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
10	Und.	01	OTOSCOPIO COM LAMPADA DE XENON HALÓGENA E LENTE GIRATÓRIA COM AUMENTO DE 3 VEZES , ACIONAMENTO ATRAVES DE BOTÃO LIGA E DESLIGA, CABO EM METAL.	MD	440,00	440,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
11	Und.	01	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO FECHO VELCRO	SOLIDOR	52,00	52,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
13	Und.	04	LIXEIRA PARA LIXO COMUM A PEDAL 35 LITROS PLÁSTICO	PLASVALE	150,00	600,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
14	Und.	09	SABONETEIRA COM BOTÃO E RESERVATÓRIO PARA SABONETE COR BRANCA	CLEAN	21,60	194,40	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
15	Und.	09	PORTA PAPEL TOALHA BRANCO PLÁSTICO	CLEAN	24,00	216,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
16	Und.	01	QUADRO DE AVISO – BRANCO 60X90CM	CORTIARTE	75,00	75,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
17	Und.	01	REFLETOR GINECOLÓGICO LUZ FRIA COM RODA E ESPELHO – HASTE FLEXÍVEL.	MEDPEJ	460,00	460,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
19	Und.	02	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO COMPLETO COMUM	DARU	194,00	388,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
20	Und.	01	NEBULIZADOR COMPLETO ULTRASÔNICO	NS	195,00	195,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
21	Und.	01	ESTUFA ESTÉRIL SECAGEM 40 LITROS	ODONTOBRAS	1.100,00	1.100,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
22	Und.	01	AUTOCLAVE HORIZONTAL ANALÓGICA 30 LITROS	STERMAX	2.850,00	2.850,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
23	Und.	01	SUPORTE PARA SORO COM RODÍZIO EM INOX	LM Móveis	143,69	143,69	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
24	Und.	01	SUPORTE COM SACO (HAMPER) ESMALTADO COM RODAS (COLETOR DE ROUPAS)	MACHE	130,00	130,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
25	Und.	01	BALANÇA ADULTO MECANICA ANTROPOMÉTRICA ATÉ 150	WELMY	700,00	700,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
26	Und.	01	BALANÇA ELETRÔNICA INFANTIL COM CADEIRA ERGONÔMICA	WELMY	1.020,00	1.020,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
27	Und.	02	BANDEJA DE INOX 40X28X02CM	FAMI	96,70	193,40	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
28	Und.	01	OXIMETRO DE DEDO PORTÁTIL	ROSMAXX	580,00	580,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA

29	Und.	01	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL VISOR COM CONEXÃO ADULTO/INFANTIL	ROSMAXX	440,00	440,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
30	Und.	03	MESA PARA EXAMES CLÍNICOS, ARMAÇÃO TUBULAR, ESMALTADO, LEITO ACOLCHOADO EM ESPUMA E COURVIM BRANCA, CABECEIRA RECLINÁVEL. DIMENSÕES: 1,80M COMP. X 0,65M LARG. X 0,80M ALTURA.	LM	305,00	915,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
31	Und.	10	PINÇA KELLI RETA 16 CM	ABC	16,50	165,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
32	Und.	10	PINÇA KELLI CURVA 16 CM	ABC	16,60	166,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
33	Und.	20	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 16 CM COM DENTE	ABC	12,00	240,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
34	Und.	20	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 10CM	ABC	6,00	120,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
35	Und.	10	TESOURA RETA 16 CM	CASSIFLEX	10,00	100,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
38	Und.	02	CAIXA TERMICA FABRICADA EM POLIURETANO 45 LITROS	COLEMAN	290,00	580,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
39	Und.	03	CUBA RIM 26X12CM INOX	FAMI	35,00	105,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
40	Und.	02	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO/PRESSÃO EPOXY C/ CONCHA	MACHE	95,00	190,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/equipamentos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus

preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao

contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.016 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0064.08 – PAB Fixo - Superávit

05.01.10.301.0006.2.016 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0064.71 – Compensação das Especificidades Regionais – Superávit

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH
Membro

MAYARA CARLA GUCHERT
Membro

PR PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
Empresa Vencedora

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:
1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 010/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013 – FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013 - FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA, NA LOCALIDADE DE RIO DAS PEDRAS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I.

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida, na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, RIO DO SUL/SC

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI
CNPJ: 05.077.346/0001-01
RUA: TUIUTI, 165, SALA 04, CENTRO, RIO DO SUL/SC
SILME'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP
CNPJ: 04.989.294/0001-87
AVENIDA OSCAR BARCELOS, 380, SALA 02, CENTRO, RIO DO SUL/SC

M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
CNPJ: 05.021.932/0001-34
RUA: SEBASTIÃO FURTADO, 101, CENTRO, LAGES/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida, na localidade de Rio das Pedras, Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2013, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:



www.ciga.sc.gov.br

ITEM	MATERIAL	QT.	UND.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	ALAVANCA TIPO SELDIN, Nº 2, Nº 1L E Nº 1R	04	JG	CASSIFLEX	65,66	262,64	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
02	ALAVANCA TIPO APICAL, Nº 301, Nº 302 E Nº 303	04	JG	CASSIFLEX	65,66	262,64	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
03	APLICADOR DE DYCAL	10	UND	COOPERFLEX	4,40	44,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
04	BRUNIDOR Nº 29	06	UND	COOPERFLEX	4,45	26,70	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
05	BRUNIDOR Nº 33	06	UND	COOPERFLEX	4,40	26,40	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
06	CABO DE ESPELHO COM ESPELHO Nº 5	10	UND	GOLGRAN	5,50	55,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
07	CABO PARA BISTURI Nº 3	06	UND	COOPERFLEX	7,30	43,80	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
08	CALCADOR PAIVA Nº 01	03	UND	COOPERFLEX	4,45	13,35	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
09	CALCADOR PAIVA Nº 02	03	UND	GOLGRAN	4,50	13,50	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
10	CALCADOR PAIVA Nº 03	03	UND	COOPERFLEX	4,45	13,35	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
11	CALCADOR PAIVA Nº 04	03	UND	GOLGRAN	4,50	13,50	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
12	CONDENSADOR 6331 Nº 05	08	UND	TRINKS	4,50	36,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
13	CONDENSADOR HOLLEMBACK Nº 02	06	UND	COOPERFLEX	4,75	28,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
14	CONDENSADOR HOLLEMBACK Nº 03	06	UND	COOPERFLEX	4,75	28,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
15	CONDENSADOR HOLLEMBACK Nº 04	06	UND	COOPERFLEX	4,75	28,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
16	CURETAS GRACEY Nº 13-14	04	UND	CASSIFLEX	11,20	44,80	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
17	CURETAS GRACEY Nº 9-10	04	UND	CASSIFLEX	11,20	44,80	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
18	CURETAS MC CALL Nº 13-14	04	UND	CASSIFLEX	11,20	44,80	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
19	COLGADURA	10	UND	COOPERFLEX	3,90	39,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
20	CURETAS LUCAS Nº 86	04	UND	CASSIFLEX	7,00	28,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
21	DESTACA MOLT SIMPLES	05	UND	COOPERFLEX	28,75	143,75	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
22	ESCAVADORES Nº 14	04	UND	COOPERFLEX	4,99	19,97	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
23	ESCAVADORES Nº 17	04	UND	COOPERFLEX	4,99	19,96	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
24	ESCAVADORES Nº 18	04	UND	COOPERFLEX	4,99	19,96	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
25	ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº 1	10	UND	COOPERFLEX	24,85	248,50	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
26	ESPÁTULA Nº 70	10	UND	COOPERFLEX	6,85	68,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
28	FÓRCEPS INFANTIL	03	JG	COOPERFLEX	660,00	1.980,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
29	FÓRCEPS Nº 69	05	UND	GOLGRAN	40,00	200,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
30	FÓRCEPS Nº 150	04	UND	GOLGRAN	40,00	160,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
31	FÓRCEPS Nº 151	04	UND	GOLGRAN	39,80	159,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
32	FÓRCEPS Nº 16	06	UND	GOLGRAN	40,00	240,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
33	FÓRCEPS Nº 18 R	04	UND	GOLGRAN	39,80	159,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
34	FÓRCEPS Nº 18 L	04	UND	GOLGRAN	40,00	160,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
35	FÓRCEPS Nº 17	04	UND	GOLGRAN	39,80	159,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
36	FÓRCEPS Nº 65	04	UND	GOLGRAN	39,80	159,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
37	GOIVA (ALVEOLÓTOMO)	04	UND	COOPERFLEX	52,00	208,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
38	LIMA PARA OSSO SELDIN Nº 12	04	UND	ABC	27,50	110,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI

39	PORTA AGULHA MATHIEW 14CM	04	UND	COOPERFLEX	38,50	154,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
40	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14CM	04	UND	ABC	21,30	85,20	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
41	PINÇA CLÍNICA	10	UND	COOPERFLEX	7,75	77,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
42	PLACA DE VIDRO 1CM	08	UND	PREVEN	7,30	58,40	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
43	PORTA MATRIZ INOX TOFLEMIRE	08	UND	BRAVO	24,85	198,80	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
44	POSICIONADOR DE RX ADULTO	01	UND	MAQUIRA	56,80	56,80	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
45	POSICIONADOR DE RX INFANTIL	01	UND	MAQUIRA	56,80	56,80	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
46	POTE DAPEN	10	UND	PREVEN	2,05	20,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
47	PORTA GRAMPO PALMER	01	UND	GOLGRAN	43,90	43,90	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
48	PERFURADOR (ALICATE AINSWORTH)	01	UND	COOPERFLEX	49,90	49,90	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
49	PORTA AMALGAMA PVC	08	UND	MAQUIRA	11,50	92,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
50	RÉGUA MILIMETRADA ENDODÔNTICA	08	UND	JON	9,90	79,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
51	SINDESMÓTOMO	06	UND	CASSIFLEX	7,00	42,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
52	SERINGA CARPULE COM REFLUXO	10	UND	COOPERFLEX	34,90	349,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
53	SERINGA DE PLÁSTICA COM EMBOLO DE SILICONE	08	UND	ULTRADENT	9,90	79,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
54	SONDA EXPLORADORA Nº 5	10	UND	COOPERFLEX	4,45	44,50	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
55	SUGADOR ENDODÔNTICA METÁLICO COM PONTAS (KIT DE ASPIRAÇÃO ENDODÔNTICA)	06	KIT	BRAVO	33,90	203,40	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
56	TESOURA IRÍS RETA 11,5 CM	08	UND	GOLGRAN	16,40	131,20	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
57	GRAMPO Nº 14	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
58	GRAMPO Nº 14ª	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
59	GRAMPO Nº 26	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
60	GRAMPO Nº 200	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
61	GRAMPO Nº 201	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S PRISMA COM. DE PROD. ODONT. LTDA PRISMA EPP
62	GRAMPO Nº 202	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. PRISMA DE PROD. ODONT. LTDA EPP
63	GRAMPO Nº 203	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
64	GRAMPO Nº 204	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
65	GRAMPO Nº 205	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
66	GRAMPO Nº 206	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
67	GRAMPO Nº 207	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
68	GRAMPO Nº 208	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
69	GRAMPO Nº 211	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
70	GRAMPO Nº WA	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
71	GRAMPO Nº W14A	02	UND	PRISMA	15,50	31,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP

72	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO: CAPACIDADE 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO OU 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO. TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO RESERVATÓRIO COM TRATAMENTO INTERNO ANTIOXIDANTE; BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; MANGUEIRA DO MOTOR METÁLICA E FLEXÍVEL; DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA PRESSÃO DE SAÍDA DE AR; FILTROS DE ASPIRAÇÃO (ENTRADAS DE AR NO RESERVATÓRIO); REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO; FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA.	01	UND	SHUSTER	2.645,00	2.645,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
73	APARELHO DE RAO X COM COLUNA MOVEL, FREQUENCIA DE REDE 50/60 HZ, VOLTAGEM DO TUBO 70KVP (+-5KV).	01	UND	PROCION	4.725,00	4.725,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
74	BOMBA DE VÁCUO CAPACIDADE PARA ATÉ 02 CONSULTÓRIOS SIMULTANEAMENTE COM FILTRO COLETOR DE DETRITOS NA ENTRADA DA SUÇÃO COM ABERTURA SUPERIOR, EVITANDO O CONTATO COM OS RESÍDUOS; FILTRO DE ENTRADA DE ÁGUA; PROTETOR TÉRMICO INTERMITENTE; MOTOR COM EIXO CENTRAL EM INOX, POTENCIA/MOTOR 1/2CV.	01	UND	SHUSTER	2.650,00	2.650,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
75	AMALGAMADOR APARELHO MISTURADOR DE CAPSULAS DE AMAGAMA PRE DOSIFICADAS, COM PAINEL DIGITAL COM TAMPA PROTETORA RESISTENTE, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, INTERROMPENDO O FUNCIONAMENTO DO APARELHO QUANDO A TAMPA FOR ERGUIDA. POTENCIA DO MOTOR 40W.	01	UND	KONDORTECH	735,00	735,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
76	CADEIRA ODONTOLOGICA (CONJUNTO) COMPOSTA POR: EQUIPO COM 03 PONTAS, SERINGA TRÍPLICE, 02 TERMINAIS BORDEN, BANDEJA INOX. REFLETOR 20.000 LUX ON/OFF NO PEDAL. UNIDADE DE ÁGUA: COM 02 SUGADORES (01 VENTURI E 01 BOMBA À VÁCUO). FOTOPOLIMERIZADOR ACOPLADO NO EQUIPO. 01 MOCHO A GÁS COM 05 RODÍZIOS ENCOSTO AJUSTÁVEL. (EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE INSTALADO).	01	UND	KAVO	9.730,00	9.730,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
77	KIT ACADEMICO COMPOSTO POR: 1 CANETA ALTA ROTAÇÃO (SACA BROCA), 1 MICROMOTOR, 1 CONTRA ÂNGULO E 1 PEÇA RETA.	01	UND	GNATUS	1.400,00	1.400,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
78	CÂMARA PARA REVELAÇÃO	01	UND	ESSENCE DENTAL	160,00	160,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
79	AVENTAL BORRACHA 76X60 0,25MM C/ PROT.	01	UND	N MARTINS	255,00	255,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
80	MOCHO ODONTOLOGICO FÁCIL REGULAGEM DA ALTURA DO ENCOSTO POR ALAVANCA INDEPENDENTE, QUE PERMITE AJUSTE ANATÔMICO, ESTOFAMENTO COM ESPUMA ESPESSA, REVESTIDA EM LAMINADA DE PVC, GARANTIDO MAIOR RESISTÊNCIA E RIGIDEZ, SEM COSTURA E DE FÁCIL ASSEPSIA, SISTEMA A GÁS PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO, BASE COM CINCO COM RODÍZIO.	01	UND	KAVO	545,00	545,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP

81	NEGATOSCOPIO ODONTOLOGICO TELEPANORAMICO: CARACTERISTICAS E VANTAGENS: -PAINEL AMPLO E NIVELADO QUE FACILITA A UTILIZAÇÃO DA RÉGUA PARA O TRAÇADO. PERMITE A FIXAÇÃO NA PAREDE, POSSUI MILIMETRAGEM NO VISOR PARA MEDIÇÃO DO CANAL NO USO ENDODONTICO, LÂMPADA FLUORESCENTE DE 4 WATTS PARA ENDODONTICO E 8 WATTS PARA TELEPANORAMICO. LEVE E DE FÁCIL MANUSEIO, PERMITE 3 POSIÇÕES DE TRABALHO, BI VOLT-LUPA EM CRISTAL COM AUMENTO DE ATÉ 3,5X.	01	UND	VH	223,00	223,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
82	SELADORA DE PEDAL: EQUIPAMENTO PARA SELAGEM DE EMBALAGENS CONTENDO LÍQUIDO OU PRODUTOS QUE NECESSITEM SER MANTIDOS NA POSIÇÃO VERTICAL AO SOLDAR; AQUECIMENTO INSTANTÂNEO; POSSUI TEMPORIZADOR PARA CONTROLE DO TEMPO DE SELAGEM.	01	UND	R BAIÃO	740,00	740,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
83	DESTILADOR DE ÁGUA PARA USO EM AUTOCLAVES DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR OU QUALQUER OUTRA APLICAÇÃO ONDE SEJA NECESSÁRIA A UTILIZAÇÃO DE ÁGUA DESTILADA. NÃO NECESSITA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA; 220V.	01	UND	CRISTOFOLI	614,00	614,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
84	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO (32KHZ); ANALÓGICO; CANETA/TRANSDUTOR DO ULTRASSOM COM CAPA REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL; PERMITE TRABALHOS SEM REFRIGERAÇÃO; AJUSTE SENSÍVEL E PRECISO DA POTÊNCIA DO ULTRASSOM (bx, md/bx,md,Md/at,at); BASE EM ABS. ACOMPANHA O EQUIPAMENTO 02 CAPAS DA CANETA DE ULTRASSOM, 03 TIPS (T1, T2 E T3), 01 CHAVE DE APERTO.	01	UND	SHUSTER	1.700,00	1.700,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
85	BIOMBO COM 1MM EM CHUMBO COM VISOR DE VIDRO PLUMBIFERO.	01	UND	N MARTINS	2.990,00	2.990,00	M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
86	MESA AUXILIAR 40X40X80 C/ RODÍZIO E FERRO	01	UND	LM MÓVEIS	219,00	219,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
87	LIXEIRA 30L C/ PEDAL POLIDA 315X410	01	UND	ART INOX	321,00	321,00	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
88	LIXEIRA INOX C/ PEDAL 10,5L	01	UND	ART INOX	140,00	140,00	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
89	TOALHEIRO INTERFOLHA BRANCO	01	UND	DISPENSERPLAS	36,48	36,48	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
90	SABONETEIRA BRANCA + RESERVATÓRIO 1,5L	01	UND	DISPENSERPLAS	36,48	36,48	SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA EPP
91	ARMÁRIO VITRINE COM 2 PORTAS VIDRO	01	UND	LM MÓVEIS	800,00	800,00	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas



das informações correspondes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se

por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

05.01.10.301.0006 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.71.000000 – Especificidades Regionais

05.01.10.301.0006 2.016.4.4.90.00.00.00.00.00 0.3.0064.08 000000 – PAB FIXO - Superávit

05.01.10.301.0006 2.016.4.4.90.00.00.00.00.00 0.3.0064.71.000000 – Especificidades Regionais - Superávit

05.01.10.301.0006 2.016.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.71.000000 – Especificidades Regionais

05.01.10.301.0006 2.015.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de maio de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH
Membro

MAYARA CARLA GUCHERT
Membro

ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
Empresa Vencedora

PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI
Empresa Vencedora

SILME'S COM. DE PROD. ODONT. LTDA Empresa Vencedora
M.F. DE ALMEIDA E CIA LTDA ME
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:
1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 016/2013 - PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2013, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE PEDREIRO E PINTOR PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2013.

Aos 07 (sete) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes

contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviço de pedreiro e pintor para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 020/2013.

LEOMAR TOMASI 92769691953

CNPJ: 14.565.418/0001-50

RUA: CARLOS GUCKERT, SN, BAIRRO COHAB, LEOBERTO LEAL/SC

SILVONEI PINHEIRO 06661274921

CNPJ: 15.496485/0001-23

RUA: CARLOS GUCKERT, 180, BAIRRO COHAB, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviço de pedreiro e pintor para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 020/2013, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	800	H	MÃO DE OBRA DE PEDREIRO JUNTAMENTE COM SERVENTE, PARA REALIZAR REPAROS NOS PRÉDIOS E VIAS MUNICIPAIS, BEM COMO EXECUÇÃO DE OBRA REALIZADA POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	28,00	22.400,00	LEOMAR TOMASI 92769 691953
2	500	H	MÃO DE OBRA DE PINTOR JUNTAMENTE COM SERVENTE, PARA REALIZAR REPAROS NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS, BEM COMO EXECUÇÃO DE OBRA REALIZADA POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18,00	9.000,00	SILVONEI PINHEIRO 06661 274921

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;

- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Func. Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD- EF

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD- EI

04.01.27.812.0005 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Comissão Municipal de Esportes CME

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S - Recursos Ordinários

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000005 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0008 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0063 - Funcionamento e Manutenção do Programa IGD

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000303 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000305 - Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de maio de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH
MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO

LEOMAR TOMASI 92769691953
EMPRESA VENCEDORA

SILVONEI PINHEIRO 06661274921
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 017/2013 - PMLL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2013 - PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2013, EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TÁXI PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2013.

Aos 07 (sete) dias do mês de maio do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de táxi para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial n° 021/2013.

ADENIR MARTENDAL
CPF: 454.013.909-63

ESTRADA GERAL ARROIO DO RANCHO, SN, BAIRRO ARROIO DO RANCHO, LEOBERTO LEAL/SC

VALÉRIO JÚLIO DE SOUZA
CPF: 379.354.889-91
RUA: PADRE AUGUSTO SCHWIRLING, SN, BAIRRO CENTRO, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de táxi para Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial n° 021/2013, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

LOTE I - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
------	------	-------	-----------	--------------------	-----------------	-------------------

1	15.000	KM	Prestação de serviço de táxi, para a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para atender os casos em que os veículos apresentarem problemas mecânicos e ou em situações de emergência.	1,50	22.500,00	A D E N I R M A R T E N - D A L
---	--------	----	---	------	-----------	---------------------------------------

LOTE II - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	15.000	KM	Prestação de serviço de táxi, para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, para atender os casos em que os veículos apresentarem problemas mecânicos e ou em situações de emergência.	1,50	22.500,00	VALÉRIO JÚLIO DE SOUZA

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de

matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ão) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada

a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02 01 04 122 0002 2002 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito - Recurso Ordinário

03 01 04 122 0003 2003 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração - Recurso Ordinário

05 03 08 244 0007 2021 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.5 - Funcionamento e Manutenção da Assistência Social

05 03 08 244 0008 2038 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

06 01 26 782 0009 2028 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

07 01 20 606 0011 2030 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

04 01 12 361 0004 2008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental - PNATE

04 01 12 361 04 2008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental - PNATE

04 01 12 361 0004 2008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental - FUNDEB

04 01 12 361 0004 2008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental - Recurso Ordinário

04 01 12 365 0004 2009 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil - PNATE

04 01 12 365 0004 2009 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil - Recurso Ordinário

04 01 12 365 0004 2009 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.0 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil - FUNDEB

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de maio de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH
MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO

ADENIR MARTENDAL
VENCEDOR

VALÉRIO JÚLIO DE SOUZA
VENCEDOR

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 40/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013

Pedro Bringhenti - Prefeito Municipal em exercício, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de placas de sinalização e lixeiras, no dia 28 de junho de 2013, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 14 de junho de 2013.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em exercício

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1634

DECRETO Nº 1634 de 07 de junho de 2013.

"SUBSTITUI E NOMEIA MEMBRO DE CONSELHOS E COMISSÃO MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica substituído e nomeado o membro dos CONSELHOS E COMISSÃO MUNICIPAIS abaixo relacionados:

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

I - Representantes do Poder Executivo:

Assessoria de Planejamento:

Titular: MURIEL KIRSCH

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

I - Representantes do Poder Executivo:

Titular: MURIEL KIRSCH

COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Assessorar a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO nas questões de engenharia de tráfego o Engenheiro MURIEL KIRSCH

Art.2º- As demais disposições dos Decretos de nomeação dos referidos Conselhos e Comissão Municipais permanecem inalteradas.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



Decreto 1635

DECRETO Nº 1635 de 13 de junho de 2013.

"NOMEIA O COMITÊ LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam nomeados os representantes a seguir relacionados, para compor o "COMITÊ LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO" do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC):

1. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

REGINA CARIN JACOBY CUREAU - Titular

VALI CAROLINA SPIER - Suplente

2. Representante do Setor Administrativo do Poder Executivo Municipal

ANGELO BRANDALISE JÚNIOR - Titular

MARIA INÊS DALLOLMO - Suplente

3. Representante do Conselho Tutelar

ANDREA FREIBERGER RIBEIRO DA SILVA - Titular

MARLEI SALETE BRESSAN DIESEL - Suplente

4. Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE

CRISTINA KULL - Titular

CLEMENS SALVI KLEIN - Suplente

5. Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

RÉGIS VALTER WEISER - Titular

FERNANDO NAVA - Suplente

6. Representante do Conselho do FUNDEB

CAMILA HARDT TREVISOL - Titular

ADRIANA ELISABETH BIER - Suplente

7. Representante da equipe pedagógica da Escola Municipal São Francisco

ROSELI OTTO MEISTERLIN - Titular

INGRID BUCHWEITZ STOBBE - Suplente

8. Representante da APP da Escola Municipal São Francisco

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA - Titular

SANDRA VIVAN - Suplente

9. Representante de alunos

JÚLIA LAMB VIER - Titular

JOANA DE MELLO ROMA DOS SANTOS - Suplente

10. Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

NEUSA ARENHART - Titular

NILDA DAL VESCO - Suplente

11. Representante do Conselho Municipal de Educação

ANDREA DALLA LANA VIEIRA - Titular

RAFAEL HOFFELDER - Suplente

Art.2º- As funções desempenhadas pelos membros nomeados, caracterizam-se por serviço relevante e de interesse público.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 1496 de 13 de junho de 2012.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

FMS.23 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 23.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CÓRDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, nº 130, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul(SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Bromoprida 05mg/ml	AMP	10,00	0,573	5,73
9	Lancetas para punção digital em aço inoxidável, descartáveis, indicadas para qualquer tipo de perfuração superficial	UN	30.000,00	0,2338	7.140,00

O FORNECEDOR 1 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 7.145,73 (sete mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do

Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º,

4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MAICON CÓRDOVA PEREIRA
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA



FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

FMS.24 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 24.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vasco da Gama, 33, na cidade de Barão do Cotegipe(RS), inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador ALEXANDRE LUIS GUARNIERI, brasileiro, solteiro, maior, portador da cédula de identidade nº 7087942533-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.895.840-77, residente na Linha Duas - Secção Cravo, Município de Barão de Cotegipe(RS), doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	Carbocisteína xarope 50mg/ml	FR	800,00	1,49	1.192,00
10	Meloxicam 15 mg comp	CP	15.000,00	0,065	975,00

O FORNECEDOR 2 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 2.167,00 (dois mil cento e sessenta e sete reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em

até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.
- 5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços,

mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

ALEXANDRE LUIS GUARNIERI
DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

FMS.25 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 25.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria (RS) CEP 97020-670, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representada por MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS, brasileiro, casado, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 8022867959-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.624.900-72, residente Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria (RS), doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	Dipropionato de beclometasona 250 ug/ dose - 250 mcg spray	FR	250,00	39,00	9.750,00

O FORNECEDOR 3 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a

executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência

de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser identificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito,

comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

FMS.26 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 26.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Uruguai, nº 1538 - E, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, neste ato representada por seu sócio-gerente, CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 3.927.811 SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.332.029-39, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 516D, Bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó(SC), doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
5	Captopril comp 25mg gen rico	CP	120.000,00	0,0179	2.148,00
11	Óleo mineral 100 ml	FR	1.000,00	1,574	1.574,00
12	Tramadol 50 mg/ml injetável ampolas 02 ml	AMP	200,00	0,779	155,80

O FORNECEDOR 4 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 3.877,00 (três mil e oitocentos e setenta e sete reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de

acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção



da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia

de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTEN- CAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTEN- CAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

CONTRATANTE

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

FMS.27 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 27.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Regente Diogo A. Feijó, 451-D, na cidade de Chapecó(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada por seu procurador FÁBIO FILIPETTO, brasileiro, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 8051133398 - SSP/PC-RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 687.509.270-000, residente e domiciliado a Rua Ângelo Caleffi, nº 186, Bairro Centro, na cidade de Barão do Cotegipe(RS), doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
8	Iodeto de potássio ú xarope 250 mg/15ml	FR	5.000,00	1,30	6.500,00

O FORNECEDOR 5 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de

acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção

da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia



de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.



E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

CONTRATANTE

FÁBIO FILIPETTO

S & R DISTRIBUIDORA LTDA

FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

FMS.28 - Arp - FMS - Mat. de Enfermagem - Fornecedor 6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 28.13

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0035/2013

PREGÃO nº 0028/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 - WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia Perimetral Norte, 591, Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão(PR) CEP 85601.971, inscrita no CNPJ sob o nº 04.372.020/0001-44, neste ato representada por NANCY TEREZINHA WERLANG, brasileira, solteira, farmacêutica, portadora da cédula de identidade nº 4.769.428-0 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 787.101.469-20, residente e domiciliado a Av. Antonio de Paiva Cantelmo, 570, Ap. 1201 - Centro, na cidade de Francisco Beltrão(PR), doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0035/2013, Pregão nº 0028/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Acido fólico û comp 5 mg	CP	10.000,00	0,016	160,00
3	Bromoprida 4mg/ml 20 ml gotas genérico	GTS	600,00	0,75	450,00
4	Bupopriona comp. 150 mg	CP	5.000,00	0,38	1.900,00

O FORNECEDOR 6 - WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro a cima, receberá o valor global total de R\$ 2.510,00 (dois mil e quinhentos e dez reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos no Anexo do Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Saúde de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 7h45min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.8. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.9. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, estando todos registrados na ANVISA;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o CONTRATANTE a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.12. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos medicamentos e/ou materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido no Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), CNPJ/MF 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata.
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de julho de 2002, o FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será

descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em LEI.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu

registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	2	5/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTEN- CAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.017.3390.00	67	7/2013	FUNCIONAMENTO E MANUTEN- CAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

NANCY TEREZINHA WERLANG
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
FORNECEDOR 6

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Massaranduba

PREFEITURA

Processo Licitatório N°. 16/2013 - Edital de Pregão Presencial N°. 10/2013 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 16/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2013 - FMS

TIPO: REGISTRO DE PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n°. 89/2013, em 07 de março de 2013, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando o fornecimento de diversos materiais ambulatoriais e descartáveis destinados para atendimento de pacientes no Pronto Atendimento do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

a) Data: 27/06/2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c) Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações

d) Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando à aquisição de diversos MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS, de primeira qualidade, destinados para atendimento de pacientes no Pronto atendimento do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega

estipulados no ANEXO II, deste edital.

Massaranduba (SC), em 31 de Maio de 2013.
PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA
ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora dos Fundos Municipais

Processo Licitatório N°. 17/2013 - FMS - Edital de Pregão Presencial N°. 11/2013 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 17/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2013 - REGISTRO DE PREÇO
TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n°. 792/2012, de 23 de Janeiro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando o aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

- a)Data: 26/06/2013
b)Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba (SC)
c)Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações
d)Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando a aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Mural de Avisos da Prefeitura e Site da Prefeitura, e disponibilizado na íntegra no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba (SC), em 15 de Março de 2012.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora dos Fundos Municipais

Processo Licitatório N°. 17/2013 - FMS / Pregão Presencial N°. 11/2013 -FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 17/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2013 - REGISTRO DE PREÇO
TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n°. 792/2012, de 23 de Janeiro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando o aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

1.2. Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 - Documentação e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

- a)Data: 26/06/2013
b)Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba (SC)
c)Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações
d)Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando a aquisição de diversos medicamentos destinados para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Mural de Avisos da Prefeitura e Site da Prefeitura, e disponibilizado na íntegra no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba (SC), em 10 de junho de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora dos Fundos Municipais

Co 26.2013 R. Pe. Silvio Michelluzzi - Emp. Adrimar

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 26 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório n°. 38/2013
Tomada de Preços Obras e Serviços de Engenharia n°. 03/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: EMP. DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA PADRE SILVIO MECHELUZZI - TRECHO 1, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO - ÁREA TOTAL DE 2.514,96m².

VALOR: R\$ R\$ 205.181,46 (duzentos e cinco mil, cento e oitenta e

um reais e quarenta e seis centavos).
VIGENCIA: 12.06.2013 a 11.08.2013.

Massaranduba, 12 de Junho de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Ata 15.2013 - Pranchas e Tabuas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (04-06-2013 a 04-06-2014)

Aos 04 dias do mês Junho do ano de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 44/2013 - Multitenidade - Pregão Presencial Nº. 20/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para pranchas de eucalipto vermelho e tabuas de caixaria, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MADEIREIRA BOME LTADA - ME, neste ato representado por RUAN CARLOS BORGES BRUCH	82.740.804/0001-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de pranchas de eucalipto vermelho e tabuas de caixaria, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
01	MADEIREIRA BOME LTADA - ME	PRANCHAS DE EUCALIPTO VERMELHO, DE BOA QUALIDADE, COM 4,00 MT COMPRIMENTO E 6 CM DE ESPESURA	M3	SALIGNO	50	544,00	27.200,00
02	MADEIREIRA BOME LTADA - ME	TABUAS MADEIRA SERRADA 25 MM (EUCALIPTO/PINUS)	M2	PINUS	200	12,85	2.570,00
Total do Fornecedor: 29.770,00							
Total Geral dos Itens: 29.770,00							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 29.770,00 (VINTE E NOVE MIL E SETECENTOS E SETENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12

(doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 44/2013 - Pregão Presencial Nº. 20/2013.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 44/2013 - Pregão Presencial Nº. 20/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. Entrega parcelada, conforme ordem de compra, admitindo-se o prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra, que será enviada para a empresa vencedora por e-mail ou fax.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a



critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo,

entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR



10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os serviços/materiais contratados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, dentro de um prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, após solicitação através de ordem de serviço, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 44/2013 - Pregão Presencial Nº. 20/2013, e as propostas das

empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 04 de Junho de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contratante

MADEIREIRA BOME LTDA - ME

RUAN CARLOS BORGES BRUCH

Contratada

Ata 16.2013 Mobiliários e Equipamentos Escolares Destinados Aos Centros de Educação Infantil

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (04-06-2013 a 04-06-2014)

Aos 04 dias do mês de Junho do ano de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº.42/2013 - Pregão Presencial Nº. 19/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES destinados aos Centros de Educação Infantil, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
INDUSTRIA DE MOVEIS JOVAMIL LTDA, sem representante.	80.098.379/0001-53
JUIL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP, sem representante	00.450.314/0001-96
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA, neste ato representado por LUIZA SCHMITZ REGIS	79.912.788/0001-62
SUPRIMOVEIS LTDA, neste ato representado por GABRIEL DA SILVA REIS	04.563.256/0001-68
TOP CENTER ELETRONICA LTDA ME, neste ato representado por ROBERTO TROMM	82.135.625/0001-25
CEK INFORMATICA LTDA ME, neste ato representado por CARLOS EDUARDO KELLNER	00.949.640/0001-42
FLAVIO CELIO STEIN ME, neste ato representado por JOSNEI RODRIGUES	07.698.920/0001-74
JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME, neste ato representado por JOSE EDILSON DOS PASSOS	09.374.051/0001-58
REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA, neste ato representado por GEISON ALEXANDRE LOPES	13.729.372/0001-03
MARLENE RAWIETSCH KRAUSE -ME, neste ato representado por PAULO FERNANDO KRAUSE	12.755.052/0001-57

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: aquisição de diversos MOBILIÁRIOS E

EQUIPAMENTOS ESCOLARES destinados aos Centros de Educação Infantil, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
02	REGIS COM. DE BRINQUEDOS LTDA	BALANÇOS DE AVIÃO: MEDIDA APROXIMADA 69X33X-29CM	UNID	XALINGO	4	132,00	528,00
06	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	CADEIRAS DE PLÁSTICO INFANTIL COLORIDAS - TIPO POLTRONA - TAMANHO APROXIMADO: 37 X 36 X 56 CM . PESO APROXIMADO : 700 G.	UNID	PLASNORTHON	20	14,80	296,00
08	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	CAVALINHOS DE PLÁSTICOS: MEDIDA APROXIMADA: 81X28X48CM	UNID	XALINGO	3	138,00	414,00
10	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	COLCHÃO PARA TROCADOR (1,00 X 0,80M X 0,03M) COM CAPA NAPA E ZÍPER	UNID	REICHEL	3	68,80	206,40
15	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	EDREDON SOLTEIRO, DE FIBRA, MEDIDA 1,30 X 2,30 M	UNID	TEXTOLEN	30	67,80	2.034,00
16	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	EDREDON BERCO, DE FIBRA, MEDIDA APROX. 1,30 X 1,15M	UNID	TEXTOLEN	15	47,50	712,50
20	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	FRONHAS BRANCAS - 200 FIOS (PARA TRAVESSEIROS 0,45MX0,65M)	UNID	COTEMINAS	142	6,80	965,60
21	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	LENÇÓIS COM ELÁSTICO AO REDOR PARA COLCHÃO DE 0,50MX0,92MX0,10M - BRANCO - 200 FIOS	UNID	COTEMINAS	122	20,25	2.470,50
22	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	LENÇÓIS COM ELÁSTICO AO REDOR PARA COLCHÃO DE 1,35MX0,70MX0,07M - BRANCO - 200 FIOS	UNID	COTEMINAS	20	17,48	349,60
24	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	MOTOCAS - CARACTERÍSTICAS: ALTURA MÁXIMA DA CRIANÇA: 106 CM; ASSENTO: ANATÔMICO COM ALTURA IDEAL PARA SUBIR E DESCER COM FACILIDADE E SEGURANÇA; PESOMÁXIMO DA CRIANÇA: 19 KG; IDADE SUGERIDA: A PARTIR DE 1 ANO; COR: ROSA; AZUL	UNID	XALINGO	15	29,70	445,50
30	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	TOALHAS DE BANHO 100% ALGODÃO LISO (MEDIDA: 0,70X1,25)	UNID	ZL	75	11,70	877,50
Total do Fornecedor: R\$ 9.299,60							
03	SUPRIMOVEIS LTDA	BEBEDOURO PARA ÁGUA MINERAL GELADO - BEBEDOURO PARA ÁGUA MINERAL GELADO - BANDEJA COLETORA REMOVÍVEL - CAPACIDADE (EM LITROS): 3 L - COMPOSIÇÃO/MATERIAL: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO - COR: BRANCA - DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM) - AXLXP: 5,5KG - FUNÇÕES: TRIPLA FILTRAGEM - GARANTIA DO FORNECEDOR: 12 MESES - ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	LIBELL	1	199,80	199,80
04	SUPRIMOVEIS LTDA	BEBÊS-CONFORTO - PARA CRIANÇAS DE 0 A 13 KG (GRUPO 0); CERTIFICADO PELO INOR, ORGANISMO ACREDITADOPELO INMETRO SOB Nº008; PRODUTO DESENVOLVIDO CONFORME A NORMA NBR 14400; ITEM DE SEGURANÇA INDISPENSÁVEL PARA TRANSPORTAR A CRIANÇA NO AUTOMÓVEL, CONFORME LEI Nº 9503; TECIDO ACOLCHOADO, REMOVÍVEL E LAVÁVEL; PROTETOR PARA CABEÇA REMOVÍVEL; TRÊS POSIÇÕES DE REGULAGEM DO CINTO NA ALTURA DOS OMBROS; ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	BURIGOTTO	4	198,90	795,60
05	SUPRIMOVEIS LTDA	BERÇOS - CONFORME EDITAL.	UNID	SUPRIMOVEIS	10	188,90	1.889,00
07	SUPRIMOVEIS LTDA	CARRINHOS DE PASSEIO - CERTIFICADO CONFORME NORMABRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 14389 - IDEAL PARA BEBÊS DE ATÉ 18 KG - ENCOSTO REGULÁVEL EM 4 POSIÇÕES-ACOLCHOADO INTERNO EM TECIDO 100% ALGODÃO, REMOVÍVEL E LAVÁVEL. - TRAVA DE FECHAMENTO DO CARRINHO.ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	XALINGO	6	198,90	1.193,40

14	SUPRIMOVEIS LTDA	DVD -CARACTERÍSTICAS -DECODIFICADOR DE MPEG -PROCESSADOR DIGITAL DE ALTA QUALIDADE 96 KHZ/24 BITS -ATUALIZAÇÃO INTELIGENTE DE SOFTWARE -SAÍDA DE VÍDEOS E COMPONENTES DE ALTA RESOLUÇÃO -SUPORTA FUTUROS EQUIPAMENTOS DE VÍDEO -SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL ÓTICA E COAXIAL -SAÍDA DE ÁUDIO EM 5.1 CANAIS -REPRODUZ AS MÍDIAS: DVD, DVD-R, DVD R, DVD-RW, DVD RW, CD, CD-R, SVCD, VCD, DVCD, MP3, JPEG. MAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	PHILIPS	1	79,80	79,80
17	SUPRIMOVEIS LTDA	ESTANTE DE AÇO PARA LIVROS - Estante bibliotecária para livros de uma face com 5 prateleiras reguláveis e uma base fixa tipo fechada. Dimensões mínimas de 1000mm de largura, 300 mm de profundidade e 2000mm de altura. Pintura aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico antiferruginoso e fosfatizante.	UNID	RCH	1	463,60	463,60
18	SUPRIMOVEIS LTDA	EXPOSITOR PARA CARTOLINA 8 NÍVEIS - TAMANHO - 73 X 52 X 94	UNID	SUPRIMOVEIS	1	339,90	339,90
19	SUPRIMOVEIS LTDA	FRALDAS GRANDES 51 FIOS (MEDIDA: 0,70X0,70)	UNID	ANJINHO	30	3,00	90,00
28	SUPRIMOVEIS LTDA	TÁBUA DE PASSAR - FORRADA COM UM MATERIAL QUE FACILITA O DESLIZE DO FERRO SOBRE O TECIDO E SUPORTE PARA ROUPAS E PARA O FERRO. ALTURA 94,00 CENTIMETROS LARGURA 35,00 CENTIMETROS PROFUNDIDADE 1,39 METROS PESO 5,81 QUILOS	UNID	COFEMOBILE	1	98,90	98,90
29	SUPRIMOVEIS LTDA	TELEFONE MÓVEL - DISCAGEM DECÁDICO E MULTIFREQUENCIAL - CAMPAINHA COM 2 NÍVEIS DE VOLUME -TELEFONE DE MESA / PAREDE -CHAVE BLOQUEADORA OPCIONAL - TECLA FLASH (300MS) - TECLA REDIAL - TECLA MUTE -TECLA PAUSE	UNID	INTELBRAS	1	31,80	31,80
31	SUPRIMOVEIS LTDA	TRAVESSEIROS (0,45MX0,65M)	UNID	DAUNI	71	10,10	717,10
Total do Fornecedor: R\$ 5.898,90							
01	CEK INFORMATICA LTDA ME	APARELHO DE SOM - RÁDIO AM/FM ESTÉREO COM SINTONIA DIGITAL, REPRODUZ MP3, RELÓGIO DIGITAL E ENTRADA USB QUE PERMITE ESCUTAR MÚSICAS DO PEN DRIVE NO FORMATO MP3 OU WMA.	UNID	BRITANIA	3	180,00	540,00
23	CEK INFORMATICA LTDA ME	MÁQUINA FOTOGRÁFICA - RESOLUÇÃO: 14.1 MEGAPIXELS.ZOOM ÓPTICO: 4X. ZOOM DIGITAL: 8X. SMILE SHUTTER:SIM MACRO: SIM ESTABILIZADOR DE IMAGEM ALTA SENSIBILIDADE: ISSO 3200/1600/800/400/200/100/80/AUTO LCD: 2.7 (230.400 PONTOS). MAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	SAMSUNG	1	390,00	390,00
32	CEK INFORMATICA LTDA ME	TV 32 - LCD HDMI COM CONVERSOR DIGITAL, RESOLUÇÃO DE 1366 X 768 PIXELS, FUNÇÕES MUTE, RECALL, SLEEP E CLOSED CAPTION, SISTEMA DE COR PAL-M, PAL-N E NTSC, MENU EM DOIS IDIOMAS, SISTEMA DE ÁUDIO ESTÉREO, COM CONTROLE REMOTO, E CONEXÃO COM 2 ENTRADAS HDMI, 2 ENTRADAS DE VÍDEO E ÁUDIO ESTÉREO E 2 ENTRADAS DE VÍDEO COMPONENTE.	UNID	AOC	1	990,00	990,00
Total do Fornecedor: R\$ 1.920,00							
33	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	BALCÃO COM PORTAS EM MDF MEDIDAS: 1015MM X 900MM X 40 CM FUNDO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	1	1.488,00	1.488,00
34	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	BALCÃO TROCADOR EM MDF MEDIDAS 1000MM X 900MM X 90CM FUNDO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	1	2.485,00	2.485,00
35	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	BALCÃO TROCADOR EM MDF MEDIDAS 1000MM X 900MM X 90CM FUNDO.BALCÃO PIA EM MDF MEDIDAS 800MM X 630MM X 40CM FUNDO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	1	2.286,00	2.286,00

36	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	BALCÃO COM PORTAS EM MDF NAS MEDIDAS 1000MM X 900MM X 50CM FUNDO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	1	2.584,00	2.584,00
37	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	ARMÁRIO EM MDF MEDIDAS 1120MM X 2200MM X 65CM FUNDO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	1	2.963,00	2.963,00
38	DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)	MESAS 2700MM X 800MM X 630MM ALTURA, TAMPO EM MDPE PÉS EM MADEIRA. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	DISMACENTER	4	1.280,00	5.120,00
Total do Fornecedor: R\$ 16.926,00							
09	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME	COLCHÃO GRANDE (CHÃO) (2,5 X 2,5 M X 0,03M) COM CAPA NAPA E ZÍPER.	UNID	GUERCHESKI	2	298,80	597,60
12	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME	COLCHÕES PARA OS BERÇOS - COM CAPA NAPA E ZÍPER (0,50MX0,92MX0,10M)	UNID	GUERCHESKI	10	79,70	797,00
Total do Fornecedor: R\$ 1.394,60							
11	REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA	COLCHÕES (1,35MX0,70MX0,07M) COM CAPA NAPA E ZÍPER	UNID	PALEMA	30	127,00	3.810,00
13	REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA	COMPUTADOR - COMPLETO: PROCESSADOR COM 4 NÚCLEOS DE 3.4GHZ, 2 GB DE MEMÓRIA RAM DDR3, HD 500 GB 7200 SATA II, PLACA MÃE COM SUPORTE A PCI-EXPRESS, GRAVADOR DE DVD DL (GRAVA DVD E CD), CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS, PLACA DE REDE 100 MBPS, PLACA DE VÍDEO 256 MB INTEGRADA 3D/DIRECTX10. MAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	PROVISÃO/AOC/RAG-TECH	5	1.399,90	6.999,50
Total do Fornecedor: R\$ 10.809,50							
25	MARLENE RAWIETSCH KRAUSE -ME	SUPORTE PARA ÁLCOOL GEL - MATERIAL: PLÁSTICO ABS CAPACIDADE : 800 ML REFIL (SACHÊ) O (A 29 X L 12 X P 11 CM)	UNID	PREMISSE	5	38,00	190,00
26	MARLENE RAWIETSCH KRAUSE -ME	SUPORTE PARA COPOS - O 180/ 200 ML (A 49 X L 13 XP P 12 CM) BOCA - 0,7 CM O 300 ML (A 49 X L 16,5 X P 16 CM) BOCA - 0,8 CM	UNID	JSM	2	17,80	35,60
27	MARLENE RAWIETSCH KRAUSE -ME	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA - MATERIAL: PLÁSTICO ABS, CAPACIDADE: 2 OU 3 DOBRAS O (A 29 X L 25 X P 12)	UNID	PREMISSE	12	23,50	282,00
Total do Fornecedor: R\$ 507,60							
Total Geral dos Itens: R\$ 46.756,20							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 46.756,20 (quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos.).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório N°. 42/2017 - Pregão Presencial N°. 19/2013.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório N°. 42/2013 - Pregão Presencial N°. 19/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. As entregas serão realizadas nos estabelecimentos de Ensino da rede Municipal da seguinte forma: itens 01 a 33 dois dias úteis;

itens 34 a 38 de doze dias consecutivos, após recebimento da ordem de Compra.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços

registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. As entregas serão realizadas nos estabelecimentos de Ensino da rede Municipal da seguinte forma: itens 01 a 33 em até dois dias úteis; itens 34 a 38 em até doze dias consecutivos, após recebimento da ordem de Compra.

11.1.3.1. A empresa vencedora entregará o, nos locais que a Administração Municipal definirá no ato da solicitação da prestação do serviço, independente de quantidade, localidade e distância a ser percorrida.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo

empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

MASSARANDUBA/SC 04 de Junho de 2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO

Empresas e Representantes com preços registrados:

JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS ME

JOSE EDILSON DOS PASSOS

DISMACENTER IND. E COM. DE MOV LTDA (FLAVIO CELIO STEIN ME)

JOSNEI RODRIGUES

SUPRIMOVEIS LTDA

GABRIEL DA SILVA REIS

REI DOS REIS COM. ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA

GEISON ALEXANDRE LOPES

MARLENE RAWIETSCH KRAUSE -ME

PAULO FERNANDO KRAUSE

CEK INFORMATICA LTDA ME

CARLOS EDUARDO KELLNER

REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

LUIZA SCHMITZ REGIS

Ata 25.2012 Pmm 1º. Aditivo Pmm

PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 85/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2012

Aos 23 de Novembro de 2012, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 85/2012 - Pregão Presencial Nº. 36/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,

homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus, destinados a manutenção da frota veicular municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
GRANDO PNEUS LTDA, representado por CARLOS ALBERTO PAGANELLA	03.562.696/0001-38

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus, destinados a manutenção da frota veicular municipal

1.2. Quantidades licitadas:

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00041	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 1300X24 G2	UNID	borex	12,00000	600,00	7.200,00

1.3. Quantidades Aditivadas:

QUANTIDADE ADITIVADA DE 25%

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
41	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 1300X24 G2	UNID	borex	03	600,00	1.800,00

1.2. VALOR: R\$ 1.800,00 (um mil oitocentos reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias descritas na emissão da Ordem de Compras.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem

3.2. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 36/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 14 de Maio de 2013.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

GRANDO PNEUS LTDA

CARLOS ALBERTO PAGANELLA

Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 242/2013

PORTARIA n.º 242/2013

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal ANNE MARY DESTRO, ocupante do cargo de Farmacêutica, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de término de licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/06/2013.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 435/2012.

Meleiro, 14 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto N° 051/2013

DECRETO N° 051/2013, em 14 de Junho de 2013.

"REGULAMENTA O ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR 013 DE 12 DE JUNHO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV, PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ABRANGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 009/2010 (ESTATUTO DO MAGISTÉRIO)"

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertas inscrições aos funcionários públicos municipais abrangidos pela lei complementar 009/2010 (estatuto do magistério) para adesão ao Plano de Demissão Voluntária - PDV, nos termos da Lei Complementar 013 de 12 de junho de 2013.

Parágrafo Único - As inscrições ficam abertas pelo prazo de 30 dias corridos, iniciando em 18 de junho de 2013 e encerrando em 17 de julho de 2013.

Art. 2º - A concessão do benefício se dará no prazo de até 45 dias após a adesão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 17 de junho de 2013, ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 14 de Junho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Errata do Registro de Preço N° 056/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2013 ALTERA-SE PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 058/2013. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS A PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA EM GESTÃO DE PESSOAS E PALESTRAS, MOTIVACIONAIS, TREINAMENTOS, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL UTILIZANDO-SE DE RECURSOS E FERRAMENTAS DA PNL (PROGRAMAÇÃO NEOLINGÜÍSTICA) E COACHING, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 19/06/2013 - 10:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Nomeia Membros Não Governamentais Para o Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N ° 2619 DE 14 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, RESOLVE:

I NOMEAR os membros não governamentais para o Conselho Municipal de Assistência Social conforme segue.

-Eleonora da Luz Pereira;
-Francisco Eduardo Johannsen;
-Secundino Francisco da Costa Neto.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 89/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 089/2013 PMN
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DURANTE A REALIZAÇÃO DE CURSOS, EVENTOS E REUNIÕES DA Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 28/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 28/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Contrato N° 78/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 078/2013.
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.
Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA ME.
Valor: 331.422,10 (trezentos e trinta e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e dez centavos).
Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 08/04/2014.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 03/2013.
Recursos: Dotação: 1.065.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCENDIO, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS, LOCALIZADO NO BAIRRO GRAVATÁ, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 12 de junho de 2013.

NAVEGANTESPREV

Portaria N° 28 de 17 de Junho de 2013 "Apos. Vol. por Tempo de Contribuição"

PORTARIA N ° 028 DE 17 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º incisos III "a" da Constituição Federal com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor JOÃO MANOEL JESUINO, portador da cédula de identidade nº 1.205.426SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 146.706.909-49, efetivo no cargo de Vigia, lotado na Secretaria de Educação, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2013.04.00021, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 062/2013

DECRETO nº 062/2013

CONVOCA OS APROVADOS NOS PROCESSOS SELETIVOS 01/2013 E 05/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 11 de junho de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 12 de junho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

PEDRO PIVA NETO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº062/2013)

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR	
20	Eliane Roseslanik
CARGO: ENFERMEIRA (POSTO DE SAÚDE)	
02	Vanderlita Trainotti
CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	
01	Luciana Cristina Dalsasso

SAMAE

Resumo Contrato Andrade & Amorim Pavimentação e Drenagem Ltda-Me

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO-SC

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Mês/Ano da Assinatura:Junho/2013.

Contratado:ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA-ME

CNPJ:07.258.202/0001-87

Modalidade:CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação:5/2013

Homologação em 14/06/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 000018/2013

Fundamento Legal:8.666/93

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 500 HORAS MAQUINA RETROESCAVADEIRA NA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA, NOS BAIRROS PERTENCENTES A ESTE MUNICIPIO DE NOVA TRENTO/SANTA CATARINA.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Data da Assinatura: 14/06/2013
 Data da Publicação no Diário Oficial: 17/06/2013
 Vigência: 14/06/2013 À 31/12/2013
 Programa de Trabalho:
 15.01 17.512.0001 2.013.3.3.90.00.00.00.00
 Valor: R\$ 35.000,00 Forma de Pagamento 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
 DIRETOR DO SAMAE

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Licitação N° 88/2013 Estrutura da Festa 100 Anos

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA DE ORLEANS
 AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital: PREGÃO PRESENCIAL N° 88/2013.
 Tipo: Menor Preço/Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, PARA AS FESTIVIDADES DO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DE ORLEANS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Recebimento das Propostas: até o dia 27/06/2013 às 15h45min. Abertura das Propostas: dia 27/06/2013, às 16h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (048) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 14 de Junho de 2013.
 TATIANA VERAN BUSSOLO.
 Pregoeira.

Aviso de Licitação Saúde - Combustíveis 32.2013

Estado de Santa Catarina
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
 AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital: PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2013.
 Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E OLEO DIESEL).

Recebimento das Propostas: até o dia 27/06/2013 às 13h45min. Abertura das Propostas: dia 27/06/2013, às 14h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (048) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 13 de Junho de 2013.
 TATIANA VERAN BUSSOLO.
 Pregoeira.

PEGASO
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Palhoça

PREFEITURA

Portaria N° 0942/2013

PORTARIA N° 0942/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSILDA NAZARE TRUPPEL DE OLIVEIRA, matrícula n°. 800435, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo pelo INSS, totalizando 03 (três) anos e 14 (quatorze) dias, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei n°. 097/2010, com efeitos a 14/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0933/2013.

PORTARIA N°. 0933/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VANDERLEI MAURICIO PINTO DA SILVA, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) Programa Sócio Educativo - Pro-jeto Atividades de Apoio, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0934/2013.

PORTARIA N°. 0934/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JUVENILDA VASCONCELOS DE MELO, de acordo com a Lei n°. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei n°. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital n°. 001/2012,

para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0935/2013.

PORTARIA N°. 0935/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELICA ELIDIA MARTINS, de acordo com a Lei n°. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei n°. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital n°. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Escola Reunida Daniel Carlos Weingartner da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0936/2013.

PORTARIA N°. 0936/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JUDITE SEROSOLI, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0937/2013.

PORTARIA N°. 0937/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GISELE APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro

de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aritú da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0938/2013.

PORTARIA Nº. 0938/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARA CRISTINA PFLEGER, matrícula nº. 800820, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2001 a 29/07/2006, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 29/07/2006 a 29/07/2011, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 18/03/2013 à 18/09/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0939/2013.

PORTARIA Nº. 0939/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADEALCI BLUM WEINGARTNER, matrícula nº. 800854, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/03/2008 a 12/03/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 18/03/2013 à 18/06/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0940/2013.

PORTARIA Nº. 0940/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO REGINA DOS SANTOS CADAVEZ, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0941/2013.

PORTARIA Nº. 0941/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Adilio Xavier da Rosa Junior	24	16	01/03/2012 a 20/12/2012
Adriano Mafra	16	24	01/03/2012 a 20/12/2012
Alexandre Lisboa da Silva	10	24	01/03/2012 a 20/12/2012
Alissane Lia Tasca da Silveira	16	32	01/03/2012 a 20/12/2012
Altair Altamiro da Silva	16	20	01/03/2012 a 20/12/2012
Ana Paula Nobre Montoro	10	16	01/03/2012 a 20/12/2012
Antonio José Bicca	16	24	01/03/2012 a 20/12/2012
Camilo Cardoso	24	40	01/03/2012 a 20/12/2012
Carolina Silva	16	20	01/03/2012 a 20/12/2012
Fernanda Sanchez Alves	24	40	01/03/2012 a 20/12/2012
Helia Alice dos Santos	24	32	01/03/2012 a 20/12/2012
Jaime Bezerra do Monte	16	40	01/03/2012 a 20/12/2012
Jair Joaquim Pereira	16	20	01/03/2012 a 20/12/2012
Juliane Di Paula Q. Odinio	10	16	01/03/2012 a 20/12/2012
Katia Regina Hilleshein	24	32	01/03/2012 a 20/12/2012

Kelly C. Vieira Vicente	10	40	01/03/2012 a 20/12/2012
Marcelo Roberto da Silva	16	20	01/03/2012 a 20/12/2012
Marcelo Silveira	16	10	01/03/2012 a 20/12/2012
Marcia Zanon Benetti	24	32	01/03/2012 a 20/12/2012
Marcos Antonio de Souza	24	40	01/03/2012 a 20/12/2012
Maria Fernanda Diogo	16	32	01/03/2012 a 20/12/2012
Mariana D. Karasiak	10	16	01/03/2012 a 20/12/2012
Rafael Dall Agnol	16	32	01/03/2012 a 20/12/2012
Simone Moretto	10	20	01/03/2012 a 20/12/2012
Vera Regina Lucio	24	40	01/03/2012 a 20/12/2012

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

Portaria N°. 0943/2013.
PORTARIA N°. 0943/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TONIA MARLI MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0944/2013.
PORTARIA N°. 0944/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JUDITE SERESOLI, para ocupar o cargo

da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0945/2013.
PORTARIA N°. 0945/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora Ana Claudia Gomes Gonçalves, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0946/2013.
PORTARIA N°. 0946/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora ANDREIA OSVALDINA MAFRA DE PAULO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0947/2013.
PORTARIA N°. 0947/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora DENISE DE SOUZA ESPINDOLA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0948/2013.
PORTARIA N°. 0948/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora EDNA CLARICE VIEIRA FERNANDES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0949/2013.
PORTARIA N°. 0949/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora GISELI CRISTIANE GARCIA ME-DEIROS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0950/2013.
PORTARIA N°. 0950/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora GISELI GUILHERMINA RODRIGUES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0951/2013.
PORTARIA N°. 0951/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 30 (trinta) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora IRIS ISABEL DE MELO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0952/2013.
PORTARIA N°. 0952/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orçânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora JULIA DIVANIR FERREIRA LEÃO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0953/2013.
PORTARIA N°. 0953/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora JUSSARA FATIMA QUADROS BO-TELHO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0954/2013.
PORTARIA N°. 0954/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora LUCIANA AFONSO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0955/2013.
PORTARIA N°. 0955/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora MARGARETE PAULINA DA ROSA ARAUJO, titular do

cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0956/2013.
PORTARIA N°. 0956/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora MARISA NEUZA RACHADEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0957/2013.
PORTARIA N°. 0957/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora MARISETE TRENTIN PERTUSSATI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0958/2013.
PORTARIA N°. 0958/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 30 (trinta) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora MARIZA CAMPOS GAVILAN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0959/2013.

PORTARIA Nº. 0959/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora MAURA HELENA DE MELO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0960/2013.

PORTARIA Nº. 0960/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 30 (trinta) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora PAULICEIA ISABEL MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0961/2013.

PORTARIA Nº. 0961/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora ROSANA CRISTINA DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0962/2013.

PORTARIA Nº. 0962/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora ROSEMERIE MARIA ESPINDOLA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0963/2013.

PORTARIA Nº. 0963/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/SMEC/2012, da servidora SILVANIA DARCI DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0964/2013.
PORTARIA N°. 0964/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora VALDETE MARIA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0965/2013.
PORTARIA N°. 0965/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) ho-ras/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº 007/ SMEC/2012, da servidora ZENEIDE PAULINA MARTINS GAS-PAR, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 04/02/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0966/2013.
PORTARIA N°. 0966/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
500907	Rodolpho Pa- gani Martins	Pós Gradu- ação	15%	29/01/2013

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0967/2013.
PORTARIA N°. 0967/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401461	Luciani Teresi- nha Sens	Pós Gradu- ação	15%	03/08/2012

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0968/2013.
PORTARIA N°. 0968/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
200278	Karina Porto	Pós Gradu- ação	15%	07/01/2013

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0969/2012.
PORTARIA N°. 0969/2012.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAROLINA TEREU YAT-SUGAFU, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/03/2013 a 14/03/2014.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0970/2013.
PORTARIA N°. 0970/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade ao funcionário, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Alterar gratificação de Produtividade dos funcionários, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3°. Cessar gratificação de Produtividade dos funcionários, conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de março de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
802058	Ana Beatriz Falcão Ferreira	556,00
800206	Ana Maria da Silveira	1.000,00
100439	Antonio Nunes Silva	600,00
800972	Aparecida Rosa Espindola	374,00
400019	Cenira Bueno da Silva	630,00
401814	Darlan da Silva	534,00
300156	Doriel Soares de Souza	750,00
801657	Dulcineia Pereira Porto	534,00
801499	Fabiana Geni da Silva	334,00
401117	Gisele da Silva	334,00
401927	Juliano Augusto Leopoldo	800,00
300052	Maria Elzi Pereira	400,00

801465	Michelle Paula Santiago	534,00
500116	Patrício Otavio da Silva	520,00
801066	Paulo Valério Mendonça da Silva	700,00
500284	Pedro Manoel de Souza	200,00
400310	Rosangela Madalena	415,00
900044	Valdir Alfredo Gaspar	600,00
401900	Valeria Santos de Lima	500,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
800863	Adenilson Ramos	200,00	600,00
500469	Andre dos Santos	300,00	530,00
100295	Angela Maria Wagner	600,00	800,00
100411	Angelo Nilton de Amorim	150,00	375,00
800863	Cleber da Silva	300,00	534,00
300421	Cristiane Olga Martins	600,00	900,00
401390	Demetrius de Medeiros	250,00	600,00
300117	Fabiani Otília de Pinho Gulari	370,00	750,00
300429	Jose Elias Sumar Neto	500,00	1.000,00
802362	Juliana Menegaro de Vargas	330,00	668,00
300222	Maria Julia Scotti	600,00	1.000,00
500232	Norberto João	200,00	850,00
300433	Osvaldo Bossolan Neto	700,00	900,00
500259	Paulo Laudir Machado	200,00	400,00
300152	Rose Magaly Martins	250,00	500,00
800483	Sueli da Silva	150,00	660,00
400972	Volnei Felício Pereira	600,00	900,00

ANEXO III

MATRICULA	NOME	VALOR
500366	Antonio Valmor Schmitt	1.000,00

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0971/2013
PORTARIA N°. 0971/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, ao servidor ANTONIO VAL-MOR SCHMITT, de Motorista Oficial do Gabinete, AD-FEC-1, de acordo com o Anexo IV, da Lei nº. 100 de 30 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1.483, de 01 de março de 2013, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de

01/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0973/2013.

PORTARIA N°. 0973/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DEMITIR da FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor SILMAR PLACIDI-NO ELEUTERIO, de Responsável pela Análise Técnica, AD-FEC-1, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 14/03/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0974/2013.

PORTARIA N°. 0974/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO como Presidente da Comissão de Licitação à servidora ERONETE GILDA GOMES DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, ao impedimento do titular ANDRE JOSE SILVEIRA, que encontra-se em férias.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0975/2013.

PORTARIA N°. 0975/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR EDSON FIGUEIREDO, portador da CNH 221362222, vencimento em 25/10/2014, categoria AB, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a dirigir veículo da Prefeitura Municipal.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0976/2013.

PORTARIA N°. 0976/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE APARECIDA BERNARDES, matrícula nº. 400423, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/03/2013 à 11/04/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0977/2013.

PORTARIA N°. 0977/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adealci Blum Weingartner	Professor	30	13/02/13	I – M 54-4
Adriane Seinger Ribas Abreu	Técnico em Enfermagem	180	13/02/13	I – Z 33
Aldineia de Souza Duarte	Professor	14	06/02/13	I – Z 54-0
Alessandra Mendes	Professor	08	13/02/13	I – O 47
Alessandra Socas	ACS	45	24/02/13	I – M 25, II – M 23
Alexandra O. P. Madeira	Enfermeira	05	04/03/13	I – Z 76-3
Alice Santilina de Oliveira	ASG	120	19/03/13	I – M 53-1, II – M 52-1

Ana Carolina Narcizo Nazareth	ASG	30	14/02/13	I – G 56
Ana Paula C. Iarto	Supervisora Escolar	30	14/02/13	I – Z 76-3
Ana Paula Simiano Oliveira	ASG	30	10/02/13	I – O 20
Andreza dos Santos	Assessor	14	04/02/13	I – Z 54-0, II – C 03
Anelia Mariano dos Santos	ASG	90	05/02/13	I – F 41-2
Angela dos Santos Oliveira	ASO	07	18/02/13	I – Z 54-0
Bernadete Maria S. Duarte	ASG	90	05/03/13	I – F 32-3
Celicina de Souza Mendonça	ASO	45	07/02/13	I – M 75-1
Claionara Maria Camilo	Fiscal de Obras	90	29/01/13	I – G 25-9, II – F 31-6
Claudete Nilma Francisco	ASO	10	18/02/13	I – S 93-4
Claudete Nilma Francisco	ASO	07	26/02/13	I – S 93-4
Claudio Cesar de Souza	Médico	30	13/03/13	I – F 43
Cleia Pereira	Professor	180	18/02/13	I – Z 33
Cleide Aparecida Bernardo	Técnico em Enfermagem	10	27/02/13	I – F 41-2
Cleide Eliza D. Marcio	ACS	40	02/03/13	I – Z 54-0
Cleomar Aparecida Gonçalves	Merendeira	08	05/03/13	I – M 25,
Cleusa Aparecida Bernardes	Professor	15	05/03/13	I – M 65-9, II – M 79-1
Cristina Cipriano	ACS	60	13/02/13	I –
Cristine Regina Muller	Geógrafa	05	04/03/13	O – 20-0
Daniela Ferreira	ASG	10	04/03/13	I – J 09, II – R 51, III – R 10
Daniela Rodrigues Franceschette	Assistente Administrativo	15	25/02/13	
Darci de Souza	ASO	30	01/01/13	I – Z 76-3
Débora Ferreira P. Barbosa	Assistente Administrativo	15	04/03/13	I – F 43-2
Deise Alexandre Cabral	Professor	180	30/01/13	I – Z 33
Dilma Turnes dos Santos	Professor	60	11/02/13	I – S 82-0
Doris Cristina da Silva	Merendeira	16	14/02/13	I – Z 54-0, II – E 04
Elaine de Pinho Kuhnen	ACS	20	05/02/13	I – F 32
Elenita da Silva	ASO	90	19/02/13	I – F 31-0
Eliane dos Santos	ASO	45	27/02/13	I – Z 54-0
Eliete Agostinha de Medeiros	ACS	30	28/02/13	I – M 25-5

Elizabete da Silveira	ASG	90	28/01/13	I – Z 54-0
Emerson Martins	Fiscal de Tributos	15	08/02/13	I – Z 54-0
Emilia Filomena Martins	Professor	16	14/02/13	I –
Enezita Maria Cardoso Oliveira	Assistente Administrativo	90	09/02/13	I –
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	30	15/02/13	I – Z 54-0
Fernando Schneider	Enfermeiro	10	27/02/13	F 32-1
Flavia Cristina Grah da Silva	Professor	15	14/02/13	I –
Gabriela Toggweller	Técnico em Enfermagem	15	01/02/13	I – M 54
Gedelci Oliveira	Monitora	120	12/01/13	I – I 10, II – I 25
Gilceli da Silva	Merendeira	09	08/02/13	I – Z 54-0
Gilmar Maurilio Barbosa	ACE	40	04/03/13	I – S 22-4, II – S 42-1
Grasielle Peres da Silva	Professor	120	04/02/13	II – C 50-9
Helena Maria de Espindola	Professor	10	05/03/13	I – F 33-2
Ivana Carvalho Mendes	Técnico em Enfermagem	07	28/02/13	I – S 60, II – M028
Ivana Carvalho Mendes	Técnico em Enfermagem	07	12/03/13	I – S 60, II – M028
Ivani Adelaide Silva	ASD	30	25/02/13	I – Z 54-0
Ivanilda Paula B. Lisboa	ASG	10	04/03/13	I – S 30
Ivonesia Adelin Silva	Auxiliar em Enfermagem	67	01/03/13	I – M 75-5
Ivone Pierri da Silva	Professor	20	25/02/13	I – S 93-4
Izabel Cristina S. Gonçalves	ASO	30	07/02/13	I – M 65-9, II – M 19, III – M 25
Jeferson Martins	Assessor III	07	26/02/13	I – K 60
João Francelino da Silva	Vigia	120	01/03/13	I – G 44, II – F 07-2, III – S 06
Josiane Martins	ASG	30	04/03/13	I – F 31-5
Juliana Edima da Silva	ACS	12	18/02/13	I – O 13-0
Karla Bianca Picolotto	Assistente Administrativo	60	21/02/13	I – F 84-5, II – F 32-1
Katia Regina da Silva	ASO	30	18/02/13	I – Z 54-0
Ladelina Monica S. Fortunato	Professor	20	01/03/13	I – F 32
Laurete Maria da Silva	Assistente Administrativo	60	27/02/13	I – F 33, II – M 54
Leandro de Oliveira Bastos	Professor	30	05/02/13	I – Z 54-0
Leticia Lampert Horta Gonçalves	Professor	60	04/02/13	I – Z 76-3
Luciana Lenir Martins	Merendeira	90	19/02/13	I – Z 54-0

Luiza Helena dos Santos	Assistente Administrativo	60	06/02/13	I – S 82-6
Maria C. dos Santos da Silva	Professor	30	28/02/13	I – F 33-2
Maria das Graças Matos Freitas	Professor	60	16/02/13	I – G 56, II – M 25-5
Maria de Fátima Marega de Valgas	Professor	120	08/12/13	I – E 11, II – I 10, III – F 33
Maria Gorete Rosa dos Santos	ASG	30	04/02/13	I – J 48
Maria Gorete Rosa dos Santos	ASG	30	04/03/13	I – J 48
Maria Luiza Martins da Silva	Merendeira	08	12/02/13	I – Z 76-3
Marineth Benta S. Souza	Professor	60	07/02/13	II – Z 54-0, II – I 25-9
Mariza Alina Sofa Simoniotto	Conselheira Tutelar	15	14/02/13	I – F 43-9
Marlene Maria da Silva	Professor	30	22/02/13	I – Z 54-0, II – I 83
Marlene O.de Quadros Martins	ASO	90	18/02/13	I – C 82
Mayara de Araújo	ACS	10	12/02/13	I – R 10
Mirelli Bechtold	Assistente Administrativo	08	06/02/13	I – M 54
Mirelli Bechtold	Assistente Administrativo	04	14/02/13	I – M 54
Mirian da Rosa Feliciano	Professor	07	28/02/13	I – J 11-8
Mirleide de Freitas	ASO	14	04/02/13	I – M 51-4
Mirleide de Freitas	ASG	10	04/03/13	I – O 22-0
Murilo dos Santos	Socorrista	10	06/02/13	I – S 93-4, II – S 56-4
Murilo dos Santos	Socorrista	30	15/02/13	I – S 93-4, II – S 56-4
Murilo dos Santos	Socorrista	90	16/03/13	I –
Nicanor Rodrigues Veiga	Odontologo	39	01/03/13	I – S 76-4
Nila Maria Coelho	ASO	120	15/02/13	I – F 31-5
Nilzete Alves	ASG	120	16/03/13	I – M 25-5, II – M 54-5
Ninon Rose Aparecida Baker	Merendeira	05	26/02/13	I – R 10
Olides Ferreira Junior	ASG	30	02/03/13	I – F 13, II – F 01
Olindina Muller da Silva	ASG	25	01/03/13	I – Z 54-0
Priscila Pierri	Pedagogo	04	05/02/13	II – Z 76-3
Priscuila Pierri	Professor	42	28/02/13	I – O 62-2
Raul Emanuel da Rocha Santos	Técnico em Informática	08	15/01/13	I – M 54

Rita de Cassia Peixer de Souza	Auxiliar de Enfermagem	90	16/02/13	I – Z 54-0
Rodrigo Slavieri	Assistente Administrativo	04	26/02/13	
Rosimere da Silva Matos	Professor	60	01/03/13	I – C 50
Rosimere da Silva Matos	Professor	60	01/03/13	I – C 50
Saete Maria da Silva Garcia	Professor	30	27/02/13	I – F 33
Sevasty Nair Rosa Silva	Merendeira	07	19/02/13	I – M 25-5
Simone Fátima S. S. Oliveira	Professor	15	03/03/13	I – O 03-4
Sueli da Silva	ASG	05	01/02/13	I –
Susana Martins da Rosa	ACS	05	04/03/13	I – Z 76-3
Suzete Angelica da Silva	Merendeira	06	08/01/13	I – M 65-9
Suzete Angelica da Silva	Merendeira	15	18/01/13	I – M 65-9
Terezinha F. da Costa	Agente Administrativo	05	05/03/13	I – F 43
Terezinha F. da Costa	Agente Administrativo	40	10/03/13	I – F 43
Valdeci Enedina Santos	ASG	60	22/02/13	I – C 56
Valeria Chaves	Assistente Administrativo	90	19/02/13	I – C 50-9
Vera Lucia de Jesus Tessiani	Professor	30	04/03/13	I – F 33
Wanderleia Pierri Galvani	Professor	15	27/02/13	I – M 54-1, II – M 54-5

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 0978/2013.
PORTARIA N° 0978/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ FELIPE CASCAES, matrícula nº. 300174, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2006 a 01/02/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/03/2013 à 15/04/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0979/2013
PORTARIA N°. 0979/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, con-forme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Alterar Gratificação de Produtividade aos servidores, con-forme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de março de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	PERCENTUAL
401960	Ana Paula Garcia Paes	Nutricionista	30%
401803	Angelita Zamberlan Nedel	Psicólogo	30%
401843	Daiane R. Tavares Gomes	Assistente Social	30%
401840	Elenice Maria Mendes	Assistente Social	30%
401806	Eleomar Paes	Psicólogo	30%
370174	Fabio Satake Gonçalves	Médico	60%
401807	Fernando Trindade Roballo	Psicólogo	30%
401504	Ivone da Rosa A. de Souza	Técnico em Enfermagem	20%
401946	Jony Alberto Correia	Assistente Social	30%
402066	Liz Anie Comin	Odontologa	30%
370175	Maikon da Costa	Médico	60%
401943	Micheli Soares	Técnico em Enfermagem	20%
401945	Paula Pacheco dos Santos	Educador Fisico	30%
402088	Rodrigo A. Martins Souza	Médico	60%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	PARA
401879	Magali Domingos Ferreira	Médico	50%	60%

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Resultado Pregão 95-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 95/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de limpeza para a Secretaria de Administração, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 06 e 10 totalizando R\$ 2.817,50 (dois mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

BRUTHAN COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 01 totalizando R\$ 1.560,00 (mil quinhentos e sessenta reais).

CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 18, 25 e 26 totalizando R\$ 1.689,50 mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 04, 05, 15, 22, 23, 24, 30, 31 e 32 totalizando R\$ 60.654,20 (sessenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

HAMILTON MACHADO ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 20, 21 e 34 totalizando R\$ 40.280,00 (quarenta mil duzentos e oitenta reais).

LOGVEM COMERCIAL LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 08, 28 e 29 totalizando R\$ 2.863,52 (dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 03, 07, 12, 13, 14, 16 e 19 totalizando R\$ 7.384,03 (sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e três centavos).

TAF DISTRIBUIDORA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 09, 11, 17, 33 e 35 totalizando R\$ 7.124,00 (sete mil, cento e vinte e quatro reais).

Palhoça, 12 de junho de 2013.

Resultado Pregão N° 105/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 105/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de móveis e materiais para a Diretoria de Informática, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 03 e 11 totalizando R\$ 1.907,70 (mil, novecentos e sete reais e setenta centavos).

M.J.G. TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 05, 06, 08 e 09 totalizando R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

SCHEYLLA DE MENDONÇA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 04 e 10 totalizando R\$ 2.391,60 (dois mil trezentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

Palhoça, 12 de junho de 2013.

Resultado Pregão N° 96/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL n° 96/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 96/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos destinados ao desenvolvimento das ações do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP ficou classificada em 1° lugar nos itens 01 e 12 totalizando R\$ 3.320,00 (três mil, trezentos e vinte reais).

JOÃO ANDRÉ BROERING ME ficou classificada em 1° lugar no item 07 totalizando R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTO LTDA ME ficou classificada em 1° lugar nos itens 18, 25 e 26 totalizando R\$ 1.689,50 mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

M.J.G. TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1° lugar nos itens 02, 03 e 08 totalizando R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais).

ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA EPP ficou classificada em 1° lugar nos itens 04, 05 e 06 totalizando R\$ 1.823,00 (mil oitocentos e vinte e três reais).

Palhoça, 12 de junho de 2013.

Revogação Pregão 116-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2013

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o pregão 116/2013 que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças por determinação do Prefeito Municipal Sr. Nildo Artur da Luz. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 11 de junho de 2013.
Prefeito Municipal de Palhoça.

Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°057/2013 do PREGÃO N°093/2013 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ÁGUAS DA PEDRA BRANCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. OBJETO: Aquisição de garrações de água mineral sem gás com 20 litros para Prefeitura. VALOR: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). DATA: 03/06/2013 A 02/06/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
01	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros. Marca: Pedra Branca	BOMB	3.000	4,50
				R\$ 13.500,00

Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°058/2013 do PREGÃO N°097/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRANSVANIO TERRAPLANAGEM LTDA EPP. OBJETO: Aluguel de máquinas para execução de serviços de recuperação de ruas, limpeza de valas em diversas localidades do Município. VALOR: R\$ 155.550,00 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais). DATA: 03/06/2013 A 02/06/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
01	Locação de escavadeira hidráulica com porte de no mínimo 22 toneladas	HS	900	99,50
03	Locação de caminhão Truck traçado com capacidade de 12m cúbicos de carga	HS	1200	55,00
				R\$ 155.550,00

Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N°059/2013 do PREGÃO N°097/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa WA COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO: Aluguel de máquinas para execução de serviços de recuperação de ruas, limpeza de valas em diversas localidades do Município. VALOR: R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil quatrocentos reais). DATA: 03/06/2013 A 02/06/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor
02	Locação de motoniveladora. Marca: NEW ROLLAND	HS	400	133,50
				R\$ 53.400,00

Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N°060/2013 do PREGÃO N°091/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO:

Aquisição de alimentos para atender as necessidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do PETI. VALOR: R\$ 108.244,00 (cento e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais). DATA: 04/06/2013 A 03/06/2014.

Item	Especificação	Unidade	Qtdade	Valor
01	Carne bovina moida, músculo, congelado, sem osso	KG	1200	11,2224
02	Carne bovina, coxão mole, congelada, sem osso	KG	1200	16,4465
03	Frango inteiro, congelado, c/ miú-dos, pesando entre 1500 a 2000gr	KG	3500	9,5044
04	Carne bovina inteira, coxão duro, resfriada, sem osso	KG	1200	15,0263
07	Salsicha bovina tipo hot-dog congelada	KG	200	7,0017
05	Filé de peixe resfriado, fresco, com aproximadamente 120gr cada filé	KG	800	14,63
06	Peixe em posta, resfriado	KG	800	13,30
R\$ 108.244,00				

Extrato de Ata de Registro de Preços N° 015/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º015/2013 –

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.

OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores

da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
7	400	Un	Borracha branca escolar 40/40 (01-22-0138)	ZAP	R\$0,08	R\$32,00
9	120	Cx	Caneta esferográfica azul, corpo transparente ponta fina, com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-12-0012)	BIC	R\$16,99	R\$2.038,80

10	80	Cx	Caneta esferográfica preta, corpo transparente, ponta fina com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-22-0014)	BIC	R\$16,99	R\$1.359,20
11	40	Cx	Caneta esferográfica vermelho, corpo transparente, ponta fina com tampa provida de clips, caixa com 50 Un (01-22-0015)	BIC	R\$16,99	R\$679,60
12	600	Un	Caneta marca texto, carga na cor amarela (01-22-0114)	FOSKA	R\$0,41	R\$246,00
21	300	Tb	Cola branca escolar, não tóxica, 40 gr, (01-12-0008)	ALMAFLEX	R\$0,34	R\$102,00
26	300	Un	Extrator de grampo em aço inoxidável, tam. 15x1,8x1,8 cm (01-22-0201)	MARCARI	R\$0,66	R\$198,00
28	700	RI	Fita adesiva de polipropileno, transparente 12mmx30m. (01-22-0106)	EMBALANDO	R\$0,29	R\$203,00
32	300	Cx	Grampo trilho 80mm, de latão caixa com 50 unidades. (01-22-0040)	FOSKA	R\$3,36	R\$1.008,00
39	1300	Rm	Papel a4 210x297mm, resma com 500 fls, 75 gr (01-22-0128)	ONE	R\$9,50	R\$12.350,00
43	400	Un	Pasta az lombo estreito 05 cm com visor. (01-22-0028)	MARCARI	R\$3,45	R\$1.380,00
44	600	Un	Pasta az lombo largo 08 cm com visor. (01-22-0029)	MARCARI	R\$3,45	R\$2.070,00
47	500	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente cristal, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm (01-22-0030)	ALAPLAST	R\$1,99	R\$995,00
48	500	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente fumê, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm (01-22-0151)	ALAPLAST	R\$1,99	R\$995,00
54	50	Un	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm. (01-22-0203)	FOSKA	R\$6,36	R\$318,00
60	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor azul (01-22-0009)	FOSKA	R\$0,50	R\$100,00

61	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor preto (01-22-0010)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
62	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor verde (01-22-0012)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
63	200	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor vermelho (01-22-0011)	FOSKA	R\$0,53	R\$106,00
68	100	Un	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 18 cm, com 07 polegadas, com cabo em pvc. (01-12-0009)	AQUINPEL	R\$1,74	R\$174,00
71	1500	Un	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It), Dimensão (LXC): 76 X 102 mm, Cor: Amarelo. Bloco c/ 100 fls (01-22-0233)	AQUINPEL	R\$1,07	R\$1.605,00
72	1500	Un	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It), Dimensão (LXC): 38 X 51 mm, Cor: Amarelo. Bloco c/ 100 fls (01-22-0234)	AQUINPEL	R\$0,35	R\$525,00
	26.696,60					

Extrato de Ata de Registro de Preços N° 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º016/2013 – Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
57	50 50	Pct	Pilha alcalina média, pacote com 02 unidades.	ALFACELL	R\$3,90	R\$195,00
	R\$195,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N° 025/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º025/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	700	Pct	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades. (01-01-0299)	MEGA BRILHO	R\$0,75	R\$525,00
4	600	Un	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml.A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.(01-01-0281)	WORKER	R\$1,20	R\$720,00
24	220	Un	Sabonete líquido perolado, diversas fragrâncias, frasco com 5000 ml.	MAX	R\$12,91	R\$2.840,20
25	400	Un	Lustra móveis 200ml. (01-01-0009)	WORKER	R\$1,15	R\$460,00
	R\$4.545,20					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º001/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

ITEM	Quant.	Un.	Medicamento	Marca	Valor Un.	Valor Total
49	15.000	frs	Fosfato sódico de prednisona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.	Prati Donaduzzi	R\$2,365	R\$35.475,00
89	300	frs	Travatan colírio	Alcon	R\$ 35,30	R\$ 10.590,00
	R\$46.065,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º002/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
4	120	cx	Alprazolam 1mg, caixa com 30 comp.	Germel	R\$ 8,802	R\$1.056,24
5	80	cx	Alprazolam 2mg, caixa com 30 comp.	Germel	R\$ 16,35	R\$1.308,00
6	200	frs	Anestésico lidocaína 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml	Hipolador	R\$1,85	R\$370,00
12	30	fr	Bromazepam 6mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 1,71	R\$51,30
14	100	cx	Carvedilol 25mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,438	R\$343,80
15	200	cx	Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 2,148	R\$429,60



23	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg, caixa com 50 comp.	E.M.S	R\$ 5,675	R\$ 397,25
24	20	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg, caixa com 50 comp.	Teuto	R\$ 5,00	R\$100,00
27	100	cx	Cloridrato de paroxetina 20mg, caixa com 30 comp.	Aurobindo	R\$ 6,879	R\$687,90
29	30	cx	Cloridrato de sertralina 50mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,87	R\$116,10
31	100	cx	Cloridrato de tramadol 50mg, caixa com 10 comp.	Teuto	R\$ 1,433	R\$143,30
32	500	cx	Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$15,03	R\$7.515,00
33	30	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$10,74	R\$322,20
45	100	tb	Finasterida 5mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 10,32	R\$1.032,00
63	60	cx	Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$6,939	R\$416,34
64	30	cx	Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 6,06	R\$ 181,80
66	30	cx	Losartana 100mg, caixa com 30 comp.	Prati Donaduzzi	R\$ 6,837	R\$ 205,11
67	100	cx	Losartana 25mg, caixa com 28 comp.	Torrent	R\$ 3,192	R\$ 319,20
74	90	fr	Oleo mineral, frasco com 100mL	Mariol	R\$1,64	R\$147,60
78	120	cx	Oxcarbazepina 600mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$19,353	R\$2.322,36
84	500	frs	Solução de manitol 20%, frasco com 250ml	Equiplax	R\$3,15	R\$1.575,00
86	2000	AMP.	Sulfato de Morfina, 10 mg	Hipolabor	R\$0,7168	R\$1.433,60
R\$20.473,70						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º003/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
17	120	cx	Citalopram 20mg, caixa com 28 comp.	Torrent	R\$3,05	R\$366,00
21	80	fr	Cloridrato de Bu-propiona 150mg, caixa com 60 comp.	Glaxo	R\$45,00	R\$3.600,00
77	100	cx	Oxcarbazepina 300mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$8,30	R\$830,00
93	100.000	cp	Ácido valproico 250 mg	Biolab	R\$0,1999	R\$19.990,00
R\$24.786,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º004/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
1	150	cx	Actos 30mg, caixa com 15 comp.	Actos	R\$ 37,74	R\$ 5.661,00
35	24	fr	Cosopt, frasco com 5ml	Cosopt	R\$ 51,30	R\$ 1.231,20
38	50	cx	Depakote ER 500mg, caixa com 30 comp.	Depakote	R\$ 38,85	R\$ 1.942,50
39	15	cx	Dicetel 100mg, caixa com 20 comp.	Dicetel	R\$ 37,19	R\$ 557,85

73	300	fr	Oleo Dersani, frasco com 200mL	Dersani	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
81	100	cx	Ritmo-norm 300mg, caixa com 30 comprimidos	Ritmo-norm	R\$ 15,16	R\$1.516,00
92	150	cx	Vytorin 10/20mg, caixa com 28 comp.	Vytorin	R\$ 58,84	R\$ 8.826,00
						R\$27.234,55

Extrato de Ata de Registro de Preços N°005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º005/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DHOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP E EXP LTDA
 OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
9	100	fr	Atrovent 0,25mg/mL sol inalação, frasco com 20 ml.	Boehringer	R\$9,08	R\$908,00
70	150	cx	Mesilato de Doxazosina 4mg, caixa com 30 comp.	Genpharm	R\$9,90	R\$1.485,00
						R\$2.393,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º006/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA.
 OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor total
13	50	cx	Bude-sonina 200mcg, caixa com 60 caps + inalador	Novartis	R\$14,97	R\$748,50
47	40	cx	Fluir 12mcg, caixa com 60 cap-sulas + inalador.	Mante-corp	R\$44,53	R\$1.781,20
75	30	cx	Onglyza 5 mg com 28 comprimido	Bristol	R\$111,46	R\$3.343,80
90	30	frs	Verotina gotas 20mg/mL	Libbs	R\$22,27	R\$668,10
						R\$6.541,60

Extrato de Ata de Registro de Preços N°007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º007/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODIET FARMACEUTICA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
30	200	cx	Cloridrato de ticlopidina 250mg, caixa com 30 comp.	Merck S/A	R\$10,50	R\$2.100,00
						R\$2.100,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º008/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.
 OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
61	80.000	cp	Levodopa + benzerazida 100+25mg comprimido birranhurados	Roche	R\$0,70	R\$56.000,00
R\$56.000,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMERD MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor unit.	Valor total
1	1.200	PCT	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades.	Estilo	R\$1,98	R\$2.376,00
8	150	cx	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo para análise clínica, canhão de cor preta com bisel trifacetado, siliconizado, esterilizado a óxido de etileno. Embalagem unitária em plástico com lacre de segurança em papel. Contendo o calibre de agulha. Medidas 25x7 mm. Caixa 100 unidades, com validade acima de 3 anos.	Med Goldman	R\$18,10	R\$2.715,00
9	400	FRS	Álcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml. (01.05.0553)	Wirath	R\$21,62	R\$8.648,00
11	300	UNI	Almotolia cor marrom, frasco com 100ml. (01.05.0554)	J Prolab	R\$1,025	R\$307,50
13	300	FRS	Almotolia transparente, frasco com 100ml. (01.05.0555)	J Prolab	R\$1,025	R\$307,50
14	300	FRS	Almotolia transparente, frasco com 250ml. (01.05.0556)	J Prolab	R\$1,40	R\$420,00
21	50	UNI	Cânula de Guedel calibre 04, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanhar um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01.19.0195)	Protec	R\$2,256	R\$112,80

22	50	UNI	Cânula de Guedel calibre 05, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01.19.0196)	Protec	R\$2,256	R\$112,80
31	15	unid.	Eletródos de membro tipo clips reutilizáveis adulto periférico para o aparelho eletrocardiografo da marca Cardio Touch	Cardio Touch	R\$76,00	R\$1.140,00
35	400	PCT	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades. (01.05.0744)	Estilo	R\$3,98	R\$1.592,00
51	200	GL	Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 05 litros. (01.19.0169)	Dentaltec	R\$12,28	R\$2.456,00
52	200	FRS	Glicerina líquida, PA, frasco com 1.000 ml	Wirath	R\$14,89	R\$2.978,00
54	500	CX	Haste em polipropileno flexível, com algodão algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida em suas pontas, caixa com 75 unidades. (01.40.0003)	Higie Topp	R\$0,656	R\$328,00
56	400	CX	Lâmina fosca para coleta de preventivo 26x76cm, cx c/50 unid. (01-05-0155)	Solidor	R\$2,65	R\$1.060,00
57	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades. (01-05-0600)	Med Blade	R\$6,343	R\$1.268,60
58	300	CX	Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades. (01-05-0601)	Med Blade	R\$5,88	R\$1.764,00
59	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades. (01-05-0602)	Med Blade	R\$6,34	R\$634,00
61	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades. (01-05-0604)	Med Blade	R\$6,34	R\$1.268,00
76	1.300	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexoes soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto. (01-05-0613)	Ns	R\$5,50	R\$7.150,00
77	1.300	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexoes soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil. (01-05-0611)	Ns	R\$5,49	R\$7.137,00
80	100	RL	Papel para eletrocardiograma 48mmx30mt. (rolo) (01-09-0020)	Daru	R\$2,44	R\$244,00
81	600	RL	Papel para eletrocardiograma, rolo com 58mmx30m. (01-05-0381)	Tecnoprint	R\$3,418	R\$2.050,80

84	300	PCT	Saco de lixo hospitalares/infectantes, 30 litros nas medidas aproximada 59 x 62 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades. (01-01-0291)	Araken	R\$13,89	R\$4.167,00
85	400	PCT	Saco de lixo hospitalares/infectantes, 50 litros nas medidas aproximada 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades. (01-01-0289)	Araken	R\$18,00	R\$7.200,00
86	1.000	UNI	Scalp n° 21. (01-19-0022)	Med Goldman	R\$0,119	R\$119,00
87	2.000	UNI	Scalp n° 27. (01-19-0140)	Med Goldman	R\$0,119	R\$238,00
88	1.000	UNI	Scalp n° 23. (01-19-0014)	Med Goldman	R\$0,119	R\$119,00
90	300	CX	Seringa desc. 1 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid. (01.05.0133)	Med Inject	R\$9,979	R\$2.993,70
93	700	CX	Seringa desc.10 ml, sem agulha cx c/ 100 unid. (01-05-0141)	Med Inject	R\$17,95	R\$12.565,00
105	600	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 10 com balão 5cc (01-05-0620)	Med Goldman	R\$1,28	R\$768,00
106	2.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 14 com balão 5cc (01-05-0622)	Med Goldman	R\$1,279	R\$2.558,00
109	2.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 22 com balão 5cc (01-05-0625)	Solidor	R\$1,349	R\$2.698,00
113	5.200	UNI	Sonda uretral n° 08. (01-05-0249)	Biosani	R\$0,289	R\$1.502,80
117	2.800	FRS	Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado (01-05-0657)	Fresenius Kabi Brasil	R\$1,98	R\$5.544,00
126	200	cx	Tubo para coleta de sangue a vácuo em plástico, transparente, incolor, siliconizado, estéril, com gel, separador inerte, para soro ativador de coágulo, volume de aspiração de 5ml com tampa plástica protetora hemogard. Medindo aprox. 13 x 100mm. Caixa com 100 unidades. Com validade acima de 3 anos. (01.09.0279)	Laborimport	R\$49,50	R\$9.900,00
R\$96.442,50						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º010/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas

Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.



Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor unit.	Valor Total
10	2.500	RL	Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de brancura), rolo com 500g. (01.05.0741)	Névoa	R\$6,90	R\$17.250,00
12	300	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 250ml. (01.05.0103)	J Pro Lab	R\$1,45	R\$435,00
25	3.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 11 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde. (01-05-0583)	Catharina	R\$12,50	R\$37.500,00
26	3.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde. (01.05.0344)	Catharina	R\$12,84	R\$38.520,00
27	1.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades. Registro no Ministério da Saúde. (01-05-0584)	America	R\$0,30	R\$300,00
30	300.000	UNI	Dispositivo perfuro cortante para punção de sangue, (lançeta), mantido com a agulha protegida e esteril, acoplada a lancetador descartável, de uso único, agulha com profundidade de penetração de no mínimo dois tamanhos, retraindo automaticamente após o uso. O fornecedor das lancetas deverá disponibilizar 1.500 lancetador, em regime de comodato. (01.19.0130)	Roche	R\$0,21	R\$63.000,00
46	2.200	RL	Fita hipoalergenica corte reto transparente 100 mm x 4,5 m (01.19.0041)	3M	R\$7,99	R\$17.578,00
49	3.000	UNI	Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e farmacêutico responsável. (01.05.0749)	FBM	R\$0,58	R\$1.740,00
60	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades. (01-05-0603)	MED BLADE	R\$6,30	R\$1.260,00
82	4.000	UNI	Respirador dobrável (mascara bico de pato), Recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10micra (diâmetroaerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos EUA para controle da exposição ocupacional à Tuberculose TB** (Mycobacterium tuberculosis). Filtro para particulados: classe PFF-2, Eficiência mínima de filtração de aproximadamente 94%, BFE > 99% aproximadamente(Eficiência de Filtração Bacteriológica), Cor branca, tamanho regular, Formato dobrável, Fabricado, testado e aprovado no Brasil, Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego- Certificado de Aprovação (CA): 17611, Registro do Ministério da Saúde:(ANVISA).	3M	R\$1,55	R\$6.200,00
94	30.000	UNI	Seringa descartáveis de 0,5ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 50 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças e adolescentes. (01.19.0175)	BD	R\$0,28	R\$8.400,00
107	2.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 16 com balão 5cc (01-05-0623)	MED FOLEY	R\$1,35	R\$2.700,00

108	2.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 18 com balão 5cc (01-05-0624)	MED FOLEY	R\$1,35	R\$2.700,00
111	200	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia n° 10 (01-05-0644)	SOLUMED	R\$7,30	R\$1.460,00
112	80	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia n° 12 (01-05-0645)	SOLUMED	R\$7,30	R\$584,00
127	20	cx	Indicador Biológico a vapor caixa com 100 ampolas, com as seguintes especificações mínimas: di tipo auto-contido, com tempo de resposta de no máximo 48 horas, composto de uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e calibrados de Bacillus Stearothermophilus, para controle biológico dos processos de esterilização à vapor saturado. A tira contendo esporos deve estar armazenada em uma ampola plástica que também acondiciona uma ampola de vidro contendo um caldo nutriente próprio para o cultivo dos microorganismos. A ampola plástica deve estar fechada com tampa perfurada e protegida por um papel de filtro hidrofóbico. A ampola deve conter um rótulo externo que informa o lote e a data da fabricação do produto, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico externo que diferencia as ampolas processadas das não-processadas.	3M	R\$540,00	R\$10.800,00
R\$210.427,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°011/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º011/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
23	8.000	UNI	Cateter intravenoso n° 20 G. (01.19.0027)	Solidor	R\$0,407	R\$3.256,00
24	10.000	UNI	Cateter intravenoso n° 22 G. (01.19.0028)	Solidor	R\$0,407	R\$4.070,00
39	700	CX	Fio de nylon 5-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades. (01-05-0592)	Procare	R\$13,97	R\$9.779,00
43	400	CX	Fio de sutura nylon 3-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env. (01-05-0304)	Procare	R\$13,97	R\$5.588,00
44	800	CX	Fio de sutura nylon 4-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env. (01-05-0305)	Procare	R\$13,95	R\$11.160,00
45	7.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 5,0x 4,50 metros. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente. (01-05-0746)	Missner	R\$2,14	R\$14.980,00
96	100	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 04 (01-05-0495)	Biosani	R\$0,277	R\$27,70
97	100	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 06 (01-05-0496)	Biosani	R\$0,31	R\$31,00
98	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 08 (01-05-0497)	Biosani	R\$0,32	R\$64,00
99	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 10 (01-05-0577)	Biosani	R\$0,329	R\$65,80
100	150	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 12 (01-05-0498)	Biosani	R\$0,336	R\$50,40
101	150	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 14 (01-05-0499)	Biosani	R\$0,394	R\$59,10
102	600	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 08 (01-05-0472)	Biosani	R\$0,293	R\$175,80
103	600	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 10 (01-05-0500)	Biosani	R\$0,299	R\$179,40
104	800	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 12 (01-05-0473)	Biosani	R\$0,313	R\$250,40
110	1.000	UNI	Sonda gástrica levine n°. 10 (01-05-0754)	Biosani	R\$0,438	R\$438,00
114	43.000	UNI	Sonda uretral n° 10. (01-05-0127)	Biosani	R\$0,297	R\$12.771,00
R\$62.945,60						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°012/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º012/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
5	400	CX	Agulha hipodérmica des. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente. (01.05.0135)	EMBRAMAC	R\$2,99	R\$1.196,00
19	50	UNI	Cânula de Guedel calibre 00, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01.19.0191)	PROTEC	R\$2,20	R\$110,00
20	50	UNI	Cânula de Guedel calibre 01, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01.19.0192)	PROTEC	R\$2,20	R\$110,00
33	1.000	PCT	Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Pacote estéril (embalado individualmente) com 100 unidades. (01.05.0743)	KOLPLAST/ESTERIL	R\$13,40	R\$13.400,00
40	40	CX	Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades. (01.05.0753)	SHALON/CATGUT	R\$54,99	R\$2.199,60
41	50	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades. (01.05.0751)	SHALON/CATGUT	R\$54,99	R\$2.749,50
42	50	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades. (01.05.0752)	SHALON/CATGUT	R\$58,50	R\$2.925,00
47	50	UNI	Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados. (01-05-0748)	BITTENCURT	R\$2,72	R\$136,00
50	50	UNI	Fronha hospitalar, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,50 x 0,70m, na cor branco. (01-05-0597)	LD	R\$7,83	R\$391,50



55	15	Kit	Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéreis 7,5x7,5cm, pte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica. (01.05.0383)	MARIMAR/ PARTO	R\$54,78	R\$821,70
63	500	RL	Lençol descartável de papel para maca com pico- te, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm. (01-05-0607)	FARMAKLIN/ MAXPAPER	R\$3,90	R\$1.950,00
64	70	UNI	Lençol para maca ou leito, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,90x2,00m, com elástico, na cor branco. (01-05-0608)	LD	R\$14,85	R\$1.039,50
65	1.300	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5 (01-05-0609)	MAXITEX	R\$0,80	R\$1.040,00
66	3.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 7 (01-19-0010)	MAXITEX	R\$0,80	R\$2.400,00
67	2.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,0 (01-19-0011)	MAXITEX	R\$0,80	R\$1.600,00
68	900	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5 (01-19-0012)	MAXITEX	R\$0,80	R\$720,00
69	3.700	PAR	Luva cirúrgica latex estéril, nº 7,5. (01-05-0154)	MAXITEX	R\$0,80	R\$2.960,00
70	800	CX	Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. G, caixa com 100 unidades cada. (01.05.0700)	NUGARD	R\$11,58	R\$9.264,00
71	2.500	CX	Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. M, caixa com 100 unidades cada. (01.05.0701)	NUGARD	R\$11,58	R\$28.950,00
72	2.500	CX	Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. P, caixa com 100 unidades cada. (01.05.0702)	NUGARD	R\$11,58	R\$28.950,00
73	700	CX	Luva de procedimento latex, descartável , para uso hospitalar, tam. PP, caixa com 100 unidades cada. (01.05.0703)	NUGARD	R\$11,58	R\$8.106,00
74	7.000	PAR	Luva ginecológica estéril para toque (01-19-0073)	LUPLAST	R\$0,078	R\$546,00
75	300	CX	Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de polipropileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, con- feccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades. (01-05-0612)	OLIMED	R\$3,40	R\$1.020,00
78	400	CX	Papel crepado 30x30 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades. (01-05-0616)	POLAR	R\$50,85	R\$20.340,00
89	9.000	UNI	Scalp nº 25. (01-19-0015)	EMBRAMED	R\$0,10	R\$900,00

118	400	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 40x40, Fenestrado, cor caqui (01-19-0044)	LD/BRIM	R\$4,80	R\$1.920,00
119	40	CJ	Travesseiros 100% fibra siliconizada, revestido em tecido 100% algodão, percal com aprox. 235 fios, com capa impermeável, confeccionada em plástico com reforço em malha de poliéster, é totalmente impermeável, lavável e antialérgica, podendo ser utilizado produtos de limpeza inclusive álcool, com zíper para fácil colocação. Medindo aprox. 50 x 70 cm. (01-05-0666)	ALTEMBURG	R\$30,00	R\$1.200,00
120	500	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 5,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0181)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$1.045,00
121	500	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,5 mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0183)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$1.045,00
122	500	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 8,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0185)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$1.045,00
123	600	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 8,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0185)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$1.254,00
124	400	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0184)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$836,00

125	400	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos. (01.19.0185)	MED GOLD/ MEDTRAQUEA	R\$2,09	R\$836,00
R\$143.005,80						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°013/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º013/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
3	1.100	CX	Agulha hipodérmica des 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente. (01.05.0137)	SOLIDOR	R\$3,49	R\$3.839,00
28	550	UNI	Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, dextrita, alvejante óptico e possuir PH de 5,0 a 8,0 impurezas, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade. (01-05-0598)	MEDIPLUS	R\$20,00	R\$11.000,00
48	3.000	UNI	Fita para autoclave 19mm x 30metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termoativa externa resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural. (01-05-0153)	MASTERFIX	R\$2,35	R\$7.050,00
116	800	FRS	Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado (01-05-0658)	SEGMENTA	R\$2,18	R\$1.744,00
R\$23.633,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°014/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º014/2013 – Pregão Presencial 03/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP. DATA: 22/02/2013 a 21/02/2014.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ Fabricante	Valor Unit.	Valor Total
2	200	FRS	Ácido acético solução a 3%, frs. c/ 1000 ml (01-05-0427)	MIYAKO	R\$25,00	R\$5.000,00
4	800	CX	Agulha hipodérmica des. 25x6, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente. (01.05.0138)	EMBRAMAC	R\$3,49	R\$2.792,00

6	200	CX	Agulha hipodérmica des. 30x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente. (01.05.0552)	EMBRAMAC	R\$3,50	R\$700,00
7	3000	UNI	Agulha estéril 30 x 0,7 mm, para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança em plástico, esterilização por radiação gama. (01.09.0281)	BD	R\$0,69	R\$2.070,00
15	300	PCT	Atadura de crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades. (01.05.0564)	CYSNE	R\$15,72	R\$4.716,00
16	1.500	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades. (01.05.0563)	BRUNA	R\$10,50	R\$15.750,00
17	1.500	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 4cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades. (01.05.0557)	ORTOFEN	R\$3,12	R\$4.680,00
18	1.400	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades. (01.05.0558)	M. H. BRUNA	R\$3,09	R\$4.326,00
29	960	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 1000 ml. (01.05.0586)	ENZITEC	R\$13,46	R\$12.921,60
32	6.000	UNI	Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde. (01.19.0164)	COMPOJET	R\$0,68	R\$4.080,00
34	4.500	RL	Esparadrapo comum 10x4,5 cm, com alta aderência, de boa qualidade. (01-05-0113)	MISSNER	R\$3,00	R\$13.500,00
36	2.000	UNI	Espéculo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente. (01-05-0237)	GYNUS/ KOLPLAST	R\$0,98	R\$1.960,00
37	5.000	UNI	Espéculo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente. (01-05-0147)	GYNUS/ KOLPLAST	R\$0,64	R\$3.200,00
38	2.000	UNI	Espéculo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente. (01-05-0146)	GYNUS/ KOLPLAST	R\$0,60	R\$1.200,00
53	300	PCT	Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se confortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização. Cor branca. Pacote com 100 unidades. (01.19.0171)	DESCARPACK	R\$5,00	R\$1.500,00
62	3.500	PCT	Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pcte c/ 10 unid. (01-05-0430)	ANADONA	R\$6,90	R\$24.150,00
79	300	CX	Papel crepado 50x50 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material, crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades. (01-05-0617)	POLARFIX	R\$147,00	R\$44.100,00

83	300	PCT	Saco de lixo hospitalares/infectantes, 100 litros nas medidas aproximada 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades. (01-01-0290)	ARAKEN	R\$29,80	R\$8.940,00
91	400	CX	Seringa desc. 3 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid. (01.05.0139)	DESCARPACK	R\$9,00	R\$ 3.600,00
92	400	CX	Seringa desc. 5 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid. (01-05-0140)	DESCARPACK	R\$10,00	R\$4.000,00
95	100.000	UNI	Seringa descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças, adolescentes e adultos magros. (01.19.0174)	INJEX	R\$0,245	R\$24.500,00
115	51.000	UNI	Sonda uretral nº 12. (01-19-0049)	MEDSONDA	R\$0,31	R\$15.810,00
128	20	un	Incubador biológico, com as seguintes especificações mínimas: capacidade de 4 indicadores biológicos, ciclo de 24 ou 48 horas (vapor) 48 horas (óxido de etileno), voltagem de 90-253V ~ monofásico. Frequência 50-60Hz. Potência: 10w. Consumo de energia: 10 watts/hora. Temperatura máxima : 60°. Temperatura de trabalho adequada: 15° s 40° C.	CRISTOFOLI	R\$173,00	R\$3.460,00
R\$206.955,60						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°017/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º017/2013 –

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a

empresa CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde.	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
2	20		UN	Agenda telefônica comercial, com espaço para endereço, telefone, celular, local e e-mail .	INDEXTEL	R\$10,60	R\$212,00
		R\$212,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°018/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º018/2013 –

Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a

empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde.	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
------	-------	--------	-------	-------------------------	-------	----------------	-------------

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

1	150	UN	Agenda diária com capa dura, medidas aprox. 13,8x20,0cm, miolo em papel branco off-set aprox. 56g/m² (01-22-0148)	MASTER	R\$6,48	R\$972,00
4	250	Un	Apontador para lápis, em plástico com coletor. (01-22-0035)	LEO E LEO	R\$0,36	R\$90,00
5	20	Un	Arquivo de mesa para fichário, com aproximadamente 60x60 cm. (01-22-0146)	ACRIMET	R\$31,07	R\$621,40
6	2200	Un	Arquivo morto de polionda, formato aprox. 350x130x245mm cor vermelha. (01-22-0037)	ALAPLAST	R\$1,79	R\$3.938,00
18	80	Cx	Clips n.º 6/0, cromado, cx. C/ 50 unid. (01-22-0127)	JOCAR	R\$0,78	R\$62,40
20	100	Un	Cola bastão, blister c/ 10 gr. (01-12-0035)	TRIZ	R\$0,36	R\$36,00
22	500	Frs	Corretivo líquido a base de água, frasco com 18ml. (01-22-0018)	ART MAX	R\$0,56	R\$280,00
23	80	Cx	Elástico circular (dinheiro), em látex, cor amarela, caixa pequena com 25 gramas (01-22-0199)	MAMUTH	R\$0,65	R\$52,00
24	50	Un	Estilete grande lamina larga (01-22-0043)	MASTER	R\$0,44	R\$22,00
25	30	Un	Estilete pequeno corpo em pvc. (01-22-0036)	MASTER	R\$0,31	R\$9,30
27	600	RI	Fita adesiva de papel kraft 50mmx50m (01-22-0020)	EUROCELL	R\$6,14	R\$3.684,00
29	400	RI	Fita adesiva de polipropileno, transparente aprox. 50mmx50m. (01-22-0062)	FLAX	R\$1,50	R\$600,00
31	1000	Cx	Grampo para grampeador 26x6, cobreado cx c/ 1000un. (01-22-0024)	IARA	R\$0,60	R\$600,00
40	40	Cx	Papel carbono filme, para lápis e esferográficas, preta, formato a4, cx c/ 100 folhas. (01-22-0069)	GOLLER	R\$13,00	R\$520,00
41	5	Cx	Papel verge, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, bege, (01-22-0219)	OFF PAPER	R\$5,98	R\$29,90
42	5	Cx	Papel verge, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, branco. (01-22-0218)	OFF PAPER	R\$5,98	R\$29,90
45	30	Un	Pasta catálogo, tipo fichário, capa dura revestida em pvc, lombada de 05 cm, na cor preta, c/ visor, com 50 plásticos. (01-22-0150)	DAC	R\$4,32	R\$129,60
46	400	Un	Pasta de papelão plastificado com aba elástica, cor branca e preta. (01-22-0071)	ICL	R\$0,65	R\$260,00
49	200	Un	Pasta plástica em l, transparente, texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0072)	DAC	R\$0,33	R\$66,00
52	200	Un	Pasta plástica transparente (40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0124)	ALAPLAST	R\$1,68	R\$336,00
55	20	Un	Perfurador de papel, todo em ferro fundido, inclusive a base, com pintura martelada, com alta capacidade de perfuração. (01-22-0086)	CAVIA	R\$31,20	R\$624,00
64	50	Un	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal. (01-22-0089)	WALEU	R\$3,86	R\$193,00
65	30	Un	Porta carimbo em metal, com capacidade para 08 carimbos (01-22-0204)	CARBRINK	R\$10,60	R\$318,00
	R\$13.473,50					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º021/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	40	Un	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca. (01-01-0303)	PLASUTIL	R\$48,75	R\$1.950,00
16	400	Un	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0312)	ZAVASKI	R\$0,75	R\$300,00
27	200	Pct	Fósforo caixa com 40 palitos, pacote com 10 caixas. (01-01-0016)	GABOARDI	R\$1,23	R\$246,00
	R\$2.496,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º022/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	200	Pct	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia (01-01-0205)	HARACEM	R\$1,30	R\$260,00
19	1000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0315)	LIMPA BRASIL	R\$1,48	R\$1.480,00
20	2000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0316)	LIMPA BRASIL	R\$1,10	R\$2.200,00
21	4000	Pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0317)	LIMPA BRASIL	R\$1,75	R\$7.000,00
22	500	Un	Saponáceo em pó, embalagem c/ 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0318)	SANY BRIL	R\$0,91	R\$455,00
29	3400	Pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, 30 x 33 cm pacote com no mínimo 50 unidades. (01-01-0334)	DALMATA	R\$0,86	R\$2.924,00

30	1300	Un	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha. (01-01-0050)	MARTINS	R\$1,43	R\$1.859,00
	R\$16.178,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°023/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º023/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	100	Un	Escova para limpeza tipo oval, fio nylon, em madeira, tamanho pequeno. (01-01-0297)	TANK	R\$2,00	R\$200,00
2	200	Un	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno. (01-01-0298)	VALENTINA	R\$2,60	R\$520,00
6	50	Un	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca. (01-01-0304)	PLASVALE	R\$25,00	R\$1.250,00
7	500	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393(01-01-0305)	NOBRE	R\$1,57	R\$785,00
8	700	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394 (01-01-0306)	NOBRE	R\$1,59	R\$1.113,00
9	500	Par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395 (01-01-0307)	NOBRE	R\$1,59	R\$795,00
10	40	Un	Pá coletores lixo automático, plástico resistente, cabo longo. (cata cata) (01-01-0339)	BETTANIN	R\$20,90	R\$836,00
11	1000	Pct	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo c/ no mínimo 30mx10cm, pct c/ 04 rolos. (01-01-0309)	TENDERLY	R\$3,10	R\$3.100,00
23	200	Un	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico. (01-01-0320)	NOVIÇA	R\$7,50	R\$1.500,00
	R\$10.099,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°024/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º024/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME.

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
15	1000	Cx/Pc	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr. (01-01-0324)	FLASCH	R\$2,50	R\$2.500,00
17	50	Un	Saboneteira em plástico especial com alta resistência ao impacto para sabonete líquido. Cor: Branco. (01-01-0329)	PREMISSE	R\$12,50	R\$625,00
18	1200	Un	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade. (01-01-0314)	MARTIM	R\$2,50	R\$3.000,00
28	50	Un	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro. (01-24-0001)	INVICTA	R\$30,00	R\$1.500,00
	R\$7.625,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°026/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º026/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	2500	Pct	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1000 folhas. (01-01-0311)	NOBRE	R\$9,92	R\$24.800,00
	R\$24.800,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N°027/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º027/2013 – Pregão Presencial 08/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e gêneros alimentícios, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde	Unid	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
26	1000	Kg	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses. (01-23-0001)	CARAVELAS	R\$1,93	R\$1.930,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°065/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º065/2012 – Pregão Presencial 032/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SANTA CATARINA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de alimentos (café), para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e demais setores da secretaria Municipal de Saúde, com exceção do CAPS II. DATA: 15/06/2012 a 15/06/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	4.500	Pct.	Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra-forte, embalagem aluminiza da a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 500gr, validade de 01 ano.	Paladar	R\$ 5,9700	R\$ 26.865,00
VALOR TOTAL R\$ 26.865,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°100/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º100/2012 – Pregão Presencial 048/2012- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de expediente, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 05/09/2012 a 05/09/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor unitario	Valor total
2	20	Un	Agenda telefônica comercial, com espaço para endereço, telefone, celular, local e e-mail	Kit	R\$ 4,8000	R\$ 96,00
3	20	Un	Almofada para carimbo tinta preta N° 03	Japan	R\$ 1,3900	R\$ 27,80
4	250	Un	Apontador para lápis, em plástico com coletor.	Leo Leo	R\$ 0,1200	R\$ 30,00
5	1500	Un	Arquivo morto de polionda, formato aprox. 350x130x245mm cor vermelha.	Allplast	R\$ 1,5500	R\$ 2.325,00
6	20	Un	Bobina para fax-simile, 216x30m, papel tratado quimicamente termosencil.	Aloform	R\$ 3,2100	R\$ 64,20
15	50	Un	Cd-rw regravável, capacidade 700mb/80min.	Masterprint	R\$ 1,0000	R\$ 50,00
20	500	Frs	Corretivo líquido a base de água, frasco com 18ml.	Piratiniga	R\$ 0,6000	R\$ 300,00
21	60	Cx	Elástico circular (dinheiro), em látex, cor amarela, caixa pequena com 25 gramas	Manuth	R\$ 0,7200	R\$ 43,20
31	400	Cx	Grampo para grampeador 26x6, cobreado cx c/ 1000un.	Jocar	R\$ 0,4900	R\$ 196,00
36	400	Un	Livro protocolo, capa dura com 50 folhas.	Megalife	R\$ 2,7000	R\$ 1.080,00
62	40	Un	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal.	Waleu	R\$ 3,3900	R\$ 135,60
64	150	Un	Régua plástica cristal 30cm.	Waleu	R\$ 0,2000	R\$ 30,00
66	100	Un	Tinta p/almofada de carimbo, sem óleo, preta, frs c/ 40 a 45ml.	Japan	R\$ 1,1000	R\$ 110,00
VALOR TOTAL R\$ 4.487,80						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°101/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º101/2012 – Pregão Presencial 048/2012- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de expediente, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 05/09/2012 a 05/09/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor unitário	Valor global
1	100	Un	Agenda diária com capa dura, medidas aprox. 13,8x20,0cm, miolo em papel branco off-set aprox. 56g/m².	Frama	R\$ 6,4500	R\$ 645,00
9	120	Cx	Caneta esferográfica azul, corpo transparente ponta fina, com tampa provida de clips.	Bic	R\$ 15,6300	R\$ 1.875,60
10	80	Cx	Caneta esferográfica preta, corpo transparente, ponta fina com tampa provida de clips.	Bic	R\$ 15,6300	R\$ 1.250,40
11	25	Cx	Caneta esferográfica vermelho, corpo transparente, ponta fina com tampa provida de clips.	Bic	R\$ 15,6300	R\$ 390,75
12	600	Un	Caneta marca texto, carga na cor amarela.	Foska	R\$ 0,3500	R\$ 210,00



13	3000	Un	Cartolina branca 180gr/m2, 50X66cm .	Bignardi	R\$ 0,2800	R\$ 840,00
30	200	Un	Grampeador para grampos 26/6 tamanho médio.	Foska	R\$ 4,2300	R\$ 846,00
32	500	Cx	Grampo trilho 80mm, de latão caixa com 50 unidades.	Foska	R\$ 3,3400	R\$ 1.670,00
37	2100	Rm	Papel a4 210x297mm, resma com 500 fls, 75 gr.	One	R\$ 8,8000	R\$ 18.480,00
44	400	Un	Pasta de papelão plastificado com aba elástica, cor branca e preta.	Icl	R\$ 0,6000	R\$ 240,00
52	50	Un	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm.	Foska	R\$ 5,0000	R\$ 250,00
54	100	Pct	Pilha alcalina grande, pacote com 02 unidades.	Bic	R\$ 6,1600	R\$ 616,00
57	200	Un	Pilha tipo palito alcalina.	Elgim	R\$ 0,8200	R\$ 164,00
58	400	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor azul.	Foska	R\$ 0,5500	R\$ 220,00
65	100	Un	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 18 cm, com 07 polegadas , com cabo em pvc.	Aquinpel	R\$ 1,4800	R\$ 148,00
VALOR TOTAL R\$ 27.845,75						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°102/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º102/2012 – Pregão Presencial 048/2012- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de expediente, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 05/09/2012 a 05/09/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor unitário	Valor global
14	100	Un	Cd-r gravável, capacidade para 700mb/80 min.	Elgin	R\$ 0,4500	R\$ 45,00
29	400	RI	Fita adesiva de polipropileno, transparente aprox. 50mmx50m.	Delfix	R\$ 1,5600	R\$ 624,00
33	1500	Un	Lápis preto nº 02.	Elite	R\$ 0,0800	R\$ 120,00
38	20	Cx	Papel carbono filme, para lápis e esferográficas, preta, formato a4, cx c/ 100 folhas.	Maripel	R\$ 31,0000	R\$ 620,00
45	300	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente cristal, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm.	Alaplast	R\$ 1,4800	R\$ 444,00
46	300	Un	Pasta plástica com aba elástica, transparente fumê, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm .	Alaplast	R\$ 1,4800	R\$ 444,00
51	3000	Un	Pasta suspensa marmorizada, com visor e ponteiros em PVC.	Frama	R\$ 0,6700	R\$ 2.010,00
VALOR TOTAL R\$ 4.307,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°103/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º103/2012 – Pregão Presencial 048/2012- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de expediente, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 05/09/2012 a 05/09/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor unitário	Valor global
7	600	Un	Borracha branca escolar 40/40.	Zap	R\$ 0,0900	R\$ 54,00
8	60	Un	Caixa p/ correspondência tripla, em acrílico, transparente, com suporte de ferro.	Acrimet	R\$ 40,2700	R\$ 2.416,20
16	300	Cx	Clips n.º 6/0, cromado, cx. C/ 50 unid.	Jocar	R\$ 0,9800	R\$ 294,00
18	600	Un	Cola bastão, blister c/ 10 gr.	Leonora	R\$ 0,3400	R\$ 204,00
19	300	Tb	Cola branca escolar, não tóxica, 40 gr,	Almata	R\$ 0,3300	R\$ 99,00
22	50	Un	Estilete grande lamina larga.	Master	R\$ 0,4900	R\$ 24,50
23	100	Un	Estilete pequeno corpo em pvc.	Master	R\$ 0,3100	R\$ 31,00
26	400	Un	Extrator de grampo em aço inoxidável, tam. 15x1,8x1,8 cm.	Brw	R\$ 0,6500	R\$ 260,00
34	400	Un	Livro ata capa dura com 100 folhas.	Megalife	R\$ 4,1000	R\$ 1.640,00
35	200	Un	Livro ata capa dura com 200 folhas.	Tilibra	R\$ 7,6500	R\$ 1.530,00



39	5	Cx	Papel vergê, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, bege.	Infopel	R\$ 5,9800	R\$ 29,90
40	5	Un	Papel vergê, formato a4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, branco.	Infopel	R\$ 5,9800	R\$ 29,90
47	300	Un	Pasta plástica em l, transparente, texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm.	Jocar	R\$ 0,3600	R\$ 108,00
48	300	Un	Pasta plástica em polipropileno, texturizada transparente com grampo trilho em pvc.	Alaplast	R\$ 0,7700	R\$ 231,00
49	300	Un	Pasta plástica fumê(40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm.	P.K	R\$ 1,3700	R\$ 411,00
50	300	Un	Pasta plástica transparente (40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm.	P.K	R\$ 1,3700	R\$ 411,00
53	30	Un	Perfurador de papel, todo em ferro fundido, inclusive a base, com pintura martelada, com alta capacidade de perfuração.	Cavia	R\$ 36,4700	R\$ 1.094,10
55	100	Pct	Pilha alcalina média, pacote com 02 unidades.	Elgin	R\$ 5,8500	R\$ 585,00
56	150	Pct	Pilha alcalina pequena alcalina, pct c/ 04 unidades.	Elgin	R\$ 3,2700	R\$ 490,50
59	400	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor preto.	Lyke	R\$ 0,5500	R\$ 220,00
60	300	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor verde.	Lyke	R\$ 0,5500	R\$ 165,00
61	300	Un	Pincel atômico, com ponta chanfrada, cor vermelho.	Lyke	R\$ 0,5500	R\$ 165,00
VALOR TOTAL R\$ 10.493,10						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°104/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º104/2012 – Pregão Presencial 048/2012- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EVANDRO MARCOS FERREIRA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de expediente, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 05/09/2012 a 05/09/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor unitário	Valor global
17	100	Cx	Clips n° 02, cromado, cx c/ 100 unidades.	Clips new	R\$ 0,6800	R\$ 68,00
24	20	Cx	Etiqueta autoadesiva para impressora jato de tinta e/ou laser, formato carta, tam. 33,9x101,6mm, cx c/ 1.400 etiquetas.	Informis	R\$ 13,1500	R\$ 263,00
25	30	Cx	Etiqueta branca p/ todos os usos 6180, tam. 25,4 x 66,7 cm, cx 100 folhas, 30 etiquetas por folha, 3.000 etiquetas por caixa.	Informis	R\$ 13,1500	R\$ 394,50
27	600	RI	Fita adesiva de papel kraft 50mmx50m.	Fitasa	R\$ 5,7500	R\$ 3450,00
28	700	RI	Fita adesiva de polipropileno, transparente 12mmx30m.	Fitasa	R\$ 0,3000	R\$ 210,00
41	300	Un	Pasta az lombo estreito 05 cm com visor.	Chies	R\$ 3,4200	R\$ 1.026,00
42	600	Un	Pasta az lombo largo 08 cm com visor.	Chies	R\$ 3,4200	R\$ 2.052,00
63	400	Un	Pranchetas em acrílico, pegador em eucatex, tamanho ofício.	Willeu	R\$ 4,1500	R\$ 1.660,00
VALOR TOTAL R\$ 9.123,50						

Extrato de Ata de Registro de Preços N°20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º20/2013 – Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a Empresa PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Qtde.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Global
3	50	UN	Almofada para carimbo tinta preta N° 03 (01-22-0104)	JAPAN	R\$1,38	R\$69,00
8	20	Un	Caixa p/ correspondência tripla, em acrílico, transparente, com suporte de ferro. (01-22-0088)	WALEU	R\$20,90	R\$418,00
13	170	Un	Caneta para retroprojeto transparência, cor vermelha (01-22-0159)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30
14	170	Un	Caneta para retroprojeto transparência, cor azul (01-22-0198)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30



15	170	Un	Caneta para retroprojektor transparência, cor preta (01-22-0117)	JOCAR	R\$0,69	R\$117,30
16	50	Un	Cd-r gravável, capacidade para 700mb/80 min. (01-33-0071)	MULTILASER	R\$0,56	R\$28,00
17	50	Un	Cd-rw regravável, capacidade 700mb/80min. (01-33-0072)	MULTILASER	R\$0,95	R\$47,50
19	100	Cx	Clips n° 02, cromado, cx c/ 100 unidades. (01-22-0064)	JOCAR	R\$0,71	R\$71,00
30	10	Cx	Grampo para grampeador 23/13, cx 1000 unid. (01-22-0202)	JOCAR	R\$1,68	R\$16,80
33	20	Cx	Lâmina para estilete grande, cx. C/ 10 unid. (01-22-0139)	JOCAR	R\$1,05	R\$21,00
34	20	Cx	Lâmina para estilete pequeno, cx. C/ 10 unid (01-22-0140)	JOCAR	R\$0,76	R\$15,20
35	2500	Un	Lápis preto n° 02 (01-22-0112)	SLIM	R\$0,09	R\$225,00
36	200	Un	Livro ata capa dura com 100 folhas. (01-22-0025)	MAGLIFE	R\$4,29	R\$858,00
37	150	Un	Livro ata capa dura com 200 folhas. (01-22-0026)	MAGLIFE	R\$8,00	R\$1.200,00
38	400	Un	Livro protocolo, capa dura com 50 folhas. (01-22-0103)	FORONI	R\$2,58	R\$1.032,00
50	300	Un	Pasta plástica em polipropileno, texturizada transparente com grampo trilho em pvc. (01-22-0031)	FRAMA	R\$0,73	R\$219,00
51	200	Un	Pasta plástica fumê(40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm. (01-22-0123)	ALAPLAST	R\$1,57	R\$314,00
53	4000	Un	Pasta suspensa marmo rizada, com visor e ponteiros em pvc, (01-22-0073)	FRAMA	R\$0,70	R\$2.800,00
56	150	Pct	Pilha alcalina grande, pacote com 02 unidades. (01-01-0049)	GOLD	R\$7,79	R\$1.168,50
58	50	Pct	Pilha alcalina pequena alcalina, pct c/ 04 unidades. (01-06-0305)	GOLD	R\$3,30	R\$165,00
66	400	Un	Pranchetas em acrílico, pegador em eucatex, tamanho ofício (01-22-0116)	WALEU	R\$4,30	R\$1.720,00
67	200	Un	Régua plástica cristal 30cm. (01-22-0034)	WALEU	R\$0,26	R\$52,00
69	150	Un	Tinta p/almofada de carimbo, sem óleo, preta, frs c/ 40 a 45ml (01-22-0105)	JAPAN	R\$1,13	R\$169,50
70	1000	Un	Cartolina branca 180gr/m2, 50X66cm (01-12-0012)	REIPEL	R\$0,21	R\$210,00
R\$11.171,40						

Extrato de Registro de Preços N°019/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º019/2013 – Pregão Presencial 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a Empresa L. MOHR LTDA ME. OBJETO: aquisição de material de expediente e suprimentos de informática para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 15/03/2013 a 14/03/2014.

Item	Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
59	100	Un	Pilha tipo palito alcalina	CORUJA	R\$1,15	R\$115,00
73	30	Un	Pen Drive 8GB	KINGSTON	R\$20,80	R\$624,00
74	15	Un	Pen Drive 16GB	SANDISK	R\$34,70	R\$520,50
75	4	Un	HD USB Externo 500GB	SEAGATE	R\$233,00	R\$ 932,00
R\$2.191,50						

Papanduva

PREFEITURA

Contrato N° 072/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 072/2013, Referente a Dispensa de Licitação nº 085/2013. Objeto: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total de 200,00 m² (duzentos metros quadrados), localizado na estrada PDV Rio Pratinha, neste município de Papanduva. Contratado(a): JOAO RODRIGUES DUFFECK, sendo R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Vigência: O presente instrumento terá vigência de 07 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Papanduva/SC, 10 de junho de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Edital Processo Seletivo Simplificado Educação 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

N° 001/2013

1 - Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Motorista Veículo em Geral - CNH "D", Servente, Braçal, Guarda nas Secretarias Municipais do Município.

2 - Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 737 de 29 de abril de 2011 e 881 de 31 de maio de 2013.

3 - Inscrições: de 19 à 21 de junho de 2013.

4 - Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno da Prefeitura Municipal, Sito à Rua Beira Rio, 20 - Centro - Passo de Torres.

Passo de Torres - SC 10 de junho de 2013.
Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado

GABRIELA GOMES FERRAS
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto N° 25/2013

DECRETO N° 25/2013

Cria o Comitê Local de Compromisso Todos pela Educação de Paulo Lopes e estabelece outras providências,

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24/04/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Criar o Comitê Local de Compromisso Todos Pela Educação do município de Paulo Lopes;

Art. 2º - O Comitê será constituído por um representante titular e um representante suplente da (o):

I. Conselho Municipal de Educação;

II. Professores da Rede Municipal de Educação;

III. Equipe Administrativa Secretaria Municipal de Educação;

IV. Associações de moradores, agricultores, empresários, pais e professores, ONGs, sindicatos, ou congêneres que representam a sociedade civil do município de Agrônômica;

V. Conselho Tutelar.

Art. 3º - É atribuição do Comitê Local de Compromisso Todos Pela Educação acompanhar o desenvolvimento do Plano de ações Articuladas no município (PAR), garantindo assim a participação representativa da sociedade civil e do governo local no exercício de mobilização e acompanhamento das temáticas educacionais e das metas de evolução do Índice Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Art. 4º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 17 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 26/2013

DECRETO N° 26/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA: Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 250.795,00 (duzentos e cinquenta mil setecentos e noventa e cinco reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 250.795,00
26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 250.795,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001102 - Aplicações Diretas R\$ 250.795,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 250.795,00 (duzentos e cinquenta mil setecentos e noventa e cinco reais) da fonte 0.1.24.001102 - Convênio Min. Das Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 17 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 27/2013

DECRETO N° 27/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 146.250,00
26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 146.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001125 - Aplicações Diretas R\$ 146.250,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais) da fonte 0.1.24.001125 - Convênio Min. da Agricultura.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 17 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 37/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo TÉCNICA E PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 10/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 37/2013 - Tomada de Preços 04/2013, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública totalmente integrados, com acesso simultâneo de usuários integrados, por um período de 48 (quarenta e oito) meses.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 22 de Julho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 13 de Junho de 2013.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Resolução N° 02/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RESOLUÇÃO N° 02/2013

Dispõe da Aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, provenientes do FEAS, no valor de R\$ 1.000,00.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros, cadeiras de rodas, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto 12 de junho de 2013
ANA MARIA RIBEIRO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Edital de Licitação N° 023/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO N° 023/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28 DE JUNHO DE 2013, licitação modalidade Pregão Presencial n° 023/2013, visando a aquisição em caráter excepcional, de medicamentos (manipulados) constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2013.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 28/06/2013, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562200, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE JUNHO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 122/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 122/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO EQUIPAMENTO TRATOR VALTRA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DRESH & CIA. LTDA., autorizado através do Processo n° 099/2013, Dispensa de Licitação n°. 0070/2013.
Valor de R\$ 1.169,65 (um mil cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 002/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 002/2013-FMAS
Registro de Preço
Modalidade de licitação: Pregão Presencial
Tipo de licitação: Menor Preço por ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de gêneros de alimentação para atender as necessidades do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 02/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br
Informações: Telefone: (0xx47) 3369-4111.

Porto Belo, 17 de junho de 2013.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Lei N° 4.150/2013

LEI N° 4.150, de 12 de junho de 2013.

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias, e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento junto à Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e as condições específicas aprovadas para a operação.

§ 1º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de pavimentação e qualificação de vias urbanas, integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE - PAC 2.

§ 2º Para a execução do empreendimento de pavimentação e qualificação de vias urbanas constante do § 1º, será necessário o investimento de R\$ 3.158.000,00 (Três milhões, cento e cinquenta e oito mil reais), sendo que a parcela referente à contrapartida

assumida pela Prefeitura será no valor de R\$ 158.000,00 (Cento e cinquenta e oito mil reais) e a parcela a ser financiada será no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais).

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o Artigo nº 159, Inciso I, da Constituição Federal.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito, objeto do financiamento, serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta LEI.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 12 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei N° 4.151/2013

LEI N° 4.151, de 12 de junho de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação Colmeia Instrutiva, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Colmeia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.001, de 03 de setembro de 2004, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação Colmeia Instrutiva, recursos financeiros no valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), desembolsáveis em uma única parcela, destinados à aquisição de equipamentos necessários para o uso da comunidade de Jangada, neste Município, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no

Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação Colmeia Instrutiva obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto N° 227/2013

DECRETO N° 227, de 07 de junho de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais):

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SEC.MUN.TRANSP.OBRAS E SERV. PÚBL.
ATIVIDADE 2065 - Manutenção do Terminal Rodoviário
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 33 10.000,00

UNIDADE 0209 - SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATIVIDADE 2026 - Manutenção da Sec. Desenvolvimento Social
MODALIDADE 3350 - 100 - Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos 100 40.000,00

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2039 - Atividades de Defesa Civil
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 109 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 100 - Recursos Livres.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 228/2013

DECRETO N° 228, de 12 de junho de 2013.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO ADRIANA WEBER, do Cargo de Provedor em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de junho de 2013.

Porto União (SC), 12 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto N° 229/2013

DECRETO N° 229, de 13 de junho de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2084 - Alta Complexidade
MODALIDADE 3390 - 169 - Aplicações Diretas 11 2.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício 2013, na Fonte 169.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital 016/2013 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 016/2013 - Pregão Eletrônico N° 003/2013 - SMS

Objeto: Aquisição de material hospitalar e odontológico destinados para uso em procedimentos realizados nas Unidades de Saúde de Porto União de Porto União;

Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;
Recebimento das Propostas: até as 12:00 horas do dia 25/06/2013;
Início da Sessão: as 13:30 horas do dia 25/06/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.
Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br.

Porto União, 13 de junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 104/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 104/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Luiz Francisco Antunes de Lima e Cia Ltda.

Objeto: execução de serviços de melhoria no Aterro Sanitário, incluindo material e mão de obra.

Valor total: R\$ 14.480,00 (quatorze mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência: será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal: Dispensa 009/2013 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

LUIZ FRANCISCO ANTUNES DE LIMA E CIA LTDA.
Contratada.

Extrato de Contrato Aditivo 075/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 075/2013 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 057/2013 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Harmonize Indústria e Comércio Textil Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 2.335,55 (Dois mil trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 03 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Convênio N° 026/13
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO COLMEIA INSTRUTIVA

CONVÊNIO N° 026/13

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Colmeia Instrutiva, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o n° 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG n° 325.323-SC e do CPF n° 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Colmeia Instrutiva, inscrita no CNPJ sob o n° 06.891.583/0001-74, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n° 3.001, de 03 de setembro de 2004, com sede no Município de Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representado pela sua presidente Sra. NEUZA GUERELUS TCHUVAIFF, brasileira, portadora do CPF n° 696.620.889-20 e do RG 18ªR/2.314.500, devidamente autorizados pela Lei Municipal n° 4.151, de 12 de junho de 2013, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, destinados à aquisição de equipamentos para uso da comunidade de Jangada, neste Município, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e da Liberação dos recursos

O valor do presente convênio é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser desembolsado em parcela única, à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de equipamento para uso da comunidade de Jangada, neste Município.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil do mês seguinte a assinatura do convênio ao CONVENIADO o valor total mencionado na Cláusula Segunda.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do valor, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei n° 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma

será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n° 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA NONA - Da vigência e da prorrogação

O período de vigência do Convênio será de 60 (sessenta) dias contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 12 de junho de 2013.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação Colmeia Instrutiva

TESTEMUNHAS:

1.Nome: PAULO RUBENS BUCH

CPF n° 485.157.019-87

2.Nome: RICARDO DRAGONI

CPF n° 420.445.539-53

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 009/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 062/2013

Dispensa de Licitação n.º 009/2013

Caracterização da Situação: O município necessita executar serviços de melhoria no Aterro Sanitário de Porto União, incluindo material e mão de obra, a fim de se adequar ao que fora exigido pela FATMA, no auto de infração n° 962/D, de 22/04/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é justamente a execução de serviços de melhoria no Aterro Sanitário, incluindo material e mão de obra, sendo:

- Instalação e soldagem de 68 m de geomembrana PAD 2mm;
- Abertura de valas para canaletas e tubos;
- Instalação de tubos e meio tubos de concreto 300 mm, incluso colchão de brita com junta de argamassa 1:3 cimento e areia;
- 60 Horas de escavadeira hidráulica;
- Transporte de carga de terra com caminhão basculante 5 m3 e trator de esteira para carregamento de material.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Luiz Francisco



Antunes de Lima e Cia Ltda, inscrita no CNPJ 82.326.828/0001-07, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será R\$ 14.480,00 (quatorze mil quatrocentos e oitenta reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União
Unidade 0207 - Secret. Transp. Obras e Servs Públicos
Projeto 1026 - Melhoria Aterro Sanitário
Modalidade 4490-100 Aplicações diretas
Cod. 42
Complemento 449099 - Outras Obras e Instalações.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 05 de junho de 2013.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 092/2013

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3408

DECRETO N° 3408, de 23 de maio de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto n° 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial n° 026/2013, de 02.05.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Central de Britagem Castelinho LTDA - ME;
- Terraplenagem Azza Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
23 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO N° 3408/2013

Pregão Presencial N° 026/2013 de 02.05.2013.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de britas, pedrisco, base e areia industrial para manutenção do sistema viário do município. Secretaria de Obras.

Participantes: - Central de Britagem Castelinho LTDA - ME;

- Terraplenagem Azza Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- Central de Britagem Castelinho LTDA - ME;

- Terraplenagem Azza Ltda.

Decreto 3438

DECRETO N° 3438, de 13 de junho de 2013.

"EXONERA E NOMEIA VILSON PEDRO DOLSAN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 03/06/2013, o servidor VILSON PEDRO DOLSAN, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Serviço de Patroamento da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e nomeado a partir de 04/06/2013, para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Melhorias Viárias da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n° 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
13 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N. 0735/RH

PORTARIA N. 0735/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 36 a 41, dos autos da Sindicância Administrativa n. 004/2013, instaurada pela Portaria n. 0421/RH de 01 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 03 de abril de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 42 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação do denunciado,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 004/2013, instaurada para apuração de responsabilidade

do senhor Maurílio da Silva, conforme denúncia formalizada no Memorando n. 008/2013 emitido pelo Departamento de Controle Interno.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 11 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 0731/RH
PORTARIA N°. 0731/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente o servidor RAMIRO DE LIZ E SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria N° 0725/RH
PORTARIA N° 0725/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/05/2013 a 20/07/2013, a servidora municipal MARILENE ORIATA FARIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria N° 0726/RH
PORTARIA N° 0726/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de

2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/05/2013 a 19/07/2013, a servidora municipal DOMINANDA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria N° 0727/RH
PORTARIA N° 0727/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 20/05/2013 a 18/07/2013, a servidora municipal SONIA DE FATIMA GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria N° 0734/RH
PORTARIA N° 0734/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar N° 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 11/06/2013 a 08/10/2013, a servidora municipal JOSIANI SEVEGNANI CONZATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de Junho de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria N° 0737/RH
PORTARIA N° 0737/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 251, da Lei Complementar N° 207/2010 e, requerimento protocolado sob o n. 140368/2013, Licença para Amamentar, no período de 19/06/2013 a 19/08/2013, a servidora municipal CRISTIANI BECKER, ocupante do cargo de Professor - ACT. A referida licença será de duas horas pelo motivo dos bebês serem gêmeos, podendo ser parcelada em dois períodos de uma hora.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de Junho de 2013

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Salto Veloso**PREFEITURA****Decreto Municipal N° 0036/2013**

DECRETO N° 036, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Aprova parcelamento de solo urbano.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o parcelamento de imóvel de propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, portador do CNPJ:82.827.353/0001-24, conforme Termo de Verificação nº. 004/2013 e Autorização de Desmembramento nº. 004/2013, constantes do Processo Administrativo nº. 087/2013/2013.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 13 de Junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Contratos Administrativos de Serviços Temporários**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Extratos de Contratos Administrativos de Serviços Temporários.

Contrato N°: 068/2013.

Contratado: Rosane Terezinha Silveira de Oliveira, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Professora, Carga Horária de 20 horas semanais, vigência: 02/05/2013 a 20/12/2013, valor mensal R\$ 901,66, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 069/2013.

Contratado: Landoaldo Isoppo, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Médico, Carga Horária de 20 horas semanais, vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 4.275,18, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 070/2013.

Contratado: Jovenil da Rosa Oliveira, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, Carga Horária de 40 horas semanais, vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 737,10, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 071/2013.

Contratado: Gustavo Bitencourt Rodrigues, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Operador de Equipamentos II, Carga Horária de 40 horas semanais, vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 1.050,08, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 072/2013.

Contratado: Andréa Velleda Duarte, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Médica, Carga Horária de 20 horas semanais, vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 4.275,18, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 073/2013.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº060/2013. Contratado Bruno Luis da Rosa Nichele, Objeto: Transfere de função de Operador de Equipamentos II para Operador de Equipamentos I, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 074/2013.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº064/2013. Contratado Lumberto Souza Klin, Objeto: Transfere de função de Operador de Equipamentos II para Operador de Equipamentos I, data da assinatura 02/05/2013.

Contrato N°: 075/2013.

Contratado: Rosa Laurinda Rodrigues, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Auxiliar de Serviços Gerais, Carga Horária de 40 horas semanais, vigência: 07/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 714,42, data da assinatura 07/05/2013.

Contrato N°: 076/2013.

Contratado: Tamara dos Santos Cardoso, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Auxiliar de Serviços Gerais, Carga Horária de 40 horas semanais, vigência: 07/05/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 714,42, data da assinatura 07/05/2013.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato de Edital

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 0542/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial n. 14/2013, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1000.260-63/2012. CONVÊNIO SICONV Nº 778568/2012. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 01/07/13, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 12/06/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3190/2013

LEI Nº 3190, DE 12 DE JUNHO DE 2013

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2893, DE 19 DE OUTUBRO 2011, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 27 da Lei nº 2893, de 19 de outubro 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 27

III - renda per capita, igual ou inferior aos valores estipulados pelo Poder Executivo Municipal.

IV - distância, residência/escola, de 2 km (dois quilômetros) ou mais, no caso de alunos residentes em bairros que não possuam Unidades Escolares no entorno de sua comunidade ou que possuam Unidades Escolares, mas não ofereçam vagas para determinadas séries/anos.

Parágrafo único - Os casos omissos nesta matéria serão analisados pelo Conselho Municipal de Fiscalização do Fundo da Educação Básica (FUNDEB).” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 192/2013

DECRETO Nº 0192, DE 12 DE JUNHO DE 2013

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Sérgio Ricardo Pereira, Marília Crispi de Moraes, Marla Huebl e Mauro Siqueira Ramos para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 01/2013, da Fundação Cultural, a realizar-se às 11:00 horas do dia 21 de junho de 2013, na sede da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 193/2013

DECRETO Nº 0193, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

(11) 3.3.90.39.00.00.00.0203 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 4.062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.90.11.00.00.00.0203 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 194/2013

DECRETO N° 0194, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-EMHAB.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação-EMHAB e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(5) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(1) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 195/2013

DECRETO N° 0195, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família

(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.0264 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias de Saúde da Família

(38) 3.3.90.30.00.00.00.00.0264 - Material de Consumo

R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 196/2013

DECRETO N° 0196, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Tributação/Fiscalização

(96) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc.PJ R\$ 31.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(106) 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de consumo R\$ 60.000,00

(110) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO

(121) 3.3.90.39.00.00.00.00.0158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(200) 3.3.90.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc.PJ R\$ 45.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - FUMDEA

Atividade: 4.006 - Manutenção do Museu Natural Entomológico

(458) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 18.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Fiscalização/Tributação

(95) 3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R\$

31.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(100) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 60.000,00

(103) 3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrig. Patronais Inst. Prev. R\$ 25.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do ensino - SALÁRIO EDUCAÇÃO

(118) 3.3.90.30.00.00.00.00.0158 - Material de Consumo R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

(205) 4.4.90.30.00.00.00.00.0156 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

(206) 4.4.90.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

(207) 4.4.90.51.00.00.00.00.0156 - Obras e Instalações R\$ 30.000,00

(208) 4.4.90.52.00.00.00.00.0156 - Equip. Mat. Permanente R\$ 5.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - FUMDEA

Atividade: 4.006 - Manutenção do Museu Natural Entomológico

(457) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc PJ R\$ 18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 198/2013

DECRETO N° 0198, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º da Lei nº 1789, de 26 de março de 2007,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB do Município de São Bento do Sul e seus respectivos suplentes:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Gislaine Carla Pilz Stoeberl - Titular
b) Ediangela Martins Wiggers Galkowski - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

- a) Juliana Maria Chapiesky - Titular
b) Janete Rank Ruthes - Suplente

III - Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

- a) Cleide Terezinha Milde Pereira de Lima - Titular
b) Fábio Luiz de Aguiar - Suplente

IV - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

- a) Glacira Reiser - Titular
b) Ildefonso Farias dos Santos - Suplente

V - Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas:

- a) Edenilson Grein - Titular
b) Marilda Bail Grein - Suplente

VI - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

- a) Ezequiel de Souza Pereira - Titular
b) Aristeu Modeski - Suplente
c) Kátia Simone Mengue - Titular
d) Karina Alice Kindler - Suplente

VII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica:

- a) Edna Alves da Luz - Titular
b) Jussara Francisca Santos - Suplente
c) Rosimara da Luz - Titular
d) Luana Naiara Ribeiro da Silva - Suplente

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Davi Orlando Iönk - Titular
b) Andréa Luciane Martins - Suplente

IX - Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Célia Terezinha Gomes - Titular
b) Anadir Moreira Sperandio - Suplente

Art. 2º. O mandato do Conselho, nomeado pelo presente, é de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente os Decretos nºs 0726/2011, 1245/2012, 1328/2012 e 0101/2013.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 2518/2013

PORTARIA N° 2518, DE 11 DE JUNHO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor IGOR WEISS - Assistente Administrativo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da EMHAB-Empresa Municipal de Habitação abaixo relacionados:

Courier, placas MCY 8903
Corsa, placas MBP 0676
Corsa, placas MBD 3494

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 2519/2013

PORTARIA N° 2519, DE 13 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01,

NOMEAR:

A partir de 12 de junho de 2013, PATRICIA FLORIANI DE LIMA DURSKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de n° 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2520/2013

PORTARIA N° 2520, DE 13 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01,

NOMEAR:

A partir de 12 de junho de 2013, MARCIA SEMPTICOWSKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de n° 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2521/2013

PORTARIA N° 2521, DE 13 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01,

NOMEAR:

A partir de 12 de junho de 2013, PATRICIA BACHEL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de n° 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2522/2013

PORTARIA N° 2522, DE 13 DE JUNHO DE 2013
REVOGA PORTARIA N° 2521/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 2521/13 que nomeou servidora pública municipal PATRICIA BACHEL, no cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 12 de junho de 2013.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2523/2013

PORTARIA N° 2523, DE 13 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01,

NOMEAR:

A partir de 12 de junho de 2013, LAISLA CADENA BATISTA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de n° 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2524/2013

PORTARIA N° 2524, DE 13 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOÃO MARINO CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 2º A licença requerida é pelo período de 02 (dois) anos a contar de 03 de junho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria N° 2525/2013

PORTARIA N° 2525, DE 13 DE JUNHO DE 2013

Concede Gozo de Férias

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder gozo de férias referente ao período aquisitivo 2010/2011 ao servidor público LUIZ CARLOS DE AMORIM, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. O gozo de férias a que se refere o artigo 1º compreende o período de 02/05/2013 a 31/05/2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 2526/2013

PORTARIA N° 2526, DE 13 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora CLEIDE REGINA PEREIRA - Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

Uno, placas MBF 7792

Celta, placas MES 5242

Gol, placas MHQ 7082

Fiesta, placas MAT 6442

Gol, placas MER 9736

Corsa, placas MDV 1453

Peugeot, placas MJZ 8202

Kombi, placas LYV 4517

Âgile, placas MKZ 8988

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação N° 137/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 137/2013

OBJETO: Aluguel social em caráter de emergência para a Sra. Girle Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência, situada na Rua Bertha Dobenck nº 386, Serra Alta, Loteamento Boa Esperança, pelo período de três meses.

CONTRATADO: Andréia Martins

VALOR: R\$ 1.350,00.

SÃO BENTO DO SUL, 26 de abril de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aviso de Licitação - Pregão N° 157/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 157/2013

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 02 de julho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL PARA IMPLANTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUANTITATIVO E ORÇAMENTO BÁSICO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de junho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão N° 159/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 159/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 02 de julho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ARTEFATOS DE CONCRETO (LAJOTAS SEXTAVADAS) PARA MANUTENÇÃO EM DIVERSAS VIAS MUNICIPAIS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

Justificativa Dispensa de Licitação N° 137/2013

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Aluguel social em caráter de emergência para a Sra. Girle Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência, situada na Rua Bertha Dobenck nº 386, Serra Alta, loteamento

Boa Esperança, pelo período de três meses.

II - Contratado: ANDREIA MARTINS

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Gírlene Wais de Jesus, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social e Psicóloga, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 03 (três) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Andréia Martins foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social.

Extrato de Contrato N° 004/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Terreno para Exploração de Pedreira que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK.

DO OBJETO: Locação de um terreno situado no Bairro Bela Aliança, neste Município, contendo área total de 114.174,00 m2, conforme escritura pública passada no Tabelião Ernesto Diener Filho - Livro 70 à folhas 161 e registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 1-06.022, onde está localizada a pedreira a ser explorada pelo Município, conforme Dispensa de Licitação nº 4/2013.

DO VALOR: R\$ 9.576,84 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2013.

São Bento do Sul, 02 de janeiro de 2013.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK representado por sua inventariante PAULINA RUDNICK, como locatário.

Extrato de Contrato N° 076/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 076/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOLCIMAR LUIS BRUNETTO - COOPERDOTCHI.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos matriculados nas Unidades Escolares Municipais de São Bento do Sul, constante de 28 itens, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 81/2013.

DO VALOR: R\$ 191.938,60 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 1º semestre de 2013, a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COOPERATIVA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOLCIMAR LUIS BRUNETTO - COOPERDOTCHI., como Contratada.

Extrato de Contrato N° 077/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos matriculados nas Unidades Escolares Municipais de São Bento do Sul, constante do item 29, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 81/2013.

DO VALOR: R\$ 47.893,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 1º semestre de 2013, a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 146/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 146/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: Consiste no acesso internet via ondas de rádio para comunicação e agilização dos serviços da Polícia Militar de São Bento do Sul, conforme Compra Direta nº 1178/2013 e requisição nº 031/13.

DO VALOR: R\$ 1.824,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, a contar de 01/05/13.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2013.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 017/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 017/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 024/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA, em 27 de FEVEREIRO de 2012, conforme Tomada de Preços nº 15/2012.

Considerando o objeto do Contrato que consiste no fornecimento de material e mão de obra para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) situada na Rua Mauro Régis, Bairro Serra Alta, e tendo em vista que houve diferença entre os quantitativos estimados no orçamento das estruturas em concreto armado e o projeto estrutural efetivamente executado, sendo que essas diferenças constam em planilha anexa, e devido à ausência da execução dos serviços de sondagem, projeto de fundações e estrutural previamente que iria possibilitar a incorporação mais precisa desses

quantitativos ao orçamento, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93 e Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica aditivado no Contrato o valor de R\$ 7.221,50 (sete mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 2.885,80 (dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 21 de janeiro de 2013 e com término em 20 de março de 2013 e a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 27 de janeiro de 2013 e com término em 26 de março de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de fevereiro de 2012, Termo Aditivo nº 043/2012 de 25 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 058/2012 de 17 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 074/2012 de 19 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 082/2012 de 20 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JDI CONSTRUTORA LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 028/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 028/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 065/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa P.R.K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 04 de OUTUBRO de 2012, conforme Tomada de Preços nº 59/2010.

Considerando o objeto do Contrato nº 065/2012, que consiste na reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Rio Vermelho Povoado, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos.

Considerando as emergências surgidas na reforma, solicitações de modificação do projeto original e por motivo de organização interna dos serviços do Posto de Saúde, sendo que alguns serviços somente puderam ser executados fora do período de funcionamento do mesmo, faz-se necessário prorrogar, aditivar e suprimir o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei nº 8.666/93 e Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 22 de fevereiro de 2013 e com término em 21 de abril de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 04 de março de 2013 e com término em 03 de maio de 2013.

Fica aditivado no Contrato o valor de R\$ 18.544,11 (dezoito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e onze centavos).

Fica suprimido do Contrato o valor de R\$ 9.345,40 (nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

P.R.K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 029/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 029/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 066/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa P.R.K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 04

de OUTUBRO de 2012, conforme Tomada de Preços nº 59/2010. Considerando o objeto do Contrato nº 066/2012, que consiste na ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Pilz - Serra Alta, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando o período de chuvas que ocorreram durante os trabalhos da obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 22 de fevereiro de 2013 e com término em 21 de abril de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 04 de março de 2013 e com término em 03 de maio de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de fevereiro de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

P.R.K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 030/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 030/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 064/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa P.R.K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 04 de OUTUBRO de 2012, conforme Tomada de Preços nº 59/2010.

Considerando o objeto do Contrato nº 064/2012, que consiste na ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila São Paulo, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando o recesso do final de ano da construtora Contratada e devido ao período de chuvas que ocorreram durante os trabalhos de infra e supra-estrutura, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 22 de fevereiro de 2013 e com término em 21 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 04 de março de 2013 e com término em 03 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de fevereiro de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

P.R.K. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 031/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 031/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 063/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, em 04 de OUTUBRO de 2012, conforme Tomada de Preços nº 59/2010.

Considerando o objeto do Contrato nº 063/2012, que consiste na ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS): ESF 4 Centenário, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando a solicitação da empresa Contratada para prorrogação contratual, alegando intempéries climáticas (chuvas) durante o início da obra que ocasionaram várias paralisações, impedindo que fosse cumprido o prazo de execução dos serviços contratados, e devido ao atraso no repasse dos recursos por parte do Ministério ao Município ocasionando atraso nos pagamentos, faz-se necessário prorrogar, o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 24 de fevereiro de 2013 e com término em 23 de abril de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 04 de março de 2013 e com término em 03 de maio de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 22 de fevereiro de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 061/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 061/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 067/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA, em 04 de outubro de 2012, conforme Edital Tomada de Preços nº 59/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 067/2012, que consiste na ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Progresso, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos.

Considerando o atraso no repasse dos recursos por parte do Governo Federal ao Município, ocasionando atraso nos pagamentos, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 18 de março de 2013 e com término em 17 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 04 de abril de 2013 e com término em 03 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de março de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JDI CONSTRUTORA LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 062/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 062/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 024/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA, em 27 de fevereiro de 2012, conforme Edital Tomada de Preços nº 15/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 024/2012, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), situada na Rua Mauro Régis, Bairro Serra Alta, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando diferenças entre os quantitativos estimados no orçamento das estruturas em concreto armado e o projeto estrutural efetivamente executado, somado aos períodos de chuva e

paralisações por conta da umidade excessiva no terreno, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I, II e IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 04 (quatro) meses, a contar de 21 de março de 2013 e com término em 20 de julho de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 27 de março de 2013 e com término em 26 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de fevereiro de 2012, Termo Aditivo nº 043/2012 de 25 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 058/2012 de 17 de agosto de 2012, Termo Aditivo nº 074/2012 de 19 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 082/2012 de 20 de novembro de 2012 e Termo Aditivo nº 017/2013 de 20 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de março de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JDI CONSTRUTORA LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 085/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 085/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 094/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 07 de março de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 37/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 094/2012, que consiste no fornecimento de materiais e mão de obra para construção de uma Praça dos Esportes e da Cultura Modelo 3000 m2, Bairro Serra Alta, Município de São Bento do Sul, conforme Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011 Ministério da Cultura/Caixa, Memorial Descritivo e Projetos.

Considerando as divergências encontradas em projetos prontos enviados pelo Governo Federal, visto a necessidade de mudanças, solicitou-se autorização à Caixa Econômica Federal para alteração dos mesmos, entretanto é aguardado um retorno da Caixa, e a partir da autorização, os serviços que faltam poderão ser retomados e finalizados, portanto faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 12 de março de 2013 e a terminar em 11 de maio de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 07 de abril de 2013 e a terminar em 06 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de março de 2012, Termo Aditivo nº 350/2012 de 01 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 421/2012 de 11 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de março de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

Norma de Procedimento N° 001/2013 - Secretaria Municipal de Finanças

NORMA DE PROCEDIMENTO N° 001/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, Seção V - Art. 55 e a Portaria nº. 0010, de 1º de janeiro de 2013, tendo em vista o que determina a Lei nº. 3105, de 28 de novembro de 2012 e a Lei nº. 3106, de 28 de novembro de 2012, e a necessidade de orientar, padronizar e aperfeiçoar os procedimentos para a realização de modificações orçamentárias, resolve expedir

a seguinte Norma de Procedimento:

SÚMULA: Estabelece aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sobre a operacionalização de modificações orçamentárias.

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. As modificações orçamentárias relativas ao Orçamento Municipal são regidas pelas normas constitucionais e legais pertinentes e, no presente exercício, observados, também, os critérios e procedimentos desta Norma de Procedimento, sendo classificados em créditos adicionais, em conformidade com o Art. 41 da Lei nº. 4.320/64 e segundo sua destinação, são tipificados em:

1.1 Crédito Suplementar, destinado o reforço de dotação orçamentária insuficiente alocada na Lei Orçamentária Anual, observado as condições e limites constantes do art. 6º da Lei nº. 3106, de 28 de novembro de 2012 - LOA.

1.2 Crédito Especial, destinado às despesas para as quais não haja dotação orçamentária própria e depende de autorização legislativa.

1.3 Crédito Extradiornário, destinado as despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra e ou calamidade pública, e independe de prévia autorização legislativa específica e da indicação dos recursos financeiros.

2. São consideradas alterações orçamentárias por Decreto do Poder Executivo, as modificações de dotações de um grupo de natureza para outro, dentro de cada fonte de recursos, projeto, atividade ou operações especiais, e abertura de créditos adicionais extraordinários que tenham sido autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2012, somente serão reabertos pelo limite de seus saldos.

3. São consideradas alterações orçamentárias por Projeto de Lei, aquelas modificações orçamentárias que necessitem de remanejamento de unidade orçamentária para outra, inclusão de novo programa e respectivos projetos, atividades ou operações especiais ou criação do elemento de despesa na LOA.

DA SOLICITAÇÃO

4. As proposta de abertura de créditos adicionais devem ser submetidas a análise da Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Orçamento, que as submeterá a apreciação, em processo instruído com:

4.1 Formulário padrão de Solicitação de Alteração Orçamentária (Anexo I), devidamente preenchido, com as informações básicas indispensáveis à análise pelo Departamento de Orçamento do pleito formulado.

4.2 O formulário deverá conter as assinaturas dos Ordenadores de Despesa e do responsável pelo preenchimento dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município, e remetida via Sistema Protocolo para o Departamento de Orçamento, respeitando os prazos:

4.3 Solicitação de Alteração Orçamentária por Decreto: Serão formulados quinzenalmente, todavia, deverão ser remetidas até o 5º dia útil - para publicação até a primeira quinzena e até o 15º dia útil - para publicação até a segunda quinzena do mês;

4.4 Solicitação de Alteração Orçamentária por Projeto de Lei: serão formulados mensalmente, todavia, deverão ser remetidas até o 5º dia útil de cada mês - para envio à Câmara Municipal de

Vereadores e publicação no mês.

DA PUBLICAÇÃO

5. A publicação dos Decretos e Leis específicas de alterações orçamentárias será encaminhada pelo Departamento de Controle Interno - Divisão de Expediente, para o site: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Finanças e Diretoria de Contabilidade.

7. Esta Norma de Procedimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.

PAULO ISELCI TEM PASS

Secretário Municipal de Finanças

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 183/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 183/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 156/2013, à servidora ELIARA CRISTIANE MAINARDES DE QUEIROZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/06/2013 em virtude de seu falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/06/2013.

São Bento do Sul, 13/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 184/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 184/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 111/2013, à servidora SIMONE APARECIDA GRANDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/05/2013 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/05/2013.

São Bento do Sul, 14/06/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Extrato de Convênio

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013

NÚMERO: PREFE 005/2013, de 13 de junho de 2013.

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 13/06/2013

DESCRIÇÃO: Convênio que entre si celebram a Câmara Municipal de Vereadores e o Município de São Domingos, para a implementação de ações conjuntas destinadas à realização de processo licitatório compartilhado para a contratação de empresa especializada em serviços de locação de programas de informática de gestão pública municipal nas áreas de contabilidade, folha de pagamento, patrimônio, compras e transparência.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS

CNPJ: 00.442.100/0001-78

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 31/12/2013

Aditivo Prefe N° 053/2013 de 05/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: PREFE N° 053/2013 de 05/06/2013, 2º Aditivo ao Contrato PREFE n° 77/2012 de 07/08/12 (0390186-74/2012/ME/CAIXA - Processo 772974/2012).

VALOR TOTAL: R\$ 350.000,00 R\$ 38.375,10= R\$ 388.375,10

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/06/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar o item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato de Repasse 0390186-74/2012 de 07/08/12, realizado segundo os termos do Programa Esporte Grandes Eventos do MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME) - Modernização e Reforma do Ginásio Municipal de Esportes Vereador Alfredo Lammel.

ASSESSORIA JURÍDICA: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 07/05/2014

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto N°. 067 de 24 de Maio de 2013

DECRETO N°. 067 DE 24 DE MAIO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Federal n°. 8.069, de 13 de julho de 1990 e Lei Federal n°. 12.696, de 25 de julho de 2012, c/c Lei Municipal n°. 1.202, de 17 de agosto de 2004, c/c Lei

Municipal n°. 1.554, de 21 de setembro de 2010 e Lei Municipal n°. 1.642, de 04 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento as crianças e aos adolescentes, subordinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Município de São João do Sul, composto pelos seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Mara Elenir Vefago

Suplente: Fernanda Souza;

II - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Carla Pereira

Suplente: Eliane Alves Schinaider;

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Solange Maria Sala Broca

Suplente: Simone Pereira Lummertz;

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maria Ivonete Motta

Suplente: Joelma da Silva Souza;

V - Representantes do Batalhão da Polícia Militar de São João do Sul:

Titular: Titular: Paulo Sérgio Cardoso Claudino

Suplente: Antonio Vivaldo Pavei Sartor

VI - Representantes da Associação dos Clubes de Mães de São João do Sul:

Titular: Natalina da Silva Cândido

Suplente: Maria de Oliveira Borges;

VII - Representantes da Pastoral da Saúde de São João do Sul:

Titular: Terezinha Rodrigues Silveira

Suplente: Virgilina de Matos Alexandre

VIII - Representantes da Pastoral da Criança de São João do Sul:

Titular: Santa Libânia da Silva Rocho

Suplente: Maria Zilá Lumertz da Silva

IX - Representantes da Associação de Pais e Professores da EEB Vila Velha II:

Titular: Bruno Rosa Constante

Suplente: Lisiane de Souza Oliveira;

X - Representantes da APAE de São João do Sul:

Titular: Maria Claudia Maciel de Quadros

Suplente: Edilene dos Santos

§1º - Cabe aos Conselheiros de que trata o caput deste Artigo, cumprir o disposto na legislação vigente, no âmbito municipal e federal, como forma de garantir os princípios de deliberação e permanência do Conselho.

§2º - Nos termos do §7º, Art. 5º, da Lei Municipal n°. 1.202, de 2004, o exercício da função de Conselheiro será sem ônus ao Município, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

§3º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período, nos termos do §6º, Art. 5º da Lei Municipal n°. 1.202, de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal n°. 044, de 10 de abril de 2012, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 24 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto N°. 068 de 24 de Maio de 2013

DECRETO N°. 068 DE 24 DE MAIO DE 2013

Altera o Art. 3º do Decreto Municipal nº 53, de 22 de abril de 2013, que Regulamenta a Lei Municipal nº 1.279, de 31 de agosto de 2005, que concede auxílio financeiro para custear despesas com transporte escolar, a estudantes de cursos profissionalizantes/pós médio e de nível superior, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica Municipal c/c com do Decreto nº 053, de 22 de abril de 2013; DECRETA:

Art. 1º - O Art. 3º do Decreto nº 053 de 22 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para ser beneficiário do auxílio de que trata o presente Decreto, o aluno deverá residir no Município de São João do Sul, utilizar veículo fretado exclusivamente para este fim e ser aluno de uma das Instituições citadas nos §§ do Art. 1º deste Decreto. Esta informação será comprovada mediante apresentação de atestado de matrícula por aluno, emitido pela Instituição de Ensino, que deverá ser anexado na planilha do mês de março de 2013. Posteriormente, na planilha do mês de junho de 2013, serão anexados os atestados de frequência por aluno, emitido pela Instituição de Ensino.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 24 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto N°. 069 de 07 de Junho de 2013

DECRETO N°. 069 DE 07 DE JUNHO DE 2013

Designa Comissão para avaliação de bens móveis, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 17, II, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Lei Municipal nº. 1.383, de 02 de fevereiro de 2007; Lei Municipal nº. 1.586, de 28 de abril de 2011; Lei Municipal nº. 1.591, de 26 de maio de 2011; e Lei Municipal nº. 1.668, de 03 de junho de 2013; DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão responsável pela avaliação, para fins de alienação, dos bens móveis de que trata a Lei Municipal nº. 1.383, de 02 de fevereiro de 2007, Lei Municipal nº. 1.586, de 28 de abril de 2011, Lei Municipal nº. 1.591, de 26 de maio de 2011, Lei Municipal nº. 1.668, de 03 de junho de 2013.

Art. 2º - A Comissão de que trata o caput do Art. 1º será composta pelos seguintes membros:

- a) Jailson Bortolin da Rosa - Presidente;
- b) Francisco Bauer dos Santos - Membro;
- c) José Carlos Alexandre dos Santos - Membro

Parágrafo Único - A Comissão deverá exarar Laudo de Avaliação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 029, de

24 de abril de 2007, Decreto Municipal nº. 043, de 06 de maio de 2011 e Decreto Municipal nº 126 de 29 de outubro de 2012, ficando convalidados os Atos neles praticados, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 07 de junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N° 113 de 28 de Maio de 2013.

PORTARIA N° 113 DE 28 DE MAIO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigos 78 e 81 Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal.

R E S O L V E:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora MARIA BERNADETE DA ROSA, ocupante do cargo de Professora, carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 28 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

PREFEITURA

Portaria N° 08/2013 Pgmsj

PORTARIA PGMSJ N° 08/2013

CONSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO DE SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO A SER IMPLANTADO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O Procurador Geral do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70 da Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 2.609/94, RESOLVE:

ART. 1º - Constituir Comissão para Elaboração de Termo de Referência para instruir licitação do Sistema de Peticionamento Eletrônico que permita a integração com os sistemas informatizados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, do Tribunal do Trabalho da 12ª Região e do Tribunal Federal da 4ª Região.

ART.2º - A presente Comissão será composta pelos servidores:

I - Fernando Artur Raupp, que a presidirá;

II - Karina Graciosa;
III - Juliana Graciosa Pereira; e
IV - Rodrigo Machado.

ART. 3º - Tal Comissão deverá apresentar suas conclusões até o dia 31 de julho do corrente ano.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Junho de 2013.

CLOVIS RENATO SQUIO

Procurador Geral do Município

Convênio NO 082/Pmsj/Semas/FMAS/2013

CONVÊNIO NO 082/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL BOA SEMENTE.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Assistência Social e Cultural Boa Semente, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08293559000169, estabelecido(a) à rua Benjamim Gerlach, nº. 853, bairro Fazenda Santo Antônio, São José - SC, representado pelo Presidente, Senhor Pr. Vilson Simas, portador da C.I. nº 10589406, CPF nº 44855028991, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução 048/2013 expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social de São José/SC, o presente convênio destina-se à prestação e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescente e jovens na região do Bairro Fazenda Santo Antônio e adjacências, objetivando conveniar 40 (quarenta) capacidades instaladas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na estimativa de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com o objetivo de conveniar 40 (quarenta) capacidades instaladas.

§1º - Os recursos serão repassados através do Órgão/Unidade 2801, Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a Entidade, Elemento de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.0080, e/ou 3.3.50.43.00.00.00.0023 (Piso Básico Fixo - PBF).

§2º - O valor do piso mensal fixo por vaga é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) sendo composto de recursos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na

Cláusula Primeira, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convencional.

Parágrafo Único: O CONVENIENTE fica autorizado a utilizar os recursos oriundos deste convênio para efetuar o pagamento de salário, férias, 13º salário, bem como demais encargos trabalhistas (INSS, FGTS e PIS/PASEP) do pessoal necessário para o efetivo atendimento dos programas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- a) Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda, até o 1º dia útil de cada mês, preferencialmente;
- b) Proporcionar formação aos profissionais que atuam no serviços/projetos conveniados, sendo que as organizações terão obrigação de encaminhá-los e exigir a participação;
- c) Prestar assessoria técnica periodicamente às organizações, principalmente quando solicitado;
- d) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- e) Orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio diretamente ou por meio de outro órgão delegado;
- f) Entregar à CONVENIENTE, quando solicitado, cópia da Resolução nº 048/2013, que aprovou a pactuação do presente convênio;
- g) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- h) Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;
- i) Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) Entregar Plano de Trabalho, previsto no art. 116, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, contendo, obrigatoriamente: identificação do objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso, previsão de início e fim da execução do objeto bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- b) Entregar Plano Técnico de Atividade Anual à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) propiciar, no local de realização do objeto, os meios e as condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar supervisões;
- d) Encaminhar à CONCEDENTE, até o 1º dia útil, do mês subsequente, a planilha "Frequência Mensal" supramencionada, devidamente preenchida;
- e) Encaminhar à CONCEDENTE, juntamente com a planilha supracitada, a relação dos funcionários da entidade;
- f) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- g) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outras finalidades, senão aquelas previstas nas Cláusulas Primeira e Terceira deste instrumento;
- h) Entregar à CONCEDENTE 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na Cláusula sétima;
- i) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que, no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- k) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista

e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;

l) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior à assinatura do presente convênio;

m) Observar e cumprir as normas do Decreto n°. 6.170/2007 e da Portaria MPOG/MF/CGU 127/2008;

n) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;

o) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pelo CONVENENTE;

p) Ter uma conta específica para cada convênio;

q) O CONVENENTE deverá se manter em dia com as obrigações junto ao INSS e ao FGTS/CEF durante todo o decorrer do convênio;

r) Entregar Relatório Mensal de Atividade à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o 1º dia útil do mês subsequente;

s) Informar imediata e oficialmente ao Centro de Referência de Assistência Social quando houver disponibilidade de vagas;

t) Contratar e manter equipe mínima de referência a ser definida de acordo com a especificidade de cada ação, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS);

u) Seguir as orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovados pelo CNAS, através da Resolução Nº. 109 de 11 de novembro de 2009, sobretudo, no que se refere a sua organização por nível de complexidade;

v) compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e os procedimentos federais, estaduais e municipais de preservação ambiental, quando for o caso;

w) assegurar o livre acesso de servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

x) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO E FORMA DE ACESSO DOS USUÁRIOS

I - Critérios de encaminhamento:

- a) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem ser moradores do município de São José;
- b) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem estar em situação de risco ou de vulnerabilidade social, ou seja, ser público alvo da Política de Assistência Social;

II - Forma de Acesso:

- a) Para inserção de usuários neste serviço será necessário o encaminhamento técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: Preferencialmente deverão ser atendidas as famílias cadastradas no CAD-ÚNICO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- a) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido de acordo com o Decreto n°. 3.788/2001;
- b) A comprovação do recolhimento de tributos, contribuições, inclusive as devidas à Seguridade Social, multas e demais encargos

fiscais devidos à Fazenda Pública Federal;

- c) A Certidão Negativa da Receita Federal, de acordo com o art. 6º da Lei 10.522/2002;
- d) A comprovação de regularidade no depósito das parcelas do FGTS;
- e) Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- f) Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;
 - Nome e endereço da Entidade;
 - Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;
 - Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;
 - A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.
- g) Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.
- h) Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;
- i) Fotocópia (xérox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será retroativo desde 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE ou pelo CONVENENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, em qualquer época.

O Convênio poderá ser rescindido, ainda, caso o CONVENENTE não entregue, até a data do repasse da primeira parcela, a documentação listada abaixo, ou haja irregularidades na mesma:

- Ofício de Solicitação;
- Projeto Técnico;
- Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do (a) Dirigente da Entidade CONVENENTE;
- Certificado de Regularidade Fornecido pelo INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF; se for o caso, também a de regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas a débitos negociados do FGTS e do INSS;
- Balanço Sintético do Ano de 2012;
- Declaração do Banco contendo o n°. da agência e o n°. da conta bancária, com o nome da entidade;
- Cópia da Ata de Posse da Atual Diretoria e Declaração Expressa de Responsabilidade do (a) Presidente da Entidade, sob as penas da lei, quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

§1º - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do

Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

§2º - Além das prerrogativas expostas no CAPUT e §1º desta cláusula, fica o Conselho Municipal de Assistência Social, com auxílio da CONCEDENTE, conforme exposto na Resolução 048/2013, autorizada a analisar e avaliar o presente convênio, podendo alterar, suspender ou adequá-lo, durante a execução, conforme a Política nacional de Assistência Social - PNAS, passando os valores repassados a partir de per capita, para piso, capacidade instalada, respeitando a modalidade de atendimento e a PNAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT LÉDIO COELHO

Prefeita Municipal Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____
PR. VILSON SIMAS

TESTEMUNHAS:

1. NOME: CÉSAR MAXIMILIANO
TARGINO DE AZEVEDO SIMÕES
CPF: 801.016.749-53

2. NOME: LUCIANA PEREIRA DA SILVA
CPF: 007.193.009-40

Termo Aditivo N0 001/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO N0 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 008/2013 AO CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o no 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. no 536.567, CPF no 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto no 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o Instituto Redenção, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o no 10.197.909/0001-35, estabelecido(a) à Rua das Torres, nº 40, Areias do Meio, Governador Celso Ramos - SC, representado pelo Presidente, Senhor Alceu Daud Melo, portador da C.I. no 44.741.235, CPF no 41849256187, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio n.º 008/2013, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Considerando o teor da Resolução nº 050/2013, o presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Segunda do Convênio nº. 008/2013, acrescentando-se 30 (trinta) acolhidas/mês, sendo 20 (vinte) para pessoas adultas do sexo masculino e 10 (dez) para pessoas adultas do sexo feminino, dos quais estão inclusos os transexuais. Por conseguinte, a cláusula segunda, a partir de 1 de maio de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A PREFEITURA repassará à ENTIDADE, recursos NA ESTIMATIVA de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) divididos em 6 parcelas mensais de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) objetivando conveniar 20 (vinte) acolhidas/mês, resultando num piso de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Mediante o presente Termo Aditivo, a PREFEITURA acrescentará ao valor do total do convênio a importância de R\$30.000,00 (trinta mil reais), repassando o acréscimo na parcela mensal, em 02 (duas) vezes, na ordem de R\$15.000,00 (quinze mil reais), a partir de 01/05/2013, por conta do acréscimo de 30 capacidades instaladas

Os recursos serão repassados através do Órgão/Unidade 2801, Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a ENTIDADE, Elemento de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.0080.

§1º - O valor do piso fixo mensal é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por acolhida, sendo composto de recursos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio nº. 008/2013, celebrado entre a PREFEITURA e a ENTIDADE, não expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Termo Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 03 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO

Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____
ALCEU DAUD MELO

TESTEMUNHAS:

1. NOME: CÉSAR MAXIMILIANO
CPF: 801.016.749-53

TARGINO DE AZEVEDO SIMÕES
CPF: 007.193.009-40

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N°371, de 13 de Junho de 2013
RESOLUÇÃO Nº. 371, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR AMAURI VALDEMAR DA SILVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 5, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença por prazo determinado ao Vereador AMAURI VALDEMAR DA SILVA, a partir de 12 de Junho ao dia 11 de Julho de 2013, para tratar de interesse particular, nos termos do artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 13 de Junho de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

Portaria N°109/2013
PORTARIA Nº 109/2013.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - Os Servidores: Alberto Sesterhenn Coelho de Sá, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar I, e Alessandra Luiz Vilela, do Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar I, lotados no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme Lei nº 4.572 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 01 de Junho de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

Portaria N°110/2013
PORTARIA Nº 110/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - A Senhora Alessandra luiz Vilela, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar I, lotada no gabinete do Vereador Orvino Coelho De Ávila, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se

Câmara Municipal de São José, 01 de junho de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS.
PRESIDENTE

Registrada em ____/ ____/ ____

Publicada em ____/ ____/ ____

Portaria N°111/2013
PORTARIA Nº 111/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - A Senhora DEBORA POETA CRUZ, para exercer o Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar I, lotada no gabinete do Vereador Orvino Coelho De Ávila, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 01 de junho de 2013.
SANDERSON ALEMECI DE JESUS
PRESIDENTE

Registrada em 01/06/2013

Publicada em 06/06/2013

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA**

Decreto N° 4.664, de 14 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.664, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 146.835,00 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0017 86

Aplicação Direta R\$ 146.835,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0017 88

Aplicação Direta R\$ 146.835,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo N° 113/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 113/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 83/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PRODUTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, IMAGEM E AMBIENTE, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Licitação N° 09/2013

Aviso de Licitação N° 009/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/06/2013, às 16h30, na Câmara de Vereadores, no endereço, Rua Duque de Caxias, 522, Centro, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2013, OBJETO: aquisição de mobiliário (móveis: mesas e revestimentos para paredes no plenário e plenário; poltronas e mesas de centro e canto para o hall). Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-2666. Site www.camarasaolourenco.sc.gov.br.

WALMOR JOSÉ PEDERSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei N° 750, de 10 de Junho de 2013

LEI N° 750, DE 10 DE JUNHO DE 2013

"Autoriza o Recebimento por Doação de Ruas Existentes no Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento, por doação, da área total de 4.116,34 m2 relativa a servidão de passagem pré-existente na localidade de Santa Filomena, neste município, conforme mapa, levantamento topográfico e termo de doação que são partes integrantes desta LEI.

§1º - O recebimento desta rua, nos termos do caput declara a sua utilidade pública e repassa ao município, imediatamente, a responsabilidade e jurisdição da mesma.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei N° 751, de 10 de Junho de 2013

LEI N° 751, DE 10 DE JUNHO DE 2013

"Autoriza o Recebimento por Doação de Ruas Existentes no Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento, por doação, da área total de 2.718,65 m2 relativa a servidão de passagem pré-existente na localidade de Santa Filomena, neste município, conforme mapa, levantamento topográfico e termo de doação que são partes integrantes desta LEI.

§1º - O recebimento desta rua, nos termos do caput declara a sua utilidade pública e repassa ao município, imediatamente, a responsabilidade e jurisdição da mesma.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br

Schroeder**PREFEITURA****Dispensa N° 44/2013-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 44/2013 - DL
	Processo Nr.: 99/2013 Data: 14/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FAMAC INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Endereço: RUA PONTE PENSIL,608 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 84.432.087/0001-66	Código: 11564 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: aquisição de conjunto de motobomba centrífuga multiestágio para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
4	1,00	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MULTIESTÁGIO Motobomba centrífuga multiestágio de rotor fechado, acoplamento e tampa em ferro fundido GG 20, flanges norma ANSI B16. 1. Dimensional 40/200. Pressão de operação: 68 m.c.a Vazão de operação: 36 m3/h Rotor: Fechado em ferro Fundido GG20 Potencia Elétrica Consumida máxima: 15 CV Tensão: 380V Trifásico. Frequência: 60HZ Grau de proteção: IP55 Números de polos: 2P GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano após o início de operação. Na Proposta técnica a ser entregue deverão ser anexadas as Curvas Teóricas de Performance previstas para o conjunto motor bomba e indicado o ponto de operação e se necessário as curvas do rotor interpolado.	UN	4.200,00	4.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando que o Bairro Rio Hern possui constante falta de água, atingindo mais de 200 famílias;
Considerando que o conjunto moto bomba a ser adquirido para resolver o problema no item 04 do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 31/2013-PMS PROCESSO N°. 77/2013-PMS não teve proposta habilitada, Considerando que se trata de questão de saúde pública a regularização do abastecimento de água do bairro acima citado;
Diante do exposto a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental vem solicitar a compra em caráter emergencial através de compra por dispensa de licitação de um conjunto moto bomba com as seguintes características descritas em anexo.

Schroeder, 14 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2013 - DL**

Processo Nr.: 99/2013
Data: 14/06/2013

Folha: 2/2

10/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato de Contrato Registro de Preço N° 72/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço n°. 72/2013–FMS

Processo de licitação n°. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança n°. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000,

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Suporte para soro de parede; suporte em chapa de aço; haste em tubo redondo com os ganchos;pintura eletrostática(branca) a pó; Dimensões: haste: 1,00m; haste giratória: até 180 graus.	7	Unidade	31,868	223,08
14	Mesa antropométrica, estrutura em tubo de aço 31,75mm x 1,20mm, com leito compensado de 15mm, estofado em corvim, espuma de 05 cm na densidade 26, sem cabeceira, provida de escala métrica com cursor deslizante, pés com ponteira de PVC antiderrapante, em pintura eletrostática pó (epóxi). Dimensões: 1,10 cm comprimento, 0,50cm largura e 0,85 altura.	3	Unidade	369,892	1.109,68
21	Mesa Ginecológica Metal Simples Leito Estofado balde e gaveta pintados 207-C. Mesa Ginecológica, com assento fixo estofado com espuma D23 revestido em curvim lavável, tubos de 1 1/4" x 1,06mm com porta coxa, balde e gaveta pintados. Dimensões:Comprimento 1,70m x Largura 0,55m x Altura 0,80m.	1	Unidade	503,914	503,91
22	Negatoscópio Corpo em chapa de aço esmaltado,frente em acrílico, 220 volts com reator eletrônico de partida rápida. Dimensões: 0,38 x 0,50m.	3	Unidade	143,369	430,11
33	Armário vitrine 2 portas com vidro, dimensões: 1,60 x 0,60 x 0,40m. Peso:80kg.Cubagem:0,442m³ . Dimensões dos vidros: Descrição Quantidade Medidas (cm) porta 02 19,5x 111,0 Laterais 02 35,5 x 119,5 Prateleiras: 04 35,5 x 57,7. Fabricado em tubode aço quadrado 20x 20mm, com parede de 1,20mm de espessura, fechamento superior, inferior e fundo em chapa de aço n° 19 de 1,06mm de espessura. Portas em perfil . Portas em perfil TEE 55 x 15 x 1,20 mm. Acabamento com pintura eletrostática a pó (epóxi) após tratamento antiferruginoso. o armário possui 4 suportes para prateleiras, laterais com baguetes 3/8" x 3/8" x 1,20 mm. Portas com fechadura YALE e pés com ponteiras de PVC.	4	Unidade	402,358	1.609,43
VALOR R\$					3.873,21

Valor do contrato: R\$ 3.873,21 (três mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e um centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Contrato Registro de Preço N° 73/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço n°. 73/2013–FMS

Processo de licitação n°. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 13.635.644/0001-25, estabelecida na Rua Maria Umbelina da Silva nº.680, sala 02 e 03, Bairro Água Verde, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-490

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Colchão para cama hospitalar, com capa impermeável adulto.Medidas: 1,80m x 0,85m.	6	Unidade	93,60	561,60
08	Escada de 2 degraus fabricada em Tubo 3/4 chapa 18; pintura eletrostática a pó branca; processo de soldagem MIG; degrau com borracha antiderrapante; texturizada.	11	Unidade	37,70	414,70
12	Maca clínica para exames armação tubular com pintura epoxi, leito estofado em espuma revestido em napa(preta) e cabeceira reclinavel. Dimensões: 1.80 comprimento x 0,60 de largura x 0,80 de altura.	8	Unidade	239,00	1.912,00
24	Carro maca para transferência com grades, leito estofado revestido em courvim com regulagem na cabeceira, estrutura tubular em aço, pés com rodízios de 4" sendo 2 com freios, acabamento com pintura eletrostática a pó, dimensões 1,85m comprimento x 0,55 largura x 0,80 altura.	1	Unidade	663,00	663,00
25	Lanterna clínica com lâmpada de alta intensidade, corpo em alumínio anodizado, clip para prender no bolso. Funciona co 2 pilhas Palito(AAA).	5	Unidade	7,15	35,75
VALOR R\$					3.587,05

Valor do contrato: R\$ 3.587,05 (três mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinco centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço N° 74/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço n°. 74/2013–FMS

Processo de licitação n°. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CIRURGICA CLIMAZA COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 81.551.103/0001-41, estabelecida na Rua Águas Mornas nº.25, Bairro Bela Vista I, no Município de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.110-520



Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Balança pediátrica Mecânica: capacidade para 16 kg; Divisões de 10 g; Pés reguláveis em borracha sintética; Concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290 mm.	3	Unidade	372,00	1.116,00
11	Suporte para braço; base tipo tripe confeccionada em ferro fundido; protetor da haste confeccionado em tubo de aço com pintura eletrostática a pó; haste, regulável em altura, e apoio de braço, tipo concha, confeccionados em aço inoxidável com acabamento polido.	9	Unidade	56,00	504,00
13	Biombo 03 faces Especificação: Estrutura em tubo de aço. Pintura epóxi. Cortinas em brim branco. Rodízios de 2". Dimensões: 50x180x180cm (CxLxA).	5	Unidade	229,00	1.145,00
20	Foco de luz auxiliar para exames clínicos e Ginecológicos. Com haste superior flexível e cromada. Pedestal com haste inferior pintada. Altura variável entre 90 a 150 cm. Pintura em epóxi à 250° C. de alta resistência. Base do pedestal com 04 rodízios proporcionando maior sustentação e segurança ao equipamento. Alimentação elétrica selecionável em 110 ou 220 v. 50/60 hz. Com espelho móvel. Lâmpada halógena 12 v. x 20 w. Peso líquido 05 kg.	5	Unidade	207,00	1.035,00
28	Desfibrilador 100% de funcionamento confiável; Duas posições de encaixe das pás de aplicação, facilitando o uso, limpeza e transporte; Pás de uso adulto e infantil acopladas. Não há necessidade de trocas; Sistema de encaixe das pás para estado de repouso e prontidão com patente requerida; Portátil, de fácil utilização; Bivolt.	3	Unidade	4.999,00	14.997,00
32	Mocho: Capacidade de carga de até 130 Kg; Espuma injetada de alta densidade; Anatômico com acabamento em Courino (preto); Regulagem de altura a gás (46,0 cm a 59,0 cm)*; Base em Aço com acabamento em Polipropileno; Rodízios duplos de dupla rotação (Nylon industrial);	4	Unidade	110,00	440,00
VALOR R\$					19.237,00

Valor do contrato: R\$ 19.237,00 (dezenove mil duzentos e trinta e sete reais).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



Extrato de Contrato Registro de Preço N° 75/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 75/2013–FMS

Processo de licitação nº. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.480/0001-01, estabelecida na Rua das carmelitas, nº 634, Hauer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.610-070

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Balança para adultos com escala antropométrica, capacidade 150Kg, fração de 100 gramas, acabamento esmerado, tapetes e pés em borracha sintética.	3	Unidade	550,00	1.650,00
04	Cama hospitalar com leito em chapa de aço com regulagem na cabeceira; estrutura tubular em aço; com grades; pés com rodízios de 4" sendo 2 com freios; acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi; dimensões: 1,85m altura x 0,88m largura x 0,80m altura.	6	Unidade	689,50	4.137,00
06	Otoscópio com iluminação direta, compacto de alta qualidade, design moderno e ergonômico; transmissão da luz por fibra óptica; lâmpada de Xenon Halógena 2.5V; lente giratória com aumento de 3 vezes; cabeça altamente resistente à impactos; conexão para otoscopia pneumática; acionamento através de botão liga/desliga; possui conveniente clipe de bolso; cabo em metal para 2 pilhas alcalinas "AA".	10	Unidade	198,00	1.980,00
10	Nebulizador com design ultra compacto, com uma prática alça para transporte. Fluxo de névoa 32% maior, o que gera uma nebulização 27% mais rápida; compressor "Oil Free" - mais; performance, sem aumento de ruído; prático suporte que evita o desperdício de medicamento; máscaras ultra macias de silicone. (incluso máscara adulto e infantil); tecnologia sidestream. Bivolt 110/220; ideal para nebulização de medicamento em suspensão. Gera partículas nebulizadas menores e torna mais eficaz absorção do medicamento. Além da maior eficácia, este sistema reduz consideravelmente o tempo de nebulização.	6	Unidade	103,00	618,00
16	Esfigmomanômetro com braçadeira de nylon antialérgico e tratamento impermeável, com fecho em botão de metal, utilizando manômetro analógico de muita precisão, manguito de alta durabilidade. Características Técnicas *Manômetro aneróide *Proteção de escala por vidro *Graduação em mmHg (milímetros de mercúrio) *Mínimo: 0mmHg; *Máximo: 300mmHg *Sem dispositivo limitador do elemento sensor. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Manguito com pêra em látex. Válvula retentora cromada.	25	Unidade	32,00	800,00

23	Detector fetal de mesa para batimentos cardíacos fetais. Modelo de mesa com as dimensões 95 x 200 x 210mm. Ausculta cárdio - fetal a partir da 10ª semana. Alta sensibilidade para ausculta coletiva. Botão liga/desliga com regulagem de volume. Botão com regulagem de tonalidade. Frequência 2,2mhz. Ciclagem de 6000 a 60000. Peso líquido de 1,600kg. Saída para fone de ouvido ou gravador de sons. Alimentação elétrica selecionável em 110 ou 220V. 50/60HZ. Acompanha fone de ouvido para ausculta individual. Filtro minimizador de interferência durante a utilização. Ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultra-som. Gabinete confeccionado em poliéster PSAI de alto-brilho e alto-impacto sendo que o mesmo foi projetado em substituição a antiga caixa metálica que proporcionava uma facilidade à oxidação. Alojamento para transdutor fixado na lateral do gabinete. LED indicador de equipamento ligado e pronto para uso imediato.	4	Unidade	350,00	1.400,00
26	Kit Laringoscópio Infantil Convencional inóx c/ 3 lâminas curvas 0/1e2. Acompanha: cabo de laringoscópio infantil, mais três Lâminas curvas 0, 1 e 2.	3	Unidade	227,20	681,60
27	Kit Laringoscópio Adulto Inóx com 5 lâminas Curvas 1,2,3,4 e 5. Acompanha: cabo de laringoscópioadulto, mais cinco Lâminas curvas 1,2,3,4 e 5.	3	Unidade	340,00	1.020,00
30	Regulador de pressão fixa com fluxômetro - Equipamento para utilização em cilindros - Utilizado em oxigenoterapia, nebulização e outras terapias que necessitem controle de fluxo. Disponível para uso em cilindros de oxigênio e ar comprimido. Características: Regulador Corpo em latão cromado Conexões de entrada e saída, conforme norma ABNT. Manômetro com escala em KPA e Kgf/cm2 Fluxômetro Corpo em latão cromado Conexões de entrada e saída, conforme norma ABNT. Visor em policarbonato cristal Flutuador esférico em aço inoxidável Especificações Técnicas: Pressão máxima de entrada: 200 Kgf/cm2 Pressão de saída : Pré-calibrada para 3,5 Kgf/cm2 Escala do fluxômetro : 0-15 l/min Comprimento do visor: 152mm.	5	Unidade	113,00	565,00
VALOR R\$					12.851,60

Valor do contrato: R\$ 12.851,60 (doze mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço N°. 76/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 76/2013–FMS

Processo de Licitação nº. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.888.881/0001-42, estabelecida na Av. Governador Adolfo Konder, nº 59, Campinas, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.101-400

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Oxímetro de pulso portátil para uso adulto, pediátrico e neonatal, com display gráfico e princípio de funcionamento através de absorção de infra-vermelho não dispersivo. Especificações Técnicas Mínimas: Sensores reutilizáveis: Y para pacientes pediátricos e neonatais (sensor adequado para peso entre 3 e 15kg e para 15 e 40kg); e sensor de dedo para pacientes adultos (para peso maior que 40kg); Curvas: Pletismográfica e tendências; Parâmetros: SpO2, frequência cardíaca e tendência 24 hs com registro dos Eventos (memória); SpO2 : Range: 0 - 100 %, Resolução mínima: 1% e Precisão mínima: 2% (na faixa de 80 a 100 %); Frequência Cardíaca: Range: 30 - 250 bpm, Resolução: 1 bpm, Precisão: 1 %; Tempo de estabilização: até 15 segundos após colocação do sensor; Alça lateral para transporte; Evolução audível de SpO2, com variação do tom do bip de acordo com variação da saturação; Alarmes: Visual e sonoro, com possibilidade de ajuste tanto automático quanto manual pelo operador para todos os parâmetros; Alimentação: Entrada 110/220, 60 Hz e bateria interna recarregável com autonomia mínima de 2 hs; Peso máximo com bateria: 3,5 kg (para uma autonomia mínima de 2 horas); Acessórios Inclusos (por Aparelho): 02 Sensores Y originais, com cabo, para uso pediátrico e neonatal, conforme especificações supracitadas, 02 Sensores de dedo originais, tipo clip, com cabo, para uso em pacientes adultos, conforme especificação supracitada. Manuais: 01 cópia do manual de operação (por aparelho). Certificado de atendimento a norma NBR IEC 601. Registro no Ministério da Saúde.	6	Unidade	1.500,00	9.000,00
VALOR R\$					9.000,00

Valor do contrato: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço N° 77/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 77/2013–FMS

Processo de licitação nº. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.952.368/0001-48, estabelecida na Rodovia João Paulo nº 246, sala 06, Edifício João Acácio, Saco Grande I, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.030-300

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
29	<p>Eletrocardiografo</p> <p>Sistema para eletrocardiografia de repouso, para ser montado em microcomputador. Para a realização do ECG de Repouso Computadorizado também por Telemedicina: ECG em 12 Derivações simultâneas com identificação automática, versão mesa, trabalhando em Tempo Real e com entrada do paciente isolada em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 e NBR IEC 60601-2-25; Exportação dos dados de RR para cálculo da variabilidade da frequência cardíaca; Software elaborado para trabalhar com o Windows XP, Vista ou Windows 7 com banco de dados relacional e contendo versão Cliente e Servidor; Eletro externo ao micro. O sinal eletrocardiográfico é passado para o micro através da porta USB do micro. Com correção automática da linha de base;</p> <p>Completamente compatível com Redes locais; Medidas em tela;</p> <p>Emissão do LifeCard - Identidade Cardíaca; Salvamento dos exames em padrões compatíveis com a Internet; Filtros Digitais: 60 Hz, Variação da linha de Base e Muscular; Frequência de amostragem de 600Hz por canal. Proteção contra descarga de desfibriladores - Classe de proteção BF conforme NBR - IEC 601-2-25; Possibilita a gravação do canal de ritmo. Ao final o médico pode escolher tiras para impressão ou mesmo imprimir todo o ritmo; Possibilidade de exportação de eletros completos no formato de figuras que podem ser agregadas a outros softwares e com possibilidade de envio por email (ex: Word, Powerpoint, softwares de consultório que importem BMPs, etc.); Impressão de traçados e laudos coloridos ou preto e branco. Autorizado pelo Ministério da Saúde / ANVISA; Velocidades de 25 e 50 mm/s; Variação de sensibilidade de 5, 10 e 20 mm/mv. Comunicação e alimentação eletrocardiográfica através da porta USB do micro. Executa a calibração do ECG a cada carga do software; Software mostrando o ECG na tela do computador, com comandos visíveis e disponíveis através de ícones e upgrades de software grátis; Inclui 06 eletrodos precordiais, 04 cliques eletrodos periféricos, 01 cabo de paciente, 01 fonte, 01 cabo USB de conexão com o computador, acessórios e manuais de operação. Inclui Manual do usuário em formato digital e manual de serviço incluindo todas as características técnicas necessárias ao bom funcionamento do equipamento.</p>	6	Unidade	4.600,00	27.600,00
VALOR R\$					27.600,00

Valor do contrato: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço N°. 78/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 78/2013–FMS

Processo de licitação nº. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, estabelecida na Rua Fernando de Souza e Silva, nº 1199, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-470

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
15	Régua antropométrica. Especificação da régua pediátrica: Estrutura em tubo metálico. Pintura epóxi. Extremidades em madeira. Dimensão da régua pediátrica: 100cm (A).	4	Unidade	28,05	112,20
19	Mesa de Mayo Inox(Instrumental); Armação tubular com rodízios de 2", totalmente de inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. Altura mínima:0,92m. Atura máxima:1,25m. Dimensões da bandeja: 48,5 cm de comprimento por 32,5cm de largura.	14	Unidade	254,40	3.561,60
31	Maleta para medicamentos grande. Estojo com 2 bandejas articuladas com 14 compartimentos e 2 mini-estojos com 2 compartimentos cada um. Ideal para veículos de resgate ou para locais onde seja necessário guardar grande quantidade de medicamentos. Exclusivamente na cor branca com alça e fecho vermelhos, dimensões: Altura Largura Comprimento: 22 cm x 24 cm x 44 cm. Peso: 1,500.	2	Unidade	58,50	117,00
VALOR R\$					3.790,80

Valor do contrato: R\$ 3.790,80 (três mil setecentos e noventa reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2013 – Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 116/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 116/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 44/2013-PMS - Processo nº. 99/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FAMAC INDÚSTRIA DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.432.087/0001-66, estabelecida na Rua Ponte Pensil, nº 608, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de conjunto de motobomba centrífuga multiestágio para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MULTIESTÁGIO Motobomba centrífuga multiestágio de rotor fechado, acoplamento e tampa em ferro fundido GG 20, flanges norma ANSI B16. 1. Dimensional 40/200. Pressão de operação: 68 m.c.a Vazão de operação: 36 m3/h Rotor: Fechado em ferro Fundido GG20 Potencia Elétrica Consumida máxima: 15 CV Tensão: 380V Trifásico. Frequência: 60HZ Grau de proteção: IP55 Números de polos: 2P GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano após o início de operação. Na Proposta técnica a ser entregue deverão ser anexadas as Curvas Teóricas de Performance previstas para o conjunto motor bomba e indicado o ponto de operação e se necessário as curvas do rotor interpolado.	01	Unidade	4.200,00	4.200,00
TOTAL R\$					4.200,00

Valor do contrato: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 14/06/2013 – Vigência: 14/06/2014

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A21/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A21/2013 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 38/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1485/9, Campos Eliseos, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01205-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Joelson Renato Barbosa, , inscrito no CPF sob o nº. 019.965.409-39, portador da Carteira de Identidade no 6.157.016-0-SSP/SP, e pelo senhor Fabio Alex Colombo, inscrito no CPF sob o nº. 110.960.738-54, portadora da Carteira de Identidade no 20.489.208-9-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 38/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65,§1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Diretoria do Procon, a ser aditivado um item no lote 1, totalizando o valor de R\$ 658,10 (seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica aditivada na Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no lote I, totalizando o valor de R\$ 658,10 (seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), ficando assim o contrato no valor total de R\$ 22.658,10 (vinte e dois mil reais seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), conforme segue abaixo:

LOTE I - SEGURO TOTAL

ITEM	VEÍCULO	ANO	MODELO	CB	PLACA	CHASSI	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
GABINETE PREFEITO								
43	Renault Logan Expression 1.6, 8v, 4 Portas	2013	2013	A/G		93YLS-R76HJDJ696147	658,10	658,10

COBERTURAS LOTE I – SEGURO TOTAL

Tabela Fipe 100%	
Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 10.000,00
APP Invalidez	R\$ 10.000,00
Assistência 24 Horas	
Vidros	
Franquia Normal	

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 38/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 14 de junho de 2013.

CONTRATADA:

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

JOELSON RENATO BARBOSA

CPF nº. 019.965.409-39

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

FABIO ALEX COLOMBO

CPF sob o nº 110.960.738-54

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18



PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços - Pregão N° 10/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/12

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013****Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Balança para adultos com escala antropométrica, capacidade 150Kg, fração de 100 gramas, acabamento esmerado, tapetes e pés em borracha sintética.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	WELMY	0	550,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	WELMY	0	554,5400	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Welmy	0	596,1290	3
2	Balança pediátrica Mecânica: capacidade para 16 kg; Divisões de 10 g; Pés reguláveis em borracha sintética; Concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290 mm.	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	BALMAK	0	372,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Balmak	0	394,2650	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	WELMY	0	425,0000	3
3	Oxímetro de pulso portátil para uso adulto, pediátrico e neonatal, com display gráfico e princípio de funcionamento através de absorção de infra-vermelho não dispersivo. Especificações Técnicas Mínimas: Sensores reutilizáveis: Y para pacientes pediátricos e neonatais (sensor adequado para peso entre 3 e 15kg e para 15 e 40kg); e sensor de dedo para pacientes adultos (para peso maior que 40kg); Curvas: Pletismográfica e tendências; Parâmetros: SpO2, frequência cardíaca e tendência 24 hs com registro dos Eventos (memória); SpO2 : Range: 0 - 100 %, Resolução mínima: 1% e Precisão mínima: 2% (na faixa de 80 a 100 %); Frequência Cardíaca: Range: 30 - 250 bpm, Resolução: 1 bpm, Precisão: 1 %; Tempo de estabilização: até 15 segundos após colocação do sensor; Alça lateral para transporte; Evolução audível de SpO2, com variação do tom do bip de acordo com variação da saturação; Alarmes: Visual e sonoro, com possibilidade de ajuste tanto automatico quanto manual pelo operador para todos os parâmetros; Alimentação: Entrada 110/220, 60 Hz e bateria interna recarregável com autonomia mínima de 2 hs; Peso máximo com bateria: 3,5 kg (para uma autonomia mínima de 2 horas); Acessórios Inclusos (por Aparelho): 02 Sensores Y originais, com cabo, para uso pediátrico e neonatal, conforme especificações supracitadas, 02 Sensores de dedo originais, tipo clip, com cabo, para uso em pacientes adultos, conforme especificação supracitada. Manuais: 01 cópia do manual de operação (por aparelho). Certificado de atendimento a norma NBR IEC 601. Registro no Ministério da Saúde.	UN	HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA (12608)	G1B General M	0	1.500,0000	1
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	EMAI	0	3.776,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Cama hospitalar com leito em chapa de aço com regulagem na cabeceira; estrutura tubular em aço; com grades; pés com rodízios de 4" sendo 2 com freios; acabamento com pintura eletrostática a pó epóxi; dimensões: 1,85m altura x 0,88m largura x 0,80m altura.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	689,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	812,9030	2
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	RENOVAR	0	1.196,0000	3
5	Colchão para cama hospitalar, com capa impermeável adulto. Medidas: 1,80m x 0,85m.	UN	BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	TERRAFLEX	0	93,6000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	FAC	0	140,0000	2
			PIZZOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CORRELATOS A SAUDE (12607)	Renascer	0	225,0000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	ORTOBOM	0	230,5000	4
6	Otoscópio com iluminação direta, compacto de alta qualidade, design moderno e ergonômico; transmissão da luz por fibra óptica; lâmpada de Xenon Halógena 2.5V; lente giratória com aumento de 3 vezes; cabeça altamente resistente à impactos; conexão para otoscopia pneumática; acionamento através de botão liga/desliga; possui conveniente clipe de bolso; cabo em metal para 2 pilhas alcalinas "AA".	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	WELCH ALLY	0	198,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Md	0	221,0630	2
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MD/OMNI3000	0	224,5100	3
8	Escada de 2 degraus fabricada em Tubo 3/4 chapa 18; pintura eletrostática a pó branca; processo de soldagem MIG; degrau com borracha antiderrapante; texturizada.	UN	BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MARCOS MÓ	0	37,7000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MARCOS MÓ	0	51,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	61,0000	3
9	Suporte para soro de parede; suporte em chapa de aço; haste em tubo redondo com os ganchos;pintura eletroestática(branca) a pó; Dimensões: haste: 1,00m; haste giratória: até 180 graus.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	31,8680	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	37,1000	2
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	45,0000	3
10	Nebulizador com design ultra compacto, com uma prática alça para transporte. Fluxo de névoa 32% maior, o que gera uma nebulização 27% mais rápida; compressor "Oil Free" - mais; performance, sem aumento de ruído; prático suporte que evita o desperdício de medicamento; máscaras ultra macias de silicone.(incluso máscara adulto e infantil); tecnologia sidestream. Bivolt110/220; ideal para nebulização de medicamento em suspensão. Gera partículas nebulizadas menores e torna mais eficaz absorção do medicamento. Além da maior eficácia, este sistema reduz consideravelmente o tempo de nebulização.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	G- TECH	0	103,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	G TECH	0	104,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DARU	0	109,1000	3
11	Suporte para braço; base tipo tripe confeccionada em ferro fundido; protetor da haste confeccionado em tubo de aço com pintura eletrostática a pó; haste, regulável em altura, e apoio de braço, tipo concha, confeccionados em aço inoxidável com acabamento polido.	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	56,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MARCOS MÓV	0	57,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MARCOS MÓV	0	79,7500	3
12	Maca clínica para exames armação tubular com pintura epoxi, leito estofado em espuma revestido em napa(preta) e cabeceira reclinavel. Dimensões: 1.80 comprimento x 0,60 de largura x 0,80 de altura.	UN	BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MARCOS MOV	0	239,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	240,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	241,0000	3
13	Biombo 03 faces Especificação: Estrutura em tubo de aço. Pintura epóxi. Cortinas em brim branco. Rodízios de 2". Dimensões:50x180x180cm (CxLxA).	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	229,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MARCOS MÓV	0	230,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	244,0000	3
14	Mesa antropométrica, estrutura em tubo de aço 31,75mm x 1,20mm, com leito compensado de 15mm, estofado em corvím, espuma de 05 cm na densidade 26, sem cabeceira, provida de escala métrica com cursor deslizante, pés com ponteira de PVC antiderrapante, em pintura eletrostática pó (epóxi). Dimensões: 1,10 cm comprimento, 0,50cm largura e 0,85 altura.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Camyclin	0	369,8920	1
15	Régua antropométrica. Especificação da régua pediátrica: Estrutura em tubo metálico. Pintura epóxi. Extremidades em madeira. Dimensão da régua pediátrica: 100cm (A).	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	INDAIA	0	28,0500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Taylor	0	41,5770	2
16	Esfigmomanômetro com braçadeira de nylon antialérgico e tratamento impermeável, com fecho em botão de metal, utilizando manômetro analógico de muita precisão, manguito de alta durabilidade.Características Técnicas *Manômetro aneróide *Proteção de escala por vidro *Graduação em mmHg (milímetros de mercúrio) *Mínimo: 0mmHg; *Máximo: 300mmHg *Sem dispositivo limitador do elemento sensor.Verificado e aprovado pelo INMETRO. Manguito com pêra em látex. Válvula retentora cromada.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	PREMIUM	0	32,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	PREMIUM	0	32,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	GLICOMED	0	34,5000	3
19	Mesa de Mayo Inox(Instrumental); Armação tubular com rodízios de 2", totalmente de inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. Altura mínima:0,92m. Atura máxima:1,25m. Dimensões da bandeja: 48,5 cm de comprimento por 32,5cm de largura.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MARCOS MÓV	0	254,4000	1
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	291,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	340,2300	3
20	Foco de luz auxiliar para exames clínicos e Ginecológicos. Com haste superior flexível e cromada. Pedestal com haste inferior pintada. Altura variável entre 90 a 150 cm. Pintura em epóxi à 250°C. de alta resistência. Base do pedestal com 04 rodízios proporcionando maior sustentação e segurança ao equipamento. Alimentação elétrica selecionável em 110 ou 220 v. 50/60 hz. Com espelho móvel. Lâmpada halógena 12 v. x 20 w. Peso líquido 05 kg.	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	207,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	MEDPEJ	0	290,0000	2
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MEDPEJ	0	344,5000	3
21	Mesa Ginecológica Metal Simples Leito Estofado balde e gaveta pintados 207-C. Mesa Ginecológica, com assento fixo estofado com espuma D23 revestido em curvim lavável, tubos de 1 1/4" x 1,06mm com porta coxa, balde e gaveta pintados. Dimensões:Comprimento 1,70m x Largura 0,55m x Altura 0,80m.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	503,9140	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	530,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MARCOS MÓV	0	557,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Negatoscópio Corpo em chapa de aço esmaltado, frente em acrílico, 220 volts com reator eletrônico de partida rápida. Dimensões: 0,38 x 0,50M.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nspr	0	143,3690	1
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	194,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	232,0000	3
23	Detector fetal de mesa para batimentos cardíacos fetais. Modelo de mesa com as dimensões 95 x 200 x 210mm. Ausculta cárdio - fetal a partir da 10ª semana. Alta sensibilidade para ausculta coletiva. Botão liga/desliga com regulagem de volume. Botão com regulagem de tonalidade. Frequência 2,2mhz. Ciclagem de 6000 a 60000. Peso líquido de 1,600kg. Saída para fone de ouvido ou gravador de sons. Alimentação elétrica selecionável em 110 ou 220V. 50/60HZ. Acompanha fone de ouvido para ausculta individual. Filtro minimizador de interferencia durante a utilização. Ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultra-som. Gabinete confeccionado em poliéster PSAl de alto-brilho e alto-impacto sendo que o mesmo foi projetado em substituição a antiga caixa metálica que proporcionava uma facilidade à oxidação. Alojamento para transdutor fixado na lateral do gabinete. LED indicador de equipamento ligado e pronto para uso imediato	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	MEDPEJ	0	350,0000	1
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	MARTEC	0	372,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Martec	0	394,2650	3
24	Carro maca para transferência com grades, leito estofado revestido em couvrvm com regulagem na cabeceira, estrutura tubular em aço, pés com rodízios de 4" sendo 2 com freios, acabamento com pintura eletrostática a pó, dimensões 1,85m comprimento x 0,55 largura x 0,80 altura.	UN	BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	RENOVAR	0	663,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	733,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	838,8530	3
25	Lanterna clínica com lâmpada de alta intensidade, corpo em alumínio anodizado, clip para prender no bolso. Funciona co 2 pilhas Palito(AAA).	UN	BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	SUPERMEDY	0	7,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	PREMIUM	0	8,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PEN LIGTH	0	8,7400	3
26	Kit Laringoscópio Infantil Convencional inóx c/ 3 lâminas curvas 0/1e2. Acompanha: cabo de laringoscópio infantil, mais três Lâminas curvas 0, 1 e 2.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	JG MORIYA	0	227,2000	1
			CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	MD	0	245,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MD	0	264,5000	3
27	Kit Laringoscópio Adulto Inóx com 5 lâminas Curvas 1,2,3,4 e 5. Acompanha: cabo de laringoscópioadulto, mais cinco Lâminas curvas 1,2,3,4 e 5.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	JG MORIYA	0	340,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MD	0	381,5000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Md	0	415,7710	3
28	Desfibrilador 100% de funcionamento confiável; Duas posições de encaixe das pás de aplicação, facilitando o uso, limpeza e transporte; Pás de uso adulto e infantil acopladas. Não há necessidade de trocas; Sistema de encaixe das pás para estado de repouso e prontidão com patente requerida; Portátil, de fácil utilização; Bivolt.	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	EMAI	0	4.999,0000	1
			HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTD (12609)	TRANSMAL-D)	0	5.000,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Eletrocardiografo Sistema para eletrocardiografia de repouso, para ser montado em microcomputador. Para a realização do ECG de Repouso Computadorizado também por Telemedicina: ECG em 12 Derivações simultâneas com identificação automática, versão mesa, trabalhando em Tempo Real e com entrada do paciente isolada em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 e NBR IEC 60601-2-25; Exportação dos dados de RR para cálculo da variabilidade da frequência cardíaca; Software elaborado para trabalhar com o Windows XP, Vista ou Windows 7 com banco de dados relacional e contendo versão Cliente e Servidor; Eletro externo ao micro. O sinal eletrocardiográfico é passado para o micro através da porta USB do micro. Com correção automática da linha de base; Completamente compatível com Redes locais; Medidas em tela; Emissão do LifeCard - Identidade Cardíaca; Salvamento dos exames em padrões compatíveis com a Internet; Filtros Digitais: 60 Hz, Variação da linha de Base e Muscular; Frequência de amostragem de 600Hz por canal. Proteção contra descarga de desfibriladores - Classe de proteção BF conforme NBR - IEC 601-2-25; Possibilita a gravação do canal de ritmo. Ao final o médico pode escolher tiras para impressão ou mesmo imprimir todo o ritmo; Possibilidade de exportação de eletros completos no formato de figuras que podem ser agregadas a outros softwares e com possibilidade de envio por email (ex: Word, Powerpoint, softwares de consultório que importem BMPs, etc.); Impressão de traçados e laudos coloridos ou preto e branco. Autorizado pelo Ministério da Saúde / ANVISA; Velocidades de 25 e 50 mm/s; Variação de sensibilidade de 5,10 e 20 mm/mv. Comunicação e alimentação eletrocardiográfica através da porta USB do micro. Executa a calibração do ECG a cada carga do software; Software mostrando o ECG na tela do computador, com comandos visíveis e disponíveis através de ícones e upgrades de software grátis; Inclui 06 eletrodos precordiais, 04 cliques eletrodos periféricos, 01 cabo de paciente, 01 fonte, 01 cabo USB de conexão com o computador, acessórios e manuais de operação. Inclui Manual do usuário em formato digital e manual de serviço incluindo todas as características técnicas necessárias ao bom funcionamento do equipamento	UN	HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTD (12609)	TEB-ECGPC	0	4.600,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	BIONET	0	4.855,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Bionet	0	4.874,5520	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Regulador de pressão fixa com fluxômetro - Equipamento para utilização em cilindros - Utilizado em oxigenoterapia, nebulização e outras terapias que necessitem controle de fluxo. Disponível para uso em cilindros de oxigênio e ar comprimido. Características: Regulador Corpo em latão cromado Conexões de entrada e saída, conforme norma ABNT. Manômetro com escala em KPA e Kgf/cm2 Fluxômetro Corpo em latão cromado Conexões de entrada e saída, conforme norma ABNT. Visor em policarbonato cristal Flutuador esférico em aço inoxidável Especificações Técnicas: Pressão máxima de entrada: 200 Kgf/cm2 Pressão de saída : Pré-calibrada para 3,5 Kgf/cm2 Escala do fluxômetro : 0-15 l/min Comprimento do visor: 152mm.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	UNITEC	0	113,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PROTEC	0	149,9500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Unitec	0	160,5730	3
31	Maleta para medicamentos grande. Estojo com 2 bandejas articuladas com 14 compartimentos e 2 mini-estojos com 2 compartimentos cada um. Ideal para veículos de resgate ou para locais onde seja necessário guardar grande quantidade de medicamentos. Exclusivamente na cor branca com alça e fecho vermelhos, dimensões: Altura Largura Comprimento: 22 cm x 24 cm x 44 cm. Peso: 1,500.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	EMIFRAM	0	58,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Marimar	0	101,2040	2
32	Mocho: Capacidade de carga de até 130 Kg; Espuma injetada de alta densidade; Anatômico com acabamento em Courino(preto); Regulagem de altura a gás (46,0 cm a 59,0 cm)*; Base em Aço com acabamento em Polipropileno; Rodízios duplos de dupla rodagem (Nylon industrial);	UN	CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA (7521)	RENASCER	0	110,0000	1
			BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (12298)	MARCOS MÓV	0	232,7000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	259,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Armário vitrine 2 portas com vidro, dimensões: 1,60 x 0,60 x 0,40m. Peso:80kg.Cubagem:0,442m³ . Dimensões dos vidros: Descrição Quantidade Medidas (cm) porta 02 19,5x 111,0 Laterais 02 35,5 x 119,5 Prateleiras: 04 35,5 x 57,7. Fabricado em tubode aço quadrado 20x 20mm, com parede de 1,20mm de espessura, fechamento superior, inferior e fundo em chapa de aço nº 19 de 1,06mm de espessura. Portas em perfil . Portas em perfil TEE 55 x 15 x 1,20 mm. Acabamento com pintura eletrostática a pó (epóxi) após tratamento antiferruginoso. o armário possui 4 suportes para prateleiras, laterais com baguetes 3/8" x 3/8" x 1,20 mm. Portas com fechadura YALE e pés com ponteiros de PVC.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lm Móveis	0	402,3580	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA (12542)	METALIC	0	730,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MARCOS MÓ\	0	920,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços: 11/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2013****PROCESSO Nº 25/2013**

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (7270) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (7521) - CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO MAT MEDICO E HOSP. LTDA
- (12298) - BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
- (12542) - EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITAL LTDA
- (12607) - PIZZOLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CORRELATOS A SAUDE
- (12608) - HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
- (12609) - HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTD

Schroeder, 13 de Junho de 2013.

Notificação - Altermed Material Medico Hospitalar Ltda _empenho N° 395/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 52/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 395/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
395/13	ISOFLAVONA DE SOJA 60MG COMPRIMIDO	25.03.13	03.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 de maio de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Notificação - Altermed Material Medico Hospitalar Ltda _empenho N° 03/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 52/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 03/2013 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
03/2013	METRONIDAZOL 400MG COMPRIMIDO	24.01.13	01.02.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 de maio de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Notificação - Altermed Material Medico Hospitalar Ltda _empenho N° 407/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 52/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 407/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
407/13	DEXCLORFENIRAMINA 2MG COMPRIMIDO	25.03.13	03.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 de maio de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Notificação - Altermed Material Medico Hospitalar Ltda _empenho N° 555/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 52/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 555/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
555/13	METRONIDAZOL 400MG COMPRI- MIDO	09.04.13	17.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 de maio de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Notificação - Angeomed Comercio de Produtos Medicos e Hospitalares Ltda _contrato N° 53/2012 NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.607.956/0001-81, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 53/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº _____ não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
	DOXAZOSINA 2MG COMPRI- MIDO	19.04.13	26.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Notificação - Angeomed Comercio de Produtos Medicos e Hospitalares Ltda _empenho N° 410/2013 NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.607.956/0001-81, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 53/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 410/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
410/13	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG COMP	25.03.13	03.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Notificação - Dimaci/Mg Material Cirurgico Ltda _ contrato N° 37/2013 NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 14/2013 - FMS

Fica a empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº 12.927.876/0001-67, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 37/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº _____ não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
	ACICLOVIR 200MG COMPRI- MIDO BICARBONATO DE SODIO EV 8,4% AMP. 10ML PROMETAZINA, CLOR. 25MG/ML AMP. IM	29.04.13	07.05.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 10 de maio de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA

Notificação - Dimaci/Mg Material Cirurgico Ltda _ contrato N° 56/2012

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 24/2012 - FMS

Fica a empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº 12.927.876/0001-67, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 56/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº _____ não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
	DICLOFENACO DE SODIO 50MG COMPRIMIDO	19.04.13	26.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA

Notificação - Dimaci/Mg Material Cirurgico Ltda _ empenho N° 262/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 08/2012 - FMS

Fica a empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº 12.927.876/0001-67, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 23/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 262/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
262/13	PASTA D'ÁGUA 100ML	26.02.13	05.03.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.

Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A

Empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA

Notificação - Dimaci/Mg Material Cirurgico Ltda _ empenho N° 391/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 08/2012 - FMS

Fica a empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº 12.927.876/0001-67, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 23/2012 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 391/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
391/13	PASSIFLORA ASSOCIAÇÕES COMPRIMIDO	25.03.13	03.04.13

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina.
Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.
Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A
Empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA

Notificação - Plasmedic Comercio de Material Para Uso Medico e Laboratorial Ltda _contrato N° 10/2013

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 03/2013 - FMS

Fica a empresa PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAL PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA, CNPJ nº 09.200.303/0001-22, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 10/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº _____ não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
	FRALDA GERIATRICA TAM. GG	19.04.13	26.04.13

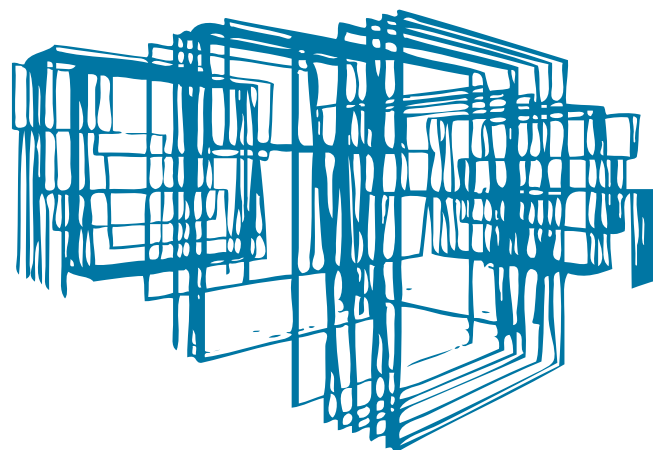
O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

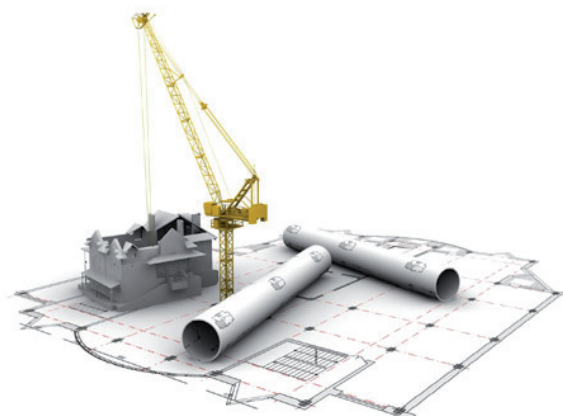
Schroeder, 07 DE MAIO de 2013.
Secretário(a) da Saúde e Assistência Social

A
Empresa PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAL PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Serra Alta

PREFEITURA

RREO - Anexo 1 - 2ºbi

RREO - ANEXO I - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.095.114,75	14.095.114,75	1.801.323,28	12,78	3.665.870,21	26,01	10.429.244,54
RECEITAS CORRENTES	12.080.377,25	12.080.377,25	1.664.104,08	13,78	3.393.271,85	28,09	8.687.105,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.136.000,00	1.136.000,00	225.015,23	19,81	291.442,60	25,66	844.557,40
IMPOSTOS	610.000,00	610.000,00	157.548,92	25,83	203.561,33	33,37	406.438,67
TAXAS	226.000,00	226.000,00	67.236,73	29,75	87.422,25	38,68	138.577,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	229,58	0,08	459,02	0,15	299.540,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	3.214,76	8,04	6.640,50	16,60	33.359,50
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	40.000,00	40.000,00	3.214,76	8,04	6.640,50	16,60	33.359,50
RECEITA PATRIMONIAL	149.800,00	149.800,00	5.672,91	3,79	10.091,21	6,74	139.708,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	149.800,00	149.800,00	5.672,91	3,79	10.091,21	6,74	139.708,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00	50.000,00	4.690,00	9,38	4.690,00	9,38	45.310,00
Outras Rec. Agropecuárias	50.000,00	50.000,00	4.690,00	9,38	4.690,00	9,38	45.310,00
RECEITA DE SERVIÇOS	250.500,00	250.500,00	73.326,83	29,27	127.793,06	51,02	122.706,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.387.251,50	10.387.251,50	1.339.414,72	12,89	2.928.940,98	28,20	7.458.310,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.340.596,50	10.340.596,50	1.339.414,72	12,95	2.928.940,98	28,32	7.411.655,52
Transf. de Conv.	46.655,00	46.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.655,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.825,75	66.825,75	12.769,63	19,11	23.673,50	35,43	43.152,25
Multas e Juros de Mora	27.829,25	27.829,25	4.835,96	17,38	7.596,72	27,30	20.232,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.331,00	2.331,00	1.021,08	43,80	1.105,78	47,44	1.225,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	26.665,50	26.665,50	5.736,99	21,51	10.063,59	37,74	16.601,91
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	1.175,60	11,76	4.907,41	49,07	5.092,59
RECEITAS DE CAPITAL	2.014.737,50	2.014.737,50	137.219,20	6,81	272.598,36	13,53	1.742.139,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	33.065,43	8,06	376.934,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	33.065,43	8,06	376.934,57
ALIENAÇÃO DE BENS	283.187,50	283.187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	283.187,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	83.187,50	83.187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	83.187,50
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	66.550,00	66.550,00	5.642,38	8,48	9.702,30	14,58	56.847,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.255.000,00	1.255.000,00	131.576,82	10,48	229.830,63	18,31	1.025.169,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.255.000,00	1.255.000,00	131.576,82	10,48	229.830,63	18,31	1.025.169,37
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.095.114,75	14.095.114,75	1.801.323,28	12,78	3.665.870,21	26,01	10.429.244,54

Continua 1/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.095.114,75	14.095.114,75	1.801.323,28	12,78	3.665.870,21	26,01	10.429.244,54
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.095.114,75	14.095.114,75	1.801.323,28	12,78	3.665.870,21	26,01	10.429.244,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.098.442,25	0,00	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	19,89	11.294.002,87
DESPESAS CORRENTES	10.756.704,75	30.000,00	10.786.704,75	1.883.314,59	4.224.075,19	1.338.624,22	2.332.584,31	21,62	8.454.120,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.948.366,95	0,00	4.948.366,95	648.214,55	1.161.027,79	625.030,55	1.135.493,62	22,95	3.812.873,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	11.739,08	24.453,78	11.739,08	24.453,78	48,91	25.546,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.758.337,80	30.000,00	5.788.337,80	1.223.360,96	3.038.593,62	701.854,59	1.172.636,91	20,26	4.615.700,89
DESPESAS DE CAPITAL	3.291.737,50	-30.000,00	3.261.737,50	276.573,45	900.875,06	274.277,45	471.855,07	14,47	2.789.882,43
INVESTIMENTOS	2.941.737,50	-30.000,00	2.911.737,50	242.211,54	832.152,73	239.915,54	403.132,74	13,85	2.508.604,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	350.000,00	0,00	350.000,00	34.361,91	68.722,33	34.361,91	68.722,33	19,63	281.277,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.098.442,25	0,00	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	19,89	11.294.002,87

Continua 2/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.098.442,25	0,00	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	19,89	11.294.002,87
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	861.430,83	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.098.442,25	0,00	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	3.665.870,21	19,89	11.294.002,87

FONTE:

RREO - Anexo 11 - 2ºbi

RREO - ANEXO 11 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	283.187,50	0,00	283.187,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	83.187,50	0,00	83.187,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	0,00	200.000,00
TOTAL	283.187,50	0,00	283.187,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	283.187,50	3.040,75	0,00	280.146,75
Investimentos	283.187,50	3.040,75	0,00	280.146,75
TOTAL	283.187,50	3.040,75	0,00	280.146,75

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	5.738,29	-3.040,75	2.697,54

FONTE:

RREO - Anexo 12 - 2º Bi

RREO - ANEXO 12 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	630.829,25	630.829,25	209.566,52	33,22
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	250.000,00	250.000,00	105.958,40	42,38
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	24.335,74	24,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	180.000,00	180.000,00	47.710,19	26,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	25.557,00	31,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.500,00	3.500,00	156,43	4,47
Dívida Ativa dos Impostos	7.665,50	7.665,50	3.095,40	40,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	9.663,75	9.663,75	2.753,36	28,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.896.965,00	10.896.965,00	2.973.861,81	27,29
Cota-Parte FPM	6.755.000,00	6.755.000,00	1.814.555,24	26,86
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	122,63	
Cota-Parte IPVA	242.000,00	242.000,00	72.109,38	29,80
Cota-Parte ICMS	3.830.000,00	3.830.000,00	1.065.186,99	27,81
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	16.624,27	33,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.965,00	19.965,00	5.263,30	26,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.965,00	19.965,00	5.263,30	26,36
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.527.794,25	11.527.794,25	3.183.428,33	27,62

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	667.440,00	667.440,00	155.175,18	23,25
Provenientes da União	667.440,00	667.440,00	155.175,18	23,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	62.100,00	62.100,00	113,94	0,18
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	729.540,00	729.540,00	155.289,12	21,29

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.130.658,25	2.160.658,25	1.116.450,11	51,67	551.018,02	25,50
Pessoal e Encargos Sociais	1.056.050,00	1.056.050,00	243.194,36	23,03	230.045,36	21,78
Outras Despesas Correntes	1.074.608,25	1.104.608,25	873.255,75	79,06	320.972,66	29,06
DESPESAS DE CAPITAL	380.050,00	350.050,00	8.880,90	2,54	6.584,90	1,88
Investimentos	380.050,00	350.050,00	8.880,90	2,54	6.584,90	1,88

Continua 1/4

Município de SERRA ALTA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	380.050,00	350.050,00	8.880,90	2,54	6.584,90	1,88
Investimentos	380.050,00	350.050,00	8.880,90	2,54	6.584,90	1,88
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.510.708,25	2.510.708,25	1.125.331,01	44,82	557.602,92	22,21
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	667.440,00	667.440,00	155.175,18	13,79	155.175,18	27,83
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	667.440,00	667.440,00	155.175,18	13,79	155.175,18	27,83
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	667.440,00	667.440,00	155.175,18	13,79	155.175,18	27,83
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.843.268,25	1.843.268,25	970.155,83	31,03	402.427,74	-5,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						30,35
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIf]						490.671,32

Continua 2/4

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	8.308,72	0,00	1.377,35	6.931,37	0,00
TOTAL	8.308,72	0,00	1.377,35	6.931,37	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.387.108,25	2.387.108,25	1.046.989,01	93,04	531.260,92	95,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	93.100,00	93.100,00	78.000,00	6,93	26.000,00	4,66
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.500,00	15.500,00	342,00	0,03	342,00	0,06
TOTAL	2.510.708,25	2.510.708,25	1.125.331,01	100,00	557.602,92	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

RREO - Anexo 2 - 2ºbi

RREO - ANEXO 2 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.098.442,25	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	100,00	19,89	11.294.002,87
Legislativa	807.187,52	807.187,52	78.236,80	158.861,85	75.965,31	146.380,19	5,22	18,13	660.807,33
Ação Legislativa	807.187,52	807.187,52	78.236,80	158.861,85	75.965,31	146.380,19	5,22	18,13	660.807,33
Administração	1.805.353,76	1.805.353,76	239.911,16	684.091,15	252.392,87	472.445,73	16,85	26,17	1.332.908,03
Planejamento e Orçamento	510.000,00	510.000,00	89.236,91	188.078,48	85.268,41	162.372,68	5,79	31,84	347.627,32
Administração Geral	1.174.666,26	1.174.666,26	150.674,25	496.012,67	167.124,46	310.073,05	11,06	26,40	864.593,21
Ordenamento Territorial	120.687,50	120.687,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.687,50
Segurança Pública	90.800,00	90.800,00	2.193,15	4.007,80	2.193,15	4.007,80	0,14	4,41	86.792,20
Policiamento	90.800,00	90.800,00	2.193,15	4.007,80	2.193,15	4.007,80	0,14	4,41	86.792,20
Assistência Social	725.850,00	725.850,00	57.416,60	103.134,19	57.900,87	80.424,52	2,87	11,08	645.425,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	149.000,00	149.000,00	0,00	8.136,00	1.356,00	2.712,00	0,10	1,82	146.288,00
Assistência Comunitária	576.850,00	576.850,00	57.416,60	94.998,19	56.544,87	77.712,52	2,77	13,47	499.137,48
Saúde	2.510.708,25	2.510.708,25	640.771,50	1.125.331,01	326.578,44	557.602,92	19,88	22,21	1.953.105,33
Atenção Básica	2.387.108,25	2.387.108,25	640.429,50	1.046.989,01	313.236,44	531.260,92	18,94	22,26	1.855.847,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	93.100,00	93.100,00	0,00	78.000,00	13.000,00	26.000,00	0,93	27,93	67.100,00
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Vigilância Epidemiológica	15.500,00	15.500,00	342,00	342,00	342,00	342,00	0,01	2,21	15.158,00
Educação	3.192.221,95	3.192.221,95	512.129,01	1.160.591,21	452.388,85	672.010,53	23,96	21,05	2.520.211,42
Alimentação e Nutrição	115.950,00	115.950,00	28.875,22	87.559,58	18.513,43	21.080,56	0,75	18,18	94.869,44
Ensino Fundamental	2.951.271,95	2.951.271,95	449.945,04	1.018.108,34	415.406,67	627.046,68	22,36	21,25	2.324.225,27
Educação Infantil	95.000,00	95.000,00	33.308,75	36.923,29	16.668,75	20.283,29	0,72	21,35	74.716,71
Educação Especial	30.000,00	30.000,00	0,00	18.000,00	1.800,00	3.600,00	0,13	12,00	26.400,00
Cultura	65.000,00	65.000,00	47.061,52	48.750,78	9.215,52	10.904,78	0,39	16,78	54.095,22
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	10.000,00	2.030,00	2.030,00	2.030,00	2.030,00	0,07	20,30	7.970,00
Difusão Cultural	55.000,00	55.000,00	45.031,52	46.720,78	7.185,52	8.874,78	0,32	16,14	46.125,22
Urbanismo	1.195.550,00	1.195.550,00	30.746,13	681.565,34	50.925,91	170.258,33	6,07	14,24	1.025.291,67
Infra-Estrutura Urbana	638.500,00	638.500,00	250,69	463.936,64	250,69	79.502,40	2,83	12,45	558.997,60
Serviços Urbanos	557.050,00	557.050,00	30.495,44	217.628,70	50.675,22	90.755,93	3,24	16,29	466.294,07
Habitação	76.550,00	76.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.550,00
Habitação Urbana	76.550,00	76.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.550,00

Continua 1/2

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.098.442,25	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	100,00	19,89	11.294.002,87
Gestão Ambiental	79.000,00	79.000,00	0,00	7.500,00	786,96	2.124,28	0,08	2,69	76.875,72
Recursos Hídricos	79.000,00	79.000,00	0,00	7.500,00	786,96	2.124,28	0,08	2,69	76.875,72
Agricultura	1.300.000,00	1.300.000,00	334.592,82	640.028,75	208.724,54	369.506,51	13,18	28,42	930.493,49
Defesa Sanitária Animal	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Extensão Rural	1.290.000,00	1.290.000,00	334.592,82	640.028,75	208.724,54	369.506,51	13,18	28,64	920.493,49
Indústria	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Promoção Industrial	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Transporte	1.747.820,77	1.747.820,77	142.228,09	380.749,34	121.631,10	212.819,13	7,59	12,18	1.535.001,64
Transporte Rodoviário	1.747.820,77	1.747.820,77	142.228,09	380.749,34	121.631,10	212.819,13	7,59	12,18	1.535.001,64
Desporto e Lazer	37.400,00	37.400,00	28.500,27	37.162,72	8.097,16	12.778,55	0,46	34,17	24.621,45
Desporto de Rendimento	37.400,00	37.400,00	28.500,27	37.162,72	8.097,16	12.778,55	0,46	34,17	24.621,45
Encargos Especiais	400.000,00	400.000,00	46.100,99	93.176,11	46.100,99	93.176,11	3,32	23,29	306.823,89
Serviço da Dívida Interna	400.000,00	400.000,00	46.100,99	93.176,11	46.100,99	93.176,11	3,32	23,29	306.823,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.098.442,25	14.098.442,25	2.159.888,04	5.124.950,25	1.612.901,67	2.804.439,38	100,00	19,89	11.294.002,87

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - Anexo 3 - 2ºbi**RREO - ANEXO 3 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Município de SERRA ALTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Maio/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	950.210,90	854.876,22	729.330,57	819.079,25	774.016,46	787.148,91	911.861,22	1.199.374,94	961.901,15	1.100.327,32	849.620,04	1.077.738,71	11.015.485,69	14.300.185,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.076,31	17.561,03	23.907,85	27.886,90	29.200,21	27.416,95	22.699,41	36.330,73	28.351,68	38.075,69	47.185,09	177.890,14	509.523,99	1.136.000,00
I.R.T.U.	3.640,12	305,88	318,02	38,83	401,18	820,16	340,47	4.359,72	0,00	0,00	14.031,77	91.926,63	116.182,78	250.000,00
I.R.R.F.	4.920,94	4.391,64	4.084,81	6.081,66	4.345,41	4.623,64	5.158,21	8.012,95	4.882,35	6.263,18	6.355,56	8.055,91	67.176,26	80.000,00
I.S.S.	16.484,37	9.351,45	9.962,94	15.256,13	19.797,15	18.388,11	10.242,97	15.014,17	18.200,81	7.344,00	8.121,39	14.043,99	162.207,48	180.000,00
I.T.B.I.	2.940,00	1.399,43	7.654,00	5.150,13	3.202,11	1.890,00	5.228,73	2.049,13	4.420,00	4.902,07	5.550,00	9.463,67	53.789,27	100.000,00
Outras Receitas Tributárias	5.090,88	2.112,63	1.888,08	1.362,15	1.454,36	1.755,04	1.729,03	6.894,76	848,52	19.566,44	13.126,37	54.339,94	110.168,20	526.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	763,87	14.767,89	664,40	1.856,53	1.163,51	1.561,21	1.758,45	2.376,13	1.955,25	1.470,49	1.793,20	1.421,56	31.552,49	40.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.362,21	3.049,74	-8.376,92	1.661,33	1.288,70	1.271,12	1.052,67	1.058,34	2.370,06	2.048,83	2.593,67	2.646,22	16.025,97	149.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.400,88	655,39	314,81	277,10	258,65	1.026,56	558,80	273,94	0,00	0,00	0,00	4.690,00	19.456,13	50.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	21.293,89	13.193,65	15.947,25	14.027,60	13.747,70	17.141,32	17.838,45	24.421,18	21.928,67	33.917,56	40.648,85	33.277,98	267.384,10	250.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	866.815,17	803.929,40	694.042,61	769.764,95	722.074,10	731.800,75	865.991,05	1.124.692,88	903.110,90	1.018.095,47	751.022,60	851.479,81	10.102.819,69	12.607.060,00
Cota-Parte do F.P.M.	495.279,79	425.906,21	318.052,52	350.964,29	301.420,95	325.988,39	440.626,86	491.882,99	459.205,74	617.747,51	355.821,64	381.780,35	4.964.677,24	6.755.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	228.009,28	235.680,87	230.482,66	222.709,45	267.748,51	252.257,31	271.480,29	273.712,48	282.694,17	253.479,32	239.749,53	289.263,97	3.047.267,84	3.830.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	20.964,85	17.953,05	16.229,12	25.323,45	17.468,98	15.792,91	11.098,66	7.508,86	12.295,67	23.452,12	18.212,13	18.149,46	204.449,26	242.000,00
Cota-Parte do ITR	6,30	13,26	0,00	61,10	674,07	1.183,39	0,00	10,26	0,00	42,20	74,21	6,22	2.071,01	0,00
Outras Transferências Correntes	50.967,14	54.469,15	62.101,16	105.736,43	60.940,73	64.874,10	67.839,05	280.250,35	71.241,13	48.437,40	71.866,08	81.895,36	1.020.518,08	820.095,00
Transferências da LC 61/1989	4.532,39	4.049,05	3.775,91	4.173,57	4.220,74	4.079,38	4.129,90	4.832,28	4.993,30	3.842,64	4.677,84	3.110,49	50.417,49	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.271,04	1.271,04	1.271,04	1.271,04	0,00	2.542,08	1.271,04	1.271,04	0,00	0,00	0,00	5.263,30	15.431,62	19.965,00
Transferências do FUNDEB	65.884,38	64.586,77	62.130,20	59.525,62	69.600,12	65.083,19	69.545,25	65.224,62	72.680,99	71.094,28	60.621,17	72.010,66	797.987,15	890.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.498,57	1.719,12	2.830,57	3.602,84	6.283,59	6.931,00	1.962,39	10.221,74	4.184,59	6.719,28	6.376,63	6.393,00	68.723,32	66.825,75
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	150.766,92	133.222,59	113.962,07	114.495,60	119.182,35	120.368,44	144.520,88	154.799,97	151.828,60	178.471,51	123.415,59	138.998,80	1.644.032,73	2.259.808,50
Dedução da Receita Inscrição Concurso Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.380,00	-510,00	-90,00	-1.980,00	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	150.766,92	133.222,59	113.962,07	114.495,60	119.182,35	120.368,44	144.520,88	154.799,97	151.828,60	179.851,51	123.925,59	139.162,10	1.646.086,62	2.259.808,50
Dedução de Receita - Calçamento Vista Longa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,24	0,00	0,00	0,00	-0,24	0,00
Dedução de Receita Dep Bancários Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,35	0,00	0,00	-73,30	-73,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	799.443,98	721.653,63	615.368,50	704.583,65	654.834,11	666.780,47	767.340,34	1.044.574,97	810.073,14	921.855,81	726.204,45	938.736,91	9.371.452,96	12.040.377,25

FONTE:

RREO - Anexo 5 - 2ºbi

RREO - ANEXO I - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	651.229,05	649.934,06	615.572,15
DEDUÇÕES (II)	457.513,63	865.234,84	1.037.409,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	530.352,02	1.058.012,04	1.265.365,00
Demais Haveres Financeiros	379,66	379,66	379,66
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	73.218,05	193.156,86	228.334,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	193.715,42	-215.300,78	-421.837,56
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	193.715,42	-215.300,78	-421.837,56

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
VALOR	-206.536,78	-615.552,98

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	298.801,60

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO - Anexo 6 - 2ºbi

RREO - ANEXO 6 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.930.577,25	1.658.431,17	3.383.180,64	3.171.134,38
Receita Tributária	1.136.000,00	225.015,23	291.442,60	264.366,29
I.P.T.U.	250.000,00	105.958,40	105.958,40	92.028,09
I.S.S.	180.000,00	22.165,38	47.710,19	51.200,42
I.T.B.I.	100.000,00	15.013,67	24.335,74	17.398,13
I.R.R.F.	80.000,00	14.411,47	25.557,00	20.827,07
Outras Receitas Tributárias	526.000,00	67.466,31	87.881,27	82.912,58
Receita de Contribuição	40.000,00	3.214,76	6.640,50	3.147,80
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	40.000,00	3.214,76	6.640,50	3.147,80
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	149.800,00	5.672,91	10.091,21	29.304,98
(-) Aplicações Financeiras	149.800,00	5.672,91	10.091,21	29.304,98
Transferências Correntes	10.387.251,50	1.339.414,72	2.928.940,98	2.804.708,18
F.P.M.	5.424.000,00	589.987,93	1.451.537,65	1.402.454,47
I.C.M.S.	2.964.850,00	423.181,33	851.994,30	781.444,68
Convênios	46.655,00	0,00	0,00	55.052,63
Outras Transferências Correntes	1.951.746,50	326.245,46	625.409,03	565.756,40
Demais Receitas Correntes	367.325,75	90.786,46	156.156,56	98.912,11
Dívida Ativa	26.665,50	5.736,99	10.063,59	5.846,17
Diversas Receitas Correntes	340.660,25	85.049,47	146.092,97	93.065,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.014.737,50	137.219,20	272.598,36	809.420,24
Operações de Crédito (III)	410.000,00	0,00	33.065,43	590.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	66.550,00	5.642,38	9.702,30	14.784,69
Alienação de Ativos (V)	283.187,50	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.255.000,00	131.576,82	229.830,63	204.635,55
Convênios	1.255.000,00	131.576,82	229.830,63	204.635,55
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.255.000,00	131.576,82	229.830,63	204.635,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.185.577,25	1.790.007,99	3.613.011,27	3.375.769,93
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.786.704,75	1.338.624,22	2.332.584,31	2.651.671,43
Pessoal e Encargos Sociais	4.948.366,95	625.030,55	1.135.493,62	1.237.835,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	11.739,08	24.453,78	2.241,30
Outras Despesas Correntes	5.788.337,80	701.854,59	1.172.636,91	1.411.595,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.736.704,75	1.326.885,14	2.308.130,53	2.649.430,13
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.261.737,50	274.277,45	471.855,07	1.267.409,91
Investimentos	2.911.737,50	239.915,54	403.132,74	1.229.336,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	350.000,00	34.361,91	68.722,33	38.073,59
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.911.737,50	239.915,54	403.132,74	1.229.336,32



Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.698.442,25	1.566.800,68	2.711.263,27	3.878.766,45
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-512.865,00	223.207,31	901.748,00	-502.996,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-909.537,50

FONTE:

SERRA ALTA, 14/06/2013

RREO - Anexo 7 - 2ºbi

RREO - ANEXO 7 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	73.218,05	69.568,05	-	3.650,00	-	281.049,36	278.581,01	278.581,01	2.468,35	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	66.756,21	63.106,21	0,00	3.650,00	0,00	279.624,03	277.155,68	277.155,68	2.468,35	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	904,25	904,25	904,25	0,00	0,00
Secretaria de Administração e Des. Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607,51	607,51	607,51	0,00	0,00
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	10.639,37	10.639,37	0,00	0,00	0,00	414,39	414,39	414,39	0,00	0,00
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	0,00	14.936,79	11.286,79	0,00	3.650,00	0,00	267.700,33	267.700,33	267.700,33	0,00	0,00
Secretaria de Planejamento e Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,80	85,80	85,80	0,00	0,00
Secretaria de Saúde e Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,96	680,96	680,96	0,00	0,00
Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	0,00	41.180,05	41.180,05	0,00	0,00	0,00	9.230,79	6.762,44	6.762,44	2.468,35	0,00
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA	0,00	6.461,84	6.461,84	0,00	0,00	0,00	1.377,35	1.377,35	1.377,35	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	6.461,84	6.461,84	0,00	0,00	0,00	1.377,35	1.377,35	1.377,35	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,98	47,98	47,98	0,00	0,00
Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,98	47,98	47,98	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	73.218,05	69.568,05	0,00	3.650,00	0,00	281.049,36	278.581,01	278.581,01	2.468,35	0,00

FONTE:

RREO - Anexo 8 - 2ºbi**RREO - ANEXO 8 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	630.829,25	630.829,25	161.965,79	209.566,52	33,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	266.500,00	266.500,00	110.142,25	111.692,74	41,91
1.1.1- IPTU	250.000,00	250.000,00	105.958,40	105.958,40	42,38
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.500,00	1.500,00	78,13	78,13	5,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	1.968,58	2.902,85	41,47
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	2.137,14	2.753,36	34,42
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.013,67	24.335,74	24,34
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	15.013,67	24.335,74	24,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	184.329,25	184.329,25	22.398,40	47.981,04	26,03
1.3.1- ISS	180.000,00	180.000,00	22.165,38	47.710,19	26,51
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	40,47	78,30	3,92
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	665,50	665,50	192,55	192,55	28,93
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.663,75	1.663,75	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	14.411,47	25.557,00	31,95
1.4.1- IRRF	80.000,00	80.000,00	14.411,47	25.557,00	31,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.896.965,00	10.896.965,00	1.316.109,14	2.973.861,81	27,29
2.1- Cota-Parte FPM	6.755.000,00	6.755.000,00	737.601,99	1.814.555,24	26,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.755.000,00	6.755.000,00	737.601,99	1.814.555,24	26,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.830.000,00	3.830.000,00	529.013,50	1.065.186,99	27,81
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	19.965,00	19.965,00	5.263,30	5.263,30	26,36
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	7.788,33	16.624,27	33,25
2.5- Cota-Parte ITR	-	0,00	80,43	122,63	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	242.000,00	242.000,00	36.361,59	72.109,38	29,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.527.794,25	11.527.794,25	1.478.074,93	3.183.428,33	27,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	151.500,00	151.500,00	23.109,31	41.956,52	27,69
5.1- Transferências do Salário-Educação	86.000,00	86.000,00	14.594,11	33.441,32	38,89
5.2- Outras Transferências do FNDE	65.000,00	65.000,00	8.515,20	8.515,20	13,10
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	200.000,00	200.000,00	34.076,82	34.076,82	17,04
6.1- Transferências de Convênios	200.000,00	200.000,00	34.076,82	34.076,82	17,04
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.665,50	3.665,50	516,04	831,42	22,68
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	355.165,50	355.165,50	57.702,17	76.864,76	21,64

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.259.808,50	2.259.808,50	263.087,69	594.767,80	26,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.331.000,00	1.331.000,00	147.614,06	363.017,59	27,27
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	865.150,00	865.150,00	105.832,17	213.192,69	24,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.993,00	3.993,00	1.052,66	1.052,66	26,36
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.300,55	3.058,74	30,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	665,50	665,50	16,07	24,50	3,68
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	49.000,00	49.000,00	7.272,18	14.421,62	29,43
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	890.000,00	890.000,00	132.631,83	276.407,00	31,06
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	890.000,00	890.000,00	132.631,83	276.407,00	31,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.369.808,50	-1.369.808,50	-130.455,86	-318.360,80	23,24
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	536.000,00	536.000,00	147.467,44	238.501,36	44,50
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	536.000,00	536.000,00	147.467,44	238.501,36	44,50
14- OUTRAS DESPESAS	356.000,00	356.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	356.000,00	356.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	892.000,00	892.000,00	147.467,44	238.501,36	26,74
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					86,29
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.881.948,56	2.881.948,56	369.518,73	795.857,08	27,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	65.000,00	65.000,00	16.668,75	20.283,29	31,21
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	65.000,00	65.000,00	16.668,75	20.283,29	31,21
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.445.021,95	2.445.021,95	332.277,80	512.063,40	20,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	892.000,00	892.000,00	147.467,44	238.501,36	26,74
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.553.021,95	1.553.021,95	184.810,36	273.562,04	17,61
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.510.021,95	2.510.021,95	348.946,55	532.346,69	21,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-318.360,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-318.360,80
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					850.707,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,72

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	86.500,00	86.500,00	14.997,97	14.997,97	17,34
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	565.700,00	565.700,00	86.644,33	121.065,87	21,40
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	652.200,00	652.200,00	101.642,30	136.063,84	20,86
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.162.221,95	3.162.221,95	450.588,85	668.410,53	21,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R\$)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	276.407,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	238.501,36	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	37.905,64	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO - Anexo 9 - 2ºbi

RREO - ANEXO 9 - 2º bimestre 2013 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	410.000,00	33.065,43		376.934,57
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.261.737,50	471.855,07	0,00	2.789.882,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.261.737,50	471.855,07	0,00	2.789.882,43
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.851.737,50	-438.789,64		-2.412.947,86

FONTE:

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 12 2013

Resolução N° 12/2013

Dá denominação ao Plenário da Câmara Municipal de "Plenário Iduino Mondardo"

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul faz saber a todos que o Plenário aprovou e eu promulgo a presente resolução.

Art. 1º Esta resolução dá denominação ao Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Fica denominado "Plenário Iduino Mondardo" o plenário principal da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2013

VEREADOR FERNANDO PIZZOLO MANENTI

Presidente

Publicada e Registrada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

LUIZ JOSÉ WARNIER

Agente Legislativo

Portaria 13 2013

Portaria N°.13/2013

Autoriza reajuste anual dos valores das diárias concedidas a Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 141, Inciso XII da LOM, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Resolução n.º 12/2011, que dispõe sobre a concessão das diárias a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Timbé do Sul e dá outras providências

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o reajuste anual dos valores das diárias concedidas a Vereadores e Servidores do Poder legislativo, conforme variação anual do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, acumulado no período de abril de 2012 a maio de 2013, em 6,21% (seis inteiros e vinte e um centésimos por cento).

Art. 2º - Fica reajustado, conforme tabela abaixo os valores das diárias concedidas a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Timbé do Sul:

Destino	Região da AMESC ou AMREC	Florianópolis e demais sem pernoite	Florianópolis com pernoite	Outros Estados	Brasília
Valor da Diária	R\$ 63,72	R\$ 212,42	R\$ 297,38	R\$ 371,73	R\$ 525,73

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de junho de 2013.

VER. FERNANDO PIZZOLO MANENTI

Presidente

Publicada e registrada a presente portaria na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

LUIZ JOSÉ WARNIER

Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

Decreto N.º 3.159 de 06 de Junho de 2013.

DECRETO N.º 3.159 DE 06 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA dispositivo do Decreto n.º 3.114 de 19 de abril de 2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o item 02 da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 3.114 de 19/04/2013, que aprovou o desmembramento denominado "FORNACE", que passa a ter a seguinte redação:

"02 - Área Remanescente - com área de 9.426,74m² (Nove mil, quatrocentos e vinte e seis metros e setenta e quatro décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 23,78 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tamoio; estremando na frente em 47,31 metros com o lado ímpar da Rua Peroba; fundos estrema em 14,00 metros, em linha circular em 16,69 metros e em 37,44 metros com a área 01; lado direito estrema em 209,66 metros sendo, em 105,00 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula n.º 1.926, livro 2, e em 104,66 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula n.º 11.990, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 195,92 metros sendo, em 36,00 metros com terras de Lilian Catia Bruseck e Ari Urbano Costa, matrícula n.º 18.099, livro 2, em 21,00 metros com terras de Katia Denise Klug, matrícula n.º 6.845, livro 2, em 21,00 metros com terras de Silvio Dirceu Schoen, matrícula n.º 3.461, livro 2, em 21,00 metros com terras de João Alves de Moraes, matrícula n.º 3.460, livro 2, em 21,00 metros com terras de Almerico Lenzi, matrícula n.º 3.799, livro 2, em 21,00 metros com terras de Almerico Lenzi, matrícula n.º 2.930, livro 2, em 21,00 metros com terras de Fabiano Samulewske, matrícula n.º 4.456, livro 2, em 21,00 metros com terras de Aldo Murara, matrícula n.º 4.607, livro 2, e em 12,92 metros com terras de Silvio Negherbon, matrícula n.º 1.815, livro 2."

Artigo 3º - Fica ratificado os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 06 de junho de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto N° 3128, de 03 de Maio de 2013

DECRETO N° 3128, DE 03 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art.1° Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, à conta de anulação no valor total de R\$ 40.000,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 25.000,00, a seguinte dotação:

a)ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02.010.302.0072.2160.	ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	DESPESAS CORRENTES	
339000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
0.10200	REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	DESPESAS CORRENTES	
339000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
0.17000	GESTÃO DO SUS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.17000	GESTÃO DO SUS	15.000,00
TOTAL	15.000,00	

Art.2° Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em03 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3129, de 03 de Maio de 2013

DECRETO N° 3129, DE 03 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 4.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2° deste decreto, conforme segue:

15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILANCIA EM SAUDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.32300	TRANSF. CONVENIO - SAUDE SUP. FINANCEIRO	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

Art. 2° O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em03 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3138, de 08 de Maio de 2013

DECRETO N° 3138, DE 08 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 2.700,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

23.01.006.182.0048.1215.	FUNREBOMPOM	
23.01.006.182.0048.1215.	CORPO DE BOMBEIROS	
23.01.006.182.0048.1215.	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO	2.700,00
	TOTAL	2.700,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3140, de 10 de Maio de 2013

DECRETO N° 3140, DE 10 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Especial à conta de anulação no valor de R\$ 111.021,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012 e Lei nº 2629, de 25 de março de 2013, DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

03.01.004.122.0015.2020.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	
03.01.004.122.0015.2020.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2020.	MANUTENÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	106.500,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLIC. DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.521,00
	TOTAL	111.021,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 111.021,00 (cento e onze mil e vinte e um reais), autorizado pela Lei nº 2629, de 25 de março de 2013, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
16.10.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP. SOCIAIS	
16.10.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	106.500,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLIC. DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.521,00
	TOTAL	111.021,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3141, de 13 de Maio de 2013

DECRETO N° 3141, DE 13 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 280.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

07.01.015.121.0040.1049.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.1049.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.1049.	IMOVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO	280.000,00
	TOTAL	280.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3142, de 13 de Maio de 2013

DECRETO N° 3142, DE 13 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

25.02.017.512.0102.2310	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	CAPTACAO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	MAN. DOS SERVIÇOS DE TRAT. DE ESGOTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	3.000,00
	total	3.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	3.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.02.017.512.0102.2310	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	CAPTACAO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	MAN. DOS SERVIÇOS DE TRAT. DE ESGOTO	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	3.000,00
	total	3.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	3.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3144, de 20 de Maio de 2013

DECRETO N° 3144, DE 20 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 7.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

15.05.010.125.0078.2172.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.125.0078.2172.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.125.0078.2172.	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	7.000,00
TOTAL	7.000,00	

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.05.010.125.0078.2172.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.125.0078.2172.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.125.0078.2172.	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	7.000,00
TOTAL	7.000,00	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3145, de 20 de Maio de 2013

DECRETO N° 3145, DE 20 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 76.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012 e Lei 2640, de 20/05/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais),



autorizado pela Lei nº 2640, de 20/05/2013, mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.02.006.181.0046.1269.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO	
24.02.006.181.0046.1269.	POLICIA MILITAR	
24.02.006.181.0046.1269.	FROTA DE VEICULOS - POL. MILITAR	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLIC. DIRETAS	
0.35400	SUP. FINANCEIRO CONV. TRANSITO - MILITAR	76.000,00
	TOTAL	76.000,00

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3146, de 20 de Maio de 2013

DECRETO N° 3146, DE 20 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 115.100,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012 e Lei nº 2640, de 20 de maio de 2013, DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLIC. DIRETAS	
0.12400	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS	115.100,00
	TOTAL	115.100,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 115.100,00 (cento e quinze mil e cem reais), autorizado pela Lei nº 2640, de 20 de maio de 2013, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.1241.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.1241.	ESPORTE AMADOR, COMUNITARIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1241.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLIC. DIRETAS	
0.12400	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS	115.100,00
	TOTAL	115.100,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3147, de 20 de Maio de 2013

DECRETO N° 3147, DE 20 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.12.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	
16.12.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
16.12.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3148, de 22 de Maio de 2013

DECRETO N° 3148, DE 22 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 14.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art.1° Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, à conta de anulação no valor total de R\$ 14.000,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	10.000,00
TOTAL	10.000,00	

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	10.000,00
TOTAL	10.000,00	

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.05.010.125.0078.2172.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.125.0078.2172.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.125.0078.2172.	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	4.000,00
TOTAL	4.000,00	

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.05.010.125.0078.2172.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.05.010.125.0078.2172.	GESTÃO DO SUS	

15.05.010.125.0078.2172.	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	4.000,00
TOTAL	4.000,00	

Art.2° Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

DARCIZO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3149, de 22 de Maio de 2013

DECRETO N° 3149, DE 22 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2° deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1301	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1301	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	90.000,00
	total	90.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	30.000,00
	total	30.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	

25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECI-CLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superavit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto N° 3.164 de 07 de Junho de 2013.

DECRETO N° 3.164 DE 07 DE JUNHO DE 2013.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "SAULO FINCO", situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 400,03 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Benjamin Constant, nesta Cidade, com a área de 48.298,53m² (Quarenta e oito mil, duzentos e noventa e oito metros e cinquenta e três decímetros quadrados), processo D- 009/2013 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente SAULO FINCO, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 127, datado de 17 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.317, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.05.002.0149.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 01 (um) área mais uma área remanescente;

01 - Área a Desmembrar nº 01 (um) - com área de 4.559,48m² (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove metros e quarenta e oito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 407,12 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Benjamin Constant; estremando na frente em 44,61 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em linha sinuosa, em 45,92 metros com a margem esquerda do ribeirão Pomeranos confrontando com a área remanescente; lado direito estrema em 107,09 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 102,66 metros com a área remanescente de propriedade de Gerson Gerald Gessner Junior, matrícula nº 16.617, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 1.363,38m², destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei Federal n.º 12.651/12, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do ribeirão Pomeranos, com as seguintes confrontações: estremando na frente em

linha sinuosa, em 45,20 metros com próprio imóvel; fundos estrema em linha sinuosa, em 45,92 metros com a margem esquerda do ribeirão Pomeranos confrontando com a área remanescente; lado direito estrema em 32,14 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 30,11 metros com a área remanescente de propriedade de Gerson Gerald Gessner Junior, matrícula nº 16.617, livro 2;

02 - Área Remanescente - com área de 43.739,05m² (Quarenta e três mil, setecentos e trinta e nove metros e cinco decímetros quadrados), situado no lado par da Rua continuação do Decreto n.º 3.164/2013, fls. 02.

Áustria, distando pelo lado direito do imóvel, 21,06 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pedro Maestri; estremando na frente em 51,31 metros com o lado par da Rua Áustria; fundos estrema em 7,09 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; lado direito estrema em 29,46 metros com o lote nº 32 de propriedade de Roque Finco, matrícula nº 17.858, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 31 de propriedade de Roque Finco, matrícula nº 17.857, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 30 de propriedade de Roque Finco, matrícula nº 17.856, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 29 de propriedade de Mario Prada, matrícula nº 17.855, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 28 de propriedade de Jonatan Schroeder, matrícula nº 17.854, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 27 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.853, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 26 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.852, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 25 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.851, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 24 de propriedade de Amauri Dalpiaz e Maira Graziela Girardi, matrícula nº 17.850, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 23 de propriedade de Silvio Heimann e Joseane Nolli Heimann, matrícula nº 17.849, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 22 de propriedade de Alessandro Luciano Salvador, matrícula nº 17.848, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 21 de propriedade de Edit Vitória Monkolski Cazagrande, matrícula nº 17.847, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 20 de propriedade de Michelangelo Antunes Ferreira, matrícula nº 17.846, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 19 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.845, livro 2, em 21,50 metros com o lote nº 18 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.844, livro 2, em 22,00 metros com o lote nº 17 de propriedade de Francisco Jose Maestri, matrícula nº 17.843, livro 2, em 14,00 metros com o terminal da Rua Caçador de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 17.862, livro 2, em 64,13 metros com a Área de Utilidade Pública de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 17.860, livro 2, em 28,19 metros com o lote nº 33 Área Verde de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 17.859, livro 2, em 390,41 metros com o lote nº 01 de propriedade de Ingomar Henkels, matrícula nº 16.616, livro 2, em 3,01 metros cruzando o ribeirão Pomeranos, em linha sinuosa, em 45,92 metros com a margem esquerda do ribeirão Pomeranos confrontando com a área a desmembrar nº 01, e em 107,09 metros com a área a desmembrar nº 01; e, lado esquerdo estrema em 940,33 metros sendo, em 828,64 metros com a área remanescente de propriedade de Sulclock Comercial Ltda, matrícula nº 12.760, livro 2, em 3,15 metros cruzando o ribeirão Pomeranos, e em 108,54 metros com o lote nº 02 de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 14.572, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 225,48m², destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei Federal n.º 12.651/12, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do ribeirão Pomeranos, com as seguintes confrontações: estremando na frente em linha sinuosa, em 7,48 metros com próprio imóvel; fundos estrema em linha sinuosa, em 7,48 metros com a margem esquerda do ribeirão Pomeranos confrontando com a área remanescente; lado direito estrema em 32,15 metros com o lote nº 02 de propriedade do Município de Timbó, matrícula nº 14.572, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 32,14 metros com

a área a desmembrar nº 01. Neste imóvel fica reservada a área de 1.599,76m2, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei Federal n.º 12.651/12, constante da faixa de 30,00 metros da margem direita do ribeirão Pomeranos, com as seguintes

continuação do Decreto n.º 3.164/2013, fls. 03.

confrontações: estremando na frente em linha sinuosa, em 53,43 metros com a margem direita do ribeirão Pomeranos confrontando com a área remanescente; fundos estrema em linha sinuosa, em 53,38 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 30,97 metros com a área remanescente de propriedade de Sulclock Comercial Ltda, matrícula nº 12.760, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,15 metros com o lote nº 01 de propriedade de Ingomar Henkels, matrícula nº 16.616, livro 2.

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 07 de junho de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto Nº 3153, de 22 de Maio de 2013

DECRETO Nº 3153, DE 22 DE MAIO DE 2013

Altera o Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar de 13 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar de 13 de maio do corrente, designando:

1) CEAAT - Centro dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Timbó:

Titular:

Suplente: MICHAELE CRISTINE CHIODINI, em substituição ao Davis Conti

2) Lions Clube de Timbó:

Titular:

Suplente: MAURO M. BAZANELLA, em substituição ao Sergio Nones

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 357, de 13 de Maio de 2013

PORTARIA No 357, DE 13 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marluce Schumann Prada (Atendimento a criança portadora de deficiência)	23/04/88	060.966.919.27	20h	14/05/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 371, de 20 de Maio de 2013

PORTARIA No 371, DE 20 DE MAIO DE 2013

Retifica os representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social nomeados para o Conselho Municipal do Idoso.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

RESOLVE:

Art.1º Retificar os representantes das seguintes Secretarias, nomeados para o Conselho Municipal do Idoso, pela Portaria nº 332, de 30 de abril do corrente, com mandato até 30 de abril de 2015, como segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a1) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular : Ana Karolina Longo Boaventura
Suplente : Fernanda Vicenzi

a2) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular : Valério Zermiani
Suplente : Edi Sabino Scoz

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 356 de 10 de Maio de 2013

PORTARIA No 356 DE 10 DE MAIO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 02/05/2013 a 01/07/2013, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE	PARA
Nádia Seide Zickuhr	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 359, de 13 de Maio de 2013

PORTARIA No 359, DE 13 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Dentista (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Fabiana Manarim(Subst.a Cristiane Zerna, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	30/05/75	889.773.159.72	20h	13/05/2013 a 02/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 360, de 13 de Maio de 2013

PORTARIA No 360, DE 13 DE MAIO DE 2013

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Fabiana Manarim	Dentista	13/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



Portaria No 361, de 13 de Maio de 2013

PORTARIA No 361, DE 13 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ana Maria Back (Subst.Zenaide V.Leitzke, que se encontra em Lic.Parat Trat.de Saúde)	11/03/72	036.293.879.26	44h	14/05/2013 a 03/06/2013
Cristiane Fagundes Goveia (Subst.Ana Maria Ropelato, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	27/11/77	035.738.019.35	44h	13/05/2013 a 27/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em13 de maio de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 362, de 15 de Maio de 2013

PORTARIA No 362, DE 15 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Luciane Janke (Subst.Juliane S.Nones Lobe, que se encontra em Lic. Maternidade)	23/11/75	890.050.409.63	30h	15/05/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em15 de maio de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 363, de 15 de Maio de 2013

PORTARIA No 363, DE 15 DE MAIO DE 2013

Designa os Servidores Públicos Municipais Janaina Crispim da Veiga e Adão Pedro Carvalho, como responsáveis pelas homologações das imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas de Trânsito, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e

Considerando-se a designação de Servidores como responsáveis pelas homologações das Imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas, sendo: avanço de sinal, parada na faixa e excesso de velocidade;

Considerando-se que os Servidores Janaina Crispim da Veiga e Adão Pedro Carvalho encontram-se credenciados/habilitados pelo DETRAN/SC ao acesso no Sistema Operacional DETRANNET, haja vista que o Departamento de Trânsito Municipal atua em parceria com a Polícia Militar e Polícia Civil nas operações de Fiscalização de Trânsito com o Radar estático/Móvel,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito e Transporte, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), sendo: JANAÍNA CRISPIM DA VEIGA, matrícula nº 387010, CPF nº 061.851.149-09 e ADÃO PEDRO CARVALHO, matrícula nº 387029, CPF nº 708.134.009-10, como responsáveis pelas homologações das imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas de Trânsito, sendo: avanço de sinal, parada na faixa e excesso de velocidade), a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em15 de maio de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 364, de 15 de Maio de 2013

PORTARIA No 364, DE 15 DE MAIO DE 2013

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Terezinha Lombardi, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 10 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO**, a Servidora Pública Municipal TEREZINHA LOMBARDI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 268, de 02 de abril de 2013, a contar de 10 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 365, de 15 de Maio de 2013**PORTARIA No 365, DE 15 DE MAIO DE 2013**

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Marcio Cardoso, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 10 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO**, ao Servidor Público Municipal MARCIO CARDOSO, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 244, de 18 de março de 2013, a contar de 10 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 369, de 20 de Maio de 2013**PORTARIA No 369, DE 20 DE MAIO DE 2013**

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Margaret Silvia Gretter.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º **AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA**, da Servidora Pública Municipal MARGARET SILVIA GRETTER, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-21, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00029/12-6, expedida em 27/03/2013, computando-se 3305 (três mil e trezentos e cinco) dias, correspondendo a 09 (nove) anos e 20 (vinte) dias, conforme Processo RH13-0015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 370, de 20 de Maio de 2013**PORTARIA No 370, DE 20 DE MAIO DE 2013**

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Anita Slomp Osti.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º **AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA**, da Servidora Pública Municipal ANITA SLOMP OSTI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-22, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00011/13-8, expedida em 10/04/2013, computando-se 1.320 (um mil e trezentos e vinte) dias, correspondendo a 03 (três) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, conforme Processo RH13-0050.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 372, de 20 de Maio de 2013**PORTARIA No 372, DE 20 DE MAIO DE 2013**

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Mikaela Karina Butzke, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 22 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** a Servidora Pública Municipal MIKAELA KARINA BUTZKE, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 22 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 373, de 20 de Maio de 2013

PORTARIA No 373, DE 20 DE MAIO DE 2013

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Janaina da Rocha, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 10 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO**, a Servidora Pública Municipal JANAINA DA ROCHA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 198, de 05 de março de 2013, a contar de 10 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 367, de 17 de Maio de 2013

PORTARIA Nº 367, DE 17 DE MAIO DE 2013

Altera a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 2.011, de 12 de junho de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º **ALTERAR** a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com mandato até 25 de maio de 2014, designando:

III - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL:

Titular: FÁBIO WOLTER, em substituição a Juciléia T. Nones Schade

Suplente: WILMAR MELERE, em substituição ao Fábio Wolter

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/61-01 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/61-01

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: Floriano Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas com lajotas tipo tijolo, em regime de mutirão.

Valor: R\$ 55,94 (cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) por m².

Prazo: 13/06/2013 até 05/06/2014.

Data da Assinatura: 13/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/61-02 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/61-02

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas com lajotas tipo tijolo, em regime de mutirão.

Valor: R\$ 55,94 (cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) por m².

Prazo: 13/06/2013 até 05/06/2014.

Data da Assinatura: 13/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 58 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para serviço de impressão de cópias e plotagens de projetos públicos, destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/06/2014.

Timbó, 14/06/2013
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Três Barras

PREFEITURA

Lei Nº 3.064 de 10 de Junho de 2013

LEI Nº 3.064 DE 10 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÕES REGULARMENTE CONSTITUÍDAS E COM ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder Subvenção Social as seguintes associações:

I - Associação dos Micros e Pequenos Produtores de Três Barras - AMPAR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.748.901/0001-80, estabelecida à BR 280 Km 209, Três Barras - SC, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - Associação Beneficente Generosidade de Dorcas, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 83.786.632/0001-50, estabelecida à Av. Rigesa, nº 440, fundos, centro, Três Barras - SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

III - Grupo Escoteiro Kaingang-Norte - 047/SC, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.867.928/0001-29, estabelecida à Av. Rigesa, s/n, Centro Três Barras - SC, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

IV - Associação de Obras do Centro Comunitário São José Operário, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.462.089/0001-69, com sede à Estrada dos Mirandas, s/n, Alto do Mussi, Distrito de São Cristóvão neste Município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º. O valor da subvenção social poderá ser repassado de uma só vez ou de forma parcelada.

Art. 3º. As entidades beneficiadas obrigam-se a efetuar prestação de contas da parcela recebida, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do repasse da verba.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 10 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Lei Nº 3.065 de 13 de Junho de 2013

LEI Nº 3.065 DE 13 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMA CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CÂMERAS DE VIDEO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firma convênio com Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no município de Três Barras.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 13 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

ANEXO

TERMO DE CONVÊNIO Nº /2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos ____ dias do mês de _____ de 2013, o MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 616, Centro de Três Barras - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.400/0001-35, representado pelo seu Prefeito o Senhor ELOI JOSÉ QUEGE, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, portador da Carteira de identidade nº 41898062, SSP/PR e do CPF nº.740.219.589-91, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Rua Artista Bitencourt, nº 30, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº252.157.529-15, com interveniência da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis - SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis - SC, portador da Carteira de Identidade nº539.318, expedida pela SSP/SC e do CPF nº376.568.999-87, doravante denominada PMSC, com interveniência da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis - SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de



videomonitoramento com ____ (____) câmeras de segurança no Município de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº _____ de _____ de _____ de _____.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO a da SSP, vigentes em cada exercício financeiros.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº _____, Ag, _____, Banco do Brasil, tendo como titular: _____, inscrito sob o CNPJ nº _____.

II. A SSP manterá os recursos da contrapartida oriundos do BNDES em conta específica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Três Barras /SC.

II. Repassar o montante de R\$ _____. _____. _____. (_____), à SSP-SC, conforme planilha de custos em anexo, até ____ de ____ de 2013.

III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Três Barras/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Três Barras /SC;

II. Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a Cláusula primeira;

III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARAGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de _____, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/ PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLAUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC - 14/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de _____, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

DR. ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZERENO MARCINEIRO

Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA

Delegado Geral da Polícia Civil

DR. SALVADOR DE MAIO NETO

Procurador Municipal

Testemunhas:

01 - _____

02 - _____

Decreto N° 4.245 de 29 de Maio de 2013

DECRETO Nº 4.245 DE 29 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 84.108,25, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento do Município de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 84.108,25 (oitenta e quatro mil,

cento e oito reais e vinte e cinco centavos), como segue:

04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO			
01 - Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	30.000,00

09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	20.000,00

09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.1068 - Desapropriação de Imóveis			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	8.608,25

09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0030.2045 - Reforma e Ampliação do Paço Municipal			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	25.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação na Conta Receita nº 411130501000000 - Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza, vínculo 10000, no valor de R\$ 84.108,25 (oitenta e quatro mil, cento e oito reais e vinte e cinco centavos).
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 29 de maio de 2013
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Registro de Preços N° 11/2013 - Eventual Aquisição de Computadores, Notebooks, Impressoras e No-Breaks.

Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO N° 11/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Aquisição de monitores, processadores, no-breaks, impressoras e notebooks para o Departamento de saúde do município de Vidal Ramos, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA N° 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 11/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada na Avenida Jorge Lacerda, nº 1180 - Prefeitura Municipal de Vidal Ramos - Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, Brasil, iniciando-se no dia 26/06/2013 às 09 horas e será conduzido pelo Pregoeiro, designado nos autos do processo em epígrafe.

Vidal Ramos (SC), 13 de junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

PR 85/2013 - PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL N° 85/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 85/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESPELHOS DE SEGURANÇA PARA SEREM COLOCADOS NAS ESQUINAS DAS RUAS DA CIDADE PARA VISUALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEÍCULOS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 04/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 13 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0136/2013

Extrato do Contrato n. 0136/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA MOTTA

CPF: 008.937.029-51

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANILDE DE APARECIDA PINTO RIBEIRO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 15 de fevereiro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0396/2013

Extrato do Contrato n. 0396/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUSSARA MACIEL MARTINS

CPF: 069.930.539-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE APARECIDA WERNER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2013 a 25 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0529/2013

Extrato do Contrato n. 0529/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO

CPF: 032.941.989-73

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA DENIZE TRINDADE

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0108/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES

CPF: 019.439.999-02

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 15 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0133/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NADIR APARECIDA CAPOTE CAMPOS

CPF: 897.411.379-15

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 08 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0136/2013 1

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0136/2013 1

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA MOTTA

CPF: 008.937.029-51

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 21 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0136/2013 2

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0136/2013 2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA MOTTA

CPF: 008.937.029-51

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 21 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0186/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0186/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN

CPF: 057.437.479-54

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2013 até 15 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0216/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0216/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVETE APARECIDA GALON

CPF: 020.291.409-70

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição a servidora FRANCIELE ANNE MENEGAZZO HOFFMANN, em gozo de licença gestação, conforme portaria n. 028/12" para "em substituição a servidora FRANCIELE ANNE MENEGAZZO HOFFMANN, em gozo de férias no período de 23/05/2013 a 23/06/2013, conforme portaria n. 0160/13".

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 24 de setembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0224/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0224/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA FABIULA BRESCIANI

CPF: 005.087.899-90

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 27 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0224/2013 1

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0224/2013 1

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA FABIULA BRESCIANI

CPF: 005.087.899-90

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 27 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0227/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0227/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 17 de julho de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0242/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0242/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RISSARDI
CPF: 062.259.229-70
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 24 de agosto de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI
CPF: 558.287.799-15

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição a servidora ZILDA TODT BELLOZUPKO, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora ZILDA TODT BELLOZUPKO, aposentada, conforme Decreto n. 10.443/13".
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/2012 1

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2012
1
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI
CPF: 558.287.799-15
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 31 de maio de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0295/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0295/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELLE DOS SANTOS
CPF: 006.482.289-32
VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2013 até 30 de junho de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0296/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0296/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CÉLIA DONATTI MACEDA
CPF: 758.021.399-00
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 21 de julho de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0362/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0362/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
CPF: 041.794.659-73

VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2013 até 22 de maio de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0362/2013 2

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0362/2013
2
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
CPF: 041.794.659-73
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2013 até 22 de agosto de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0396/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0396/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JUSSARA MACIEL MARTINS
CPF: 069.930.539-00
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2013 até 18 de julho de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão N. 0073/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0073/2013
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0146/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CLAUDIA DA MOTTA
CPF: 007.370.919-08

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de junho de 2013.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto N° 031/2013

DECRETO N° 031, DE 14 DE JUNHO DE 2013.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais, estabelecidos pela Lei Municipal nº 293/1995;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Vitor Meireles:

I - Representantes da administração pública:
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
LEONICE MORGENROTH - TITULAR
ROSANE VIEIRA - SUPLENTE

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
MICHELI SCOTTINI - TITULAR
MAURÍCIO SBRÓGLIO RAMOS - SUPLENTE

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
PAULO ROBERTO DE FREITAS - TITULAR
JANETE SCHMIDT MAFRA - SUPLENTE

Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e

Turismo:

JAQUELINE SCHERER - TITULAR

ROBERTA SCHMITT - SUPLENTE

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente:

JAIR MERIZZI - TITULAR

CÉSAR SUAVE - SUPLENTE

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Dos Prestadores de Serviço na área e do Município:

Representante do Atendimento da Criança e do Adolescente:

DENILSON MENEGHELLI - TITULAR

SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING - SUPLENTE

b) Dos Usuários:

Representante das Associações Comunitárias:

MARCELINO ALBERTON - TITULAR

ESTANISLAU WATRAZ - SUPLENTE

Representante dos Sindicatos, Entidades, CDL:

ALÉSIO ROMAR VANSUÍTA - TITULAR

FAUSTINO CARDOZO - SUPLENTE

Representante das Associações dos Idosos:

NILVA JUNGLOS BOING - TITULAR

CATARINA PEREIRA - SUPLENTE

Representante dos Clubes de Mães:

ELISA PANDINI FOSSA - TITULAR

LEONIR BOING ERHARDT - SUPLENTE

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 14 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Portaria N° 112/2013

PORTARIA Nº. 112/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VILMAR CANI

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 17/06/2013 a 26/06/2013, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 14 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****Decreto 086/2013**

DECRETO Nº 086/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. EDEMAR CARON PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. EDEMAR CARON, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração fixada no nível CC-03 do anexo II - Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 04 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Consórcios**AGIR****Errata 01 ao Edital Concurso Público N° 01/2013 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL No 01/2013

ERRATA 01

A Comissão Especial do Concurso Público torna pública a ERRATA 01 ao Edital de abertura para realização de Concurso Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

ONDE SE LÊ:

[]

5. DAS PROVAS

[]

5.2. As provas objetivas serão realizadas no dia 04 de agosto de 2013, no período matutino. Os portões serão abertos às 08:00 e fechados, impreterivelmente, às 09:00 horas e as provas iniciadas em seguida e terão a duração de 03 (três) horas.

LEIA-SE:

[]

5. DAS PROVAS

[]

5.2. As provas objetivas serão realizadas no município de Blumenau no dia 04 de agosto de 2013, no período matutino. Os portões serão abertos às 08:00 e fechados, impreterivelmente, às 09:00 horas e as provas iniciadas em seguida e terão a duração de 03 (três) horas.

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Blumenau (SC), em 13 de junho de 2013.

Comissão Especial do Concurso Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

ARIS

Extrato de Contrato

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2013

DISPENSA Nº 10/2013

OBJETO: contratação de renovação do seguro do veículo da ARIS, Ford Focus - Placa MKF 0152

CONTRATADA: Alliaz Seguros S/A.

CNPJ: 61.573.796/0001-66.

VALOR: R\$ 2.441,85 (Dois mil quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Florianópolis, 29 de abril de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco75

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO75

Fornecedor: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 583, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 13.06.2013. Validade: 01.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco76

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO76

Fornecedor: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 466 e 542, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 13.06.2013. Validade: 01.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº:

0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco77

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO77

Fornecedor: MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 597, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 13.06.2013. Validade: 01.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco78

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO78

Fornecedor: MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD. MEDICO HOSP. LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 665, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 13.06.2013. Validade: 01.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 13 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMFRI

Resolução N.º 002/2013

RESOLUÇÃO N.º 002/2013

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 005/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 06 FMS de Itajaí

Despesa: 14 3.3.90.00 Aplicações Diretas. R\$ 70.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES. R\$ 70.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 14 de Junho de 2013.
CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO
CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato de Programa e Rateio N.º. 05/2013

Extrato de Contrato
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO N.º. 05/2013
Município: Itajaí/SC

Cláusula Primeira - Do Aditivo: Fica o valor do repasse previsto na Clausula Terceira do contrato de repasse e rateio original (05/2013) acrescido no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), valor que deverá ser repassado ao CIS-AMFRI em 07 (sete) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira parcela repassada até a data de 20/06/2013 e as demais até o mesmo dia dos meses subsequentes, não se eximindo da obrigação de repasse dos valores dos respectivos meses previstas no contrato original, que se dá até o dia 10 de cada mês. Cláusula Segunda - Dos Recursos: As despesas originárias da aplicação deste termo aditivo correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Itajaí/SC. Cláusula Terceira - Do Prazo e da Vigência: O presente aditivo terá vigência da sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2013. As demais cláusulas e condições do contrato de repasse e rateio original permanecem inalteradas e com seus efeitos até sua vigência.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Data da Assinatura: 03/06/2013.

Assinantes:
JANDIR BELLINI
pelo Município

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
pelo Consórcio.

CIS/AMUNESC

Extrato Contratos

Extrato de Contrato nº 04/2013
Contratante: CIS/AMUNESC
Contratada: Saúde Popular Central de Consultas Ltda

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados em: exames de ecocardiografia transtorácica e exames de eletroneuromiografia.

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 01/2013; Portaria 1.606/01 - GM-MS; Lei nº 8.666/93. Valor anual contrato: R\$ 226.800,00. Vigência: 17/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato nº 05/2013
Contratante: CIS/AMUNESC
Contratada: Instituto de Olhos Joinville SS Ltda

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados

em: consultas, exames e procedimentos em oftalmologia.
Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 01/2013; Portaria 1.606/01 - GM-MS; Lei nº 8.666/93. Valor anual contrato: R\$ 270.038,40. Vigência: 17/06/2013 a 31/12/2013.
Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato nº 06/2013
Contratante: CIS/AMUNESC
Contratada: Instituição Bethesda

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados em: consultas, exames e procedimentos em gastroenterologia, exames de neurologia e pneumologia.

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 01/2013; Portaria 1.606/01 - GM-MS; Lei nº 8.666/93. Valor anual contrato: R\$ 603.782,40. Vigência: 17/06/2013 a 31/12/2013.

Mário Fernando Reinke - Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato nº 07/2013
Contratante: CIS/AMUNESC
Contratada: Instituto Adonhiran de Assistência a Saúde

Objeto: Prestação de serviços de saúde aos municípios consorciados em: consultas especializadas, exames e procedimentos de gastroenterologia.

Base Legal: Edital de Credenciamento Universal nº 01/2013; Portaria 1.606/01 - GM-MS; Lei nº 8.666/93. Valor anual contrato: R\$ 603.782,40. Vigência: 17/06/2013 a 31/12/2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Presidente do CIS/AMUNESC

CIS/AMURES

Renovação de Contratos CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS
Edital de credenciamento nº 01/2013
HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Clin Serra Clínica de Imagem Ltda
Clinitrauma Ortopedia e Traumatologia Ltda
Neurofisiologia Gargioni Ltda
Clínica Nuclear Life Ltda.
Dermaclin Clínica Médica Sociedade Simples
Humannity Psicologia Ltda
Instituto Catarinense de Otorrino e Medicina do Sono Ltda
Le Santé Centro Integrado de Medicina Ltda
Santa Clara Imagem Ltda
Sergio da Silva Ortopedia Ltda
Clinicar Centro Diag. em Ultrassonografia e Med. Fetal Ltda
Cates Clínica Atendimento Especializado Ltda

Lages, 01 de Junho de 2013.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES